

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Ater, pesquisa e transferência de tecnologia: representações sociais de  
agentes de extensão e de pesquisa do Instituto Capixaba de Pesquisa,  
Assistência Técnica e Extensão Rural**

Túlio Luís Borges de Lima  
*Doctor Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2026**

**TÚLIO LUÍS BORGES DE LIMA**

**Ater, pesquisa e transferência de tecnologia: representações sociais de agentes de extensão e de pesquisa do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Marcelo L. R. de Oliveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L732a  
2026  
Lima, Túlio Luís Borges de, 1987-  
Ater, pesquisa e transferência de tecnologia: representações  
sociais de agentes de extensão e de pesquisa do Instituto  
Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural /  
Túlio Luís Borges de Lima. – Viçosa, MG, 2026.  
1 tese eletrônica (219 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia Rural, 2026.

Referências bibliográficas: f. 200-212.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.188>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e  
Extensão Rural. 2. Representações sociais. 3. Agropecuária -  
Pesquisa. 4. Extensão rural. I. Oliveira, Marcelo Leles Romarco  
de, 1972-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 630.715

**TÚLIO LUÍS BORGES DE LIMA**

**Ater, pesquisa e transferência de tecnologia: representações sociais de agentes de extensão e de pesquisa do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

---

Túlio Luís Borges de Lima  
Autor

---

Marcelo Leles Romarco de Oliveira  
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pelo autor em 10/05/2026 às 19:21:07 e pelo orientador em 11/05/2026 às 12:30:35. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **JMYX.YE1K.RWFU** e clique no botão 'Validar documento'.

À Cecília, que a todo tempo nos convida a viver.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esta tese é fruto de um árduo percurso, interrompido duas vezes por motivos pessoais. A primeira, de forma trágica, para cuidar da saúde de meu pai, gravemente acidentado. A segunda, para cuidar de mim e, depois, da Cecília. Houve momentos de fragilidade, mas a vida, teimosa, seguiu. Deixo meus agradecimentos a meus pais, Marta e Euclides, a meu irmão Lucas, à minha companheira Marina e à nossa filha Cecília. Muito obrigado por serem alicerce nos dias mais cinzentos.

Nas pessoas de Vó Vilisquinha, Dindinha Márcia e Stefano, estendo meus agradecimentos a toda a família, pela presença afetuosa.

Aos meus sogros, Celeste e Josemar, e às minhas cunhadas Gabriela, Maria Cristina e Paula, bem como aos concunhados, meu sincero agradecimento pelas acolhidas ao longo dessa jornada.

Aos colegas e amigos do Incaper, com quem compartilhei mais de dez anos na Ater pública, deixo meu reconhecimento. Nas pessoas de Andreia, Arthur, Gabriel, Matheus e Sillas, agradeço a todos do Instituto, especialmente do Regional Caparaó. Agradeço também às chefias Agno e Antônio e aos colegas que participaram desta pesquisa. O Incaper ocupa, com orgulho, lugar permanente em minha trajetória.

Nas pessoas de Cristiano e Denise, agradeço aos agricultores familiares de Lúna (ES), com quem compartilhei parte essencial deste doutorado.

Nas pessoas de Cláudio, Rosi e Tolera, estendo meu carinho aos amigos que marcaram o convívio entre Mariana, Manhumirim, Viçosa, Lagoa Formosa e Patos de Minas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela oportunidade. Nas pessoas de Liliam, Margarida, Marcelo e Romildo, agradeço ao PPGER e ao Departamento de Economia Rural. Agradeço também, nas pessoas de Alexandre, Renato e Sara, aos amigos do Pacab.

No âmbito do PPGER/UFV, agradeço ao Coordenador Professor Alair por sua sensibilidade e compromisso.

Registro meu reconhecimento ao professor Marcelo, mais do que orientador, parceiro generoso e atento. Sua paciência e empatia foram decisivas para que eu concluísse o curso. Muito obrigado.

Agradeço aos amigos que participaram das etapas formais desta tese: Alessandra, Alexandre, Ana Cláudia, Gabriel, Geusa, Jaqueline, Mateus, Nathalia e Hiata.

Nas pessoas da professora Maria José Carneiro e do professor Lovois de Andrade, agradeço aos docentes e colegas das disciplinas cursadas na UFRRJ e na UFRGS.

Meu agradecimento a Elaine, Munnyke e Rafael pelo cuidado com minha saúde em 2024.

Agradeço à comunidade do Ifes – Campus Barra de São Francisco, especialmente a seus/as estudantes, em quem reencontrei a energia pelo trabalho.

Por fim, registro minha gratidão aos servidores do Sistema Único de Saúde (SUS), que enfrentaram a pandemia de Covid-19 com coragem. Vacinas salvam vidas!

O correr da vida embrulha tudo,  
a vida é assim: esquenta e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem...

(Adaptado de Grande Sertão Veredas, livro de Guimarães Rosa)

## RESUMO

LIMA, Túlio Luís Borges de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **Ater, pesquisa e transferência de tecnologia: representações sociais de agentes de extensão e de pesquisa do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Esta tese analisa as representações sociais de extensionistas e pesquisadores do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) acerca da pesquisa agropecuária, da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e dos processos de transferência de tecnologia (TT), tendo como recorte empírico principal a Microrregião do Caparaó, no Espírito Santo. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS), o estudo busca analisar as representações dos servidores entrevistados sobre tecnologia, difusão, pesquisa agropecuária e Ater. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório, estruturada como estudo de caso. O corpus empírico foi constituído por pesquisa documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas com 17 servidoras e servidores do Incaper, entre extensionistas e pesquisadores. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, articulada aos conceitos de núcleo central, zonas periféricas, ancoragem e objetivação, próprios da TRS. Os resultados revelam a coexistência de diferentes paradigmas no interior do Incaper. Identifica-se a permanência de representações ancoradas no modelo difusionista clássico, marcado pela linearidade e pela centralidade da transmissão técnica, ao lado de representações emergentes que concebem a Ater como processo educativo, participativo e localmente situado. No campo da pesquisa agropecuária, as representações oscilam entre uma prática distante da realidade local e uma concepção mais integrada, construída em diálogo com extensionistas e agricultores. A transferência de tecnologia apresenta-se como uma categoria polissêmica, assumindo sentidos que variam entre difusão de pacotes tecnológicos, mediação sociotécnica e construção de conhecimentos. Conclui-se que a compreensão dessas representações é fundamental para o fortalecimento de práticas integradoras entre pesquisa e Ater, para o aprimoramento institucional dos processos de TT e para a construção de estratégias organizacionais orientadas pela participação, contextualização e autonomia dos sujeitos do meio rural.

Palavras-chave: Incaper; Teoria das Representações Sociais; Ater; pesquisa agropecuária.

## ABSTRACT

LIMA, Túlio Luís Borges de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026. **Ater, research and technology transfer: social representations of extension and research agents of the Capixaba Institute for Research, Technical Assistance and Rural Extension.** Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This thesis analyzes the social representations of extension agents and researchers from the Espírito Santo Institute for Agricultural Research, Technical Assistance, and Rural Extension (Incaper) regarding agricultural research, Technical Assistance and Rural Extension (Ater), and technology transfer (TT) processes, with the Caparaó microregion in the state of Espírito Santo as the main empirical focus. Grounded in Social Representations Theory (SRT), the study seeks to analyze the representations held by the interviewed staff members concerning technology, diffusion, agricultural research, and Ater. The research adopted a qualitative and exploratory approach, structured as a case study. The empirical corpus consisted of documentary research, a literature review, and semi-structured interviews conducted with 17 Incaper staff members, including extension agents and researchers. Data were analyzed through content analysis, articulated with the SRT concepts of central nucleus, peripheral zones, anchoring, and objectification. The results reveal the coexistence of different paradigms within Incaper. The persistence of representations anchored in the classical diffusionist model—marked by linearity and the centrality of technical transmission—is identified alongside emerging representations that conceive Ater as an educational, participatory, and locally situated process. In the field of agricultural research, representations oscillate between a practice perceived as distant from local realities and a more integrated conception, constructed through dialogue with extension agents and farmers. Technology transfer emerges as a polysemic category, assuming meanings that range from the diffusion of technological packages to sociotechnical mediation and knowledge construction. It is concluded that understanding these representations is fundamental for strengthening integrative practices between research and Ater, improving the institutionalization of TT processes, and building organizational strategies oriented toward participation, contextualization, and the autonomy of rural actors.

Keywords: Incaper; Social Representations Theory; rural technical assistance and extension ; agricultural research.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Unidades Administrativas do Incaper .....	40
Figura 2 – Evolução de número de servidores efetivos (2011-2020) .....	41
Figura 3 – Zonas Naturais da Microrregião do Caparaó .....	52
Figura 4 – Uso e cobertura das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim.....	54
Figura 5 – Uso e cobertura das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana.....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes documentais e principais dados coletados .....	35
Quadro 2 – Categorias de análise criadas e referencial bibliográfico acessado .....	36
Quadro 3 – N° de servidores no Incaper pelos cargos .....	42
Quadro 4 – Detalhamento dos cargos incaperianos .....	42
Quadro 5 – Cargos e áreas correlatas no concurso do Incaper de 2022 .....	45
Quadro 6 – Instâncias do Incaper, cargo e n° de servidores participantes da pesquisa .....	49
Quadro 7 – Codificação dos entrevistados por Lotação .....	50
Quadro 8 – Números de Profissionais por Cargos do CRDR Caparaó .....	57
Quadro 9 – Dados relativos a metodologias de Ater realizadas ELDR de Lúna (2023) .....	58
Quadro 10 – Falas da representação hegemônica sobre tecnologia .....	92
Quadro 11 – Idade, graduação e pós-graduação dos entrevistados.....	106
Quadro 12 – Histórico com a pesquisa e aprendizado no Incaper .....	107
Quadro 13 – Representações da pesquisa agropecuária: abordagem científica e metodológica .....	110
Quadro 14 – Amplitudes de escala da pesquisa agropecuária nas representações dos entrevistados do Incaper .....	111
Quadro 15 – Pesquisa agropecuária no Incaper: distinções entre pesquisa básica e aplicada.....	113
Quadro 16 – Representações sociais sobre assistência técnica em uma Ater bipartida .....	118
Quadro 17 – Representações sociais sobre extensão rural em uma Ater bipartida	120
Quadro 18 – Respostas relacionadas à Pnater .....	122
Quadro 19 – Respostas em relação ao aprender da extensão rural (conjunto 1) ...	123
Quadro 20 – Representações sociais sobre a Ater sem subdivisão entre assistência técnica e extensão rural (conjunto 1) .....	130
Quadro 21 – Respostas em relação ao aprender da extensão rural (conjunto 2) ...	132
Quadro 22 – Representações sociais sobre a Ater sem subdivisão entre assistência técnica e extensão rural (conjunto 2) .....	133
Quadro 23 – Síntese das representações da Ater como prática unificada.....	137

Quadro 24 – Representações sociais sobre a capacidade dos extensionistas em realizar pesquisa .....	139
Quadro 25 – Síntese das representações sobre extensionistas na pesquisa .....	142
Quadro 26 – Síntese das representações sobre pesquisadores na extensão .....	154
Quadro 27 – Métodos e ferramentas de transferência de tecnologia segundo entrevistados .....	165
Quadro 28 – Representações sociais sobre a difusão e a transferência de tecnologia .....	168
Quadro 29 – Falas estruturantes de representações participativas da Ater.....	176
Quadro 30 – Síntese das principais representações sobre êxito e sucesso na TT .	182
Quadro 31 – Resignificações do termo "transferência de tecnologia" .....	187

## LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Acar	Associação de Crédito e Assistência Rural
Acares	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
AEDR	Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural
ANA	Agência Nacional das Águas
Anater	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF	Cadastro da Agricultura Familiar
Calir	Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
C&T	Ciência e Tecnologia
Conep	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPDI	Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
CRDR	Centro Regional de Desenvolvimento Rural
CT	Coordenação Técnica
Dater	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DER	Departamento de Economia Rural
DPEA	Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias
Dr.	Doutor
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DRR	Diagnóstico Rural Rápido
DT	Diretoria Técnica
ELDR	Escritório Local de Desenvolvimento Rural
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Emater-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
Emater-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
Emcapa	Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
Emcaper	Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
ES	Estado do Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
Gater	Gerência de Assistência Técnica Extensão Rural
GPDI	Gerência de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
GTTC	Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Me.	Mestre
ONG	Organização Não Governamental
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEI	Planejamento Estratégico do Incaper
PLA	Participatory Learning and Action
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNC	Parque Nacional do Caparaó

PPGER	Programa de Pós-graduação em Extensão Rural
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronat Rurais	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
REQ	Requisitados
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
Seag	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
Seama Santo	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
Sibrater	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
Sisbrater	Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
TCLE	Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido
TDR	Técnico em Desenvolvimento Rural
TRS	Teoria das Representações Sociais
TT	Transferência de Tecnologia
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

O LUGAR DE FALA DO AUTOR .....	17
APRESENTAÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO .....	24
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
Estratégia Metodológica .....	33
Universo da Pesquisa.....	38
Aspectos da Microrregião do Caparaó .....	51
1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO LENTE TEÓRICA E ANALÍTICA.....	61
1.1. Caminhos da TRS no Meio Científico .....	62
1.2. Sobre os Processos de Formação das Representações Sociais e a Abordagem Estrutural.....	65
1.3. Relações entre Representações Sociais e o Objeto de Pesquisa .....	73
2. TECNOLOGIA: ASPECTOS DE SEU UNIVERSO CONCEITUAL.....	81
2.1. “Maravilhamento”: sobre uma Ideologia da Tecnologia.....	82
2.2. A Tecnologia como uma Representação Social.....	86
2.3. Contradições da Tecnologia em Processos de Transferência .....	88
2.4. Além do pacote: difusão, tradução, adequação e contradições sobre tecnologia .....	91
3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ATER E DA PESQUISA AGROPECUÁRIA: UMA ANÁLISE DO REGIONAL DO CAPARAÓ ENTRE A DIFUSÃO E A PRÁTICA INTEGRADORA.....	97
3.1. Difusão de tecnologia: origens históricas e bases conceituais.....	99
3.2. A pesquisa agropecuária nas representações sociais: entre a ciência, a aplicação e a difusão .....	105
3.3. Ater em disputa de sentidos: representações bipartidas entre assistência técnica e extensão rural.....	117

3.4. Ater como prática unificada: entre a difusão, o processo educativo e a missão institucional.....	130
3.5. Extensionistas como pesquisadores: integração de papéis e fronteiras institucionais.....	139
3.6. Pesquisadores na extensão: aproximações, resistências e hibridizações de papéis.....	149
4. DA DIFUSÃO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: RESSIGNIFICAÇÕES, TENSÕES E PRÁTICAS EMERGENTES.....	156
4.1. Difusão e transferência de tecnologia nas representações sociais: permanências e deslocamentos de sentido.....	159
4.2. A pesquisa em transição: do paradigma difusionista às abordagens participativas e localmente situadas.....	169
4.3. Ater participativa e local: entre a Pnater, as práticas educativas e a construção de saberes.....	176
4.4. As representações sociais sobre o êxito e o insucesso da transferência de tecnologia.....	182
4.5. Resignificando o termo “transferência de tecnologia”: sentidos, tensões e deslocamentos representacionais.....	186
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
6. REFERÊNCIAS.....	200
APÊNDICE 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	213
APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
216	
ANEXO 01 – ORGANOGRAMA DO INCAPER COM MARCAÇÃO (EM AMARELO) DAS UNIDADES OUVIDAS.....	219

## O LUGAR DE FALA DO AUTOR

Acreditamos que o desenvolvimento da tese em questão é fruto, em especial, da compilação de vivências acadêmico-profissionais, que foram iniciadas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e, podemos dizer, continuadas no serviço público desenvolvido no âmbito do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Primeiramente, intento<sup>1</sup> trazer nesta subseção alguns elementos que situam minha trajetória no âmbito desse contexto.

Como referências pessoais em relação a tal universo credito, inicialmente, às minhas primeiras vivências científico-acadêmicas na UFV, representadas, em sua maioria, por estágios em laboratórios de pesquisa, no âmbito das ciências agrárias. Tais ações ilustram o que Coelho (2014) anuncia como “Ciência-Experimento”, sendo aquela que, baseada em testes estatísticos e análises quantitativas, desenvolve artifícios (outros), sofisticados, que controlam os resultados e analisam os efeitos das variáveis relacionadas às problemáticas de pesquisa.

Nesse cenário, eu não enxergava muitas possibilidades de poder aproximar em maior grau as tarefas laboratoriais (normalmente muito repetitivas e maçantes) da realidade de um rural o qual eu representava quase como um dispositivo híbrido. Ou seja, ora resultado de uma agricultura moderna e patronal (fortemente apresentada e discutida ao longo da graduação em Agronomia), ora de uma perspectiva que é fruto de minhas origens familiares, diga-se, um tipo de agricultura familiar que era – por vezes mais, por vezes menos – próximo ao universo conceitual do campesinato.

Ainda na graduação, por meio de um intercâmbio na cidade francesa de Nancy, tive a oportunidade de acompanhar – mesmo que brevemente – alguns debates, à época, relacionados aos conceitos de multifuncionalidade e sustentabilidade da agricultura, de agricultura biológica e da gestão de territórios rurais. Motivado por esses estudos, de volta à UFV, tive meu primeiro contato mais próximo com o Departamento de Economia Rural (DER). Em trabalho de iniciação científica, estudamos o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios

---

<sup>1</sup> Nesta subseção, em específico, em que são trazidas algumas questões sobre meu lugar de fala, opto por utilizar a primeira pessoa do singular. Todavia, em quase todo o restante do texto, considerando que o mesmo é arquitetado juntamente – dentre outras intervenções – com a orientação acadêmica, passaremos a utilizar a primeira pessoa do plural.

Rurais (Pronat), sob o olhar da gestão social dos atores sociais integrantes do colegiado do Território da Serra do Brigadeiro.

Ao longo do percurso metodológico desse estudo, a saída do campus universitário, a ida a campo e a consequente possibilidade de realização de entrevistas com os participantes do Pronat trouxeram elementos transformadores da forma como – até então – a pesquisa científica era representada por mim, distanciando-a da noção de “Ciência-Experimento” e aproximando-a de uma perspectiva mais ligada ao universo da pesquisa qualitativa, mais próxima às ciências sociais, mais próxima das pessoas. Além disso, como alguns dos/os entrevistados eram agricultores e agricultoras familiares, durante as entrevistas, relato a ocorrência de diálogos dos quais participei e que possam ter correspondido a primórdios de ações no âmbito de uma certa noção pertencente ao conceito de assistência técnica e extensão rural (Ater) – por exemplo, conversas sobre manchas em folhas de café, sobre como era tratado o esgoto das casas e como resolver infecção dos tetos das vacas.

Com relação à minha inserção em atividades de Ater, como um primeiro contato – de fato prático – elenco o estágio realizado na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), com o acompanhamento, dentre outras atividades, da elaboração de projetos de créditos, da implantação de agroindústrias de derivados do leite e também do cultivo de lavouras de milho e feijão. Durante essa experiência, de minha parte não apareceram maiores problematizações a respeito das ações desempenhadas, mas, de todo modo, indagações sobre a forma como conversar com as famílias agricultoras, os principais assuntos discutidos e as metodologias empregadas não passaram tão despercebidos.

Logo depois de graduado, em 2012, ingressei no Incaper sob o cargo de Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural<sup>2</sup>. O Incaper é uma das autarquias do Estado do Espírito Santo vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) e tem como responsabilidade principal oferecer os serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural em todo o estado capixaba (Incaper, 2023a).

---

<sup>2</sup> O termo “Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural” é aquele oficialmente utilizado para referir aos extensionistas com curso superior no Incaper.

Como influência teórico-política para a efetivação do concurso ao qual fui aprovado cabe destacar um fato relevante na história da Ater no Brasil, qual seja, a instituição da Política Nacional de Ater (Pnater), instrumentalizada na Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010). Depois de quase uma década de discussões em variadas arenas políticas, econômicas e sociais, englobando diferentes atores de entidades da sociedade civil (Lopes, 2021), a Pnater reforça a institucionalidade da agricultura familiar enquanto categoria social principal da Ater, assim como o próprio serviço de Ater (e, para o caso do Incaper, também da pesquisa), defendendo sua gratuidade, qualidade e acessibilidade.

Na prática, lotado em um dos 78<sup>3</sup> Escritórios Locais de Desenvolvimento Rural (ELDR) do Incaper, parecia-me notável o protagonismo da agricultura familiar nas diversas interfaces do cotidiano municipal, mas, tendo como referencial a Pnater, analisando-se a (minha) ação extensionista em si, era evidente a existência de “(...) alguns desafios na sua operacionalização, como práticas mais participativas, mais sociais, de bases mais ecológicas e direcionadas à agricultura familiar” (Lima, Toledo e Oliveira, 2017, s.p.).

Em 2016 ingressei no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGER) da UFV. Minha proposta inicial de pesquisa relacionou-se com os riscos do uso dos agrotóxicos pela agricultura familiar, mas, ao considerar a importância da pesquisa para seu respectivo universo empírico, o interesse do objeto de estudo em participar, limitações variadas (financeiras, de logística, temporais), além de questões particulares, mudei consideravelmente a proposta primeira.

Acabamos desenvolvendo na dissertação um estudo de caso no contexto de uma associação de agricultores e agricultoras familiares fornecedores de alimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como arcabouço teórico, enveredamos pelos caminhos da Teoria das Representações Sociais (TRS) – vide seus processos de elaboração e partilha de representações – e da implementação de políticas públicas. Dentre os resultados, verificamos a importância do serviço de Ater como política pública na implementação do mercado institucional do referido programa.

---

<sup>3</sup> O Incaper conta com ELDR's em todos os 78 municípios capixabas, além de outros 6 escritórios distritais (que praticamente têm a mesma função dos ELDR's, mas, localizam-se em determinados distritos de alguns municípios com maiores extensões territoriais).

Um pouco depois do golpe no governo Dilma e da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), findo o mestrado e volto ao Incaper. O que vivi no cotidiano da Instituição foram os reflexos do desmonte da Pnater. Conforme aponta a tese de Alexandre Gollo (2022), o que se viu foi o declínio dos números no orçamento, o progressivo esvaziamento de problemáticas da reforma agrária, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável, e o encolhimento da democracia no país.

Em um cenário com drástica redução no número de servidores em todos os departamentos, perpassando pela pandemia de Covid-19 e, muito por isso, tendo que se criar, se adaptar de forma rápida, quase que instantânea com uma Ater cada vez mais digital<sup>4</sup>, os desafios da Ater pública – na qual eu me incluo – se tornaram, ao meu ver ainda muito maiores do que antes.

Cabe dizer, no entanto que, como uma forma de transformar recursos financeiros de custeio em investimento, a partir do ano de 2020, a Seag lança um edital de pesquisa específico para suas autarquias. Nesse edital tivemos um projeto de pesquisa aprovado<sup>5</sup>, projeto este voltado para o universo da produção de cafés de qualidade superior na porção norte da Microrregião do Caparaó. Dentre os serviços insertos no leque da Ater que realizamos no escritório local do município de Lúna, à frente do projeto de pesquisa, voltei, pelo menos em parte, ao contexto do que a Professora France chama de “Ciência-Experimento”.

Além de ter que lidar com todas as muitas questões relativas à coordenação de um projeto em que estão envolvidas cinco instituições de pesquisa, ensino e extensão<sup>6</sup> e mais de duas centenas de pessoas (dentre agricultores familiares, estudantes, extensionistas e pesquisadores), é importante dar luz ao surgimento de algumas reflexões sobre os desafios relacionados ao integrar a pesquisa com a Ater. Desafios esses que se encontraram presentes em grande parte do desenrolar do projeto de pesquisa citado acima, o qual, hoje, foi encerrado, ao fim de seu terceiro ano.

Sem a menor pretensão de buscar o entendimento da relação entre pesquisa agropecuária e Ater em um contexto poli institucional como o enunciado no parágrafo

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a Ater digital, ver Lopes (2021).

<sup>5</sup> Entre 2021 e 2023, após seleção em edital de pesquisa Portaria nº 002-R/2020 - Banco de Projetos de Pesquisa - Seag, coordenei o projeto de pesquisa intitulado “Investigação de Perfis Sensoriais e de Determinantes de Qualidade de Cafés da Agricultura Familiar do Caparaó Capixaba”.

<sup>6</sup> São parceiros nesse projeto o Incaper, os Institutos Federais do Espírito Santo (Ifes) dos *campi* Alegre e Venda Nova do Imigrante, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a UFV.

anterior, mas, depois de ingressar no curso de doutorado, novamente no PPGER e diante das muitas possibilidades de pesquisa, houve o reforço no desejo em me debruçar sobre uma maior reflexão científica relacionada a meu cotidiano profissional. Surge, portanto, a intenção acadêmica em investigar o Incaper, no que se refere a seus processos de transferência de tecnologia sobretudo em seus serviços de Ater, mas também naqueles relativos à pesquisa agropecuária.

Como questão atravessadora desse intento, percebo que, numa perspectiva histórica, a qual subsidiou o relato feito até aqui, entendo que tanto a extensão, quanto a pesquisa estiveram presentes em meu(s) cotidiano(s) de extensionista, estudante e pesquisador, mas em boa parte do tempo provocando-me a tentar estudá-las sob um olhar integrativo. É partir desse raciocínio que pretendemos estruturar o que vem adiante.

## **APRESENTAÇÃO**

Esta tese resulta de um percurso de pesquisa construído ao longo dos últimos anos, no qual buscamos compreender como um determinado grupo de servidoras e servidores do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) significam e representam suas práticas de pesquisa, extensão rural e transferência de tecnologia, tendo como recorte principal a Microrregião do Caparaó. Nosso interesse central foi investigar como esses sentidos se articulam à cultura institucional e aos paradigmas que orientam as políticas públicas de Ater e pesquisa agropecuária no Brasil, especialmente no território do Caparaó, onde se concentra o campo empírico deste estudo.

A estrutura da tese reflete as etapas de amadurecimento do problema e o percurso analítico adotado. Ela é composta por Introdução, Procedimentos Metodológicos, quatro capítulos, Considerações Finais, Referências, Anexo e Apêndices, os quais, em sua maioria, se articulam de forma progressiva: partimos do referencial teórico e das bases conceituais da Teoria das Representações Sociais (TRS), avançamos para a caracterização do campo empírico e da instituição, e culminamos com a análise detalhada das representações construídas em torno da difusão, da pesquisa, da extensão e da transferência de tecnologia.

A Introdução apresenta o tema, a problemática de pesquisa e os objetivos que nortearam a investigação. Nela, explicitamos a relevância teórica e prática do estudo, bem como sua inserção no campo das ciências sociais aplicadas. Destacamos que compreender as representações sociais de pesquisadores e extensionistas não significa apenas identificar opiniões individuais, mas decifrar os sentidos coletivos e partilhados que orientam a ação institucional. A introdução também contextualiza o Incaper como instituição híbrida – científica, técnica e educativa – e justifica o enfoque sobre o Caparaó.

Na seção seguinte, intitulada Procedimentos Metodológicos, descrevemos o percurso adotado para a construção dos dados e a análise das representações sociais. Apresentamos as escolhas teórico-metodológicas que orientaram o estudo – de natureza qualitativa e interpretativa – e detalhamos as etapas de desenvolvimento da pesquisa empírica. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidoras e servidores de diferentes unidades e áreas de atuação do Incaper, buscando captar uma diversidade de posições institucionais e experiências profissionais, todavia, com foco maior na Microrregião Caparaó. O tratamento e a interpretação dos dados basearam-se na análise de conteúdo, articulada aos princípios da TRS, de modo a permitir a identificação de núcleos simbólicos, zonas periféricas e processos de ancoragem e objetivação presentes nas falas.

O Capítulo 1, dedicado à TRS, apresenta o arcabouço conceitual que fundamenta a pesquisa. Nele, discutimos as formulações originais de Serge Moscovici (2012) e as contribuições posteriores de autores como Denise Jodelet (2001), Jean-Claude Abric (1994) e Celso Sá (1996), explorando as possibilidades analíticas da TRS para o estudo de instituições públicas e processos técnico-científicos. Esse capítulo delimita os conceitos de representação, ancoragem e objetivação, e discute as funções orientadoras, identitárias e justificadoras das representações sociais – categorias fundamentais para a leitura das falas dos servidores entrevistados.

No segundo capítulo aprofundamos o debate sobre a tecnologia como categoria histórica, ideológica e social. Iniciamos com a crítica vieiriana ao “maravilhamento” tecnológico e às relações de dominação centro-periferia; em seguida, tratamos a tecnologia como representação social, revelando sentidos plurais e culturalmente situados. Discutimos suas contradições nos processos de transferência, entre dependência e emancipação, e propomos a superação do modelo de “pacote tecnológico”, valorizando coautoria, adequação e construção coletiva.

Assim, reposicionamos a tecnologia como campo simbólico e político fundamental para compreender determinadas práticas e representações de extensionistas e pesquisadores do Incaper.

No Capítulo 3 analisamos como as concepções de Ater e pesquisa se constituíram historicamente e moldam as práticas e representações sociais de extensionistas e pesquisadoras. Buscamos compreender como essas categorias se articulam, revelando permanências do paradigma difusionista e indícios de integração entre ciência e prática. Partimos da reconstrução histórica da difusão até as novas formas de aproximação entre pesquisa e Ater, evidenciando tensões, hibridizações e reinterpretações simbólicas. Ao longo do capítulo, mostramos como as fronteiras entre extensão e pesquisa se deslocam, configurando um espaço institucional de construção de saberes e de revalorização da dimensão educativa.

O Capítulo 4, intitulado “Da difusão à transferência de tecnologia: ressignificações, tensões e práticas emergentes”, aprofunda a análise sobre o campo simbólico que articula extensão, pesquisa e tecnologia. Partindo das distinções teóricas entre difusão e transferência, examinamos como essas expressões são apropriadas e reinterpretadas no cotidiano institucional. O capítulo se divide em cinco seções: (i) permanências e deslocamentos conceituais; (ii) a pesquisa em transição, entre o laboratório e o território; (iii) a Ater participativa e educativa; (iv) as representações sobre o êxito e o insucesso da TT; e (v) o debate sobre o próprio termo “transferência de tecnologia”. Essas discussões evidenciam a coexistência de paradigmas e o movimento de ressignificação que atravessa o imaginário institucional do Incaper.

Por fim, nas últimas seções apresentamos as considerações finais, nas quais retomamos os principais resultados e apontamos suas implicações teóricas e institucionais. Argumentamos que as representações sociais que analisamos revelam tanto a persistência de um núcleo difusionista quanto a emergência de práticas e sentidos mais participativos e educativos. A transferência de tecnologia, nesse contexto, deixa de ser concebida apenas como ato de entrega e passa a ser vista como processo social de mediação, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Por derradeiro, apresentamos as referências utilizadas, um anexo e dois apêndices.

Em síntese, esta tese procura compreender o modo pelo qual o conhecimento científico e técnico circula, é apropriado e ganha novos significados no interior de uma instituição pública de pesquisa e extensão rural, diga-se, com foco em sua subdivisão

na Região do Caparaó. Buscamos compreender os modos de pensar e agir que estruturam os serviços de Ater e de pesquisa agropecuária, contribuindo para a reflexão sobre a natureza desses serviços e sobre as possibilidades de transformação institucional em direção a práticas mais participativas, emancipatórias e localmente situadas.

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo geral dessa tese foi identificar e analisar representações sociais de extensionistas da região do Caparaó<sup>7</sup> e de pesquisadores do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) sobre as práticas de pesquisa, Ater e transferência de tecnologia.

Para melhor compreender esse objetivo, é importante destacar que o Incaper é uma autarquia vinculada ao governo do estado do Espírito Santo, que desempenha um papel central na prestação de serviços públicos voltados ao meio rural. Sua atuação integra atividades de pesquisa agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), configurando-se como um espaço privilegiado para analisar como representações sociais se traduzem em práticas institucionais.

Essa integração de funções confere ao Incaper uma singularidade que o torna um campo fértil para investigação. Ao reunir em uma mesma instituição responsabilidades de pesquisa, assistência e extensão, abrem-se não apenas possibilidades de inovação, mas também espaços onde se manifestam contradições, tensões, desafios e conflitos.

Tal cenário, somado à trajetória de mais de 65 anos da instituição, marcada por transformações estruturais, mudanças de nome, diferentes fases da Extensão Rural e a própria fusão entre Ater e pesquisa, evidencia a complexidade de um organismo público que, ao longo de sua história, tem lidado com demandas burocráticas, políticas, financeiras, organizacionais e filosóficas. Esse conjunto de elementos reforça a relevância e a necessidade de estudos que busquem compreender suas múltiplas dinâmicas.

---

<sup>7</sup> Mais detalhes na seção “Procedimentos Metodológicos”.

Pois, considerando que o Incaper tem como missão “(...) promover soluções tecnológicas e sociais por meio de ações integradas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visando o desenvolvimento do Espírito Santo” (Incaper, 2023b, n.p.), nosso interesse de pesquisa foca sobre os processos denominados pela instituição como “transferência de tecnologia” e sobre como essa interseção ocorre dentro do contexto mais amplo das ações abrangentes que o Instituto realiza em conformidade com sua missão, abarcando tanto a pesquisa agropecuária quanto a Ater.

O interesse por este trabalho também se dá pela trajetória acadêmico-profissional deste autor, dada a sua experiência como Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural durante mais de uma década vivida nesta instituição, vivência esta que muito nos estimulou a compreender como pesquisadores e extensionistas incaperianos orientam suas ações no âmbito da Ater, da pesquisa agropecuária e dos processos de transferência de tecnologia.

Entendemos que a transferência ou difusão de tecnologias para o mundo rural pautou-se, em nosso país, historicamente em modelos e contextos excludentes e fortemente hierarquizados, com baixa qualidade na participação/interação dos diferentes atores que lhe dão sentido.

No entanto, ao examinarmos a literatura que trata dos processos conduzidos pela pesquisa agropecuária e pelos serviços de Ater, deparamo-nos com lacunas que requerem preenchimento, visando uma compreensão mais aprofundada do processo de produção e disseminação de conhecimento, especialmente no contexto do mundo rural brasileiro.

Embora alguns estudos tenham se dedicado a abordar essa questão, especialmente nos estágios iniciais do desenvolvimento da pesquisa e da transferência de tecnologia na agropecuária brasileira, ainda há uma necessidade premente de investigação, principalmente dentro de instituições como o Incaper, que se dedicam a essa temática.

Ao abordarmos o tema da pesquisa agropecuária no Brasil, observamos que ela foi oficialmente institucionalizada durante o período imperial, por volta de meados do século XIX. Castro (2016) afirma que, nas décadas subsequentes ao fim do referido século, a agricultura brasileira passou a se desenvolver sob um novo modelo, estruturado tanto no aumento da produção, não só pelo incremento das áreas, como também pelo aumento da produtividade, fundamentados no emprego de tecnologias, envoltas em pacotes tecnológicos.

Carvalho (1992), em seu estudo sobre a agropecuária brasileira – com amplo recorte histórico, indo da agricultura escravagista até o sistema agroindustrial –, afirma que, desde a época de criação das primeiras instituições de pesquisa pública, tal serviço teve maior foco nas grandes culturas para exportação – em especial, o caso do café –, majoritariamente desenvolvidas por detentores de grandes áreas, do que em relação ao que o autor chama de pequenos e médios produtores<sup>8</sup> de culturas alimentares e seus consumidores.

Quanto à Ater – posicionada então como uma “ponte” entre a pesquisa e os agricultores – ao voltarmos a suas origens formais no país, inicialmente nos defrontamos com o chamado “modelo clássico”<sup>9</sup> que, após a Segunda Guerra Mundial, serviu como base para a organização dos Serviços de Extensão a serem implantados em regiões consideradas como subdesenvolvidas, dentre elas, o Brasil, em fins da década de 1940.

A criação efetiva de um serviço de Ater no Brasil:

(...) se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21 de junho de 1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros” (Peixoto, 2008, p. 18).

Em 1956, no estado do ES, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), primeiro nome para o órgão oficial capixaba de Ater do ES.

Com a Ditadura Militar, já na segunda metade do século XX, o cenário brasileiro de modernização e industrialização foi reforçado e, justamente nesse contexto, em 1973, ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A

---

<sup>8</sup> Ressaltamos que o uso do termo “produtor” e suas possíveis variantes e adjetivações aparecerá, por vezes, nesta tese, devido à preservação do conteúdo mais próximo ao original em relação à sua fonte, em certas ocasiões vinda de referências bibliográficas, outras vezes, do conteúdo das entrevistas. Vale destacar que entendemos que a diferenciação desses termos em relação ao termo agricultor familiar, por exemplo, não se limita apenas a uma questão semântica, mas expressa uma posição política e conceitual; no caso, alinhada à valorização do sujeito da agricultura familiar em detrimento da crítica às concepções produtivistas que se encontram historicamente associadas ao termo “produtor”.

<sup>9</sup> Estrutura-se em “(...) o conhecimento é transmitido das fontes de origem ao povo rural. No contexto da Extensão, a comunicação é o meio pelo qual o povo rural estabelece contato com a nova tecnologia, advindo, em conseqüências, uma mudança tecnológica permanente. Portanto, o propósito básico da Extensão é transmitir conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo às fontes de pesquisa” (Bechara, 1954 citado por Fonseca, 1985, p. 40).

Embrapa teve, dentre suas atribuições, a responsabilidade por construir as políticas de pesquisa agrícola de âmbito nacional (Castro, 2016). Nos estados da federação houve, de igual forma, a criação de suas respectivas empresas de pesquisa agropecuária, como foi o caso do Espírito Santo (ES), que teve, no mesmo ano, a criação da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), uma instituição análoga à do nível federal.

Sob uma forte convergência de objetivos do governo estadunidense e de interesses privados desse mesmo país, nesse período é que despontou no Brasil o fenômeno mundialmente conhecido como “Revolução Verde”, o qual efetivou-se, sob o ponto de vista agrícola, com base na alta mecanização agrícola, melhoramento genético de plantas e animais, extenso uso de fertilizantes industrializados, assim como de alimentos concentrados para animais e o uso de agrotóxicos (Mazoyer e Roudart, 2010; Viana Júnior, 2020).

Sob o ponto de vista econômico, destacou-se o papel clássico da agricultura visando o desenvolvimento econômico, quer seja a modernização do campo e a industrialização da cidade. Nas palavras de Delgado (2001, p. 161-162):

As chamadas cinco funções da agricultura: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano estavam impregnadas na imaginação dos economistas conservadores da época, e também na de alguns críticos do sistema, de forma que somente se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas.

Nesse contexto, Coelho (2014, p. 69) alerta sobre a existência de um modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil baseado em um conjunto de ideias, serviços e políticas públicas pautados em uma modernização tecnológica industrializante, sustentada na concepção de que o “(...) o uso intensivo de capital e de energia é a forma mais legítima, cientificamente comprovada e economicamente viabilizadora da promoção do desenvolvimento na agricultura ou no espaço agrário”. Como podemos observar hoje, esse cenário carrega consigo um “mundo de incertezas”. É justamente nesse cenário em que surgem as instituições que deram origem ao Incaper, quer seja, como já citadas, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), em 1956; e a Emcapa, em 1973.

Voltando à questão da extensão rural, percebemos que ao longo desse tempo, tal modelo foi pautado por um binômio que acreditamos ir ao encontro das análises

realizadas por Fonseca (1985) – as quais abordaremos mais à frente – e de uma das discussões principais que atravessaram esse projeto, quer seja, a difusão tecnológica.

Nas palavras de Castro (2016, p. 45-46):

O elemento C&T [**ciência e tecnologia**] é representado pela pesquisa agropecuária que objetiva gerar novas técnicas e tecnologias que permitam o aumento da produtividade dos cultivos agrícolas e da criação animal, enquanto o elemento **difusão tecnológica** é representado pelo serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater), responsável por **transmitir** os conhecimentos gerados pela pesquisa agropecuária para o conjunto de agricultores (CASTRO, 2016, p. 45-46, grifos nosso).

O livro *A Extensão Rural no Brasil: um Projeto Educativo para o Capital*, de Maria Teresa Lousa da Fonseca (1985), apresenta uma análise densa e crítica sobre a extensão rural e a pesquisa agropecuária no país. Assim como Freire (1983), a autora problematiza as bases epistemológicas que sustentam esses serviços, historicamente estruturados sob o paradigma difusionista de Rogers, marcado pela verticalidade na produção e na transmissão do conhecimento.

O paradigma de Rogers pode ser considerado como uma matéria-prima importante para a formação das representações no serviço de extensão rural brasileiro. Analisado por Fonseca (1985), esse paradigma trouxe-nos uma proposta teórico-metodológica que almejava conseguir, no menor tempo possível, fazer com que os “clientes” – termo cunhado em Rogers e Shoemaker (1974) –, advindos de áreas tradicionais ou subdesenvolvidas, mudassem suas formas de se comportar por meio da adoção de práticas cientificamente validadas (ao menos em tese) pela pesquisa com o objetivo de solucionar seus problemas e se desenvolverem econômica e socialmente.

Esse modelo de extensão rural e pesquisa, embasado em abordagens difusionistas, revelou-se altamente prejudicial para as comunidades rurais. Sua natureza excessivamente vertical gerou rupturas significativas nas realidades locais, chegando ao ponto de desintegrar elementos culturais, sociais e ambientais presentes no tecido dessas comunidades, como será discutido posteriormente.

Em resposta às distorções provocadas pelo modelo difusionista de extensão rural, nas últimas décadas foram criadas políticas e programas que buscaram reorientar a Ater pública brasileira sob uma perspectiva mais participativa, localmente situada e voltada à agricultura familiar.

Entre os principais marcos dessa transformação destacam-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), instituída pela Lei nº

12.188/2010, e seu instrumento operacional, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), que propõem uma Ater pública, gratuita, continuada e emancipadora, pautada na agricultura de base ecológica e na construção compartilhada do conhecimento (Brasil, 2010; Caporal; Ramos, 2006).

Somam-se a essas iniciativas os programas territoriais, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Territórios da Cidadania, que incorporam o enfoque territorial e participativo ao desenvolvimento rural (Silva; Schneider, 2014). Políticas estruturantes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também contribuíram para articular produção, cidadania e segurança alimentar, reforçando a importância da Ater como política pública promotora do desenvolvimento rural sustentável (Guanziroli e Cardim, 2000; Brasil, 2013).

A discussão em torno da "nova extensão rural", que teve início em 2003 durante o primeiro mandato do governo Lula, visava enfrentar os desafios ligados à ruptura com os paradigmas estabelecidos pelos serviços baseados no modelo Rogeriano. Esses desafios são enfatizados por Caporal e Ramos (2006), que identificam uma inércia estrutural nas instituições de Ater e pesquisa agropecuária. Os autores descrevem as dificuldades enfrentadas por essas instituições em modificar seus modelos e padrões operacionais.

Essa resistência à mudança é atribuída, em grande parte, à internalização e à familiarização com um conjunto de normas e regras dentro de seus domínios representacionais, resultantes das exigências do período em que foram formalmente institucionalizadas e reconhecidas, compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, conhecido como o período do "produtivismo modernizador" (Caporal; Ramos, 2006).

Ao analisarmos as dificuldades, inércias e progressos enfrentados por essas organizações, é fundamental explorar a dualidade entre extensão rural e transferência de tecnologia. Nesse contexto, considerando o foco de nossa pesquisa no Incaper, reconhecemos que essa dualidade é fundamental para a identidade deste órgão. Interpretamos a transferência de tecnologia como uma categoria intrínseca, amplamente presente em diferentes discursos institucionais do Incaper, associados tanto à pesquisa quanto à assistência técnica e extensão rural.

Apesar da relevância dessas questões, observamos a falta de registros e documentos formais conclusivos que possam proporcionar uma compreensão clara

da posição do Instituto em relação aos processos de transferência de tecnologia e sua integração com os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e de pesquisa agropecuária.

Para evitar qualquer injustiça para com a instituição em questão, identificamos um esboço de regimento interno que procura definir o conceito de transferência de tecnologia. Este documento detalha minuciosamente as diferentes atividades a serem conduzidas no âmbito do Instituto, incluindo a transferência de tecnologia como uma das suas vertentes. Todavia, tal documento não avançou em seu processo de formalização e publicação. Não se tratando de um documento oficial, portanto, optamos por não englobá-lo em nossas análises.

O fato é que, atualmente, não há no Incaper uma definição orientadora e formal do que vêm a ser os serviços/processos de transferência de tecnologia, o que nos faz acreditar, por conseguinte, que o entendimento do que seja transferência de tecnologia esteja mais voltado para as ações individualizadas, ou seja, elas partiriam do olhar e das ações dos próprios extensionistas e pesquisadores, sem um devido arcabouço orientador.

Diante disso e de nosso conhecimento acumulado sobre o Incaper até o momento, entendemos que a Transferência de Tecnologia aparece, a princípio, ora sendo entendida como uma unidade gerencial do organograma do Instituto, ora como um processo e/ou serviço que envolve a pesquisa, a Ater e gestão administrativa, e por isso se encontra de forma transversal no tripé elaborado por Duarte (2012)<sup>10</sup>. Tal processo, conforme já citado, se materializaria por diferentes gerências, coordenações técnicas e escritórios locais no âmbito do Instituto.

Atualmente, tais processos encontram-se institucionalmente amparados na **Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (GTTC)**<sup>11</sup>. Como dito, não havendo um documento oficial norteador para a mesma (assim como para outras instâncias), a descrevemos – de maneira ainda muito incipiente – como uma instância onde são pensadas, coordenadas e/ou facilitadas as diferentes institucionalidades que visam, segundo consta o organograma do Instituto (anexo 01), à transferência de tecnologias.

---

<sup>10</sup> Segundo Duarte (2012) o tripé que institucionalmente constitui o Incaper é a pesquisa, a Ater e a gestão administrativa

<sup>11</sup> A fim de evitar o uso exagerado de siglas, em alguns termos, destacamos em negrito partes que os compõem, as quais poderão substituí-los ao longo do texto.

A Gerência de Transferência de Tecnologia é fruto do novo (e último) organograma do Instituto, elaborado em 2018 (Espírito Santo, 2018), com base no Planejamento Estratégico do Incaper (PEI) (Incaper, 2012). Hierarquicamente, tal gerência encontra-se abaixo da Diretoria Técnica, no mesmo nível das outras gerências e, acima dos **Centros Regionais** de Desenvolvimento Rural (CRDR), das Coordenações Técnicas (CT) e dos **Centros de Pesquisa**, Desenvolvimento e Inovação (CPDI).

Por seu lugar no organograma (Incaper, 2023) (anexo 01), entendemos que a transferência de tecnologia assume um papel formal importante no cumprimento das competências legais do Instituto (Espírito Santo, 2000). Apesar da não unanimidade no que concerne à sua posição semântica em relação aos estudos, em especial, da extensão rural e da pesquisa (Rogers; Shoemaker, 1974; Fonseca, 1985; Caporal e Ramos, 2006; Castro, 2016; dentre outros) no contexto do Incaper, destacamos a importância de aprofundar o estudo de seus processos de transferência de tecnologia, especialmente para preencher lacunas identificadas, como a falta de diretrizes e registros que possam contribuir na compreensão mais profunda desses processos.

A partir da problematização desses processos, almejamos contribuir para que os mesmos possam evoluir enquanto institucionalidades inseridas no desenvolvimento de serviços e políticas públicas incaperianas.

Em um cenário cada vez mais complexo da sociedade mundial e com o crescimento paulatino de desigualdades, precarização sistêmica de serviços públicos, mudanças/desequilíbrios climáticas, ameaças antidemocráticas, dependência de matrizes energéticas não renováveis, predominância de monoculturas, existência de impérios/monopólios alimentares, poucas respostas sustentáveis para o saneamento básico e milhões de pessoas ainda passando fome, entendemos que os desafios da Ater e da pesquisa públicas são enormes, imprescindíveis e urgentes. Essas preocupações se acentuam, sobretudo, em um país continental, com concentrações urbanas peculiares e complexas, como o Brasil.

Em face desse panorama, pretendemos enveredar pelo surgimento e desenvolvimento dos serviços de pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural do Incaper, perpassando pelo termo tecnologia, na intenção de relacioná-los aos processos de transferência (e/ou difusão) de tecnologia sob a perspectiva das representações sociais de extensionistas e pesquisadores do Incaper.

No que concerne às representações sociais, podemos apontar que estas são entendidas como sistemas de interpretação que influenciam nossa interação com o mundo e moldam nossas condutas e comunicações sociais, desempenham um papel crucial na compreensão do processo de transferência de tecnologia. Nesse sentido, compreender, principalmente, como os extensionistas e pesquisadores do Incaper representam a pesquisa agropecuária, a Ater e a transferência de tecnologia é fundamental para entender como essas práticas são orientadas, organizadas e influenciadas.

Arriscamos representar os pesquisadores como importantes geradores de tecnologia e os extensionistas como chave nesse processo, desempenhando um papel vital de comunicação entre centros de pesquisa e agricultores. Desta forma, ao compreendermos melhor essas representações, intentamos enveredar por maiores nuances relacionadas à Ater, à pesquisa e à transferência de tecnologia incaperianas, com foco – aqui – nas falas dos servidores.

Para responder ao objetivo geral da tese, a pesquisa teve como questão central a seguinte frase: quais são as representações sociais de extensionistas atuantes no Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) do Caparaó e de pesquisadores, acerca dos serviços de Ater, da pesquisa agropecuária e dos processos de transferência de tecnologia?

Acreditamos que essa análise é fundamental para compreendermos melhor como os atores sociais participantes da pesquisa entendem seus temas principais. Em termos analíticos, esta pesquisa busca também contribuir para a ampliação do debate sobre a relação entre representações sociais e práticas institucionais na Ater e na pesquisa públicas brasileiras.

Ao explorar como extensionistas e pesquisadores atribuem sentido aos conceitos de Ater e pesquisa, e também aos processos de transferência de tecnologia, pretende-se evidenciar de que modo esses sentidos não apenas podem refletir – uma parte – da estrutura organizacional do Incaper. Assim, a investigação se propõe a tensionar o campo simbólico e o campo prático, considerando que as representações sociais, ao mesmo tempo que orientam as ações, são permanentemente reconstruídas pelas experiências cotidianas e pelos processos políticos, históricos e institucionais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a tese não se restringe a uma análise de percepções individuais, mas busca compreender como os sistemas de

significados compartilhados pelos servidores traduzem dinâmicas institucionais, hierarquias de saber e formas de legitimação de práticas técnico-científicas. Ademais, esse enfoque permite reconhecer a Ater, a pesquisa e a transferência de tecnologia como campos de disputas simbólicas e epistemológicas no interior da própria instituição.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos e o recorte empírico que fundamentam o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, descrevemos a estratégia metodológica adotada, explicitando a opção pela abordagem qualitativa, o caráter exploratório do estudo, as técnicas de produção de dados e os referenciais analíticos que orientaram a interpretação do material empírico.

Em seguida, delimitamos o universo da pesquisa, com a caracterização institucional do Incaper e a definição do grupo de servidores participantes, bem como os critérios utilizados para a composição do *corpus* analítico.

Na sequência, a seção avança para a contextualização regional do estudo, por meio da apresentação dos principais aspectos da Microrregião do Caparaó. São destacados elementos físicos, socioeconômicos e produtivos que conformam o espaço onde se concentram parte significativa das ações de Ater, pesquisa e transferência de tecnologia analisadas. Esse conjunto de informações nos permite situar o campo empírico da pesquisa e oferece alguns subsídios para a compreensão das práticas e representações sociais dos sujeitos investigados.

### **Estratégia Metodológica**

Este trabalho aloca-se no âmbito da pesquisa qualitativa. Em razão de seus objetivos e com base em Gil (2008), o caracterizamos como de natureza exploratória. Pesquisas dessa natureza são realizadas quando o tema escolhido “(...) é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (Gil, 2008, p. 27). Não identificamos estudos que envolvessem Ater, pesquisa e TT do

Incaper (e nem sobre instituições que tenham em seu portfólio o desenvolvimento de todos esses serviços), tendo como suporte a Teoria das Representações Sociais<sup>12</sup>.

Em concordância com Moscovici (1978), nosso estudo pressupõe analisar os processos pelos quais determinado grupo de servidores do Incaper constrói “teorias” sobre determinados objetos sociais, no caso, a forma como, em determinado ambiente e interação social (no caso, o ambiente de trabalho) teorizam os serviços de Ater e pesquisas agropecuária e os processos de transferência de tecnologia; dando luz a comunicações, elaborações e comportamentos específicos. Em suma, as representações sociais que estudaremos efetivar-se-ão como um processo formado por e formador de interações sociais incaperianas.

Portanto, nossa finalidade é evidenciar e analisar conceitos e ideias relacionados a esses temas na Instituição e que possam contribuir para a formulação de problemas e/ou de hipóteses mais precisos e mais pesquisáveis em estudos futuros (Gil, 2008), possibilitando por consequência a ampliação de seus escopos. Diante disso, o mesmo autor nos indica que de todos os tipos de pesquisa, a exploratória – por sua natureza – traduz-se como aquela que possui menor rigidez em seu planejamento; objetivando proporcionar uma certa visão geral, de tipo aproximativo, acerca dos fatos sociais.

O delineamento da pesquisa foi estruturado como um estudo de caso, constituído numa investigação dos serviços de Ater, pesquisa e TT do Incaper – com foco maior em seu Centro Regional de Desenvolvimento Rural do Caparaó –, possibilitando seu conhecimento de forma mais ampliada e mais detalhada (Gil, 2008), por meio da análise das representações sociais de servidores extensionistas e pesquisadores.

Como técnicas de levantamento de dados, Jaccoud e Mayer (2010) orientam que, para dar conta de uma realidade prática, a pesquisa necessita de uma gama delas, por vezes complementares. Ao longo da escrita realizamos pesquisa documental em sítios eletrônicos e documentos oficiais. No quadro 1 trazemos as principais fontes e seus respectivos principais dados coletados.

---

<sup>12</sup> Todavia, para estudos qualitativos tendo o Incaper como universo da pesquisa, vide Duarte (2013) e Silva *et al.* (2017), este último, inclusive, estudando representações sociais de extensionistas.

Quadro 1 – Fontes documentais e principais dados coletados

Fonte		Dados
Sítios eletrônicos	Incaper	Aspectos históricos (criação, mudanças); Aspectos institucionais (missão, visão, valores), Organograma Unidades incaperianas Zonas naturais do ES Relatórios de gestão (2020, 2023 e 2024)
	Assembleia Legislativa ES	Leis estaduais (em especial leis de criação e modificação dos cargos do Incaper)
	Diário Oficial ES	Organograma Editais dos concursos
	Instituto Jones dos Santos Neves	Nomes mais populares do ES
	IBGE	IBGE Est@dos e IBGE Cid@ades: dados gerais ES
	Seama	Atlas da Mata Atlântica do Estado do ES – mapas bacias hidrográficas
Informações via e-mail junto ao Incaper		Dados gerais relativos à Gestão de Pessoas

Fonte: elaboração própria (2026).

Ainda, na busca por novos subsídios à compreensão de aspectos que mereceram tratamento adequados realizamos uma revisão bibliográfica (mais detalhes no quadro 2). Aos olhos de Deslauriers e Kérisit (2010), a revisão bibliográfica, além de exigir do pesquisador um aprofundamento que extrapole o seu campo de investigação original, é capaz de possibilitar um maior conhecimento dos contextos, contribuindo para a construção de um conjunto teórico de amplitude mais acentuada.

Conduzimos entrevistas com 17 servidores, cujas transcrições compõem a matéria-prima principal das análises. Na realização das mesmas, adotamos um roteiro semiestruturado (apêndice 01), como explica Gil (2008), uma “entrevista por pautas”. A relação de pontos de interesse ajuda o pesquisador a não se perder no diálogo ao longo de seu curso. Nossa proposta de roteiro compôs-se de perguntas sobre a trajetória de vida dos servidores entrevistados; suas visões sobre diferentes aspectos dos processos de TT; suas perspectivas em relação ao binômio Ater e pesquisa, a Pnater, tecnologia; e sua relação com a Ater e a Pesquisa ao longo de sua formação (apêndice 01).

Após a realização de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas, nos dedicamos à sistematização de todas as informações visando a realização de análise de conteúdo. Cabe dizer que entendemos esse tipo de análise como o fizeram Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009): ao admitirem que um texto possui sentidos e

significados – sejam eles evidentes ou ocultos – assumem que o pesquisador, desde que apoiado por técnicas apropriadas, é capaz de interpretar a mensagem contida nesse texto. Assim sendo, concebem a análise de conteúdo como uma forma de interpretação do conteúdo de um texto por meio de normas sistemáticas extratoras de significados temáticos ou os significantes lexicais.

Na operacionalização da análise em si, apoiamo-nos essencialmente em Bardin (2011). A referida autora defende que a análise de conteúdo abarca variadas possibilidades, por meio de um arcabouço de técnicas complementares, sendo, com isso, possível de se explicar e sistematizar mensagens e expressões de determinado conteúdo. Seu fim se trata de construir deduções lógicas e justificadas, advindas das mensagens analisadas, conforme quem as emite, seu contexto de inserção, incluindo os efeitos das mensagens (Bardin, 2011).

Nossa proposta foi, por conseguinte, organizar a análise em uma tríade de polos cronológicos, quer seja: pré-análise dos dados; exploração do material; tratamento dos resultados, construção de inferências e interpretação (Bardin, 2011).

Em especial para o caso das entrevistas, primeiramente, após a devida transcrição das mesmas, realizamos uma leitura inicial do conteúdo em sua íntegra. Depois, trabalhamos o texto a partir de uma estratégia de leituras e releituras do conteúdo, seleção e agrupamento das partes mais próximas, a partir das quais passamos à construção das categorias de análise – processo feito com maior dedicação àquelas mais relevantes ao universo representacional da Ater, da pesquisa e da TT no âmbito do Incaper, em suas possíveis diferentes perspectivas. O quadro 2 indica o conjunto das principais categorias de análise criadas, assim como as referências bibliográficas da revisão de literatura.

Quadro 2 – Categorias de análise criadas e referencial bibliográfico acessado

<b>Categoria</b>	<b>Principais Referências Revisão de Literatura</b>
Formação acadêmica	Não se aplica
Trajetória profissional	Não se aplica
Conceito de Tecnologia	Vieira Pinto (2005a; 2005b); Veraszto <i>et al.</i> (2009); Dereti (2009); Silva (2013); Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012); Vargas (1994); Sabato (1972); Coelho (2014); Lévy (1993; 1999).
Conceito de Pesquisa Agropecuária	Rodrigues (1987); Carvalho (1992); Castro (2016); Delgado (2001); Mazoyer e Roudart (2010); Coelho (2014).
Conceito de Ater	Peixoto (2008); Fonseca (1985); Freire (1983); Rogers e Shoemaker (1974); Schlottfeldt (1991); Brandenburg (1993); Caporal e Ramos

	(2006); Diesel, Dias e Neumann (2015; 2022); Castro (2016); Brasil (2010).
Pnater	Brasil (2010); Caporal e Ramos (2006); Diesel, Dias e Neumann (2015; 2022); Peixoto (2008); Castro (2016).
Junção de pesquisa e Ater	Fonseca (1985); Rogers e Shoemaker (1974); Castro (2016); Caporal e Ramos (2006); Diesel, Dias e Neumann (2022); Coelho (2014); Peixoto (2008).
Conceito de Transf. de Tecnologia	Vieira Pinto (2005a; 2005b); Rogers (1995); Rogers e Shoemaker (1974); Fonseca (1985); Castro (2005; 2016); Dereti (2009); Silva (2013); Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012); Peixoto (2008; 2017).
TRS (suporte teórico)	Minayo (1995; 2005); Jovchelovitch (1995); Moscovici (1961; 1978; 1981; 1988; 1995; 2003; 2015); Jodelet (1989; 2001); Freitas e Freitas (2010); Sá (1998; 2000; 2002); Alexandre (2001); Arruda (2002); Horochovski (2004); Sêga (2000); Guareschi (1995); Spink (1993; 1995); Vala (1993); Joffe (1995); Lima e D'Ascenzi (2014); Freitas (2017); Oliveira (2013); Cabecinhas (2004); Bauer (2003); Franco (2004).

Fonte: elaboração própria, 2025.

Na terceira e última etapa da referida análise, nos detivemos em cada categoria analítica antes criada, construindo inferências e interpretações de seus conteúdos, dialogando, pois, com a literatura acessada. Dentro de cada uma dessas categorias, buscamos refazer a mesma tríade de polos cronológicos.

Considerando que a TRS não se limita à identificação de conteúdos, mas como uma busca pela compreensão da forma como o conhecimento é socialmente organizado, avançamos na análise temática para a análise das estruturas representacionais. Para tanto, mobilizamos os conceitos de ancoragem e objetivação, conforme propostos por Moscovici (2003) e desenvolvidos por Jodelet (2001), permitindo identificar como os sujeitos interpretam e dão sentido aos objetos investigados a partir de referenciais previamente conhecidos.

A partir dessa etapa, intentamos ainda identificar a organização interna das representações sociais, com base na Teoria do Núcleo Central, conforme proposta por Abric (1994). Para isso, consideramos três critérios analíticos principais: a frequência de ocorrência dos elementos nos discursos, o grau de compartilhamento entre os entrevistados e a relevância simbólica atribuída a esses elementos, expressa pela ênfase, naturalização e centralidade nos relatos.

Tal procedimento nos possibilita a distinção entre elementos centrais e periféricos das representações (Mazzotti, 2002). Os elementos caracterizados por alta frequência, elevado consenso e forte carga normativa foram interpretados como

constituintes do núcleo central, refletindo valores, normas e concepções mais estáveis e compartilhadas pelo grupo social investigado. Por outro lado, os elementos menos frequentes, mais contextuais ou associados a experiências específicas foram compreendidos como parte do sistema periférico, responsável por conferir flexibilidade e adaptação das representações às diferentes situações vivenciadas pelos sujeitos.

Esse movimento analítico nos possibilitou a construção do universo representacional para cada um dos objetos investigados, evidenciando não apenas os conteúdos das representações, mas também sua organização interna e suas dinâmicas.

Foi possível identificar a coexistência de diferentes matrizes interpretativas no interior do grupo estudado, expressando tensões e disputas entre perspectivas mais tradicionais, de caráter difusionista, e abordagens emergentes, de cunho participativo e contextualizado. Dessa forma, a análise das entrevistas, orientada pela TRS, permitiu compreender as representações sociais como construções coletivas que orientam práticas, organizam sentidos e refletem os contextos institucionais e históricos nos quais os sujeitos estão inseridos.

Esta tese pautou-se na Resolução 466 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos, órgão do Ministério da Saúde, que controla as pesquisas com seres humanos no Brasil. Tivemos a devida autorização assinada pela Diretoria do Incaper, documento em que foram devidamente explicados os objetivos da pesquisa e seus procedimentos.

A pesquisa foi aprovada pelo CEP da UFV – parecer sob o número 6.312.078 –, conforme regula a Resolução 466, de 2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde. Informamos que os depoimentos dos entrevistados foram colhidos somente após leitura, concordância e assinatura do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 02), conforme a mesma resolução.

Por fim, pretendemos fazer a devolutiva da pesquisa ao Incaper por meio de uma reunião agendada exclusivamente para isso junto à sua direção e armazenar os dados da tese pelo período de 5 (cinco) anos.

## **Universo da Pesquisa**

O universo de pesquisa deste estudo é composto por um grupo de extensionistas e pesquisadores distribuídos em algumas dentre as muitas unidades do Incaper. Quanto aos extensionistas, a maior parte deles está lotada nos escritórios locais do Centro Regional de Desenvolvimento Caparaó, situado na microrregião capixaba de mesmo nome. Ao longo desta seção, apresentaremos justificativas e detalhes quantitativos e qualitativos sobre o grupo de entrevistados.

O Incaper é uma instituição pública resultado da transformação de diferentes outras, as quais tiveram, por alguns períodos de tempo, suas próprias identidades. Seus primórdios são o surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (Acares), no ano de 1956, cuja função principal era trabalhar com o crédito rural supervisionado, buscando a elevação do nível de vida do agricultor, por meio do incremento em produção e produtividade agrícolas (Incaper, 2023a).

Em outra perspectiva, com foco para a pesquisa agropecuária e conforme já citado anteriormente, aconteceu em 1973 a criação da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), visando a geração, adaptação e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, conforme a realidade rural do Estado; pouco tempo depois, paralelamente, criou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a qual acabou por incorporar a Acares (Incaper, 2023a).

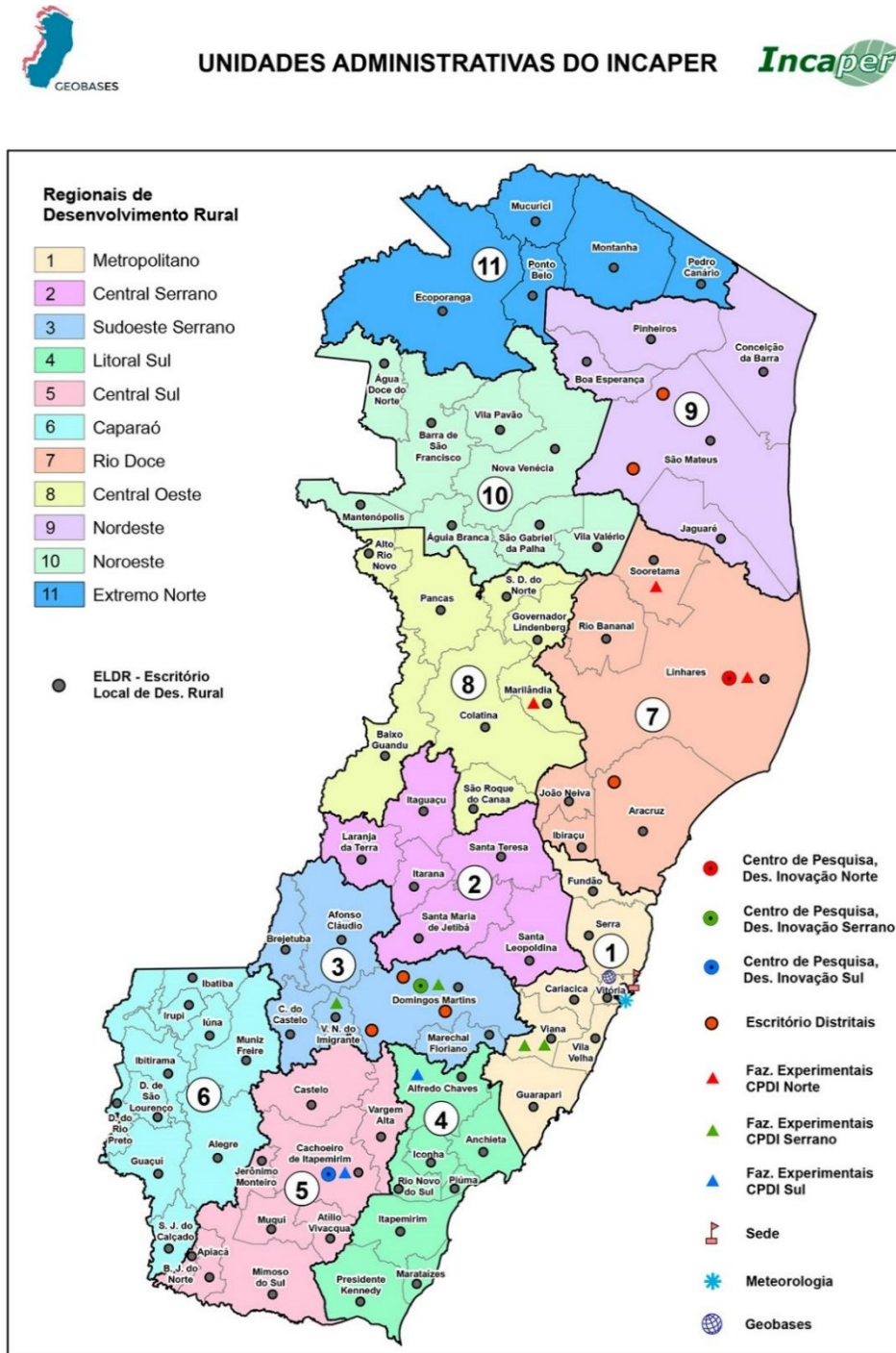
Ao fim dos anos 1990, entretanto, houve a fusão da Emcapa com a Emater, dando origem à Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper). Pouco tempo depois, todavia, a Emcaper, antes uma empresa, é transformada em autarquia, portanto, no Incaper tal qual conhecido na contemporaneidade (Incaper, 2023a). Seu foco de ação atual é a agricultura familiar, a sustentabilidade, o empreendedorismo, a organização social e a regionalização; e, sua visão de futuro é “Espírito Santo: Referência em Soluções Integradas de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural” (Incaper, 2023b, n.p.).

Suas competências estão descritas no texto da Lei nº 194/2000 (Espírito Santo, 2000), cujo artigo 6º afirma que o Incaper dentre seus objetivos, deve executar políticas públicas pertinentes à pesquisa, Ater, crédito, fomento agrossilvopastoril e atividades relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, de forma integrada, com atendimento prioritário da agricultura familiar.

O Incaper possui unidades em todos os 78 municípios capixabas (vide figura 1); em seu organograma (Anexo 01), conta com 137 unidades, as quais englobam a

sede, os Escritórios Locais (ELDR's) e distritais<sup>13</sup>, fazendas experimentais, laboratórios e Centros de Pesquisa (CPDI's).

Figura 1 – Unidades Administrativas do Incaper

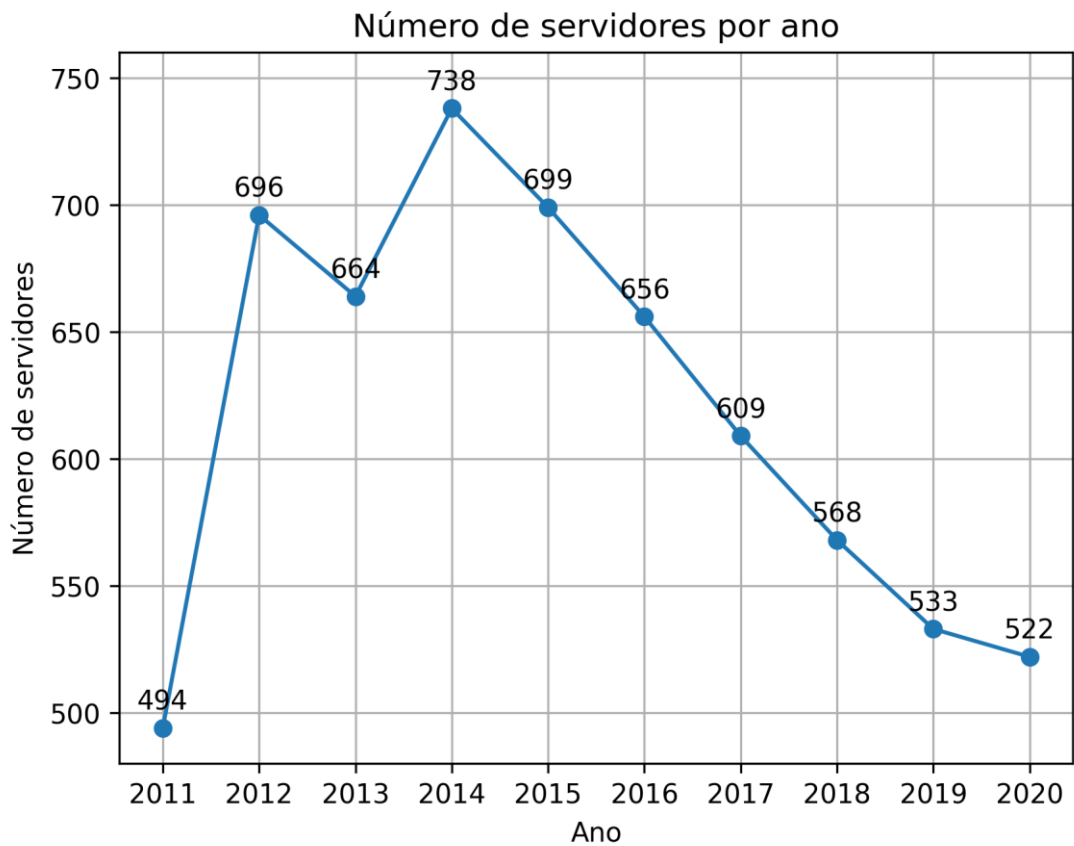


Fonte: Incaper (2023d).

<sup>13</sup> São unidades que atuam como os ELDR's, mas subordinadas a estes e localizadas em distritos de alguns municípios, os quais possuem maiores territórios geográficos.

Em termos de recursos humanos, apresentamos dois conjuntos de dados. O primeiro deles é demonstrado pela figura 2 que nos mostra a evolução quantitativa do quadro de servidores do Incaper ao longo de dez anos. Em 2011, o Instituto contava com quase 500 servidores, número que chegou ao seu ápice em 2014, com 738. Isso se explica pelo fato de que em final de 2011 o Incaper realizou um concurso<sup>14</sup>. A partir de 2015 e até 2020, esses números entraram em uma tendência decrescente.

Figura 2 – Evolução de número de servidores efetivos (2011-2020)



Fonte: adaptado de Incaper (2020).

Um novo concurso só veio a acontecer em 2020, mas com a convocação de servidores apenas a partir do segundo semestre de 2024 (Espírito Santo, 2024). No quadro 3 apresentamos o quantitativo de servidores incaperianos distribuído em

<sup>14</sup> Edital de concurso público nº 01/2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/Concurso\_2011.pdf>. Foi justamente por meio desse concurso que tomei posse como servidor do Incaper.

cargos e em dois períodos diferentes: imediatamente antes da posse dos nomeados no último concurso<sup>15</sup> (setembro de 2024) e nos dias atuais (outubro de 2025).

Quadro 3 – N° de servidores no Incaper pelos cargos

Cargos	Quantitativos			
	Set 2024	%	Out 2025	%
Agentes de Extensão em Desenvolvimento Rural	114	26,0	162	29,5
Agentes de Pesquisa e Inovação em Desenvol. Rural	30	6,8	67	12,2
Técnicos em Desenvolvimento Rural	69	15,7	94	17,1
Auxiliares em Desenvolvimento Rural	57	13,0	57	10,4
Analistas do Executivo	24	5,5	24	4,4
Técnicos de Suporte	25	5,7	25	4,6
Assistentes de Gestão	62	14,12	62	11,3
Comissionados	11	2,5	11	2,0
Requisitados (Prefeituras, Embrapa, Idaf, etc.)	35	8,0	35	6,4
Voluntários	12	2,7	12	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>439</b>	<b>100</b>	<b>549</b>	<b>100</b>

Fonte: adaptado de Spavier Ferreira (2025, [mensagem eletrônica]).

A figura 2 e o quadro 3 nos indicam um cenário de diminuição do número de servidores entre 2020 e 2025. O quadro 3, por si só ainda nos dá uma perspectiva da variedade oficial de cargos existentes no Instituto. Em outubro de 2025, Agentes de Extensão ocupam praticamente 30% do quadro de pessoal, seguidos por 17% de Agentes de pesquisa e Inovação em Desenvolvimento Rural e outros 12% de Técnicos em Desenvolvimento Rural. Somados, os três tipos de cargos ocupam 59% do quadro de vagas, sendo que os outros 41% são ocupados pelos demais cargos de servidores incaperianos. O quadro 4 nos mostra em mais detalhes do que se trata cada um dos cargos que apresentamos no quadro 3.

Quadro 4 – Detalhamento dos cargos incaperianos

Cargos	Exigência	Atribuição e Lotação	Formações Admitidas
Agentes de Extensão em Desen. Rural	Extensionistas com curso de nível superior bacharelado	Subsidiar na elaboração, coordenação, supervisão, avaliação e execução de programas, planos de	Agron.; C&T Alim.; C. Biol.; C. Econ.; C. Soc.; Econ. Dom.; Eng. Agríc.; Eng. Agron.; Eng. Agrimens.; Eng. Agrimens. e Cartog.; Eng. Alim.; Eng.

<sup>15</sup> Edital de concurso público nº 001/2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/Concursosolncaper2022/Edital%20-%20Concurso%20P%C3%BAblico%20INCAPER.pdf>

		gestão, projetos e ações de estudos, de Ater, via de regra lotados nos ELDR's	Aquic.; Eng. Pesca; Eng. Flor.; Geogr.; Hist.; Med. Vet.; Meteorol.; Serv. Soc.; Tur.; Zootec.
Agentes de Pesquisa e Inovação em Desen. Rural	Pesquisadores com curso de nível superior bacharelado	Subsidiar quanto à gestão de pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, via de regra lotados nos CPDI's <sup>16</sup> ou na sede	Agron.; Agroneg.; Bioinfo.; Bioquím.; Biotec.; C&T Alim.; C. Biol.; C. Econ.; C. Soc.; Econ. Dom.; Eng. Agríc.; Eng. Agron.; Eng. Agrimens.; Eng. Agrimens. e Cartog.; Eng. Alim.; Eng. Pesca; Eng. Flor.; Geogr.; Med. Vet.; Meteorol.; Zootec.
Técnicos em Desen. Rural	Curso de nível médio técnico	Promover, executar e apoiar ações no âmbito da pesquisa, assistência técnica e extensão rural, via de regra lotados nos CPDI's, fazendas experimentais ou ELDR's.	Téc. Agric.; Téc. Agric.; Téc. Alim.; Téc. Agroecol.; Téc. Agroind.; Téc. Agroneg.; Téc. Agropec.; Téc. Anál. Clín.; Téc. Biotec.; Téc. Farm.; Téc. Cafeic.; Téc. Lab.; Téc. Quím.
Auxiliares em Desen. Rural	Curso de nível fundamental	Atuar em atividades agropecuárias em campo, via de regra lotados em fazendas experimentais	Não se aplica
Analistas do Executivo	Curso de nível superior bacharelado	Planejar, analisar, executar, assessorar, coordenar e avaliar atividades técnicas, orçamentárias e legais, lotados em quase todas as unidades	Adm.; C. Cont.; C. Econ.; Dir.; Antrop.; Art. Cên.; Art. Plást.; Art. Vis.; Arq.; Bibliot.; C. Soc.; Com. Soc.; Ed. Fís.; Hist.; Let.; Lit.; Museol.; Mús.; Nutr.; Pedag.; Psicol.; Serv. Soc.; Tur.; Arq. e Urb.; Eng. Civ.; Eng. Elét.; Eng. Amb.; Eng. Mec.; Eng. Flor.; Eng. Agron.; Eng. Quím.; Eng. Cart./Agrim.; Estat.; Eng. Comp.; Anál. Sist.; Sist. Inf.; C. Comp.; Geogr.
Técnicos de Suporte em Desen. Rural	Curso de nível médio técnico	Supervisionar, controlar e executar atividades de apoio técnico nas áreas de informática, laboratórios, administração, contabilidade, edificações, eletrotécnica, dentre outras	Téc. Eletrotéc.; Téc. Edif.; Téc. Adm.; Téc. Contab.; Téc. Lab.
Assistentes de Gestão	Curso nível médio	Acompanhar, controlar e executar atividades de nível intermediário relacionadas com as funções de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros	Não se aplica
Comissionados	Profissionais que ocupam cargos não efetivos, por meio de indicação política	Variadas	Não se aplica
Requisitados (Prefeitura, Embrapa, Idaf, etc.)	Servidores de outros órgãos que estão cedidos ao Incaper	Variadas	Variadas
Voluntários	Servidores que já se aposentaram mas continuam a trabalhar no Instituto	Variadas	Variadas

<sup>16</sup> Possuem suas unidades físicas nas fazendas experimentais.

Fonte: Espírito Santo (2013, 2022 e 2023).

No quadro 4, portanto, apresentamos os cargos existentes no Incaper, organizados por nível de escolaridade, atribuições, local de lotação e formações admitidas segundo lei, a depender da demanda do próprio Instituto quando da realização de concurso.

Os Agentes de Extensão e os Agentes de Pesquisa exigem formação superior e atuam, respectivamente, nas atividades de Ater e de pesquisa, desenvolvimento e inovação, estando lotados nos ELDR's, CPDI's ou na sede. Como formações, admitem cursos sobretudo das áreas das ciências agrárias, ambientais, biológicas, biotecnológicas e sociais.

Os Técnicos em Desenvolvimento Rural possuem formação de nível médio técnico e executam atividades de apoio à pesquisa, à Ater, exigindo formações específicas nas áreas agropecuárias, alimentares, laboratoriais e correlatas. Os Auxiliares em Desenvolvimento Rural, de nível fundamental, atuam principalmente em atividades de campo, sobretudo em fazendas experimentais.

Os Analistas do Executivo, também de nível superior, desempenham funções de planejamento, análise, assessoria e gestão, com ampla possibilidade de lotação nas unidades do Instituto e ampla diversidade de formações admitidas, abrangendo áreas administrativas, sociais, humanas, tecnológicas e engenharias.

O quadro inclui ainda os Técnicos de Suporte em Desenvolvimento Rural e os Assistentes de Gestão, responsáveis por atividades de apoio técnico e administrativo, exigindo, respectivamente, formações de nível médio técnico e apenas nível médio. Por fim, são apresentados os comissionados, os requisitados de outros órgãos e os voluntários, cujas formações, lotações e atribuições são variáveis e não se enquadram nas exigências típicas dos cargos efetivos.

No Incaper – a depender do cargo e, dentro de um mesmo cargo – existem profissionais com variadas formações acadêmicas. Citamos exemplos. No ELDR do município de Lúna, nos últimos dez anos, passaram em seu quadro de extensionistas somente Agentes de Extensão em Desenvolvimento Rural, distribuídos entre as graduações de agronomia, economia doméstica, engenharia florestal e serviço

social<sup>17</sup>. Em complemento ao quadro 4 quando recorremos ao edital do último concurso do Instituto – nº 001/2022 – construímos o quadro 5, em que são distinguidos os cargos, as áreas e os requisitos admitidos nas vagas.

Quadro 5 – Cargos e áreas correlatas no concurso do Incaper de 2022

<b>Cargo</b>	<b>Área</b>	<b>Requisitos</b>
Técnico em Desenv. Rural	Agropecuária	Curso de Nível Médio Téc. Agrop., Téc. Agricul., Téc. Agroec., Téc. Agrícola ou Téc. Cafeicultura
	Laboratório	Curso de Nível Médio Téc. Lab., Téc. Quím., Téc. Análises Clínicas, Téc. Biotec. e Téc. Farmácia
Agente de Extensão em Desenv. Rural	Agroecologia/Produção Orgânica	Bach. Agron./Eng. Agrônômica
	Bem-Estar Social	Bach. Economia Doméstica ou Serviço Social
	Cafeicultura	Bach. Agron./Eng. Agrônômica
	Engenharia de Pesca	Bach. Eng. de Pesca
	Generalista	
	Irrigação	Bach. Agron./Eng. Agrônômica ou Eng. Agrícola
	Produção Animal/Bovinocultura	Bach. Agron./Eng. Agrônômica, Zootecnia ou Medicina Veterinária
Socioeconomia	Bach. Agron./Eng. Agrônômica, Economia, Sociologia ou Ciência Sociais	
Agente de Pesquisa e Inovação em Desenv. Rural	Bioinformática	Bach. Agron./Eng. Agrônômica, Ciências Biológicas, Biotecnologia, Bioinformática ou Bioquímica
	Biologia Molecular	Bach. Agron./Eng. Agrônômica, Bioquímica ou Ciências Biológicas
	Economia Rural	Bach. Economia ou Agronegócio
	Engenharia Agrícola/Irrigação	Bach. Agron./Eng. Agrônômica ou Eng. Agrícola
	Entomologia/Controle Biológico	Bach. Agron./Eng. Agrônômica ou Ciên. Biológicas
	Fisiologia Vegetal/Produção	
	Fisiologia Vegetal	
	Fitopatologia	Bach. Agron./Eng. Agrônômica
	Fitotec./Prod. Vegetal – Subárea: Cafeicultura	
	Fitotec./Prod. Vegetal – Subárea: Manejo de Plantas Daninhas	
	Fitotec./Prod. Vegetal – Subárea: Agroecologia	Bach. Agron./Eng. Agrônômica ou Eng. Agrícola
	Fitotec./Prod. Vegetal – Subárea: Fruticultura Tropical	Bach. Agron./Eng. Agrônômica
	Fitotec./Prod. Vegetal – Subárea: Olericultura	
	Melhoramento Vegetal	Bach. Agron./Eng. Agrônômica ou Ciências Biológicas
	Solos e Nutr. de Plantas/Manejo e Conserv. de Solos	Bach. Agron./Eng. Agrônômica
	Solos e Nutr. de Plantas /Fertilidade do Solo	
Silvicultura/Manejo Florestal	Bach. Eng. Florestal	
Zootecnia/Bovinocultura	Bach. Zootecnia	

<sup>17</sup> Durante esse tempo, estive lotado inicialmente no ELDR de Irupi (4 anos), depois no ELDR Iúna (7 anos) e presenciei o trânsito de servidores/as, com atenção às suas formações.

Aquicultura/Piscicultura	Bach. Eng. de Aquicultura, Eng. de Pesca, Biologia ou Zootecnia
Cultura de Tecidos e Células Vegetais	Bach. Agron./Eng. Agronômica ou Ciências Biológicas
Transf. de Tecn./Ext. Rural	Bach. Agron./Eng. Agronômica, Ciências Sociais, Agronegócio ou Ciências Econômicas

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2022).

Especificamente nos cargos de Agentes de Extensão e Agentes de Pesquisa – há uma variedade relevante de áreas em que foram demandados profissionais, cujos requisitos mínimos foram compostos por diferentes graduações. Na maioria dos cargos, inclusive, mais de uma graduação foi admitida, conforme podemos observar na terceira coluna do quadro 5.

Diante da diversidade e da quantidade de profissionais que compõem o quadro de servidores do Incaper, a definição de uma amostra representativa da instituição como um todo apresenta-se como uma tarefa sobremaneira complexa. Contudo, é importante destacar, de forma explícita, que a composição do grupo de servidores entrevistados nesta pesquisa não teve como objetivo seguir uma lógica amostral de caráter estatístico, tampouco alcançar uma abrangência extensiva da Instituição. Trata-se de uma escolha metodológica deliberada, sustentada por fundamentos teóricos próprios da pesquisa qualitativa.

Em primeiro lugar, conforme esclarece Gil (2008), em pesquisas de caráter exploratório, os procedimentos clássicos de amostragem probabilística e as técnicas quantitativas de coleta de dados tendem a não ser aplicáveis. Nesses casos, o interesse central da investigação recai menos sobre a representatividade numérica e mais sobre a exploração aprofundada do fenômeno estudado.

Em segundo lugar, sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), a definição do número de entrevistados não está subordinada a critérios estatísticos, mas à saturação teórica dos sentidos produzidos pelos sujeitos socialmente implicados com o objeto de estudo (Minayo, 2014). Assim, considera-se suficiente o conjunto de entrevistas capaz de revelar o campo representacional, suas ancoragens, objetivações, consensos e tensões internas, assegurando diversidade de posições sem comprometer a identidade coletiva do grupo analisado.

Em terceiro lugar, apoiando-nos em Bauer e Aarts (2008) e em Minayo (2014), reconhecemos que, embora a lógica da amostragem representativa seja relevante para determinadas pesquisas sociais, ela não se aplica a todas as situações

investigativas. Neste estudo, o objetivo não foi representar estatisticamente a realidade institucional do Incaper, mas captar a diversidade de sentidos, discursos e práticas produzidos por seus servidores em relação ao objeto analisado. Nessa perspectiva, a representatividade assume um caráter teórico e simbólico, e não probabilístico (Minayo, 2014).

Essa opção metodológica se ancora, portanto, na natureza qualitativa da pesquisa, cuja preocupação central não é a mensuração de fenômenos, mas a compreensão dos significados e das representações sociais atribuídas pelos sujeitos ao contexto institucional em que estão inseridos.

Nesse sentido, Bauer e Aarts (2008) contribuem com a noção de *corpus*, entendido como um conjunto organizado de materiais empíricos selecionados intencionalmente para análise. No caso desta pesquisa, o *corpus* foi constituído primordialmente pelas transcrições das entrevistas.

No processo de construção de um *corpus* qualitativo, os autores indicam como princípios centrais: a ampliação dos estratos e funções sociais investigados; a análise da diversidade de representações; a priorização da variedade de sentidos em detrimento da proporção numérica; e a recusa de conclusões baseadas em “quantos pensam assim”, privilegiando-se a compreensão de “como pensam” os sujeitos. Ademais, os autores alertam para a inadequação de generalizações estatísticas a partir de resultados qualitativos, ressaltando que o foco analítico deve incidir sobre a produção de sentidos, e não sobre sua frequência.

No que se refere ao tamanho do *corpus*, Bauer e Aarts (2008) argumentam que não existe um número ideal previamente definido. O volume de material empírico deve ser compatível com o tempo disponível, os recursos da pesquisa e a profundidade analítica pretendida. A coleta excessiva de dados pode resultar na formação de “porões de dados”, isto é, materiais acumulados que não chegam a ser efetivamente analisados (Bauer; Aarts, 2008, p. 60).

À luz dessas considerações teórico-metodológicas, foram definidos critérios específicos para a seleção dos entrevistados, de modo a assegurar coerência analítica, diversidade de posições institucionais e viabilidade operacional da pesquisa.

Em primeiro lugar, buscou-se entrevistar extensionistas e pesquisadores com o objetivo de compor um retrato da verticalidade do organograma do Incaper, contemplando diferentes níveis hierárquicos da instituição. Essa estratégia visou garantir variabilidade de posições institucionais, aspecto central para pesquisas

ancoradas na Teoria das Representações Sociais. Assim, foram incluídos servidores lotados em distintas unidades ao longo da hierarquia incaperiana, sendo que, à medida que se avançava para os níveis inferiores da estrutura organizacional, ampliava-se proporcionalmente o número de entrevistas realizadas.

Em um segundo momento, no âmbito dos escritórios locais, optou-se por concentrar a investigação no Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) Caparaó. Essa escolha deveu-se à expressiva variabilidade do regional, tanto em termos do número de municípios abrangidos (dez) quanto das áreas de atuação de seus servidores. Ademais, trata-se do regional no qual o pesquisador atuou como servidor durante todo o período de vínculo com o Incaper, o que facilitou o acesso ao campo e o estabelecimento das interlocuções.

No âmbito do CRDR Caparaó, priorizamos a realização de entrevistas com os coordenadores locais, por serem, institucionalmente, os principais responsáveis pela gestão e pela tomada de decisão em suas respectivas unidades. Dos dez escritórios locais que compõem o regional, oito eram coordenados por Agentes de Extensão, enquanto dois tinham Técnicos em Desenvolvimento em suas coordenações e não contavam com Agentes de Extensão em seus quadros funcionais.

Considerando-se a busca por diversidade territorial, a variabilidade já assegurada quanto aos cargos, às unidades e às formações profissionais, bem como a avaliação de que havia sido alcançada a saturação teórica dos sentidos produzidos, optamos por não entrevistar os Técnicos em Desenvolvimento. Tal decisão esteve igualmente associada à necessidade de delimitar o número de interlocutores, bem como à não pretensão de abarcar a totalidade da diversidade de sujeitos que compõem o Incaper, mesmo considerando-se o recorte restrito a apenas uma de suas regionais.

Cabe destacar que a opção por não entrevistar os Técnicos em Desenvolvimento não se fundamentou, em nenhum momento, em critérios relacionados ao nível de importância ou hierarquia dos cargos no interior do Instituto. Ao contrário, reconhecemos a centralidade desses profissionais na dinâmica institucional, razão pela qual se espera que pesquisas futuras possam contemplar, de forma protagonista, os olhares e as experiências dos TDR incaperianos.

Em relação aos demais níveis institucionais – especialmente gerências e coordenações –, optamos por entrevistar um representante de cada unidade, priorizando a ampliação do número de instâncias contempladas, em detrimento de um

aprofundamento no interior de cada uma. Em todos os casos em que houve retorno aos contatos realizados, foi possível entrevistar os respectivos responsáveis formais.

A partir desses critérios, entre outubro de 2023 e dezembro de 2024, foram realizadas, de forma remota<sup>18</sup>, 17 (dezessete) entrevistas com servidores lotados ou atuantes como responsáveis nas instâncias previamente definidas, conforme organograma apresentado no Anexo 01. Todos os entrevistados ingressaram no Instituto por meio dos concursos de 2005 ou de 2012, possuindo, portanto, no mínimo dez anos de carreira. Do total, seis eram do sexo feminino e onze do sexo masculino; treze atuavam como extensionistas e quatro como pesquisadores.

No nível da execução programática, foram entrevistados os responsáveis pelas Gerências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Gater), de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (GPDI) e de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (GTTC) (Incaper, 2023c). Quanto às Coordenações Técnicas, participaram da pesquisa representantes das coordenações de Cafeicultura, Produção Animal, Agroecologia, Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização, e Gestão dos Recursos Naturais<sup>19</sup>.

No plano regional e local, foram entrevistados os responsáveis pelas coordenações dos Centros de Pesquisa Sul e Serrano<sup>20</sup>, bem como os coordenadores dos Escritórios Locais de Desenvolvimento Rural dos municípios de Alegre, Dorés do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Muniz Freire e São José do Calçado<sup>21</sup>. O Quadro 6 apresenta, de forma sistematizada, as unidades contempladas e o número de servidores entrevistados em cada uma delas.

Quadro 6 – Instâncias do Incaper, cargo e nº de servidores participantes da pesquisa

<b>Unidade</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nº Entrevistadas</b>
Gerência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Gater)	Extensionista	1
Gerência de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (GPDI)	Pesquisador	1
Gerência Transferência Tecnologia e Conhecimento (GTTC)	Pesquisador	1

<sup>18</sup> Justificamos a forma remota nas entrevistas pela sua maior facilidade em meio a limitações de recursos – financeiros, operacionais e logísticos – e à não liberação formal de minhas atividades laborais na maior parte do período destinado para a realização daquelas.

<sup>19</sup> Apesar da feitura de seguidos e diferentes contatos, não obtivemos alguma resposta do servidor responsável pela Coordenação Técnica de Produção Vegetal.

<sup>20</sup> Apesar da feitura de seguidos e diferentes contatos, não foi possível casar uma data comum com o servidor responsável pela Coordenação do Centro de Pesquisa Norte.

<sup>21</sup> Apesar da feitura de seguidos e diferentes contatos, não foi possível casar uma data comum com o servidor responsável pela Coordenação do Centro Regional Desenvolvimento Rural (CRDR) Caparaó.

Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) Caparaó	ELDR Alegre	Extensionista	1
	ELDR Dolores do Rio Preto	Extensionista	1
	ELDR Guaçuí	Extensionista	1
	ELDR Ibatiba	Extensionista	1
	ELDR Ibitirama	Extensionista	1
	ELDR Iúna <sup>22</sup>	-	0
	ELDR Muniz Freire	Extensionista	1
	ELDR São José do Calçado	Extensionista	1
Coordenações Técnicas	Agroecologia	Extensionista	1
	Gestão dos Recursos Naturais	Extensionista	1
	Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização	Extensionista	1
	Cafeicultura	Extensionista	1
	Produção Animal	Extensionista	1
Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Serrano	Pesquisador	1
	Sul	Pesquisador	1
<b>TOTAL</b>			<b>17</b>

Fonte: adaptado de Incaper (2023c).

O quadro 7, por sua vez, nos apresenta a lista dos nomes mais populares no estado do ES (IJSN, 2025), a qual foi adotada em substituição aos nomes reais dos entrevistados, com a intenção de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa<sup>23</sup>.

Quadro 7 – Codificação dos entrevistados por Lotação<sup>24</sup>

CODIFICAÇÃO DOS NOMES	LOTAÇÃO
Maria	Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ou Coordenações Técnicas ou Escritórios Locais ou Gerências
José	
Ana	
Antônio	
Luzia	
João	
Terezinha	
Sebastião	

<sup>22</sup> Trata-se do Escritório Local cuja equipe, à época, era composta apenas pelo autor desta pesquisa, logo, sem ninguém além a ser entrevistado.

<sup>23</sup> Feita com base no Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (IJSN, 2025).

<sup>24</sup> Para preservar o anonimato, preferimos i) não especificar quem era pesquisador e quem era extensionista; e ii) não relacionar diretamente os dados deste quadro com alguns outros apresentados ao longo desta tese.

Elza	
Pedro	
Tereza	
Manoel	
Marlene	
Geraldo	
Rosa	
Paulo	
Vera	

Fonte: elaboração própria, 2025.

Considerando que o Incaper atua de forma capilarizada em todo o território capixaba, traremos na próxima seção o contexto regional majoritário em que se insere o recorte regional desta pesquisa. Assim, após apresentar a configuração institucional do Incaper e a composição do universo de entrevistados, voltamo-nos agora à caracterização da Microrregião do Caparaó, espaço onde se concentram parte significativa das ações de Ater, pesquisa e TT analisadas. Este panorama regional fornece elementos para situar social, econômica e ambientalmente o campo empírico, permitindo compreender as singularidades locais que influenciam as representações e práticas dos extensionistas e pesquisadores entrevistados.

### **Aspectos da Microrregião do Caparaó**

Sobre a Microrregião do Caparaó<sup>25</sup> iniciamos demonstrando que tal denominação refere-se à serra de mesma alcunha, onde localiza-se o Parque Nacional do Caparaó (PNC), que é uma unidade de conservação federal, que possui – dentre seus maiores pontos de altitude – o Pico da Bandeira, um dos mais altos do território brasileiro.

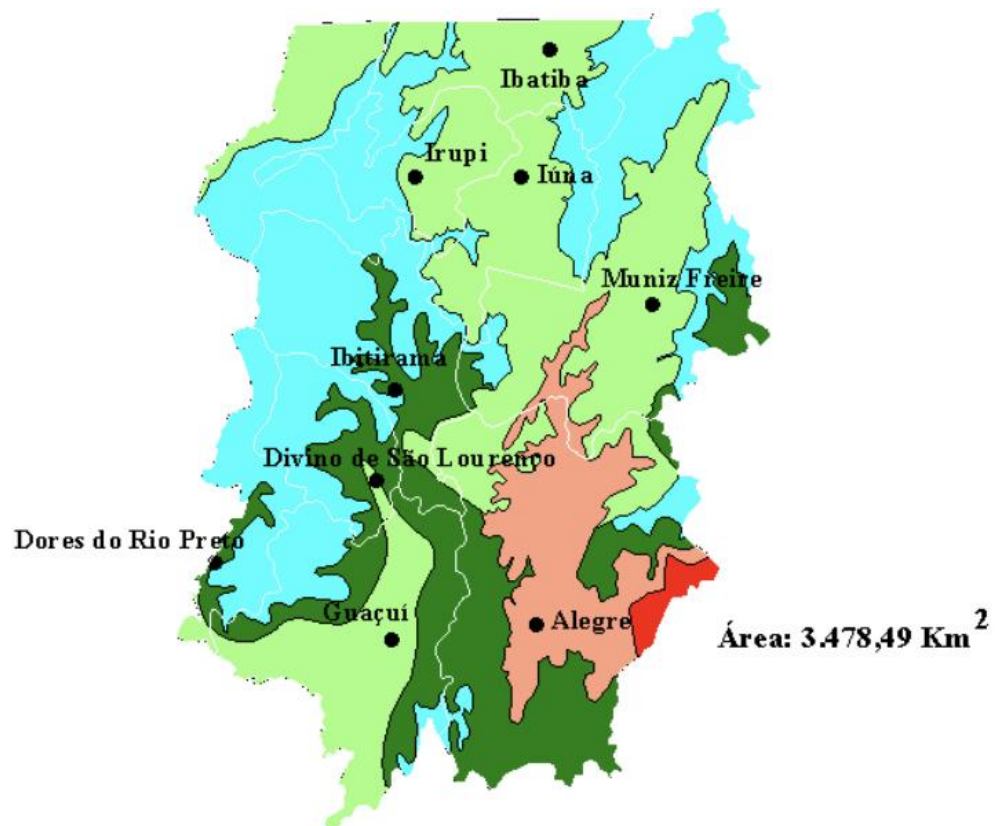
O Caparaó capixaba é composto por uma área de aproximadamente 3.800 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 8,31% do território capixaba, envolvendo uma população próxima a de 187.000 habitantes (IBGE, 2018), valor que corresponde a 4,71% da população espírito-santense. Cerca de 50% de sua população é rural e 80% dela pertence à categoria agricultura familiar.

---

<sup>25</sup> Segundo Sampaio (1901) e Almeida (2014), o termo “Caparaó”, dentre suas possíveis definições, tem a ver com “águas cristalinas que descem a montanha” e “casa do rio torto”.

Anos antes da criação do PNC, tal Serra já era uma parte do território relevante para o dinamismo das paisagens. Sua mediação na região é inegável. Historicamente, a Serra do Caparaó garante – ao mesmo tempo – duas estações bem-marcadas (chuvosa/seca) e altitudes elevadas, o que sob o ponto de vista agrônômico é deveras interessante para a cafeicultura; além de toda uma configuração de relevo, que é ondulada – e que traz consigo riqueza das águas (Borges de Lima; Oliveira, 2022). A figura 3, que engloba as zonas naturais da Microrregião, nos traz mais alguns detalhes.

Figura 3 – Zonas Naturais da Microrregião do Caparaó



ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 1	Terras frias, acidentadas e chuvosas	33,40
Zona 2	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	19,40
Zona 3	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	36,25
Zona 5	Terras quentes, acidentadas e transição chuvosa/seca	10,00
Zona 6	Terras quentes, acidentadas e secas	0,95

Fonte: adaptado de (EMCAPA/NEPUT, 1999).

É evidente a forte influência do relevo da Serra do Caparaó sobre o clima, a temperatura e o regime de chuvas da Microrregião, neste caso, organizada em cinco zonas naturais (Emcaper/Neput, 1999). Há predominância de terras de temperaturas amenas, acidentadas e com regime chuvoso ou chuvoso/seco, as quais, juntas, concentram a maior parte do território (Zonas 2 e 3).

As áreas de terras frias, acidentadas e chuvosas (Zona 1) localizam-se sobretudo nas porções mais elevadas, associadas mais diretamente ao PNC. Já as zonas mais quentes e secas (Zonas 5 e 6) ocupam parcelas menores e estão concentradas principalmente nas porções leste e sudeste da microrregião, em áreas de menor altitude e transição climática. De forma geral, reiteramos a notabilidade de gradientes de altitude e de clima bem definidos, com predominância de ambientes montanhosos, clima ameno e pluviosidade mais elevada.

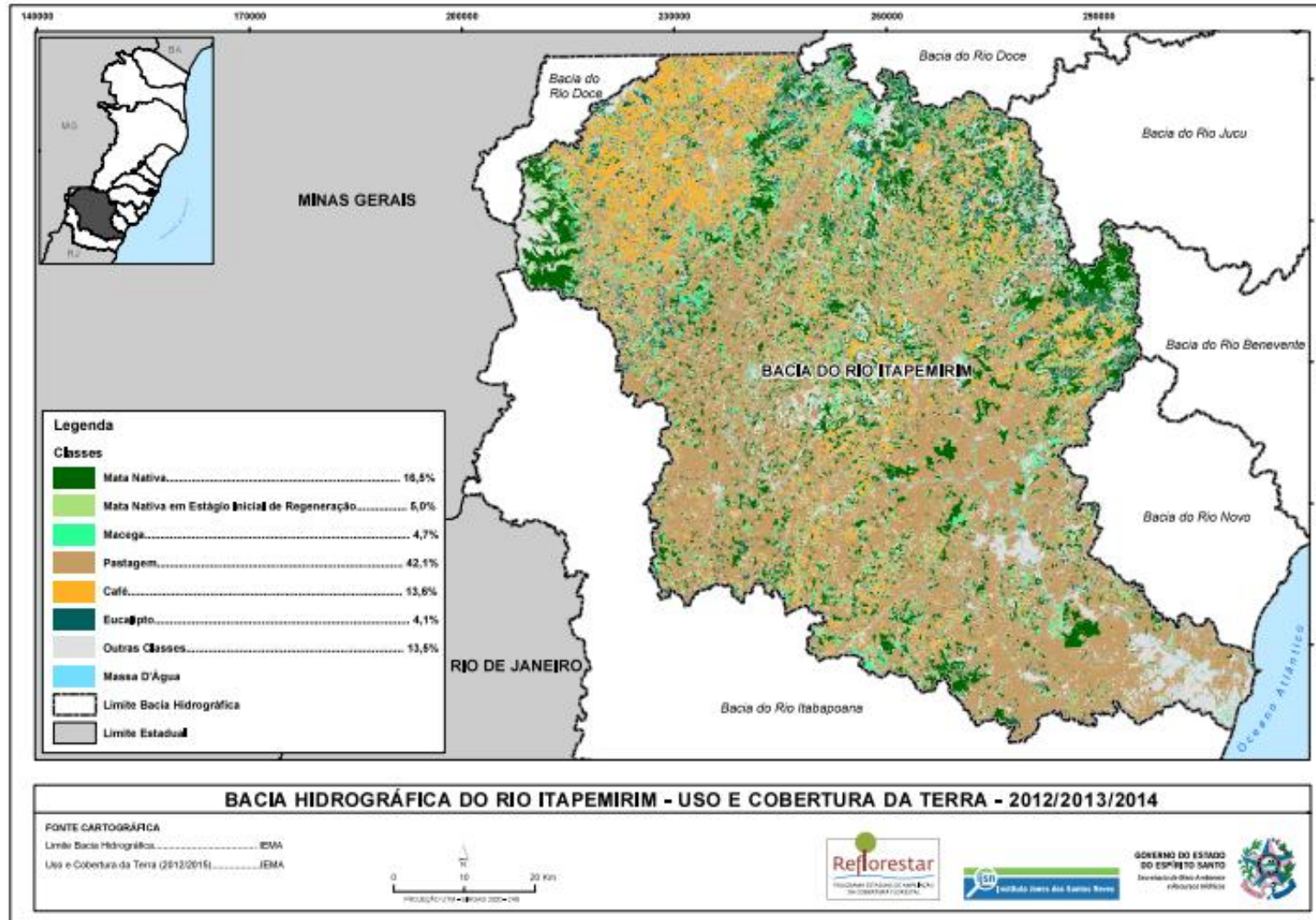
Não só por isso, a imponência e importância da Serra do Caparaó no referido território destaca-se sob o aspecto hidrográfico. O conjunto de montanhas encrava-se em uma cordilheira com muitos picos rochosos, chegando a ter elevações que beiram os 3 mil metros de altitude.

Em seus diferentes trechos existe um grande número de nascentes e pequenos riachos que ali surgem e terminam por formar, em maior medida, as bacias hidrográficas do Itabapoana e do Itapemirim, as duas muito importantes para todo o sul capixaba (Almeida, 2014)<sup>26</sup>, além disso, abriga ainda uma pequena porção constituinte da bacia hidrográfica do Rio Doce. As figuras 4 e 5 nos apresentam os territórios abarcados com as duas bacias principais, com as respectivas classes de uso e cobertura da terra (Seama, 2018).

---

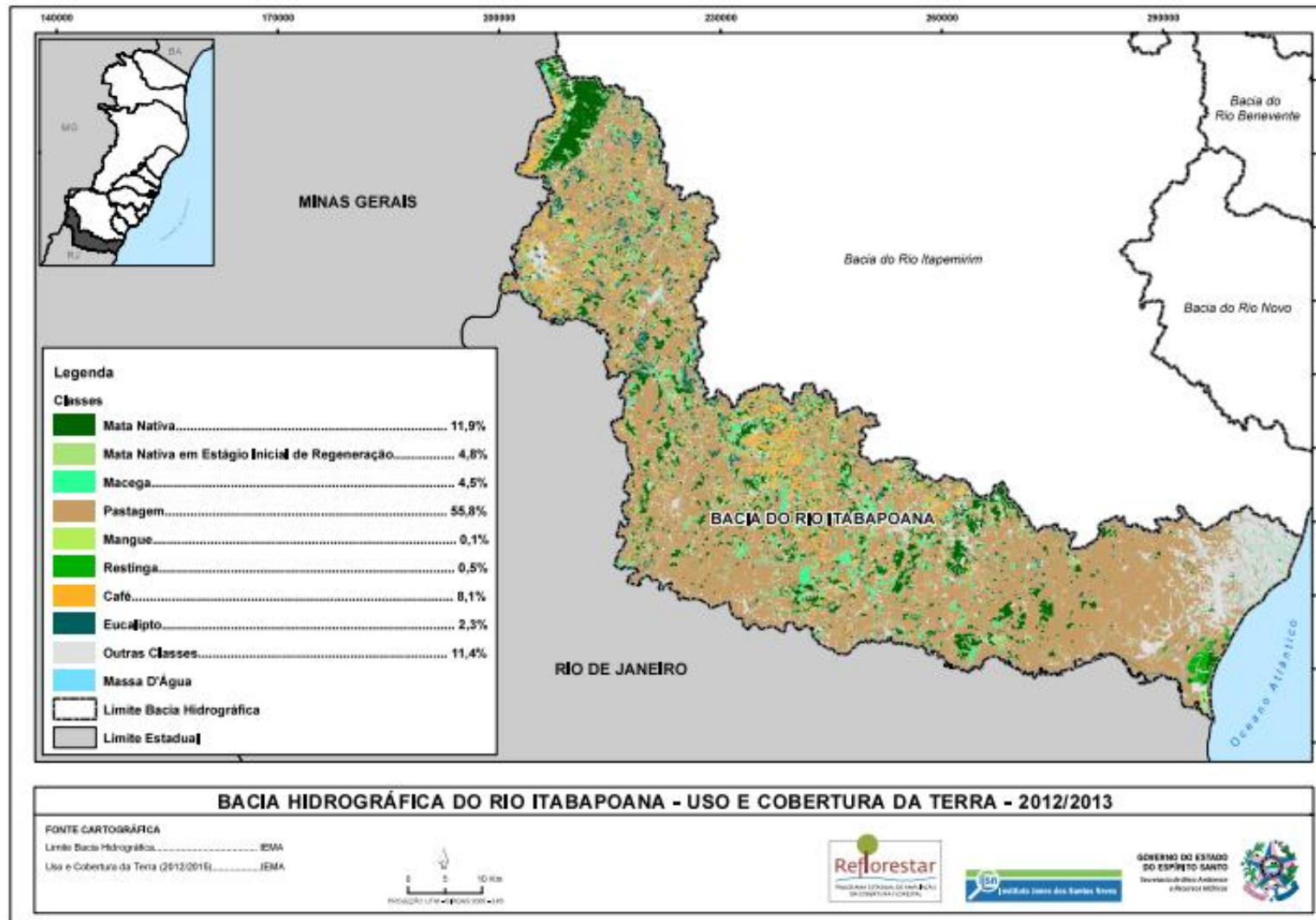
<sup>26</sup> Em complemento, válido destacar que a Serra do Caparaó pertence à Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, sendo o divisor de águas entre as bacias dos rios Itapemirim, Itabapoana e, de forma minoritária, do rio Doce (ANA, 2005).

Figura 4 – Uso e cobertura das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim



Fonte: Seama (2018).

Figura 5 – Uso e cobertura das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana



Fonte: Seama (2018).

As figuras nos indicam a ocupação do solo das duas bacias hidrográficas<sup>27</sup> fortemente marcadas pela predominância de pastagens, que ultrapassam metade da área na bacia do Itabapoana e representam parcela expressiva também na bacia do Itapemirim.

O café, por sua vez, aparece como uso agrícola relevante, especialmente nas áreas de relevo montanhoso e clima ameno, características centrais, no caso, da Microrregião do Caparaó. O mesmo acontece com a cobertura florestal nativa que, embora ainda significativa, encontra-se fragmentada, concentrando-se principalmente nas áreas mais elevadas e associada à Serra do Caparaó. Ao mesmo tempo, coexiste com extensas áreas antropizadas, as quais, como destacado no âmbito da Microrregião em destaque, com forte presença de lavouras de café<sup>28</sup>, marcadas pela cor alaranjada.

De modo geral, tais figuras nos revelam um padrão de ocupação orientado pela agropecuária, com pressão sobre a vegetação nativa, mas também indicam a importância estratégica da Microrregião do Caparaó para a conservação ambiental e para a manutenção dos serviços ecológicos nas cabeceiras das três bacias hidrográficas em questão.

Econômica e socialmente falando, portanto, o Caparaó capixaba caracteriza-se pela cafeicultura de montanha que é desenvolvida majoritariamente pela agricultura familiar. Para Thomazini *et al.* (2012), assim como em outras regiões capixabas, no Caparaó tal atividade é considerada uma mola propulsora do desenvolvimento. No entanto, Guimarães *et al.* (2013) nos indicam que essa cafeicultura adota, majoritariamente, o manejo convencional – quer seja, com uso de agrotóxicos, baixo uso de adubos orgânicos e reduzida diversidade de plantas por área – não deixando de resultar em impactos diretos sobre a qualidade do solo e do meio ambiente.

Quanto ao Incaper em tal microrregião, destacamos que o Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) do Caparaó, por sua vez, como já anunciado, é composto por dez escritórios locais, distribuídos conforme o quadro 8, no qual também

---

<sup>27</sup> Convém salientar que os limites de ambas as bacias hidrográficas ultrapassam em muito o território da Microrregião do Caparaó, sobretudo em suas porções mais ao centro para o leste.

<sup>28</sup> Tal descrição não destoa da pequena porção da Microrregião do Caparaó que compõe a Bacia do Rio Doce, cujo mapa de uso e cobertura da terra pode ser acessada no Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo (Espírito Santo, 2016).

informamos o número de servidores (antes de setembro de 2024) em cada unidade, assim como os seus cargos<sup>29</sup>.

Quadro 8 – Números de Profissionais por Cargos do CRDR Caparaó

Unidades	Assistente de Gestão	Agen. de Extensão em Desen. Rural	Técnico em Desen. Rural	Total
CRDR	1	1	-	2
Alegre	2	4	-	6
Divino de São Lourenço	-	-	2	2
Dores do Rio Preto	1	1	2	4
Guaçuí	1	4	-	5
Ibatiba	1	1	1	3
Ibitirama	1	1	-	2
Irupi	1	-	1	2
lúna	-	1	-	1
Muniz Freire	1	1	1	3
São José do Calçado	-	2	2	4
<b>Total/cargo</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>34</b>

Fonte: Adaptado de Gerência de Pessoas do Incaper (2024).

O Quadro 8 evidencia um total de 34 servidores no CRDR Caparaó. Observa-se a predominância dos Agentes de Extensão, que somam 16 profissionais, seguidos pelos Técnicos em Desenvolvimento, com 9, e pelos Assistentes de Gestão, com 10. As unidades de Alegre e Guaçuí concentram os maiores quantitativos de pessoal, com 6 e 5 profissionais, respectivamente, enquanto o município de lúna conta com apenas um servidor. Nota-se ainda que algumas unidades operam sem determinados cargos, a exemplo da ausência de Técnicos em Alegre, Guaçuí, Ibitirama e lúna; e de Agentes em Divino de São Lourenço e Irupi.

Em termos de ações de Ater desenvolvidas no regional, apresentamos aqui informações que conseguimos<sup>30</sup>, com demonstração de resultados, tomando como exemplo a atuação do escritório local de lúna no ano de 2023, (Borges de Lima, 2023), os quais estão públicos e disponíveis em vídeo do sítio eletrônico da Câmara Municipal do respectivo município.

<sup>29</sup> Números levantados quando da qualificação e submissão deste trabalho ao CEP, em fins do primeiro semestre de 2024.

<sup>30</sup> Em relação ao acesso e uso de dados internos do Incaper em relação a ações de Ater no âmbito do CRDR Caparaó, não conseguimos permissão em tempo hábil para o uso dos referidos dados.

Quadro 9 – Dados relativos a metodologias de Ater realizadas ELDR de Lúna (2023)<sup>31</sup>

Metodologias	Assuntos principais <sup>32</sup>	Nº	Público
Visitas	Cafeicultura, crédito rural	111	111
Atendimentos	Crédito rural, cafeicultura	307	327
Atendimentos remotos	Crédito rural, cafeicultura	244	285
Cursos	Cafeicultura	4	49
Encontro (Concurso de Qualidade)	Cafeicultura	1	89
Dias de Campo	Cafeicultura	2	297
Elaboração de projeto (Pnae)	Comercialização institucional	8	43
Reuniões	Organização social, meio ambiente, turismo e comercialização institucional	25	263
Agricultores atendidos (s/ repetição)		650	
Agricultores atendidos (c/ repetição)		1.480	

Fonte: adaptado de Borges de Lima (2023).

Pelo quadro em tela observamos a centralidade das visitas técnicas e dos atendimentos presenciais e remotos, sobretudo voltados ao café arábica e ao crédito rural, que, somadas, totalizam 662 ações, alcançando diretamente 723 atendimentos individuais. Destacam-se ainda as atividades de caráter coletivo e formativo, como cursos, encontros, dias de campo e reuniões, que, embora em menor número, mobilizaram um público expressivo, especialmente os dias de campo, que reuniram 297 participantes em apenas dois eventos. À exceção das reuniões, todas as outras atividades coletivas realizadas tiveram como tema o café.

No campo da comercialização institucional, a elaboração de projetos vinculados ao Pnae evidencia a articulação da Ater local com a política pública federal de alimentação escolar. Ao todo, as ações resultaram no atendimento de 650 agricultores distintos e 1.480 atendimentos considerando repetições. Destaque majoritário nas temáticas cafeicultura e crédito rural.

Tais números dialogam com os alguns dos demais dados trazidos nesta seção. A hegemonia em ações na cafeicultura é notável e liga-se intimamente ao uso e cobertura das terras de ambas as bacias hidrográficas expostos nas figuras 5 e 6.

Além disso, a alta porcentagem de agricultores familiares na Microrregião tem a ver com os altos números de ações em crédito rural, as quais, na totalidade,

<sup>31</sup> À época, a equipe do escritório local era formada por dois servidores: uma assistente de gestão e um agente de extensão.

<sup>32</sup> Escritos em ordem decrescente de importância em relação à atividade.

correspondem à emissão de Cadastros da Agricultura Familiar (CAF's)<sup>33</sup> visando, na maioria dos casos, o acesso ao Pronaf por parte dos agricultores para fins de custeio e investimento de atividades ligadas à cafeicultura.

Apesar de não termos dados de outros municípios da microrregião, a preponderância do café na paisagem é de fato irrefutável e, em até certo ponto exagerada, ao ponto de Santos (2013) metaforicamente afirmar que o PNC se tornou uma ilha – de preservação natural – em meio a um mar de café.

Como consequências ambientais desse cenário, a autora destaca a impossibilidade de trocas genéticas faunísticas e florísticas com espécies de outras regiões, limitando sobremaneira a capacidade alimentar e reprodutiva da fauna local. E completa: “As onças, antes numerosas, diminuíram o seu número. Mesmo outros animais, como o macaco barbado e o monocarvoeiro, que existiam em abundância, tornaram-se mais raros” (Santos, 2013, p. 139).

Por fim, sob o ponto de vista cultural, Santos (2013, p. 138-139) ainda alerta: “(...) a monocultura do café acarretou em um empobrecimento cultural. (...). Tudo passou a girar em torno do café, inclusive a prosa na praça (...)”.

À luz do conjunto de elementos discutidos nesta seção, a advertência de Santos (2013) acerca do empobrecimento cultural associado à monocultura do café adquire densidade analítica e regional concreta. A centralidade da cafeicultura no Caparaó capixaba não se expressa apenas na paisagem produtiva, no uso e cobertura das terras ou na organização das ações de Ater, mas também nas sociabilidades – por exemplo como uma “prosa na praça”.

A hegemonia do café, historicamente favorecida pelas condições edafoclimáticas da Serra do Caparaó e reforçada por dinâmicas institucionais, políticas de crédito e práticas extensionistas predominantemente orientadas a essa cultura – a exemplo do que foi apresentado no caso de Lúna (quadro 9), evidencia-nos um processo de especialização produtiva que, ao mesmo tempo em que sustenta a economia regional, tensiona a diversidade ambiental, produtiva e cultural da Microrregião.

Nesse sentido, entendemos que o Caparaó se revela como uma região marcada por contradições. Ao mesmo tempo em que é importante à conservação

---

<sup>33</sup> Antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o CAF é um documento emitido em sistema próprio que serve para identificar quem é da agricultura familiar e também auxiliar o governo a planejar e aplicar políticas públicas voltadas para esse público (Brasil, 2026).

ambiental e à agricultura familiar, apresenta desafios que demandam abordagens de Ater e pesquisa capazes de reconhecer, problematizar e ampliar os limites impostos por uma matriz produtiva notadamente monocultural.

## 1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO LENTE TEÓRICA E ANALÍTICA

Neste capítulo aprofundamos na Teoria das Representações Sociais (TRS). Após uma breve introdução, em sua primeira seção enveredamos rumo a aspectos relacionados aos marcos fundamentais das representações sociais enquanto Teoria. Na segunda seção, por sua vez, discorremos sobre os processos de formação das representações sociais, com destaque para objetivação, ancoragem, além de dispersão da informação, focalização e pressão à inferência. Na terceira e última seção do capítulo almejamos relacionar a referida Teoria com o objeto de estudo deste trabalho.

Enquanto recurso de análise, adotamos a TRS como uma alternativa estratégica para a compreensão dos serviços de pesquisa e Ater e dos processos de transferência de tecnologia junto a pesquisadores e extensionistas do Incaper. De antemão, seguimos Minayo (1995), ao anunciar que as representações sociais, quando estudadas como imagens construídas sobre determinada realidade, instituem-se como uma relevante matéria-prima na construção de uma pesquisa sociológica.

Tais representações abarcam um conjunto amplo de elementos, como saberes, valores, subjetividades e poder. É com base nesses elementos, inclusive, que Jovchelovitch (1995) argumenta que devemos, ao buscar entendê-los, dar valor ao pensamento e à palavra dos atores sociais e dos grupos que os constroem. Essa valorização, por meio do discurso e da ação, estrutura-se não somente na possibilidade de dar condições para que tais indivíduos se encontrem e interajam em uma certa esfera da vida que é comum a nós todos, "(...) mas também porque ela aponta para a constituição de vidas individuais que sustentem em si mesmas as consequências plenas do fato de que as pessoas vivem umas com as outras e não existe vida humana sem a presença de outros seres humanos" (Jovchelovitch 1995, p. 83).

Ao se debruçar na análise das perspectivas individual e social, Moscovici (1995) elabora que não devemos separá-las como se fossem dois mundos. Considerar de forma única que percepções e comportamentos careçam de ser assimilados como resultados exclusivos de processos íntimos parece tão equivocado quanto admitir que em certo grupo, em que os atores sociais se relacionam, uma certa totalidade deva ser apreendida e explicada, por exemplo, por suas estruturas,

interações, trocas e poder. Ou seja, conflitos que surgem no entremeio das esferas individual e coletiva não têm razão de ser somente com base em um certo domínio da experiência unicamente como indivíduo, mas, também e inclusive, surgem com base na realidade indispensável da vida, que é social.

De acordo com Moscovici (1995), inexistem uma determinada cultura até hoje conhecida que se desonere de constituir-se em institucionalidades e normas formais as quais deixem de ser condutoras, vez à socialização, vez à individualização; uma vez portadoras desta tensão, dão condição para o surgimento das representações sociais, que podem ser entendidas tanto como recursos elaborados com a disposição de oferecer-lhes um certo sentido, quanto como possibilidades de mantê-las em um determinado patamar dentro do suportável. Ao compartilharmos nossas representações, por conseguinte, buscamos garantir que a nossa coexistência em grupos seja possível, quer seja, não há “sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito” (Moscovici, 1995, p. 12).

### **1.1. Caminhos da TRS no Meio Científico**

Há alguns anos os trabalhos com representações sociais vêm ganhando em destaque no meio científico (Freitas; Freitas, 2010). Situadas entre o psicológico e o social, as representações sociais tangem todas as Ciências Humanas, quer seja a Sociologia, a Antropologia e a História (Jodelet, 2001), envolvendo-se em universos analíticos que englobam diferentes investigações comportamentais humanas, inseridas em lugares como uma construção social (Freitas; Freitas, 2010).

Ao se debruçar sobre os clássicos da Sociologia, Minayo (1995) dá luz à convergência dos atores quanto à relevância em se compreender as representações sociais inseridas em processos de construção de conhecimento. Ainda de acordo com a autora, Max Weber no âmbito de tais representações, elucida sua apreciação recorrendo a termos como “concepções”, “espírito”, “ideias”, “mentalidade”, com ênfase para a expressão “visão de mundo”. Ademais, com relação a Marx, Minayo (1995) indica a “Ideologia do Além” como uma apropriação clássica no que concerne as representações sociais.

Quanto a Durkheim, dentre os clássicos, foi quem concebeu de forma manifesta o conceito de representações sociais. Todavia, o concebia em uma mesma direção semântica da expressão representações coletivas, compreendendo-as como

categorias de pensamento diante das quais determinada sociedade constrói e expressa sua realidade. É relevante afirmar que conforme o pensamento positivista do autor, é a sociedade, e não o indivíduo, quem pensa; por consequência, tais categorias, não são construídas *a priori* e nem universais na consciência. Longe disso, formam-se de maneira inerente aos fatos sociais e transfazem-se, elas mesmas, em um fato social. Quer seja, sob a faceta individual, Durkheim interpreta que as representações não são obrigatoriamente conscientes (Minayo, 1995).

Ainda que reconheçamos sua origem na obra durkheimiana, como aqui já dito, estruturada nas representações coletivas, é no campo da psicologia social, portanto, que a investigação das representações sociais incrementa seu arcabouço conceitual, colocando-se como um termo que constitui "(...) tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos" (Sá, 2002, p. 29). Em termos de autores, seus nomes principais são Serge Moscovici, escritor da obra inaugural do termo sobre a psicanálise na França (1961), além da também francesa Denise Jodelet (Jovchelovitch, 1995; Alexandre, 2001; Arruda, 2002).

Conforme Sá (2002), em sua elaboração do conceito de Representações Sociais, Moscovici primeiro associa diversas noções relativas aos campos cultural e cognitivo, para só depois alcançar certas inferências quanto ao próprio conceito. De antemão, o psicólogo social já nos atenta quanto à dificuldade de se elaborar o conceito de representação, diferentemente do que acontece com sua realidade (Horochovski, 2004).

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos<sup>34</sup> e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici, 1981, p. 181 citado por Sá, 2002, p. 31, **nota de rodapé nossa**).

Para Serge Moscovici, as representações sociais se tratam de "(...) fenômenos múltiplos observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas

---

<sup>34</sup> Horochovski (2004), em um cenário de sociedades primitivas, elucida que o mito envolve uma ideia de mundo homogênea e única que significava o pensamento e a prática social; diferentemente, em sociedades modernas, a autora (em consonância com Moscovici) defende que o seu coincidente, isto é, a representação social, não é a única, porém um dos modos de se apreender a realidade. Ela coexiste, enquanto tal, com o pensamento científico e filosófico, influenciando, sendo influenciada e/ou contrapondo-se a essas concepções.

ou psicológicas e sociais" (Sêga, 2000, p. 128), estruturando-se como "(...) uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (Moscovici, 1978, p. 26). Logo, a Teoria das Representações Sociais, numa perspectiva moscoviciano pautar-se no pensamento social e em sua dinâmica e diversidade, amparando-se no princípio de que existem modos diferentes, orientados por objetivos diversos, de conhecer e de se comunicar. Isso posto, inferimos que Moscovici posiciona-se rumo à reabilitação do saber popular, do conhecimento cotidiano, noutro tempo representado como confuso, inconsistente, equivocado (Arruda, 2002). Mais à frente retomaremos este ponto, ao discutirmos sobre o senso comum.

Ao se debruçar sobre a teoria de Moscovici, Jodelet (2001) renova a análise sobre a teoria, insistindo no que concerne à particularidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, as quais, a seu ver, denotam-se na intensidade e fluidez das trocas e comunicações, no desenvolvimento da ciência, e também na pluralidade e na mobilidade sociais.

É nesse interim que a autora francesa aprofunda a teoria de Moscovici, entendendo a representação social como um modo de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, importante na elaboração de uma realidade comum a um determinado grupo social; podendo ser identificada como um saber de senso comum, que se distingue do conhecimento científico, no entanto, sem perder em legitimidade, já que sua relevância na vida social é validada, tanto em processos cognitivos como nas interações sociais (Jodelet, 2001).

Jodelet (2001) entende as representações sociais como sistemas de interpretação que regem a nossa relação com os outros e com o mundo, além de assumirem o lugar de orientadoras e organizadoras tanto de nossas condutas, quanto das nossas comunicações sociais. Ainda, defende que as representações sociais, conseqüentemente, pautam-se como interventoras em vários processos, como "(...) a difusão e a assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais" (Jodelet, 2001, p. 22).

Na visão de Sá (2002), que é tido como uma das referências do tema no País, uma representação social pode ser compreendida como um saber prático que intermedeia um sujeito a um objeto, cuja natureza pode advir de diferentes universos, quer seja, social, material ou ideal. Assim sendo, segundo o autor, à representação

atribuem-se duas funções primordiais i) colocar-se no lugar do objeto, ao que denominamos de simbolização<sup>35</sup> e, ii) interpretá-lo, isto é, atribuir-lhe determinado significado. Mais do que a construção e expressão do sujeito, a representação também o torna em relação ao social ou coletivo, já que, como já especificado por Moscovici, não há como desvincular o sujeito de seu lugar de pertencimento e de sua participação social (Sá, 2002).

Dito isso, inferimos que, ao nos debruçarmos sobre as representações sociais, nossa investigação deve avançar para outro nível, focando não no indivíduo, mas sobretudo nos fenômenos que são resultantes das construções particulares da realidade social em questão. Isto é, o social deve ser considerado como a totalidade e as representações, por sua vez, como um termo que seria prescindível em um mundo em que indivíduos vivessem isolados (Jovchelovitch, 1995).

As mediações sociais é que são as produtoras das representações sociais, as quais são estrategicamente elaboradas por atores sociais que se defrontam a todo tempo com um mundo que vai além das individualidades, ou seja, um território em que existe a predominância da vida comum, do espaço público. As representações sociais, portanto, “(...) não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais”, expressando “(...) o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo” (Jovchelovitch, 1995, p.81)<sup>36</sup>.

## **1.2. Sobre os Processos de Formação das Representações Sociais e a Abordagem Estrutural**

Entendida como um campo teórico, a TRS oferece-nos um desenho explicativo básico, que explica a concepção das representações sociais por meio de um primórdio

---

<sup>35</sup> Segundo Jovchelovitch (1995), os símbolos têm a atribuição precípua de significar uma outra coisa, logo, de memorar a presença apesar da ausência. No contexto da Teoria das Representações Sociais “(...) eles criam o objeto representado, construindo uma nova realidade para a realidade que já está lá. Eles provocam uma fusão entre sujeito e o objeto porque eles são expressão da relação entre sujeito e objeto. Através de símbolos, coisas diferentes podem significar umas às outras e podem mergulhar umas nas outras; eles permitem uma variabilidade infinita, e, ainda assim, são referenciais” (p. 74); “A substância, ou o conteúdo do qual as representações são feitas, são símbolos (p. 77).

<sup>36</sup> Para Jovchelovitch (1995), alinhando-se a Moscovici, a mediação se trata da comunicação entre um mundo de perspectivas variadas; assim sendo, os ritos, os mitos e os símbolos (entendamos, as representações sociais) são mediações que atuam na alteridade entre mundos, quer seja, de um mundo corriqueiramente misterioso, de outro, em que impera a intersubjetividade humana.

único – quer seja, a transformação do não familiar em familiar –, além de dois processos específicos: a ancoragem e a objetivação. Com base nesse “esquema parcimonioso”, Sá (2002) atribui a elucidação da “(...) produção dos efeitos funcionais de compreensão e explicação da realidade, de definição da identidade grupal, de orientação dos comportamentos e das práticas e de justificação das tomadas de posição” (Sá, 2002, p. 47).

Moscovici (1995) defende que o dinamismo das relações sociais se embasa continuamente em uma dinâmica de familiarização, na qual “(...) os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (p. 55).

Todavia, ao nos defrontarmos com a alteridade do mundo, a qual se estabelece em uma determinada forma que não se apresente conforme deveria ser, instintivamente, nós a refutamos, uma vez que ela se coloca como um risco à ordem que estabelecemos. Logo, não é possível contrariar a existência, em nossos universos de consenso, de uma determinada tensão básica entre aquilo que é familiar e o que não nos é familiar, especialmente em favor do primeiro.

Moscovici (2015) argumenta que as representações por nós elaboradas – como a representação de uma teoria, a respeito de uma nação, sobre um objeto, ou uma política pública – sempre serão o arremate de um processo de familiarização, fundado em uma tentativa permanente de transformar aquilo que nos é incomum (ou seja, não familiar) em algo comum e real. Findada uma sequência de ajustes, o que antes nos assemelhava abstrato, converte-se em concreto e quase normal.

Com base nessa dinâmica, transpomos a questão, integrando-a ao nosso mundo mental e físico, que, por sua vez, ao se transformar, torna-se mais rico, mais diverso. Além mais, se ousarmos considerar o que não nos é familiar como algo pertencente, muitas das vezes, no âmbito do universo científico, ao ser familiarizado, tal conhecimento tem (e de fato é) transposto, ressignificado, ao nosso universo cotidiano (Guareschi, 1995).

Entretanto, é importante ressaltar que tais mediações, quer seja, representações, são elaboradas em contextos nos quais não necessariamente nos encontramos conscientes daquilo que intencionamos, uma vez que os elementos – imagens e ideias – que nos dão sustentação para interpretar o incomum somente nos oferecem em retorno aquilo que já não nos era estranho, ao que já nos era familiar em uma perspectiva temporal, ou seja, que já conhecíamos. Muito por causa dessa

configuração é que, em um estudo sobre determinada representação social, é imprescindível identificar a matéria-prima não familiar que a motivou (Moscovici, 2015).

Moscovici (1995) alerta que tal processo de transformação de palavras, ideias ou seres não familiares em palavras usuais, próximas e atuais não se é um processo fácil. A ocorrência desse processo de familiarização e, portanto, de criação de representações, é necessário que acionemos dois mecanismos que integram um processo de pensamento estruturado em uma condição temporal, quer seja na memória e em conclusões passadas. Mais detalhadamente:

O primeiro mecanismo tenta *ancorar* ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. O objetivo do segundo mecanismo é *objetivá-los*, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. (...) Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente controlar (Moscovici, 1995, p. 60-61).

Ancorar se trata de classificar e nomear algo. Aquilo que não classificamos e nem nomeamos, ocupa um lugar de coisa estranha, inexistente e também ameaçadora. Dessa forma, o processo de ancoragem, a partir do nosso sistema particular de categorias, estabelece-se como um processo transformador dessa ameaça, criando uma comparação a um modelo já existente, que julgamos ser apropriado. “No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela” (Moscovici, 1995, p. 61).

Por causa do processo de ancoragem, os atores sociais ancoram o desconhecido no âmbito de determinada realidade que lhe é familiar, que lhe é conhecida e institucionalizada, causando um deslocamento da geografia de significados, a qual é estabelecida *a priori*, e que, justa e paradoxalmente, as sociedades lutam para conservar (Jovchelovitch, 1995). Metaforicamente, Guareschi (1995) traz a explicação da dinâmica de criação de âncoras: “O barco está à deriva, pronto a deslizar, impulsionado por essa correnteza ‘motivadora e mobilizadora’ da não-familiaridade. É preciso encontrar agora faróis que orientem e margens seguras que ancorem (...)” (p. 213).

Tais faróis relacionam-se aos modelos (ou seja, representações já existentes) que estão armazenados em nossa memória, e, justamente com base neles é que

construímos uma relação positiva ou negativa com o novo, o não familiar. “Quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição” (p. 65). Todavia, com base na metáfora de Guareschi, quando desse processo, os faróis são de alguma forma alterados, assim como o barco (inclusive, em maior proporção) de tal modo que passa a existir uma existência nova.

O outro processo construtor das representações sociais, a objetivação, “(...) une a ideia da não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (Moscovici, 2015, p. 71). Conforme Moscovici, objetivar é configurar reproduzir um conceito em uma imagem. É fazer uma comparação. É interligar o grande conjunto de palavras (atinentes a determinados objetos), que circula em toda a sociedade, a certos sentidos concretos correspondentes. “Temos apenas que comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nos podemos responder como tal” (p. 72).

Em tal exemplo, torna-se fácil notar que a imagem do conceito “Deus” sai do lugar de um simples signo para se ressignificar em uma réplica da realidade, “pai”, ganhando o verdadeiro sentido da palavra. Assim sendo, a noção da qual ela advém deixa seu caráter abstrato e adquire uma existência quase física, independente. “Quando isso acontece, as imagens não ocupam mais aquela posição específica, em algum lugar entre palavras, (...) mas passam a existir como objetos (...)” (Moscovici, 2015, p. 74).

Com base nos processos de criação, corroboramos com Moscovici (2015) ao afirmar nossas representações são dependentes da memória e das experiências integrantes de nossas vivências. É com base nelas que almejamos as imagens, linguagem e gestos importantes para a superação do não familiar. Ancoragem e objetivação são dinâmicas estreitamente relacionadas à memória.

Ancorar, por conseguinte, é manter a memória em um certo movimento direcionado para dentro, que constantemente coloca e retira objetos, pessoas, ideias e acontecimentos, que devem ser devidamente classificados e nomeados. Objetivar, como tal, é mais ou menos direcionar para fora, para os outros. Resgata da memória certas imagens e certos conceitos para então reproduzi-los no mundo externo, tornando o desconhecido em conhecido, tomando como base para isso o que já é conhecido (Moscovici, 1995).

Elencados tais aspectos relativos às representações sociais, os quais entendemos aparentemente como formados a partir de uma conjuntura psicológica autônoma dos sujeitos sociais, não podemos, entretanto, ignorar que, na mesma proporção, as representações sociais são intrínsecas de nossa sociedade e de nossa cultura (Moscovici, 1978). Logo, tais mediações, como formas de conhecimento (Jodelet, 2001; Sá, 2002), compõem-se como estruturas cognitivo-afetivas que não devem ser diminuídas somente ao seu conteúdo cognitivo (Spink, 1995).

Nesse sentido, conforme Spink (1995), as representações sociais podem ser compreendidas a partir de dois pontos prioritários: o contexto em que são construídas e a suas funções nas interações cotidianas. Com base nessas assertivas, é importante destacar a necessidade de entendimento de dois fatores centrais à análise: a teoria de conhecimento que lhe sustenta e os determinantes de sua construção.

Em relação às possíveis condições que afetam o surgimento ou não de uma certa representação social sobre um certo objeto, em uma situação de um grupo específico, sustentamo-nos no trabalho de Vala (1993), o qual as entende como resultantes da "enorme pluralidade das clivagens socioeconômicas e dos quadros de referência normativo-valorativos" (p. 363) dos atores envolvidos; é propriamente por isso que coexiste uma pluralidade de representações de um mesmo objeto. Nesse interim, o autor elucida três argumentos diferentes que influenciam no contexto anunciado acima:

*A dispersão da informação* reenvia para um defasamento quantitativo e qualitativo entre a informação disponível e a informação necessária para a compreensão sólida de um problema ou de um objeto. Mais, a informação que circula não é sempre claramente definida, é na maioria dos casos ambígua, imprecisa. Este defasamento não é independente das clivagens sociais: não só a informação não circula da mesma forma, como não circula o mesmo tipo de informação em todos os grupos sociais, como ainda a ambiguidade da informação não se manifesta da mesma forma para todos;

*A focalização*: os recursos educativos, os interesses profissionais ou ideológicos parametrizam a focalização dos indivíduos em diferentes domínios do meio e gerem a pertinência da elaboração de uma representação ou de uma representação mais sólida ou mais fluida acerca de um dado objeto;

*A pressão à inferência*: entre a constatação de um fenômeno e a necessidade de tomada de posição sobre ele vai um lapso de tempo mínimo. A posição a tomar não é, contudo, uma qualquer, deve servir a objetivos individuais ou grupais. Tal fato exige que os indivíduos e os grupos disponham de recursos que lhes permitam produzir uma opinião não só rápida, mas também conforme as suas estratégias. Esses recursos são, em grande parte, as representações a que o fenômeno em causa faz apelo, e que refletem o posicionamento social dos indivíduos na sua relação com um grupo e de um grupo na sua relação com outros grupos" (Vala, 1993, p. 363-364).

Apoiados nos processos inseridos no desenvolvimento de representações sociais explicitados até o momento, voltamos a recorrer a Minayo (1995). Metaforicamente, a autora argumenta que ainda que certas maneiras de como pensamos a sociedade pareçam firmes como um cimento e apresentem uma tendência a preservar suas estruturas dominantes, cada grupo (ou subgrupo) social, baseado na posição em que se coloca no conjunto da sociedade, elabora por meio dessa visão abrangente e, portanto, cimentante, sua particular representação. Por consequência e sem possibilidade de discussão, a nova representação formada deixa de carregar os interesses intrínsecos de seus respectivos grupos e/ou classes sociais.

Apesar disso, é ilusório considerar as representações sociais como verdades científicas absolutas, que não mudam e nem podem ser questionadas. Longe disso. Elas são ilusórias, têm suas contradições, mas, simultaneamente, são “verdadeiras”, visto que condicionam a retração e a refração da realidade conforme determinado seguimento social, servindo como uma matéria-prima na análise da sociedade, assim como em ações pedagógico-políticas de transformação (Minayo, 1995).

Nos processos de transferência de tecnologia do Incaper, acreditamos que as representações dos servidores podem ter tido grande influência nos direcionamentos em seus caminhos de elaboração e de operacionalização. Com base na TRS, a maneira como pesquisadores e extensionistas ancoram e objetivam os sentidos de tecnologia, da Ater, da pesquisa (dentre outras questões) influencia diretamente a definição de prioridades, metodologias e estratégias adotadas nos processos de transferência de tecnologia, condicionando tanto a forma quanto o conteúdo das ações desenvolvidas.

Além disso, Lima e D’Ascenzi (2014) e Freitas (2017) reforçam tal argumento, porque ratificaram a relevância de elementos diversos constituidores tanto dos contextos locais, quanto das representações dos sujeitos sociais quando da execução das políticas públicas.

Todavia, em relação ao Incaper, sem nos distanciarmos das ideias de Vala (1993), mas nos aproximando de Joffe (1995), alertamos que “(...) diferenças nas representações sociais que diferentes indivíduos sustentam podem ser atribuídas às diferentes posições sociais de cada indivíduo” (Joffe, 1995p. 316).

Ademais, ao pronunciarem-se em palavras, condutas e sentimentos, ou seja, ao criarem institucionalidades por meio de suas falas, dão condição para que suas

representações sociais sejam analisadas, tanto com base na compreensão das estruturas das quais fazem parte, quanto por meio de seus comportamentos sociais (Minayo, 2005).

Importante ressaltar, ainda que, nós, enquanto atores sociais não temos a capacidade de recortar o objeto, extraíndo-o da realidade social. Trata-se do oposto. A todo tempo, nossa percepção insere-se em um todo integrado, dando lugar à articulação de elementos diversos do cotidiano, da memória, de nossas experiências com as representações por nós elaboradas (Horochovski, 2004). Assim sendo, podemos afirmar que as representações sociais de servidores sobre os processos de transferência de tecnologia circulam cotidianamente e são passíveis de serem analisadas conforme uma relevante diversidade de formas, visto que, conforme já expresso aqui, ocupam o lugar de um tipo de conhecimento compartilhado e imerso no campo de significações sociais.

Na TRS, uma fala individual não é interpretada apenas como uma opinião privada, mas como uma atualização singular de sentidos que já circulam socialmente. Isto é, quando alguém fala, mobiliza linguagens, valores, imagens, categorias e explicações que já estão disponíveis no(s) grupo(s) social(ais) ao(s) qual(is) pertence (profissão, instituição, geração, território, etc.). O sujeito fala como indivíduo, mas a partir de um repertório coletivo.

No tocante à abordagem estrutural das representações sociais, a qual foi desenvolvida a partir das contribuições de Jean-Claude Abric, tal abordagem constitui-se como um desdobramento da Teoria das Representações Sociais moscoviana, e tem como objetivo compreender não apenas os conteúdos das representações, mas, sobretudo, sua organização interna e seu funcionamento.

Conforme já aqui problematizado, ao romper com a dicotomia clássica entre sujeito e objeto, a TRS estabelece que o conhecimento não é um reflexo direto da realidade, mas uma construção social, elaborada coletivamente a partir das experiências, valores e contextos nos quais os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, conforme aqui já elucidado, as representações sociais configuram-se como formas de conhecimento do senso comum, socialmente produzidas e compartilhadas, que orientam práticas, organizam percepções e permitem aos indivíduos interpretar e agir sobre o mundo (Jodelet, 2001; Moscovici, 1995).

A abordagem estrutural proposta por Abric (1994) introduz um avanço analítico ao considerar que toda representação social possui uma organização interna,

estruturada em torno de um núcleo central e de um sistema periférico. Conforme interpretação da obra de Abric, Mazzotti (2002) nos elucida que o núcleo central se constitui como o elemento fundamental da representação, sendo responsável por sua estabilidade, coerência e sentido; está profundamente ligado à memória coletiva, aos valores e às normas do grupo social, apresentando elevada resistência à mudança.

Por sua vez, o sistema periférico é composto por elementos mais flexíveis e sensíveis ao contexto, que permitem a adaptação da representação às situações concretas vivenciadas pelos sujeitos. Essa dimensão periférica desempenha, portanto, um papel operacional, ao mesmo tempo em que protege o núcleo central, absorvendo tensões e contradições decorrentes da experiência cotidiana (Mazzotti, 2002).

A relação entre núcleo central e sistema periférico evidencia o caráter simultaneamente estável e dinâmico das representações sociais. Enquanto o núcleo central garante a continuidade e a homogeneidade do pensamento coletivo, a periferia introduz variações, adaptações e diferenciações individuais, permitindo que a representação se ajuste às condições concretas sem que sua estrutura fundamental seja necessariamente alterada. Essa configuração explica, inclusive, a coexistência de elementos aparentemente contraditórios no interior de uma mesma representação, revelando sua complexidade e sua capacidade de acomodar diferentes experiências e perspectivas.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem estrutural propõe um percurso analítico que envolve, inicialmente, o levantamento do conteúdo das representações, geralmente por meio de entrevistas, evocações livres ou questionários. Em seguida, busca identificar a estrutura da representação, distinguindo seus elementos centrais e periféricos a partir de critérios como frequência de ocorrência, grau de compartilhamento entre os sujeitos e importância atribuída aos conteúdos. Por fim, devemos proceder à verificação da centralidade dos elementos identificados, etapa fundamental para confirmar sua posição na estrutura representacional. Esse conjunto de procedimentos permite não apenas descrever os conteúdos das representações, mas compreender sua lógica de organização e seu papel na orientação das práticas sociais.

A abordagem estrutural das representações sociais nos oferece, portanto, um instrumental teórico-metodológico robusto para a análise de dados qualitativos, especialmente aqueles oriundos de entrevistas, ao possibilitar a apreensão das

estruturas simbólicas que organizam o pensamento social (Mazzotti, 2002). Ao evidenciar a articulação entre estabilidade e mudança, entre consenso e diversidade, essa perspectiva contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, permitindo identificar permanências, tensões e processos de transformação no interior dos grupos investigados.

### 1.3. Relações entre Representações Sociais e o Objeto de Pesquisa

Como já enunciado, a TRS teve sua origem na obra de doutorado de Moscovici, no âmbito da Psicologia Social. Entretanto, em direção a uma certa expansão teórica, a qual, por sua vez, fundamenta-se – dentre outras questões – no simbólico, nos problemas imediatos, locais, autóctones; deparamo-nos com a afirmação e, portanto, a expansão de tal Teoria rumo a distintas áreas do saber (Sá e Arruda, 2000). Em sintonia com esse pensamento, novamente trazemos a contribuição de Denise Jodelet (1989, pp.40-41):

Situada na interface entre o psicológico e o social, a noção pretende ser de interesse para todas as ciências humanas. Encontramo-la em ação na sociologia, na antropologia e na história, estudada nas suas relações com a ideologia, os sistemas simbólicos e as atitudes sociais que as mentalidades refletem. (...) Esta multiplicidade de relações com disciplinas vizinhas confere ao tratamento psicossociológico da representação um estatuto transversal que desafia e articula vários campos de investigação, exigindo, não uma justaposição, mas uma verdadeira coordenação dos seus pontos de vista. Nesta transversalidade reside sem dúvida uma das contribuições mais promissoras deste campo de estudo (**tradução nossa**).

Na mesma direção, sob um viés do “fazer” a pesquisa, Cabecinhas (2004, p. 134) destaca que tal Teoria atualmente é trabalhada por uma grande variedade de profissionais, a notar “(...) cientistas sociais (psicólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, etc.), sendo aplicada no estudo de problemas muito diversos (o ambiente, a justiça, a saúde, etc.), constituindo um campo de investigação vivo e dinâmico”.

Silva *et al.* (2011), em sua análise sobre a TRS nas pesquisas da Enfermagem no Brasil, ao considerar 22 teses e 44 dissertações conclui pela predominância de estudos de caso, do uso de entrevistas semiestruturadas e do fato levar em conta o conhecimento das pessoas leigas ajuda a compreender melhor como elas cuidam da própria saúde.

Menin *et al.* (2009) investigou a mesma teoria em estudos sobre representações de professores, seu universo de pesquisa contemplou 27 teses e dissertações, com foco maior em aspectos metodológicos relacionados ao uso da TRS, dentre eles, contextualização e justificativa do objeto de estudo enquanto objeto de representação social; caracterização dos sujeitos da pesquisa, com explicitação das variáveis selecionadas; descrição e fundamentação dos procedimentos de coleta de dados; estratégias adotadas para o tratamento e a análise do material empírico; apresentação sintética dos resultados obtidos; e discussão de suas contribuições para a educação, para a formação docente e para a TRS. Dentre as conclusões, de modo geral, as autoras afirmaram que os trabalhos contribuíram para elucidar representações que professores constroem sobre os muitos campos que compõem suas vidas profissionais.

Chamon (2007) analisou os processos e conteúdos representacionais de estudantes de doutorado na área das ciências exatas em relação à pesquisa. Dentre as considerações apresentadas, além de algumas delas serem de caráter ético sobre o “bom” e o “mau” uso dos produtos da ciência e da responsabilidade de quem pesquisa em relação a esse uso; a autora também identificou processos de objetivação e de ancoragem constituintes da gênese da representação estudada.

Silva *et al.* (2017) objetivou conhecer as experiências e as formas de atuação de extensionistas rurais do órgão de Ater capixaba ligadas às questões de gênero e de participação das mulheres rurais nas políticas públicas em municípios da Microrregião do Rio Doce. Metodologicamente, aplicaram roteiros e entrevistas semiestruturadas para 10 Agentes de Extensão em Desenvolvimento Rural. Como resultados, observaram que os entrevistados tendem a naturalizar as desigualdades de gênero, o que acaba por refletir na ausência de ações voltadas ao incentivo da participação das mulheres nas políticas públicas. Diante disso, os autores concluíram que é necessário promover a transformação de paradigmas de gênero historicamente enraizados na Extensão Rural, tanto no âmbito acadêmico quanto nas instituições de Ater, visando à efetivação da participação feminina nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Diante de tamanha transversalidade é que avançamos nossa pesquisa sob um recorte sociológico, no âmbito de profissionais que constroem e executam diferentes ações e políticas públicas; estas, elencadas no contexto dos serviços de Ater e

pesquisa agrícola, em especial, no caso estudado, no que se refere aos processos de transferência de tecnologia.

Autores como Sá (1998) destacam que uma representação social pertence reiteradamente a um determinado conjunto social – no caso de nossa pesquisa, a extensionistas e pesquisadores – sobre alguma coisa – quer seja, os processos de transferência de tecnologia. Tal conjunto social, por meio de suas ideias, imagens, interações, comunicações, constrói e transmite as representações sociais sobre o objeto em questão (Oliveira, 2013).

É importante destacar que Vala (1993) elenca três critérios para que as representações sejam consideradas sociais. São eles: i) critério quantitativo, que estabelece a necessidade de partilha de determinada representação por um conjunto de indivíduos; ii) critério genético, ligado ao fato de as representações sociais resultarem de atividades cognitivas e simbólicas do grupo social que as detêm; iii) critério funcional, uma vez que as representações sociais se estabelecem como norteadoras para a comunicação e a ação, quer seja, como já aqui citamos, trata-se de teorias sociais práticas.

Dito isso, inspirados em Oliveira (2013) – a qual estudou as representações sociais de tecnologistas e pesquisadores sobre a atividade de pesquisa de uma instituição da área de ciência, tecnologia e inovação –, acreditamos que, ao investigarmos as representações sociais sobre os serviços de Ater e de pesquisa e os processos de transferência de tecnologia, almejamos elucidar em que elas se ancoram e como são objetivadas pelos diferentes grupos sociais entrevistados.

Ademais, consideramos avançar sob os significados compartilhados, além de comparar as representações elaboradas, na medida em que, ao coabitarem o mesmo universo profissional – quer seja, a mesma instituição –, configuram-se (ou não) como hegemônicas, destoantes, convergentes, etc.

Quanto à relevância teórico-prática desses grupos sociais, que compuseram a nossa amostra de entrevistados, ao tomar por base as ideias Jodeletianas, Cabecinhas (2004) alerta para a importância da ação dos sujeitos (ou grupos) no sentido de formar sistemas que constroem aquilo que ela chama de teorias espontâneas, que nada mais são do que “(...) versões da realidade que incarnam em imagens cheias de significação” (p. 126).

Nesse contexto, Jodelet (2001) explica que tais definições (ou representações) partilhadas por membros de um mesmo grupo são construtoras de uma visão

consensual da realidade deste grupo, a qual, inclusive, pode entrar em conflito com a de outros; todavia, sem deixar de ser um guia para ações e trocas diárias. Portanto, podemos entender que é nesse contexto que, por exemplo, serviços e servidores públicos, dão sentido a ações e razões de existir de suas atribuições enquanto tais.

Nosso interesse, portanto, além de identificar tais teorias espontâneas – ou seja, representações – criadas no âmbito do Incaper sobre os processos de transferência de tecnologia, ações de Ater e de pesquisa, intentamos compreender como tais teorias situam-se em relação entrevistados; além das matérias-primas e mecanismos principais que dão base para o desencadeamento de tais construções.

Cabe dizer que, tanto a ciência como o senso comum são grandes fornecedores de matéria-prima para a construção de representações sociais. Sobre a ciência e as representações sociais, Spink (1993) defende que estas não se tratam de meras “(...) (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo. Elas são também alimentadas pelos produtos da ciência, que circulam publicamente através da mídia e das inúmeras versões populares destes produtos” (p. 305).

No caso específico de nosso objeto de pesquisa, entendemos que a ciência tem um papel relevante como fornecedora dessa matéria-prima, ao passo que o Incaper se constitui como uma instituição que se apropria de tal fornecimento, mas também produz ciência e tecnologia; além obviamente, de responsabilizar-se por “transferi-las”.

Quanto ao senso comum, no contexto da TRS, trata-se de uma noção que ocupa o lugar de uma forma de conhecimento que “(...) constroi a realidade do sujeito social, não abandonando outros conhecimentos presentes naquele ambiente, mas ‘ ancorando-os e objetivando-os’ para a apreensão dos sentidos e a continuidade e dinâmica da comunicação entre os grupos” (Oliveira, 2013, p. 70). Para além, o senso comum:

(...) enquanto matéria-prima ou como “representação social” tem um potencial transformador. Mesmo como pensamento fragmentário e contraditório, o senso comum deve ser recuperado criticamente, uma vez que corresponde espontaneamente às condições reais de vida da população. (Minayo, 1995, p. 100).

Dessa forma, aliando ciência e senso comum, Arruda (2002) defende que, depois de uma epistemologia histórica dominante em que abandonamos o senso comum em direção a um cientificismo quase que absoluto, é preciso “(...) romper com

a ciência tal como ela se construiu para retornar a um outro senso comum, transformado pela presença dela; um senso comum cujo lado bom nem sempre fomos capazes de enxergar, e que também cabe a nós modificar” (p. 12). Na mesma toada, Moscovici (2003, p. 60) muito bem conclui que “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é ciência tornada comum”.

Com base nisso, concordamos com Oliveira (2013), ao afirmar que a TRS inaugura, portanto, um novo campo teórico-metodológico, o qual ocupa-se em analisar os indivíduos e seus grupos, por meio de seus comportamentos; constituindo-se, portanto, em “(...) uma forma diferente de compreender o conhecimento humano, compreendendo os sujeitos como seres ativos, não meros reprodutores de ideologias sociais, mas criadores de representações, as quais são dinâmicas e inovadoras” (p. 58).

Graças à sua natureza social, as representações construídas em determinado contexto dão condição ao sujeito para que deixe de ser visto como alguém que age de forma individual e absente de determinado contexto, e passe a ser estudado como alguém que “(...) constroi o conhecimento pela interação social nos grupos sociais e, ambos influenciem o espaço de convivência” (Oliveira, 2013, p. 58).

Essa construção, por sua vez, entendemos que se configure conforme Moscovici (1978, p.27) nos infere:

Em vez de adensar e imobilizar sobre as sociedades a sombra de uma experiência ou de um conhecimento vindos de alhures, formar uma representação deles é animá-los de duas maneiras. Em primeiro lugar, vinculando-os a um sistema de valores, de noções e práticas que conferem aos indivíduos as formas de se orientarem no meio social e material, e de o dominarem. Em segundo lugar, propondo aos membros de uma comunidade a título de veículo para suas trocas e de código para denominar e classificar de maneira clara as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva.

Admitimos, portanto, que o Incaper, ao longo de sua história e por meio de diferentes matérias-primas, foi construindo suas representações sobre diferentes temas, ações, políticas públicas, acontecimentos, etc., com as quais se envolveu como órgão de pesquisa e Ater. Nesse contexto, enquanto nosso objeto de pesquisa, os servidores entrevistados, em estado vivo e dinâmico (assim como o são as representações sociais) no âmbito do CRDR Caparaó, fazem jus à importância em se convergir tais searas nesta tese, ou seja, a trajetória de uma parte do corpo técnico

incapacitantes protagonizado/representado por alguns de seus extensionistas e pesquisadores.

Muito por isso, as interfaces formadoras do(s) contexto(s) do estudo são muito caras ao entendimento das representações sociais. Conforme Bauer (2003, p. 235): “É essencial identificar o grupo que as veicula, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo funcionalmente a um contexto intergrupar específico”. Para além, Franco (2004) alerta sobre a indispensabilidade da realização daquilo que chama de “análise contextual”, a ser composta por diversos elementos – sejam institucionais, históricos, científicos, dentre outros – sobre o universo da investigação.

Nessa direção, Moscovici (1961 citado por Cabecinhas 2004) destaca que, para que compreendamos os processos evolutivos e organizacionais de uma representação, temos que compreender a sua integração na dinâmica social, quer seja, admiti-la como sendo estabelecida pela estrutura da sociedade em que se desenvolve. Essa estrutura, como já dito, não é homogênea, é cheia de clivagens, de diferenciações no campo social, as quais, portanto, resultam na elaboração de variadas representações sociais sobre um mesmo objeto. Quanto a essas diferenciações sociais, retomamos as ideias de Jorge Vala (1993), o qual destaca ao menos dois níveis em que elas existem: o socioeconômico e dos sistemas de orientação – permeados por normas e valores mais duradouros, bem como por atitudes e motivações específicas.

Vala (1993) infere, entretanto, que apenas questões socioeconômicas estruturalmente fixas não dão conta da diferenciação das representações sociais. O Processo é mais complexo, uma vez que o referido autor – em concordância com outros (Arruda, 2002; Jodelet, 2001; Moscovici, 1978, 1995, 200 e 2015; Sá, 2000 e 2002) retoma a noção de que, à luz da TRS, os sujeitos não são admitidos como meros receptores passivos de determinada ideologia dominante. Segundo Cabecinhas (2004, p. 133), sob uma segunda perspectiva, a defesa de Jorge Vala parte do seguinte pressuposto:

(...) os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas representações que se auto-posicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais formam e transformam as representações sociais.

Apesar desse papel ativo dos sujeitos em um contexto de elaboração das representações sociais, Cabecinhas (2004) alerta sobre a importância em se considerar a relação entre as representações criadas e as configurações culturais dominantes, assim como a dinâmica social em seu todo. Segundo a autora, o resultado dessa conjunção subsidia a compreensão do que chama de pressões para a hegemonia e a decorrente homogeneização de certas representações sociais; ou seja, “(...) a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações” (p. 133). Ademais, conforme Moscovici (1988, p. 242) “(...) embora as representações estejam em permanente processo de mutação, a apropriação do ‘novo’ segue uma lógica de ‘conservadorismo’ profundamente ‘sociocêntrica’”.

Findando esta seção, na qual buscamos trazer elementos do universo existente entre as representações sociais e os sujeitos e grupos que as constroem, com base em Arruda (2002, p. 16) trazemos um apanhado de elementos que a autora considera como “indícios reconhecidos de eixos da proposta epistemológica da TRS que orientam a adoção das estratégias de pesquisa”, com as quais intentamos contar. São eles:

- que a realidade é socialmente construída, o que indetermina as fronteiras entre o sujeito e o objeto;
- que esta realidade construída se constitui no processo de interação/comunicação;
- que as formas de conhecer, que são as formas de construí-la e que constituem formas de comunicação igualmente, diferem mas se equivalem — o universo consensual e o reificado são formas de comunicação diferenciadas, mas cumprem cada uma sua função — e são intercomunicantes;
- que o sujeito cognoscente é ativo e criativo, recorrendo ao seu acervo nocional mas também aos seus valores, interesses e projetos para traduzir a novidade que se apresenta;
- que em sociedades complexas, multifacéticas, na era da informação e da velocidade das comunicações, a representação social é característica da organização do pensamento social;
- a premissa construcionista da teoria levanta em certos setores um debate sobre a existência ou não do real, que não cabe enfrentar aqui. Para nós, toda representação é representação de alguma coisa, mas também de alguém que a constrói. Isto se traduz para a metodologia. O ‘alguém que constrói’ baseia sua construção num território simbólico que lhe dá o chão para a sua leitura do mundo, reafirmando a dimensão contextual já mencionada. Por um lado, expandimos ao máximo o horizonte para atingir o perímetro nocional onde se instalam as representações sociais, e por outro, é a noção de limite das propostas o outro item que traduz aquela premissa em termos metodológicos: limite da possibilidade que oferece o objeto, o

método, e por conseguinte, o limite da generalização e da própria interpretação (...). Quanto aos limites do método, existe o risco da metodolatria, a crença de que o método, ou as técnicas (com as quais muitas vezes ele se confunde) revela a 'verdade' (Arruda, 2002, p. 16).

Apresentadas questões norteadoras ao suporte teórico da TRS que utilizaremos nas análises desta tese, no próximo capítulo nos dedicamos a identificar e analisar as representações dos servidores sobre o termo “tecnologia”.

## 2. TECNOLOGIA: ASPECTOS DE SEU UNIVERSO CONCEITUAL

Neste segundo capítulo avançamos sob o conceito de tecnologia. Em sua primeira seção, debruçamos sobre a obra de Vieira Pinto, entendendo tecnologia sob um viés ideológico. Na segunda seção, por sua vez, intentamos elucidar o termo tecnologia como uma representação social, buscando trazer aspectos teóricos que compõem a formação de diferentes representações. Na terceira e última seção, discutiremos sobre as contradições da tecnologia quando inserida em processos – aqui, ao que nos interessa – de transferência de tecnologia.

Para além do âmbito do rural, contexto em que o Incaper foca sua razão de ser, mas na sociedade e seus espaços como um todo, a tecnologia encontra-se presente nos mais variados domínios da existência humana – vide ritmos de vida, produções agrícolas, processos industriais, alimentação, sistema de saúde, formas de trabalhar, processos pedagógicos, linguagens, metodologias, competências, capacidades, conhecimentos, etc. –; assim sendo, à medida que a influência tecnológica se amplifica em nossas vidas, justificam-se indagações sobre o sentido da(s) tecnologia(s) assim como a sua compreensão teórico-crítica (Veraszto *et al.*, 2009; Silva, 2013).

Trata-se de um termo abrangente e polissêmico (Dereti, 2009; Rocha, Machado e De Oliveira Filho, 2012), sendo:

(...) relacionado ao desenvolvimento das condições de vida e, portanto, uma variável que recebe diferentes significados na literatura. De modo geral, a tecnologia envolve conceitos e definições relacionados a conhecimentos, habilidades, técnicas, métodos, ferramentas, recursos organizacionais, processos de gestão, práticas sociais/comportamentais, podendo ser apresentada na forma de produtos, serviços, informações e, geralmente, em benefício da sociedade (progresso, desenvolvimento). (...) toda tecnologia tem seu tempo de vida útil, pois à medida que o processo de desenvolvimento ocorre, ela se transforma e o mundo, conseqüentemente, se modifica e avança em termos de progresso e de qualidade de vida (Rocha, Machado e De Oliveira Filho, 2012, p. 10)

Tamanhas amplitude e complexidade, acreditamos, devem-se ao fato de que tecnologia é um termo que está fortemente atrelada à história da humanidade e, muito por isso, pode oferecer um relativo poder à disposição de quem a domina (Veraszto *et al.*, 2009; Silva, 2013). Por esse motivo e por outros argumentos – os quais ainda desenvolveremos ao longo desta seção –, em um primeiro momento, esperamos entender melhor sobre o termo tecnologia, para, mais à frente, termos condições de

nos aprofundarmos na problematização da expressão “transferência de tecnologia”, junto aos demais suportes teóricos aqui elencados.

### 2.1. “Maravilhamento”: sobre uma Ideologia da Tecnologia

Etimologicamente, tanto a palavra “tecnologia”, quanto a palavra “técnica”, originam-se na palavra grega *techné*, a qual voltava-se mais no sentido de se alterar o mundo de maneira prática do que de buscar compreendê-lo (Veraszto *et al.*, 2009). Da Grécia antiga até os dias atuais, em que a compreensão desses termos tem seu lugar, defendemos que o entendimento de técnica e tecnologia deva ser realizado na dimensão da cultura; vide, a título de exemplo, o fato de a linguagem ser considerada uma das primeiras técnicas (ou tecnologias) surgidas na história humana (Lévy, 1993 citado por Veraszto *et al.*, 2009).

Mas, como delimitar mais propriamente o universo conceitual de técnica e tecnologia? Muito da problematização que traremos ao longo desta seção se dará com base na obra “O Conceito de Tecnologia” (volumes 1 e 2), de Álvaro Vieira Pinto (Vieira Pinto, 2005a; Vieira Pinto, 2005b), na qual, segundo Kleba (2006) e Gomes, Souza e Hayashi (2017), Vieira Pinto, ao refletir sobre a relação entre homem e técnica/tecnologia, constrói um arcabouço teórico de base filosófica, antropológica e histórico-dialética, materializado em uma crítica social que, à época<sup>37</sup>, almejava que o Brasil superasse sua condição de país subdesenvolvido.

Na obra Vieiriana, a técnica assume um caráter central, uma vez que se insere entre o mundo concreto e as faculdades do pensar, constituindo-se como “(...) vínculo entre a abstração, que envolve conhecimento e intenção, e sua objetificação no mundo material” (Kleba, 2006, p. 78). Nas palavras do próprio filósofo “A técnica hominiza e humaniza, o *Homo sapiens* é um *Homo technicus*” (Vieira Pinto, 2005a, p. 201).

O homem é, portanto, um ser técnico e, por isso mesmo, vislumbrar grandes transformações com base na vivência de uma época tida como altamente tecnológica, como a atual, desconsiderando-se que a técnica sempre esteve presente na história da humanidade, é negar, como já dito, que a técnica está na essência e primórdios da

---

<sup>37</sup> Tal obra foi escrita por Vieira Pinto nos anos de 1970, mas somente publicada – de forma póstuma – em 2005.

nossa formação; muito por isso, podemos considerar que a técnica se torna ontológica, portanto, podendo ser vista como um patrimônio da humanidade, o qual deveria ser universal e beneficiar todos e todas (Gomes, Souza e Hayashi, 2017).

Mas, qual a relação entre técnica e tecnologia na obra de Vieira Pinto (2005a, 2005b)? A resposta para essa questão perpassa pela opção teórica em relação aos quatro vieses hermenêuticos ou significados centrais – que incorporam as diferentes concepções do termo tecnologia – apresentados pelo autor; são eles: i) tecnologia como sendo o estudo, a teoria ou a epistemologia da técnica, quer seja, refere-se aos “(...) modos de produzir alguma coisa (...)” (Vieira Pinto, 2005a, p. 219); ii) tecnologia como sendo somente sinônimo de técnica; iii) tecnologia entendida como o conjunto de todas as técnicas disponíveis a uma determinada sociedade em qualquer etapa de seu desenvolvimento; e iv) tecnologia como ideologização da tecnologia, concepção essa, à qual o autor oferece maiores aprofundamentos em seus dois livros citados anteriormente (Kleba, 2006; Silva, 2013).

A obra “O Conceito de Tecnologia”, em acordo com a sua época de criação, mergulhou na função ideológica da tecnologia junto ao subdesenvolvimento do país. Dito isso, no que se refere à relação ideologia e tecnologia, Kleba (2006) afirma que Vieira Pinto construiu sua conceituação em duas perspectivas. Em uma delas, entendendo ideologia como a história das ideias, o filósofo afirma que, se toda tecnologia se trata do *logos* da técnica, ela, portanto, “(...) transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico” (Vieira Pinto, 2005a, p. 320), compreendendo o significado e o valor das ações humanas.

Sob outra perspectiva, no entanto, a qual se sobressai na obra Vieiriana, o conceito de ideologia embasa-se na tradição marxista, sendo direcionado como “(...) mascaramento, como falsa consciência, como arma ideológica para impor determinados interesses” (Kleba, 2006, p. 84), ocupando um lugar, portanto, de uma forma de dominação.

A partir dessa noção de dominação adjunta ao discurso ao redor de tecnologia, Vieira Pinto (2005) nos apresenta a ideia de colonização do futuro. Elaborada por ideólogos ditos dominantes, “(...) o truque consiste aqui em projetar no futuro o conceito atual de tecnologia por eles admitido” (Vieira Pinto, 2005, p. 684). Marcadamente concentrando suas análises entre periferia e centro, o autor, aprofundado na ideia acima anunciada, denuncia este último (centro) como futuro daquela (periferia) (Kleba, 2006).

“Paradoxalmente, uma das maneiras de retardar o efeito libertador da tecnologia no país atrasado resume-se em exaltá-la, a ponto de fazer dela uma nova mitologia (...)” (Vieira Pinto, 2005a, p. 287). Nas palavras de Kleba (2006, p. 85) “(...) através desta artimanha, as injustiças sociais deixariam de ser inquietantes, pois as carências do presente derivariam de imperfeições tecnológicas” e a esperança das massas trabalhadoras se conservaria na “previsão da idade da fartura” (Vieira Pinto, 2005b, p. 689).

A técnica como salvadora, estruturante de uma certa tecnocracia, enquanto uma forma inovadora de organização social moderna, estruturar-se-ia então na mitificação da tecnologia, associada, pelo entendimento de Vieira Pinto, a ensinamentos estrangeiros, em que a elaboração de uma dita teologia da tecnologia ocupa o lugar de uma religião messiânica, em que a técnica se transfigura em uma graça que deve cair das alturas, como única esperança de salvação (Vieira Pinto, 2005a).

Como formas de ideologização da tecnologia, de uma maneira geral, Silva (2013, p. 848) nos aponta:

a) incluir o esforço para mostrar que a tecnologia supostamente mais avançada só pode ser fruto dos países centrais, inclusive, pelo fato de que estes têm mais recursos para os grandes centros de pesquisa; b) procurar mostrar que a técnica desenvolvida nos países centrais é uma “bênção para a humanidade em geral”, assim também para as regiões mais pobres, as quais devem acolhê-la de bom grado; c) denunciar que as tentativas de se opor a esse desenvolvimento tecnológico correspondem a uma visão retrógrada de estudiosos românticos. Para isso, procuram mostrar a técnica como algo que não tem relações temporais ou causais; nesse processo, a técnica apresenta-se como uma entidade transcendente, algo divino.

Todavia, Vieira Pinto questiona essa ideologia salvadora em torno do conceito de tecnologia e argumenta não ser suficiente o avanço rumo a técnicas/tecnologias mais modernas (menos atrasadas), uma vez que, em uma sociedade totalmente embebida de desigualdades como é a sociedade brasileira, é, antes de tudo, necessário transformar suas relações fundamentais; investir em tecnologias deve ser uma ação que caminha junto com o investir em educação e redistribuição de renda (Vieira Pinto, 2005a; Kleba, 2006).

Ele ainda alerta sobre a armadilha de pensamento que construímos a partir do fato de almejarmos definir avanços e atrasos, técnicas superiores e inferiores no contexto do universo conceitual de tecnologia. “A noção do avançado passa a valer

como medida de comparação, causando ‘envergonhamento’ nos grupos sociais excluídos de fruir a afluência da economia capitalista” (Kleba, 2006, p. 86).

A cristalização dessas relações de atraso e avanço acabam por colonizar o futuro a partir de fórmulas do presente, em que a tecnologia ocupa um lugar de diferenciadora e subordinadora entre as partes, à medida que tal diferenciação resulta do estabelecimento do controle da tecnologia, protagonizado por aqueles que a dominam (Kleba, 2006; Gomes, Souza e Hayashi, 2017).

Neste ponto, trazemos luz a um outro conceito de Vieira Pinto. À sua época, ao entender que muito da tecnologia que abarcava nos países tidos como periféricos não se tratava daquela mais recente, mas de fases um tanto quanto ultrapassadas do desenvolvimento tecnológico dos países tidos como centrais, o autor argumenta não se tratar de um cenário de adoção, porém, de submissão à vontade de um outro (Vieira Pinto, 2005a; Gomes, Souza e Hayashi, 2017).

O conceito de “consciência para o outro” destrincha que, à “(...) medida em que a tecnologia estrangeira penetra na esfera de consumo dos países periféricos, ela não entra apenas como mercadoria, mas também como elemento de dominação e produto cultural” (Gomes, Souza e Hayashi, 2017, p. 137). Quer seja:

Durante essa etapa, a consciência já formada ainda é incapaz de trabalhar para seu próprio desenvolvimento, pois assume a consciência do outro, no caso, do centro, pois se materializa em uma forma de consumo que predomina apenas nas classes privilegiadas. Ainda não é o uso da tecnologia para emancipação social, mas como mercadoria, pois, por meio de seu consumo, as classes privilegiadas tentam imitar os costumes da metrópole, dado o fascínio cultural que emerge nessa transação (Gomes, Souza e Hayashi, 2017, p. 138).

Nesse momento, a “tecnologia torna-se então o principal ingrediente com que o dominador irá compor a consciência ‘para o outro’ das massas subjugadas” (Pinto, 2008, p. 266 citado por Gomes, Souza e Hayashi, 2017, p. 138).

Os ideólogos do mundo alto convencem as populações atrasadas da prática inviabilidade de saírem por si mesmas da miserável condição onde vegetam. Chamamos a isso o falso e interesseiro emprego do conceito de tecnologia, (...), destinado a adormecer a consciência da nação dependente exercendo uma influência entorpecente (Vieira Pinto, 2005b, p. 683).

Mas, à medida que tecnologias externas (ou estrangeiras, conforme termo utilizado por Vieira Pinto) vão sendo utilizadas a nível local, no território tido como atrasado, haverá a produção de um conhecimento mínimo para desenvolvê-la, em que, mesmo que lentamente, quem a recebe vai se capacitando, ou seja, adquirindo um conhecimento ainda que mínimo sobre a tecnologia em questão; na visão do autor, a etapa final desse processo seria tanto um alcance de um patamar de

desenvolvimento tecnológico direcionado para o atendimento das necessidades socialmente colocadas e, portanto, uma melhoria das condições da população, quanto a superação do que ele chama de “maravilhamento” diante da tecnologia, “(...) o qual leva à adoção por imitação da técnica alienígena, e a uma formação precária de técnicos que se amestram em vez conhecer profundamente a tecnologia que produzem” (Gomes, Souza e Hayashi, 2017, p. 138).

## **2.2.A Tecnologia como uma Representação Social**

Ao aparecer aqui a importância das ideias e representações em relação à tecnologia – posto que corroboramos Vieira Pinto (2005a) ao entender que a tecnologia, enquanto conceito, tem um caráter relevantemente ideológico – sem adentrarmos na profundidade que se pode chegar quando da relação entre representações sociais e tecnologia (assim como seus processos de transferência), concordamos com Layton (1998 citado por Veraszto *et al.*, 2009) ao dizer que tecnologia está inerentemente associada aos valores humanos, e, por conseguinte, ao universo representacional de determinados atores sociais, grupo ou sociedade.

Sob o olhar da TRS, é justamente por causa do fato de uma determinada tecnologia se constituir como um elemento cultural de alguma sociedade que ela se torna matéria-prima (e também produto) para a forma como essa sociedade entenderá seu lugar no mundo, norteando algumas de suas ações e sua forma de representar dada situação e/ou processo que lhe seja intrínseco. Desse ponto, por consequência, ao ser “transferida”, qualquer tecnologia pode trazer consigo uma certa dominação cultural, ou um universo representacional – valores, símbolos, ideias – construídos em uma outra sociedade, instituição, espaço e tempo.

Sob um viés instrumental, representando a ciência em um lugar ideologicamente sustentado em seu sentido econômico, a tecnologia serve ao aumento de produtividade e competitividade; estruturando-se em uma espécie de tratado de operacionalização de teorias, métodos, experiências, conclusões em torno dos materiais e processos absorvidos por determinada técnica (Vargas, 1994; Dereti, 2009).

Para Sabato (1972, p. 15), tecnologia é o “conjunto ordenado de conhecimentos científicos ou empíricos utilizados na produção de bens ou serviços na atividade econômica organizada”. Em complemento, ao olharmos para o desenvolvimento do

conhecimento científico, por exemplo, de uma determinada técnica, a mesma, enquanto tal, só ganhará *status* de tecnologia ao incorporar uma certa aplicabilidade econômica, dentre outros possíveis significados (ou representações) atribuídos pela sociedade; “(...) mais do que um produto da ‘pesquisa científica’, qualquer tecnologia é uma construção social” (Dereti, 2009, p. 35). Para Coelho (2014), a tecnologia surge quando da transformação da ciência e da técnica em mercadoria.

Mesmo que apenas em um âmbito econômico, ramos da literatura exaltam que a tecnologia pode ser capaz de:

(...) perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços. Em outros termos, a tecnologia transcende a dimensão puramente técnica, ao desenvolvimento experimental ou à pesquisa em laboratórios. Ela envolve dimensões de engenharia de produção, qualidade, gerência, marketing, assistência técnica, vendas, dentre outras, que a tornam vetor fundamental da expressão da cultura das sociedades (Bastos, 1998).

Todavia, ao considerarmos a tecnologia como apenas relacionada a questões de produção e produtividade<sup>38</sup> e, portanto, sob uma seara econômica, Alves (2016) estabelece um recorte direto entre as categorias sociais do rural – atribuindo a causa dos problemas de produção e de renda na agricultura, que, segundo ele, são majoritariamente observados em grupos dos “médios” e “pequenos produtores” – ao acesso ao capital e à tecnologia. Sob um forte viés tecnológico, que não considera que há formas de se entender o que é produção, além de uma série de outros fatores relacionados às diferentes categorias sociais do rural brasileiro, Alves (2016, p. 66) argumenta que a “(...) tecnologia é o principal fator responsável pela concentração da produção em um pequeno grupo de produtores”.

Tal cenário, ainda presente em dias atuais, pode ter servido de interpretação para as grandes mudanças no padrão tecnológico da agropecuária no país, em especial entre anos 1960 e 1980, quando da forte industrialização, e, por consequência, a emergência de complexos agroindustriais (Peixoto, 2017), cenário em que:

(...) o sucesso de uns poucos não é mais o tamanho da propriedade, nem a disponibilidade de recursos financeiros para tocar o negócio. O que faz a diferença é a intensidade com que adotam tecnologias adequadamente. Mas, todo produtor sabe que usar tecnologia intensivamente não é coisa simples. O produtor sabe que isto tem custos que vão além dos custos dos insumos, das máquinas e dos serviços necessários que precisam ser minimizados com otimização dos fatores de produção. Sabe que é preciso ter facilidade no acesso à tecnologia desejada e na venda da produção obtida. Afinal, não faz

---

<sup>38</sup> Objetivos de uma ação extensionista tida por Caporal e Ramos (2006) como tradicional.

sentido adotar novas tecnologias se não há segurança de que vai conseguir vender a produção ampliada e a um preço justo (Pereira e Del Peloso, 2017, p. 311).

Ao deixar em segundo plano o universo conceitual de Vieira Pinto e aproximar a análise de Pereira e Del Peloso (2017), especialmente no que se refere à agricultura familiar – marcada por processos produtivos que não seguem, em regra, uma lógica de escala –, compreendemos que a relação desses sujeitos com a tecnologia não pode ser reduzida a um sistema no qual as decisões sejam exclusivamente de natureza tecnológica. Nessas condições, o uso e a adoção de tecnologias envolvem fatores sociais, culturais e organizativos que extrapolam o âmbito estritamente tecnológico. Trata-se, portanto, de uma ampliação do entendimento e da representação da tecnologia.

### **2.3. Contradições da Tecnologia em Processos de Transferência**

Sobre a ação dos chamados técnicos, Vieira Pinto alerta-nos que, uma vez inseridos nos processos de transferência de tecnologia – os quais, segundo o autor, têm papel primordial na manutenção das desigualdades entre centro e periferia –, são amestrados por esses processos, limitando o alcance das técnicas a serem dominadas e preservando, no centro, o controle sobre a produção tecnológica periférica (Vieira Pinto, 2005a; Kleba, 2006).

O autor elabora dois momentos diferentes que podem vir a cruzar o caminho dialético dos processos de transferência de tecnologia. Em um primeiro, tais processos podem ser entendidos como arma e principal elemento de dominação, para, em um segundo momento, após a queda do maravilhamento, tornarem-se arma de libertação, propiciando condições objetivas e intelectuais para um desenvolvimento pautado em autonomia.

Essa dialética, envolvendo as contradições da transferência de tecnologia – ora dominação, ora potencial de libertação – em conjunto com a existência de uma racionalidade do conhecimento das sociedades tradicionais (em acordo com Vieira Pinto, a periferia), trazem elementos importantes para uma construção autônoma sobre o papel da técnica nessas sociedades (Kleba, 2006).

Sobre tais sociedades, Álvaro argumenta se tratar de um erro pensar que não possuem suas técnicas próprias e muito menos que as possam engendrar, afinal, o

“(...) surto tecnológico das regiões ricas não foi motivado por nenhuma lei da história, mas resume o dado circunstancial da desigualdade do poder econômico que sufoca o gênio criador dos indivíduos de outros grupos étnicos” (Vieira Pinto, 2005a, p. 268).

Carvalho (2017), estudioso da obra de Vieira Pinto, complementa que as regiões ditas mais avançadas tendem a ignorar as descobertas empíricas e o valor das técnicas a partir das quais determinados grupos conquistam um certo controle das condições onde vivem; além, infelizmente, de colocar ao plano do folclore tais invenções/ inovações, sendo postas em um certo lugar de exotismo, à serventia somente como ornamento para os esnobes.

A respeito da ação arquitetada em tal cenário pelas regiões mais avançadas e da possibilidade advinda de sua superação, Vieira Pinto (2005a) nos indica: “É preciso reforçar a barreira cultural que se fosse vencida daria aos povos o reconhecimento para si de sua capacidade criadora em qualquer domínio técnico” (Vieira Pinto, 2005a, p.268).

Em um cenário, portanto, estabelecido entre colonizados e colonizadores, em relação à transferência de tecnologia, Vieira Pinto nos elucida que:

O colonizador acredita que a tecnologia rigorosamente medida, fiscalizada e exportada para as regiões marginais sob os rótulos de auxílio e assistência técnica ajudará os povos dessas regiões a elevarem o nível econômico de vida e, portanto, a consumirem os produtos da tecnologia adiantada, naturalmente mais caros e anteriormente inacessíveis a eles (Vieira Pinto, 2005a, p. 272).

No tocante a potenciais técnicos, dentre o grupo dos colonizados, o autor elabora o seguinte:

Deparamo-nos com o triste e constrangedor espetáculo do alegre e serviçal recebimento dos especialistas alienígenas pelos grupos que com o pouco ou o muito que aprenderam se tornaram dóceis instrumentos das intenções do centro irradiador externo, especialmente porque desse contato os futuros técnicos nativos em gestação saem pessoalmente beneficiados e confundem sua relativa melhora cultural e financeira com a do país (Vieira Pinto, 2005a, p.283).

Como uma outra visão desse cenário, no tocante àquilo que o autor elabora como transferência de tecnologia, Silva (2013) elucida que Vieira Pinto defende que haja prioridade – o que chama de resgate –, do ser humano que se envolve no projeto, no qual, por sua vez, a tecnologia não deva tomar o lugar de fim:

(...) para o autor, uma preparação cultural e econômica, por exemplo distribuição de renda interna, é algo fundamental para o crescimento interno. O investimento, enfatiza Vieira Pinto, deve ser no humano e não na obra. Quando se coloca a centralidade mais na obra que no humano, tem-se por

pressuposto que a obra cria o humano – quando é justamente o contrário, é o humano que cria a obra (Silva, 2013, p. 847).

Sob o olhar Vieiriano, não há como negar que as massas criam e usam as técnicas que lhes são possíveis, sendo que sua tecnologia é, antes de tudo, variada, diversificada e, por consequência, não singularizada; em um processo de transferência de tecnologia, a nova tecnologia deve se relacionar à antiga, ainda que, como ocorre em muitos casos, nos deparemos com um certo salto evolutivo (Silva, 2013).

Cabe destacar que a realidade das massas ou das sociedades consideradas “não tecnológicas” não deve ser compreendida como desprovida de tecnologia; dessa forma, um simples transplante de tecnologia como se já não houvesse alguma(s) outra(s) instalada(s) é inferir previamente que é a máquina (tecnologia, no caso) que faz o ser humano e não que o ser humano é quem faz a máquina (Vieira Pinto, 2005a; Silva, 2013).

Para além disso, ao compararem-na à situação de introdução de novas espécies em um determinado ecossistema, Veraszto *et al.* (2009) asseveram que a transferência de tecnologias descomedida pode redundar em mais impactos negativos (econômicos, sociais, ambientais, culturais, etc.) para determinado grupo (ou sociedade) do que àqueles previamente desejados.

Indo ao encontro do pensamento Vieiriano, Lévy (1999) alerta que não se deve abrandar o conceito de tecnologia – e todas as suas importantes facetas em torno do(s) universo(s) ideológico(s) em que se estrutura – separando-o da sociedade e da cultura e negando sua identificação como um ator autônomo; quer seja, um conjunto de técnicas ou diferentes processos tecnológicos, todos carregam consigo de forma inseparável interações entre atores sociais, institucionalidades materiais e artificiais, simbologias, assim como entre ideias e representações.

À luz das contradições discutidas, compreendemos que a tecnologia, ao mesmo tempo em que se consolida como instrumento de dominação, carrega também um potencial de libertação e reconstrução autônoma dos sujeitos e territórios. Reconhecemos, assim, que essa ambiguidade, apontada por Vieira Pinto e retomada por outros autores, evidencia que os processos de transferência tecnológica não podem ser entendidos apenas em sua dimensão técnica, mas como fenômenos políticos, culturais e simbólicos.

É nesse ponto de inflexão que avançamos para a próxima seção, em que discutimos as possibilidades de superação do modelo difusionista por meio das noções de processos construtivos, adequação e contradições sobre a tecnologia, compreendendo-a como resultado de interações entre saberes, contextos e valores.

#### **2.4. Além do pacote: difusão, tradução, adequação e contradições sobre tecnologia**

Ao partirmos de uma concepção do conceito de tecnologia embasado em noções histórica, cultural e politizada (Vieira Pinto, 2005a; 2005b) e, ao mesmo tempo, como símbolo circulante no senso comum (Moscovici, 2012), as entrevistas nos revelam um variado conjunto de significados.

Em meio a perspectivas de fascínio, mas também de crítica, as falas analisadas nos demonstram como o termo “tecnologia” se ancora na ciência e no progresso e se objetiva em práticas corriqueiras – “um papel e uma caneta” (Tereza), “um terreiro suspenso” (Pedro), “uma poda nova” (João) –, construindo um mosaico representacional em que a tecnologia aparece, ao mesmo tempo, como ferramenta, processo, valor e disputa simbólica.

Com base na TRS, entendemos que esse conjunto de sentidos forma um campo constituído por algumas ancoragens – econômicas, culturais e ambientais – que revela como a categoria é apropriada, traduzida e ressignificada no contexto desta pesquisa.

Ao interagirmos com a “ideologia da tecnologia” elaborada por Vieira Pinto (2005a), verificamos que nas entrevistas existe uma tensão entre o maravilhamento e a crítica. Para o filósofo, a ideologia tecnológica serve à manutenção de hierarquias entre centro e periferia. Na representação principal hegemônica e detentora do núcleo central deste capítulo, o que vemos é um processo de ancoragem em discursos tecnocráticos, com a objetificação em imagens de avanço e desenvolvimento e com a persistência de um núcleo central difusionista.

A tecnologia é representada como sinônimo de modernidade, progresso, ciência, otimização e técnica; como solucionadora de problema; há a presença de um fascínio acrítico pelo novo. O quadro 10 nos apresenta as principais falas que sustentam tal representação.

Quadro 10 – Falas da representação hegemônica sobre tecnologia

<b>Entrevistado</b>	<b>Falas</b>
Sebastião	“A tecnologia é o desenvolvimento de técnicas com base científica”.
Elza	“(…) forma de você melhorar, facilitar alguma ação, alguma coisa”.
Maria	“(…) novas técnicas de cultivo ou de produção”.
José	“(…) forma de fazer corretamente uma atividade”.
Ana	“(…) é tudo o que é passado para o agricultor que pode melhorar o que ele faz”.
Geraldo	“(…) começa com alguma solução”.
Luzia	“(…) tudo aquilo que é construído, pensado, construído, em prol da melhoria de vida das pessoas. Ela é fantástica desde que ela seja aplicada”.
Rosa	“(…) é um equipamento, ou um método, ou uma forma de fazer uma determinada atividade de forma que você gaste o menos possível”.
Tereza	“(…) é resultado de um estudo técnico, né, de um estudo científico, (...) pode ser um equipamento, pode ser uma indicação de manejo, é algo que vai proporcionar ao produtor melhorar aquilo que ele já faz”.
João	“(…) são novos processos”.
Paulo	“(…) é o produto final da pesquisa. Quando você tem um problema a ser resolvido, você estuda, você analisa sob o método científico, consolida, válida”.
Vera	“(…) todas as ferramentas para a agregação de produtividade e qualidade e que você possa dar à produção como resultado da aplicação do conhecimento que você obteve através da pesquisa”.
Marlene	“(…) processo facilitador e de aprimoramento de processos”.

Fonte: elaboração própria, 2025.

O que vemos é a predominância de uma representação hegemonicamente positiva e normatizada da tecnologia, ancorada em valores da modernidade, do progresso científico, da eficiência e da racionalização dos processos produtivos. Observamos ainda um processo de ancoragem em discursos técnico-científicos, que associam tecnologia à pesquisa formal, à validação científica e à solução objetiva de problemas.

A objetificação da tecnologia, por consequência, ocorre por meio de imagens concretas como “equipamento”, “método”, “ferramenta”, “nova técnica” e “produto final da pesquisa”, que tornam abstratos processos científicos em artefatos e práticas mais facilmente reconhecíveis. Notamos a presença do maravilhamento tecnológico (Vieira Pinto, 2005a), que é expresso pelo fascínio acrítico diante do “novo” e da capacidade da tecnologia de melhorar, otimizar e corrigir práticas, o que contribui para a uma naturalização de seu caráter benéfico e universal.

Essa representação, portanto, tende a ocultar as dimensões sociais, políticas e culturais da tecnologia, reforçando um núcleo central tecnocrático, funcionalista e

instrumental, no qual a tecnologia é concebida como meio neutro e inevitável de progresso.

Por outro lado, “Às vezes, como eu falo, a tecnologia mais básica em pecuária de leite hoje é um papel e uma caneta” (Tereza); às vezes é “(...) um bambu que você pode juntar na sua própria propriedade e fazer uma treliça e conter uma erosão em uma determinada área (Manoel). Temos “(...) a falsa impressão de que é uma coisa mirabolante” mas tais falas se opõem à representação dominante de que tecnologia é sinônimo de complexidade, de novidade, de modernidade e/ou de algo que vem de fora – obrigatoriamente fruto de alguma pesquisa científica.

Essa redefinição do termo, que se ancora no cotidiano da Tereza e do Manoel, mas também de José e Pedro (vide quadro 10) tende a fragilizar o imaginário do progresso, da modernidade, como destino da tecnologia e a deslocar a objetificação por exemplo da máquina para o gesto de anotar ou de cortar e dispor hastes de bambu, da inovação para o fazer no contexto local; portanto, identificamos aqui uma reancoragem que resgata o humano e o local como dimensões de sentido à representação.

Uma variante desta vertente representacional demonstra-se nas falas do José e do Pedro, respectivamente: “independente se é com equipamento moderno ou com equipamento tradicional”, tecnologia é “um conhecimento que tem alguma utilização prática”. O que vemos aqui é um processo de reancoragem da tecnologia no cotidiano, deslocando a ideia de inovação rumo à funcionalidade e à adequação local.

Outras falas, todavia, revelam a persistência de um núcleo com base em paradigma difusionista, mais perto do que Vieira Pinto chamaria de “consciência para o outro” (Gomes, Souza e Hayashi, 2017, p. 138). Acreditamos que as ideias de que a tecnologia é “(...) um estudo científico, pode ser um equipamento, pode ser uma indicação de manejo” (Tereza), é “(...) o produto final da pesquisa” (Paulo), é “(...) tudo o que é passado para o agricultor que pode melhorar o que ele faz” (Ana) mantém a linearidade do circuito centro-periferia, em que é reafirmado o papel da pesquisa como produtora do conhecimento. Em uma camada simbólica, entendemos que tal concepção reproduz a hierarquia epistemológica que Vieira Pinto critica, na qual o saber local ocupa uma posição subalterna e a tecnologia é tida como “a salvação do atraso”, algo que vem de fora.

Entretanto, mesmo nesses discursos – reforçando aquilo que a TRS a todo tempo nos anuncia – a representação não é estática, isto é, possui clivagens.

Verificamos trechos em que os entrevistados reconhecem que “a tecnologia pode ser também uma proposta que vem do conhecimento da comunidade” (Geraldo), explicitando o movimento de reancoragem do conceito e a emergência de práticas que se aproximam da premissa de que há uma natureza social que é inerente à prática científica, dando lugar a uma ciência (com)partilhada (Coelho, 2014).

Inspirada em estudos etnocientíficos, nessa forma de fazer ciência, os saberes são gerados por meio de experimentações em que os agricultores assumem o lugar de experimentadores, parceiros e agentes das pesquisas, junto com os pesquisadores; além disso, os pontos de partida e de chegada são os mesmos: “a percepção e os valores culturais dos não cientistas” (Coelho, 2014, p. 39).

Nesse ínterim, o discurso técnico pode deixar de ser apenas ideológico para tornar-se dialógico, e a tecnologia passa a ser representada mais como uma construção de saberes e menos como uma imposição. Sob o ponto de vista da TRS, identificamos a objetificação em práticas colaborativas entre agricultores e pesquisadores, uma função identitária de valorização do saber local, além de uma aproximação com a noção de construção do conhecimento. Cenários como esse, segundo a célebre Professora France Coelho (2014), vem impondo mudanças em ações profissionais persuasivas e meramente difusionistas da tecnologia rumo a formas mais participativas e partilhadas de atuação.

A presença da GTTC, em uma de suas facetas, tende a funcionar simbolicamente como espaço de mediação entre mundos cognitivos distintos: o científico e o cotidiano. “Pegar o negócio duro aqui... e tentar levar isso pros agricultores de um jeito que consigam entender” (Geraldo).

À luz da TRS, analisamos tal fala como um processo de objetivação que transforma conceitos abstratos/teóricos/técnicos em imagens um tanto quanto mais compreensíveis e culturalmente mais próximas, reconfigurando o papel institucional do servidor do Incaper de difusor para tradutor ou mediador. Todavia, sem maiores mudanças na relação de dominação tipo centro/periferia (Vieira Pinto, 2005a). A tecnologia continua sendo criada ou sistematizada e traduzida pelo centro (no caso o órgão pesquisa e Ater) rumo à periferia, quer seja, os agricultores.

Paralelamente, em uma das falas de Geraldo identificamos uma crítica ética e ambiental à tecnologia, estabelecendo-se como uma nova camada representacional que amplia o campo semântico discutido por Vieira Pinto. “Esse termo tecnologia está

muito perigoso... é você detonar o meio ambiente, tem que ser a todo custo? Que tecnologia é essa?” (Antônio).

Nessa vertente, a ancoragem não é mais apenas produtivista: ela se desloca para valores socioambientais e morais, o que nos mostra a elaboração de um sistema periférico de representações em processo de consolidação. Além mais, esse discurso rompe com o ideário da neutralidade tecnológica – “Tem muita tecnologia que é agressiva, tem que ser muito revista” (Geraldo) e reinscreve a tecnologia no campo das escolhas políticas e éticas, aproximando-se de autores como Dereti (2009) e Silva (2013), que defendem uma abordagem crítica e contextual da inovação.

Sob outro viés, pela fala de Manoel, verificamos o surgimento de uma dimensão até certo ponto emancipatória da tecnologia: “O agricultor não pode ficar na mão da indústria... só a indústria deter esse conhecimento” (Manoel). Essa fala ilustra a passagem do uso dependente à apropriação transformadora, aproximando-se do movimento que Vieira Pinto (2005a) identifica como etapa de superação do “maravilhamento”.

A incorporação ativa, a capacidade de adaptar e reinventar uma técnica/tecnologia constituem, na linguagem da TRS, uma reancoragem com potencial de ruptura, pois introduz novos referenciais simbólicos no núcleo representacional dominante. A tecnologia deixa, então, de ser apenas uma “mercadoria” e torna-se um bem cultural e político.

Outro traço identificado diz respeito ao reconhecimento de que a tecnologia deve ser “adequada” ao público. “Pode ser algo simples, que vai facilitar a vida e trazer retorno financeiro” (João). Esse critério de adequação reforça a leitura da TRS sobre a função orientadora das representações: elas guiam práticas e decisões, ao delimitar o que é “aceitável”, “útil” ou “viável”. Tal perspectiva relativiza o discurso universalista e tecnocrático, conferindo legitimidade a soluções – locais – e reforçando a presença de paradigmas diversos dentro do mesmo universo simbólico.

### *Considerações de síntese*

Por fim, concluímos que o conjunto das falas analisadas confirma a posição estratégica que o termo “tecnologia” ocupa na estrutura representacional de extensionistas e pesquisadores entrevistados. Ele atua como um significante social

múltiplo, que pode significar hegemonicamente a promessa de modernização, mas também o exercício de certa autonomia e questionamento.

Além disso, as representações identificadas oscilam entre polos – fetichização do novo x valorização do simples; entrega vertical traduzida x adaptação/reinvenção, compondo um campo de disputas semânticas que traduz, em escala micro, as contradições estruturais entre difusão, transferência e construção. Na linguagem da TRS, entendemos se tratar de um sistema em transição, no qual o núcleo central ainda conserva elementos de uma ideologia tecnológica, com difusão, transmissão e/ou tradução, enquanto as periferias experimentam formas de questionamento da tecnologia, com a possibilidade de adaptá-la ou reinventá-la e apelo ambiental.

Em síntese, acreditamos que as entrevistas coletadas nesta tese dão concretude ao percurso teórico delineado por Vieira Pinto e demais autores do capítulo. A tecnologia aparece como categoria em movimento – ora fetichizada, ora simplificada – e como terreno de negociação entre ciência, cultura, desigualdades e também poder.

Ao explicitar essas representações, a análise permite compreender como um grupo específico do Incaper pode abrigar simultaneamente visões difusionistas e emancipadoras, revelando que o desafio contemporâneo não é apenas transferir tecnologia, mas redefinir o próprio sentido de tecnologia à luz das práticas, valores e imaginários que a sustentam também na instituição, assim como nos contextos locais ao qual ela faz parte.

### **3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ATER E DA PESQUISA AGROPECUÁRIA: UMA ANÁLISE DO REGIONAL DO CAPARAÓ ENTRE A DIFUSÃO E A PRÁTICA INTEGRADORA**

Este capítulo analisa como os conceitos de Ater e pesquisa se constituíram historicamente e permanecem influenciando as práticas e representações sociais de dos sujeitos desta pesquisa. Buscamos compreender as bases teóricas e os contextos institucionais que sustentam tais concepções, assim como as transformações que vêm ocorrendo nas formas de pensar e praticar a pesquisa e a extensão rural no Incaper. O foco principal deste capítulo centra-se em representações mais próximas ao imaginário difusionista.

Ao percorrer o caminho que vai das origens da difusão às novas possibilidades de integração entre pesquisa e Ater, o texto procura evidenciar tanto as permanências dos paradigmas modernizadores<sup>39</sup> quanto as fissuras que permitem vislumbrar concepções mais participativas e dialógicas no contexto dos serviços de pesquisa e Ater.

Na primeira seção retomamos as origens históricas e conceituais da difusão de tecnologia, situando-a desde os primórdios da institucionalização da pesquisa agropecuária brasileira no século XIX até sua consolidação, no século XX, como instrumento de modernização agrícola.

Mostramos que esse modelo, fortemente influenciado pelos Estados Unidos e pela Revolução Verde, baseava-se em uma lógica comunicacional linear, em que o pesquisador produzia o conhecimento, o extensionista o transmitia e o agricultor o recebia. Essa dinâmica consolidou-se como fundamento das políticas públicas e das práticas extensionistas brasileiras, deixando marcas que ainda ressoam na atualidade e que servem de base para a transição posterior ao conceito de transferência de tecnologia.

---

<sup>39</sup> São paradigmas que se materializaram pelo processo de modernização da base técnica da agropecuária e da sua integração com os capitais industrial, financeiro e comercial; em que as inovações científico-tecnológicas que eram/são produzidas pelas instituições de pesquisa foram/são difundidas/transferidas por extensionistas a agricultores, dando lugar a novas lógicas e racionalidades de produção submetidas à hegemonia do capitalismo global, o que acabou/acaba por reconfigurar a (re)produção e (re)organização dos espaços rurais do Brasil; trata-se de uma forma de pensar que, em não raras vezes, coloca empecilhos na busca por alternativas ecológicas e socialmente apropriadas (Caporal e Ramos, 2006; Caporal, 2014; Coelho, 2014; Diniz e Hespanhol, 2018; Fonseca, 1985).

Na segunda seção, analisamos as representações sobre a pesquisa agropecuária. As falas dos entrevistados revelam um mosaico de sentidos: a pesquisa é vista como ciência e método, como ferramenta de descoberta e também como prática aplicada voltada à solução de problemas concretos. A distinção entre pesquisa básica (“pesquisa da universidade”) e aplicada (institucional, vinculada ao Incaper) reflete diferentes lugares de produção do saber, mas ambas convergem na ideia de que a pesquisa é o motor do desenvolvimento rural. Mesmo assim, subsistem traços do imaginário difusionista, em que o agricultor é percebido mais como destinatário que como partícipe da geração de conhecimento.

Em seguida, na seção 3, abordamos o conceito de Ater. As falas revelam um campo tensionado entre técnica e processo educativo. Parte dos entrevistados diferencia assistência técnica – imediata, produtivista e individualizada – de extensão rural – contínua, coletiva e mais socialmente orientada. Essa dualidade, além de reproduzir distinções históricas, expressa modos de organização institucional e identitários: de um lado, a resposta técnica às demandas de produção; de outro, a prática educativa que visa ao desenvolvimento para além do agrícola. A referência à Pnater aparece, em geral, como reconhecimento formal, mas reapropriada de maneira fragmentada no cotidiano profissional.

Na seção quatro, porém, mostramos que alguns dos entrevistados não separam essas dimensões. Nelas, a Ater é compreendida como prática unificada e integral, que conjuga assistência e extensão em uma mesma ação. O extensionista é representado como mediador entre conhecimento científico e saber local, responsável por “levar” informações e tecnologias, mas também por promover o desenvolvimento social. Essa visão mantém traços difusionistas, pela hierarquia implícita entre técnico e agricultor, mas introduz nuances de mudança, ao atribuir à Ater sentidos de missão, engajamento e ação educativa. É nesse terreno híbrido que se esboçam transições entre o paradigma da transferência e perspectivas mais dialógicas.

A quinta seção foca no papel do extensionista como sujeito da pesquisa. Os entrevistados afirmam, quase unanimemente, que extensionistas têm condições de pesquisar no Incaper, apoiadas em dois argumentos centrais: a proximidade com o território e o acúmulo de experiência prática.

Essa legitimidade é, contudo, atravessada por tensões: limitações de tempo, sobrecarga de funções e necessidade de titulação acadêmica são reconhecidas como barreiras. Ainda assim, emerge a figura do “extensionista-pesquisador”, que participa

de projetos, produz conhecimento aplicado e se reconhece como parte da construção científica. Tal representação recupera memórias institucionais em que extensão e pesquisa eram funções integradas, sugerindo o desejo de restabelecer essa unidade perdida.

Na sexta e última seção do capítulo, examinamos o movimento inverso: a possibilidade de o pesquisador atuar na extensão. A maioria das falas demonstra concordância, desde que haja preparo, empatia e capacidade de comunicação. Reconhece-se a importância do pesquisador aproximar-se do campo e dialogar com agricultores, mas persistem dúvidas quanto à sua formação prática e sensibilidade social.

O texto evidencia, portanto, que a integração entre pesquisa e extensão é tanto um desafio quanto uma necessidade. As representações analisadas apontam para a coexistência de hierarquias e de esforços de aproximação, revelando um processo em curso de reconstrução simbólica e institucional, no qual o conhecimento agropecuário tende a ser cada vez mais pensado como resultado de uma coprodução entre ciência, técnica e experiência.

### **3.1. Difusão de tecnologia: origens históricas e bases conceituais**

Até chegar a uma discussão mais aprofundada sobre os processos de transferência de tecnologia, acreditamos que, inicialmente, faça sentido avançarmos (ou – no caso, sob uma escala temporal, – recuarmos) rumo ao que a literatura e a história, tanto da Ater quanto da pesquisa agropecuária brasileiras<sup>40</sup>, elucidam sobre processos de difusão – os quais, junto com a expressão “transferência de tecnologia”, abarcam na literatura uma gama de especificações/adjetivações diferentes.

Dentre elas difusão agrícola, difusão de tecnologia (Dereti, 2009; Alves, Santana e Contini, 2016; Marques, 2023), difusão tecnológica (Pereira e Castro, 2022), difusão de informações (Peixoto, 2008; Pereira e Castro, 2022), disseminação ou divulgação de informações (Schlottfeldt, 1991), difusão de conhecimentos (Mendes, 2015; Borsatto, Bergamasco e Bianchini, 2017; Gollo, Medeiros e De Oliveira, 2020), difusão de inovações (Diesel, Dias e Neumann, 2022) tecnológicas

---

<sup>40</sup> Por vezes, neste trabalho, sem maiores problematizações, entenderemos a Ater como sinônimo de extensão rural e pesquisa agrícola como sinônimo de pesquisa agropecuária.

(Dias, 2008), compartilhamento ou disseminação de tecnologias (Dereti, 2009), deslocamento de tecnologias (Rocha, Machado e De Oliveira Filho, 2012), compartilhamento de conhecimento e intercâmbio de conhecimentos (Borsatto, Bergamasco e Bianchini, 2017), transplante de tecnologia (Vieira Pinto, 2005), disponibilização de conhecimentos (Alves, Santana e Contini, 2016).

Nossa compreensão é a de que, ao longo da história, embora os conceitos de difusão e transferência de tecnologia sejam distintos, houve momentos em que se assemelharam e outros em que se distanciaram. Em algumas ocasiões foram considerados sinônimos, enquanto em outras estabeleceram-se como complementares (Castro, 2005). Em diferentes situações, ambos os processos existem, sendo alocados tanto no âmbito dos serviços de pesquisa agropecuária quanto de Ater. Importante destacar que consideramos que tal argumento é válido para a realidade desses serviços no âmbito do Incaper, na medida em que – como já mencionado – concebemos a “transferência de tecnologias” como uma categoria nativa incaperiana.

No que concerne ao desenvolvimento de determinadas políticas, serviços e/ou instituições públicas destinadas ao rural ou ao agrícola<sup>41</sup> em nosso país, o termo difusão é o que primeiro aparece – e, sobretudo por causa de uma rede complexa e dinâmica de criação, transformação e extinção de referenciais normativos (Diesel, Dias e Neumann, 2022) que balizaram, balizam (e provavelmente balizarão) tais políticas. Ao longo das décadas entendemos que o referido termo se transforma em uma concepção conceitual mais ampla, aqui identificada como a transferência de tecnologia, sobre a qual abordaremos mais adiante.

Peixoto (2008) aponta que em meados do século XIX, a legislação do governo federal já possuía registros da criação dos primeiros serviços tanto de extensão rural quanto de pesquisa e de ensino agropecuários. Esses serviços seriam realizados pelos institutos imperiais, tendo sido o primeiro deles criado no estado da Bahia, em 1859, chamado de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Segundo o autor, a função principal de tais institutos era a pesquisa e o ensino; entretanto, também deveriam atuar na difusão de informações. Prova disso são seus estatutos, que previam a realização “(...) de exposições, concursos e a publicação de

---

<sup>41</sup> Para mais problematizações dessa dualidade, recomendamos, dentre outras obras, Carneiro (2008).

periódicos com os resultados das pesquisas (...). Haveria mesmo rudimentos de um serviço de extensão rural (...)” (Peixoto, 2008, p. 13)<sup>42</sup>.

Tais registros nos mostram que, nas primeiras ações normativas em relação à pesquisa agropecuária brasileira, os serviços de extensão estiveram previstos – de forma mais rudimentar – mas ambos de certa forma interligados/imbricados por um ponto em comum, não explicitado na letra da lei – mas enunciado indiretamente por Rodrigues (1987, v. 4) e, diretamente, por Peixoto (2008) e Gollo, Medeiros e De Oliveira (2020) –, portanto, que seria a difusão de informações/tecnologias.

Fazendo um resgate da atuação da difusão de tecnologia no mundo, Peixoto (2017) afirma que se estabeleceu como uma relevante fonte de transformações econômicas durante gerações. Numa escala global, mas em tempos modernos, sob uma perspectiva neoliberal e globalizante e em países mais distantes da considerada fronteira tecnológica, os processos de difusão tecnológica têm sua relevância à medida que, por meio da absorção, da observação de melhores práticas e da reprodução das mesmas, aprendizagens são adquiridas e passos são dados numa trajetória de aquisição e de acumulação de conhecimentos novos, “(...) para que os países passem de um estágio de meros seguidores para o de inovadores” (Mendes e Bouainain, 2013, p. 2).

No Brasil, todavia, em relação ao desenvolvimento nesse contexto, desde a chegada dos colonizadores até os três primeiros séculos subsequentes, verifica-se que “(...) a metrópole portuguesa exercia um controle rigoroso sobre a colônia, obstando qualquer tentativa de empreendimento que, no seu entender, estimulasse um desenvolvimento autônomo por mais setorizado que fosse” (Rodrigues, 1987, v. 4, p. 35).

Além disso, novamente apoiados em Rodrigues (1987), mas como uma perspectiva ainda em vigor nos dias de hoje, destacamos que os processos de construção de conhecimentos científicos e tecnológicos não devem ser compreendidos à revelia da base produtiva da sociedade, uma vez que refletem suas contradições e seus valores. Dessa maneira, no caso do Brasil Colônia, fundamentado nas desditosas relações de produção escravagistas “(...) jamais se poderia esperar

---

<sup>42</sup> Rodrigues (1987, v. 4), no entanto, aponta a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808, pela Coroa Portuguesa, como o primeiro marco institucional da pesquisa agrícola no Brasil; além de constituir um espaço de lazer público, o Jardim Botânico abrigava coleções de plantas vivas, herbários e laboratórios de pesquisa voltados ao enfrentamento de questões agronômicas e florestais.

um avanço tecnológico ainda que à base de conhecimentos importados, haja vista que a apropriação da classe dominante se processava em bases muito mais vantajosas com a manutenção do ‘*status quo*’” (p. 34-35).

Só depois do início de crises “(...) motivadas pelas quedas de preços dos produtos exportados e pelos sinais crescentes de abolição do trabalho escravo em futuro próximo (...)” (v.4, p. 35) é que essas contradições começaram a ruir os alicerces de tal base produtiva e “(...) a classe dominante começou a se preocupar em melhorar a base técnica da agricultura, ao lado de outras providências, para enfrentar as crises sucessivas” (v.4, p. 35).

Em um nível muito mais abaixo dos centros hegemônicos europeus do século XIX e com o intuito de implantar, de fato, apenas uma estrutura mínima para que conhecimento agrônômico fosse gerado e para que a produção da terra e do trabalho pudesse superar em parte as perdas das mudanças pelas quais a sociedade passava, a institucionalização da geração de conhecimentos agrícolas montou-se “(...) na mesma base de sustentação da economia colonial, a oligarquia agrária” (Rodrigues, 1987, v. 4, p. 35); cabendo ao Estado todo o ônus dessa dinâmica cujas consequências somente começaram a aparecer no limiar entre os séculos XIX e XX, conforme adiantamos aqui, por meio dos institutos imperiais.

Saltando para o século XX, olhando para a extensão rural na América Latina – entre os anos 1940 e 1950 – sob influência e protagonismo norte-americanos (Oliveira, 1999; Diesel, Dias e Neumann, 2022), é que as primeiras organizações dessa estirpe começaram a se disseminar, saibamos, sob uma certa homogeneidade de processos, guiadas “(...) pela esperança de promover a melhoria das condições de vida da população rural mediante difusão tecnológica” (Vivien *et al.*, 2002, p. 2) e pela “(...) criação de expectativas promissoras em torno ao potencial do modelo tecnológico da Revolução Verde na promoção do desenvolvimento agrícola” (Diesel, Dias e Neumann, 2022, p. 5).

Como bases produtivas dessa sociedade indicam-se, portanto, uma forte indução à industrialização e à modernização da agricultura, processos que pautaram a produção e a difusão de ciência e tecnologia. Não somente, mas também, tratou-se da vontade de se impor o moderno, que nada mais se torna do que “(...) a expressão de uma vontade de domínio sobre territórios materiais e imateriais, geralmente sequer compreendidos” (Gollo, Medeiros e De Oliveira, 2020, p. 145)

Nessa época, especificamente para o caso do Brasil, Gollo, Medeiros e De Oliveira (2020) destacam nomes de personalidades que foram influentes na construção do vínculo da experiência dos Estados Unidos da América (EUA) em juntar a difusão de conhecimentos e os serviços de extensão rural. Enquanto Norman Borlaug, pela Fundação Rockefeller, responsabilizou-se pelas relações políticas e empresariais junto aos países interessados na disseminação desses serviços; Everett Rogers<sup>43</sup> foi a principal referência teórica em relação aos conceitos comunicacionais criados para treinar os agentes de mudança social, quer seja, os extensionistas, objetivando “(...) aumentar a efetividade da comunicação e o grau de interesse pela adoção das ideias e das práticas recomendadas” (Gollo, Medeiros e De Oliveira, 2020, p. 150).

Como numa espécie de cooperação técnica, os EUA influenciaram:

(...) tanto na definição da institucionalidade (...) quanto do referencial normativo balizador da atuação extensionista. Assim, de modo semelhante ao observado em âmbito global, o referencial normativo da difusão de inovações assumiu particular relevância no contexto brasileiro, mostrando-se funcional para a política pública de desenvolvimento agrícola do governo brasileiro de modernização da agricultura no pós-guerra (Diesel, Dias e Neumann, 2022, p. 26)

Como referencial normativo genérico desse período, Diesel, Dias e Neumann, (2022) reconhecem a abrangência teórico-metodológica do referencial da “extensão difusionista”, pautada, por conseguinte, na difusão de inovações, teorizada, como já anunciado, por Rogers (1995, p. 5) e entendida como “(...) um processo em que uma inovação é comunicada através de certos canais de comunicação, em determinado espaço de tempo, entre os membros de um sistema social”.

Sobre os canais de comunicação, o autor destaca a importância dos mesmos em garantir que a informação seja difundida até o receptor e cita a relevância dos meios de comunicação de massa (como a televisão, o rádio, jornais, dentre outros)<sup>44</sup>, assim como da comunicação interpessoal, a qual tende a ter maior efetividade quando da persuasão em relação a uma nova ideia.

---

<sup>43</sup> Everett M. Rogers, sociólogo, autor da teoria da difusão de informações, foi professor nos Estados Unidos da América, pela Universidade do Estado de Michigan e na Colômbia pela Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional e se dedicou a estudos sobre difusão no Brasil, Colômbia, Índia, Nigéria e Tailândia (Fonseca, 1985; Gollo, Medeiros e De Oliveira, 2020)

<sup>44</sup> Sobre meios de comunicação utilizados em processos de difusão, transferência e/ou extensão rural, ver Peixoto (2017) que, inclusive, os diferenciam de métodos de extensão rural.

Quanto aos primórdios dessa visão de mundo, estruturada na forma de um conhecimento científico, De Souza Silva (2011) inspira-se em Nova Atlântida, de Bacon, em que o paradigma clássico institui a lógica com base na qual:

(...) uns “produzem”, outros “transferem” e os demais “adotam” o conhecimento dos primeiros sem interação crítica entre os atores do processo. Esse paradigma penetrou na formação profissional, em todos os campos do conhecimento. Na África, na América Latina e na Ásia, a educação responde à pedagogia da resposta que reproduz a dicotomia ‘superior-inferior’ e forma ‘receptores’ de valores, ideias, conceitos, teorias e modelos “transferidos” pelo superior. Vamos à escola para memorizar respostas a perguntas concebidas longe de nossa realidade e sem compromisso com nosso futuro. Foi assim que os conceitos produção, transferência, difusão e adoção chegaram até nós. Seus significados são derivados da coerência da metáfora do mundo-máquina que reduz a “coisas” tudo que toca, em que conhecimento é sinônimo de informação, “algo útil” que pode ser “transferido”, comprado, vendido, acessado, acumulado, estocado, usado. O verbo produzir ganhou sua importância na Revolução Industrial com a proliferação de “máquinas” para “produzir coisas” (p. 638).

No tocante à extensão rural, a qual estruturou-se – desde o início de sua criação oficial – como uma forte agente de crédito para um determinado segmento de agricultores<sup>45</sup>, o que se viu foi um acesso e um volume de crédito muito grandes, independentemente do retorno econômico ou não, e, conseqüentemente, uma certa legitimação desse modelo linear de geração e difusão de tecnologia, modelo este “(...) desenhado para substituir inteiramente o sistema de produção em uso, o que só era possível, evidentemente, por força do subsídio, exceto em alguns casos especialíssimos” (Schlottfeldt, 1991, p. 102).

A missão extensionista, portanto, constituía-se “(...) no aumento da produção agropecuária e da renda do produtor por meio da difusão e da adoção de tecnologias modernas, geralmente dispendiosas para o agricultor – porém subsidiadas por meio de crédito agrícola barato – e poluidoras do meio ambiente” (Brandenburg, 1993 citado por Dias, 2008).<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Tal segmento específico referia-se àqueles dentre os mais capazes em lidar com as novas tecnologias, quer seja, aqueles e somente aqueles que queriam ser ajudados; cenário coerente com uma lógica filantrópica muito presente na trajetória da família Rockefeller (Oliveira, 1999).

<sup>46</sup> Todo esse contexto entre pesquisa e extensão, na perspectiva difusionista, expresso em mais alguns detalhes, por Peixoto (2017, p. 21): “A pesquisa agrícola propunha o padrão tecnológico a ser seguido e era através dos projetos técnicos para contratação de crédito rural de custeio, elaborados em sua maioria pelos extensionistas rurais, que os produtores tinham acesso aos recursos necessários à aquisição de insumos (sementes certificadas, corretivos, fertilizantes, rações, medicamentos veterinários e defensivos agrícolas, etc.). Os projetos técnicos de crédito rural para investimento eram direcionados para a compra de mudas frutíferas, máquinas (tratores, colhedoras, secadores) e equipamentos (implementos como arados, grades, semeadoras e adubadoras) e financiamento de instalações”.

Rogers e Shoemaker (1974) reconhecem, entretanto, que existem problemas sérios que fazem com que os processos de difusão de inovações rendessem poucos resultados: “(...) si se conciben simultaneamente 100 innovaciones, se difundan diez y noventa queden em olvido” (p. 2). Para os autores, a comunicação é indispensável para que um maior número de difusões seja aceito.

Todavia, ao entenderem o processo de comunicação estruturalmente linear e unidirecional, em que existe uma fonte (os cientistas, a pesquisa) que emite a mensagem (a inovação ou difusão ou transferência), por meio de um canal (o extensionista) até um receptor (os agricultores), Rogers e Shoemaker (1974) fornecem argumentos diretos para as críticas sofridas ao modelo que propõem.

Em síntese, a difusão de tecnologia constituiu-se historicamente como base conceitual e prática tanto da pesquisa agropecuária quanto da Ater no Brasil, marcada por um modelo comunicacional linear, centrado na figura do pesquisador como gerador, extensionista como transmissor e do agricultor como receptor.

Esse referencial, ainda que ressignificado ao longo do tempo, permaneceu como núcleo estruturante das representações de políticas públicas e instituições do setor, influenciando inclusive a forma como se concebeu, mais tarde, a transferência de tecnologia.

A partir desse resgate, partimos agora para a análise das representações sociais sobre os termos em questão, buscando compreender como servidores e servidoras que fizeram parte desta pesquisa e a literatura atual reelaboram e tensionam esses conceitos, mantendo continuidades, mas também apontando rupturas. Começamos pela análise das representações a respeito da pesquisa agropecuária.

### **3.2. A pesquisa agropecuária nas representações sociais: entre a ciência, a aplicação e a difusão**

Quando perguntamos aos entrevistados “para você, o que é pesquisa agropecuária”, das respostas emergem representações sociais de sentidos múltiplos e não homogêneos, os quais se organizam em ao menos duas configurações centrais. De um lado, a pesquisa é compreendida a partir de uma abordagem científica e metodológica, relativamente desvinculada do Incaper e associada ao método, à descoberta e à resolução de problemas em diferentes escalas.

De outro, surge uma representação mais diretamente vinculada à instituição, marcada pela diferenciação entre pesquisa básica e aplicada e pela centralidade desta última como prática identitária do Incaper. Nas próximas duas subseções, trazemos mais detalhes de cada uma delas.

Antes de avançar sob as referidas representações, apresentamos dois quadros diferentes. O primeiro deles – quadro 11 – contém a idade e a formação acadêmica dos entrevistados. O quadro 12, pela sua parte, nos apresenta o histórico que os respondentes tiveram com a pesquisa científica ao longo de suas trajetórias.

Quadro 11 – Idade, graduação e pós-graduação dos entrevistados<sup>47</sup>

<b>Idade (anos)</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-graduação</b>
51 – 60	Engenharia Agrônômica	Me. Solos e Nutrição de Plantas
41 – 50	Engenharia Agrônômica	Me. Biologia Vegetal
31 – 40	Engenharia Agrônômica	Esp. Proteção de Plantas Esp. Certificação de Imóveis Rurais
51 – 60	Zootecnia	Me. Ciência Animal
31 – 40	Engenharia Agrônômica	Me. Solos e Nutrição de Plantas Doutor (Dr.) Ciências Ambientais
41 – 50	Ciências Sociais	Me. Sociologia
41 – 50	Engenharia Agrônômica	Me. Agronomia Dr. Genét. e Melhoramen. de Plantas
31 – 40	Engenharia Agrônômica	Me. itotecnia Dr. Fitotecnia
61 – 70	Engenharia Agrônômica	Esp. Recursos Hídric. e Meio Amb.
61 – 70	Engenharia Agrícola Ciências Biológicas	Esp. Irrigação e Drenagem Esp. Gestão e Manejo Ambiental de Sistemas Agrícolas
41 – 50	Zootecnia	Me. Ciência Animal Dr. Ciência Animal
31 – 40	Engenharia Agrônômica	Esp. Proteção de Plantas MBA Gestão do Agronegócio Me. Agroecologia
51 – 60	Biologia	Esp. Ecologia e Recursos Naturais Me. Biologia Vegetal
41 – 50	Zootecnia	Me. Entomologia Dr. Entomologia
41 – 50	Engenharia Agrônômica	Me. Agronomia
51 – 60	Engenharia Agrônômica	Me. Fitotecnia Dr. Produção Vegetal
51 – 60	Medicina Veterinária	Esp. Proces. e Contr. de Qual. de Alimentos Esp. Educ. e Gestão Ambiental

Fonte: elaboração própria, 2025.

<sup>47</sup> A fim de cuidar do anonimato, optamos por não atribuir as informações do quadro aos nomes fictícios dos entrevistados.

O Quadro 11<sup>48</sup> lança luz na heterogeneidade do perfil formativo de entrevistados, tanto em relação à área de formação quanto de trajetória acadêmica, além disso, nos apresenta um corpo de entrevistados composto por profissionais com trajetória acadêmica majoritariamente pautada pela pós-graduação. Dos 17 entrevistados todos têm pelo menos uma pós-graduação: seis possuem titulação de doutorado, outros sete têm mestrado como titulação máxima e quatro possuem especialização. A Engenharia Agrônômica aparece como a formação de graduação mais recorrente, seguida por Zootecnia, Biologia, Engenharia Agrícola, Ciências Sociais e Medicina Veterinária, lista que nos revela uma composição interdisciplinar, porém fortemente ancorada nas ciências agrárias e biológicas.

Quanto às pós-graduações, como dito, há expressiva presença de mestres e doutores, especialmente no âmbito das ciências agrárias, nas áreas de Fitotecnia, Solos e Nutrição de Plantas, Ciência Animal, Entomologia e Produção Vegetal, além de especializações voltadas à proteção de plantas, recursos hídricos, gestão ambiental e agronegócio.

A distribuição etária relativamente ampla, reforça a diversidade geracional e profissional do grupo. Tais variações, entendemos que contribuem para a ampliação da variabilidade de experiências, perspectivas e representações mobilizadas na pesquisa.

Quadro 12 – Histórico com a pesquisa e aprendizado no Incaper

<b>Entrevistado</b>	<b>Histórico com a Pesquisa</b>	<b>Aprendeu a fazer pesquisa no Incaper?</b>
Maria	Não.	"Não, não fui incentivado pelo Instituto a fazer pesquisa".
José	"Na graduação eu não fui trabalhar com pesquisa, só depois de formado já, porque eu nunca tive essa intenção de ir para a parte acadêmica e nem de pesquisa, eu sempre quis ir para o campo. E aí eu fiz esse mestrado até porque a vida me empurrou para ir, entendeu?".	Não, não.
Ana	"Durante a minha graduação, eu sempre realizei pesquisas".	Não.
Antônio	"Muito pouco. Muito pouco. Eu não sabia nem, mestrado era uma coisa longe para nós, né?"	"Eu não sei fazer pesquisa. Estou falando que não sei fazer pesquisa, assim, esses métodos científicos, eu não domino, né? Porque, como te falei, na faculdade mesmo, como eu vi que eu não tinha campo para

<sup>48</sup> Por zelo em relação ao anonimato dos participantes da pesquisa, optamos por não informar maiores detalhes no referido quadro.

		isso, eu não me voltei para isso. Eu não me encaixaria hoje como um pesquisador”.
Luzia	“Não, não trabalhei. Justamente por quê? Porque não me excitava, não me trazia vontade de brilhar os olhos, e fazer, vou participar de um projeto de pesquisa ali na universidade”.	“(…) tenho aprendido, tenho aprendido. Eu acho que é um processo, vamos dizer assim, que não é prioritário, como eu te falei, não é prioritário na minha vida, nunca foi, mas as ações que a gente vem participando nos projetos de pesquisa nos ajudam a ir entendendo melhor esses conceitos que a pesquisa traz”.
João	Sim, (...) bolsista de iniciação científica. Trabalhei com pesquisa na [nome de empresa pública de pesquisa] antes do Incaper”.	“Pesquisa acho que não aprendi não. Aprendi a ser mais crítica sobre os dados que a pesquisa traz para mim”.
Terezinha	“Iniciação científica”.	“Sim, porque a gente acaba estando envolvido em alguns projetos, né, de colegas que às vezes submetem a editais e a gente acaba entrando, então sim, pesquisa também me ajudou no Incaper, também me ajudou a fazer pesquisa”.
Sebastião	“Meu envolvimento com pesquisa só foi no mestrado mesmo”.	“No Incaper não. (...) eu nunca exercia a pesquisa”.
Elza	“Trabalhei. Trabalhei no laboratório de [especialidade do laboratório]”.	“Não. Pesquisa eu aprendi na época da faculdade e depois no mestrado”.
Pedro	“Não, não cheguei a mexer [com pesquisa durante a graduação]”.	“O que me despertou para pesquisa foi quando eu entrei no Incaper, que eu buscava algumas respostas para algumas coisas e aí não tinha. A pesquisa, às vezes, não tinha. Então, aquilo me levava a montar experimentos dentro das propriedades mesmo, para me buscar aquela resposta. Buscar a parceria com algum pesquisador da área de um determinado problema que eu queria buscar a resposta para aquilo e aí a gente ia pesquisar junto ali, junto com o pesquisador. Aprendi também no Incaper, [pesquisadores] foram me ensinando muita coisa e desenvolvendo trabalho junto com eles”.
Tereza	“Sim, no mestrado. No doutorado”.	Sem resposta – erro de coleta.
Manoel	Sem resposta – erro de coleta.	Sem resposta – erro de coleta.
Marlene	“Na formação acadêmica, não. Considero que eu trabalhei com pesquisa na [experiência anterior ao Incaper]”.	“Não, no Incaper não”.
Geraldo	Só no mestrado.	“Um tipo de pesquisa mais específico [aprendi no Incaper], assim, mas a gente já traz uma bagagem”.
Rosa	“(…) bolsa de iniciação científica, (...) os professores instigando a gente a publicar artigo, ensinando realmente como é uma publicação de artigo”.	“Olha, eu acho que a minha bagagem de pesquisa que eu trouxe, ela foi muito importante para o que a gente desenvolve, porque é a base e eu uso ela até hoje, né? Claro que a gente aprende algumas coisas ali com os colegas, a troca de conhecimento, a gente sempre aprimora, principalmente na área da estatística, que eu acho que é um ponto-chave ali da pesquisa”.
Paulo	“(…) o primeiro contato com a pesquisa foi lá na bolsa de iniciação científica. É onde a gente começa a perceber o que é pesquisa, o que é ciência, o que é essa parte mais desenvolvimento de novas tecnologias. E acabei me afeiçoando a área e fui	“Não. Pesquisa eu já tinha desde a formação, mestrado, doutorado, a gente trabalha. O que eu aprimorei na pesquisa foi a parte da pesquisa aplicada. Embora lá na dissertação de mestrado, tese de doutorado, eu fiz uma coisa bem direcionada, bem aplicada também, mas não tanto quanto as coisas que desenvolve aqui no Incaper. Aqui eu aprimorei a parte da pesquisa aplicada (...).

	continuando. (...) Acabei entrando no mestrado (...). E aí no mestrado a gente aprofunda a questão da pesquisa, e depois no doutorado vai aperfeiçoando e aprimorando.	
Vera	“Sim, mestrado, doutorado”.	“(…) as técnicas experimentais eu já conhecia, o que eu, o que me foi me foi apresentado no trabalho do Incaper foi justamente essa oportunidade de fazer uma pesquisa com mais <i>feedback</i> , com mais <i>feedback</i> do extensionista e do produtor, ou seja, com uma interação maior com o meio produtivo”.

Fonte: elaboração própria, 2025.

O conjunto de falas do quadro 12 evidencia trajetórias heterogêneas de aproximação com a pesquisa ao longo da formação e da atuação profissional. Dos 17 entrevistados, seis relataram envolvimento com pesquisa ainda na graduação, sobretudo por meio de iniciação científica, atuação em laboratórios ou bolsas acadêmicas. Os demais afirmaram não ter tido contato com pesquisa durante a graduação, mas o tiveram durante as respectivas pós-graduações.

Quanto à aprendizagem e ao exercício da pesquisa no Incaper, seis entrevistados indicaram ter desenvolvido ou aprimorado práticas de pesquisa no âmbito institucional, especialmente por meio de projetos aplicados, parcerias com pesquisadores e experimentações em propriedades rurais. Em contrapartida, nove afirmaram não realizar ou não ter aprendido a fazer pesquisa no Instituto, ainda que alguns reconheçam ganhos indiretos, como maior capacidade crítica e interpretação de resultados científicos. Em três casos não conseguimos registrar a informação por ausência de resposta ou erro de coleta.

Vamos às representações.

#### *Da abordagem científica à perspectiva de desenvolvimento*

A primeira representação que identificamos nas falas analisadas sobre pesquisa agropecuária insere-se de forma descolada ao Incaper – sem nenhuma associação direta da mesma ao instituto – e mais próxima a significados encontrados em dicionários<sup>49</sup> da língua portuguesa, intrinsecamente ligados ao universo do método

---

<sup>49</sup> 1. Ato ou efeito de pesquisar. 2. Série de atividades dedicadas a novas descobertas, abrangendo todas as áreas de conhecimento. 3. Investigação detalhada. 4. Conjunto de exames de laboratório (Michaelis, 2026).

científico. Nesse ínterim, selecionamos exemplos de falas explicitando o que se entende pelo termo, apresentadas no quadro 13.

Quadro 13 – Representações da pesquisa agropecuária: abordagem científica e metodológica

Síntese interpretativa	Falas representativas
A pesquisa como instrumento de desenvolvimento da agricultura e da agropecuária	“(…) uma ferramenta que a gente tem de grande potencial para a gente desenvolver a agricultura, a agropecuária.” (Paulo)
A pesquisa como descoberta científica	“São descobertas mesmo, científicas. É uma pesquisa metodológica mesmo. É você descobrir algo voltado para algum objetivo que você tem.” (Ana)
A pesquisa como prática idônea e baseada na ciência	“(…) idônea, né? É a pesquisa feita da maneira correta (...), baseada na ciência, né? Não é no achismo.” (Tereza)
A pesquisa como processo metodológico e hipotético	“(…) que parte de uma premissa, de uma hipótese, de um ponto que a gente queira estudar, de uma demanda que surge, a gente cria uma hipótese e está adotando, no âmbito científico, a avaliação para confirmar ou não a hipótese que a gente quer analisar, que quer estudar.” (José)

Fonte: elaboração própria, 2025.

Com forte ênfase resolutiva, nesta representação, a pesquisa agropecuária serve para “(…) sanar alguma lacuna, algum problema, ou maximizar algum processo, enfim, algo que tenha um impacto na produção e nas necessidades humanas” (Terezinha). Ao encontro da representação de que a pesquisa é resolvedora de problemas, Paulo metaforicamente nos elucidou:

“(…) quando eu tenho alguns problemas na sociedade, eu gosto de falar muito que são as dores do nosso público-alvo, ela [pesquisa agropecuária] tem essa grande capacidade de resolver essas dores. Ou amenizar essas dores”.

Cenário um tanto quanto próximo foi levantado por De Oliveira Chamon (2006). Em sua pesquisa com doutorandos, a autora determinou cinco eixos dominantes da representação social sobre pesquisa científica, sendo que em um deles a pesquisa foi representada como uma forma de resolução de problemas. O núcleo central dessa representação está ancorado na ciência clássica<sup>50</sup>, com objetivações da pesquisa

<sup>50</sup> A ciência clássica, conforme discutida por Boaventura de Sousa Santos (2008), constitui-se a partir da revolução científica dos séculos XVI e XVII e afirma-se como um modelo hegemônico de racionalidade baseado na objetividade, na quantificação e na formulação de leis universais. Fundamenta-se na separação entre ciência e senso comum e entre natureza e ser humano,

como sendo a produção de conhecimento válido e universal e como instrumento de intervenção prática e social.

Em algumas das respostas dos entrevistados cujas falas compõem a representação em questão, identificamos argumentos em relação à finalidade principal da pesquisa, o que nos revelou uma compreensão multifacetada e gradualmente ampliada da pesquisa agropecuária. O quadro 14 traz recortes de falas dos entrevistados que dão base a essa problematização, com representações variando do nível micro (propriedade) ao nível macro (desenvolvimento sustentável).

Quadro 14 – Amplitudes de escala da pesquisa agropecuária nas representações dos entrevistados do Incaper

Nível de amplitude	Descrição principal	Trechos representativos das falas
Restrita ao rural	Foco no aprimoramento técnico e produtivo dentro das propriedades rurais, buscando melhorar processos, cultivos e tecnologias agrícolas.	“(…) aprimorar tecnologias de cultivo, de plantio, de processos de produção, ou de transformação de alimentos, de produtos de origem agropecuária (…)” (Marlene); “(…) descobrir a melhor variedade adaptada, o melhor microrganismo, o que é a ação de alguma coisa” (Ana); “(…) trazer melhorias para o meio rural através de aumento de produtividade ou melhoria de condição do produtor” (Maria).
Voltada ao agronegócio	Ampliação do foco para o conjunto das cadeias produtivas e industriais ligadas à agropecuária.	“(…) o agronegócio como um todo. Não só pensar o meio rural, mas também a cadeia, a indústria, tudo que está envolvido no agronegócio, né?” Como a cadeia mesmo toda de produção dentro e fora da porteira.” (João).
Compreensão social ampliada	Inclusão de aspectos sociais e humanos na pauta da pesquisa agropecuária, considerando as condições de vida no campo.	“(…) a pesquisa agropecuária vai além disso. Eu acho que a pesquisa também, a questão social da zona rural também, eu acho que teria que estar envolvida em pesquisa agropecuária.” (Elza).
Perspectiva de desenvolvimento	Integração das dimensões social, econômica, ambiental e sustentável, associando a pesquisa a processos amplos de desenvolvimento mais regionalizado.	“(…) como ferramenta de desenvolvimento social, econômico, sustentável, ambiental.” (Paulo).

concebendo a natureza como objeto passivo, previsível e controlável. O conhecimento científico passa a ser entendido como aquele que mede, reduz e simplifica a realidade, privilegiando a matemática e o determinismo mecanicista. Esse paradigma sustenta a ideia moderna de progresso e orienta a transformação técnica do mundo. Ao estender-se às ciências sociais, inspira o positivismo e a busca por leis gerais da vida social.

Fonte: elaboração própria, 2025.

A partir desse recorte, identificamos, por exemplo, nas falas de Marlene, Ana e Maria que a pesquisa é representada em um âmbito mais técnico e restrito, voltado ao aprimoramento de práticas produtivas e à melhoria da eficiência agrícola – uma dimensão mais associada ao aumento da produtividade e à adequação de tecnologias ao contexto rural.

Em seguida, as falas de João proporcionam uma expansão da representação para além da unidade rural, reconhecendo o papel da pesquisa na integração das cadeias produtivas e no fortalecimento do agronegócio. A terceira camada, demonstrada no quadro pela fala da Elza, por sua vez, amplia ainda mais esse olhar, incorporando preocupações de natureza social e entendendo a pesquisa agropecuária como elemento que também deve contemplar as condições de vida e o bem-estar das populações rurais.

Por fim, em sua expressão mais abrangente, a pesquisa é representada como um instrumento de desenvolvimento em diferentes dimensões – social, econômica, ambiental e sustentável –, revelando uma transição de visões tecnicistas para compreensões mais integradas e sistêmicas do papel da ciência. Nesta representação, demonstrada pela fala do Paulo, apesar de o Incaper não aparecer nas falas dos participantes, identificamos objetivação próxima à missão do Incaper, especificamente no trecho em que o Instituto anuncia buscar “promover o desenvolvimento sustentável” (Incaper, 2023b, n.p.).

#### *Da diferenciação entre pesquisa básica e aplicada*

Uma segunda representação que identificamos sobre a pesquisa agropecuária evidencia uma diferenciação conceitual e funcional entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, revelando ainda a forma como os entrevistados compreendem o papel do Incaper nesse espectro.

Diferentemente da representação analisada na subseção anterior, nesta, o Incaper aparece como elemento constituinte de seu imaginário, em que a pesquisa agropecuária trata-se de uma “(...) área do Incaper que tem como finalidade levar pesquisa aplicada ou até desenvolver pesquisa aplicada para o nosso público-alvo aí, que são os agricultores” (Pedro). O quadro 15 esmiúça essa segunda representação

identificada sobre a pesquisa agropecuária, ligando suas dimensões a falas de entrevistados.

Quadro 15 – Pesquisa agropecuária no Incaper: distinções entre pesquisa básica e aplicada

Descrição principal	Trechos representativos das falas
<p>Pesquisa básica é voltada à geração de conhecimento científico.</p>	<p>“(…) pesquisa mais básica, que vai possibilitar trazer um desenvolvimento tecnológico para a agropecuária, e a pesquisa aplicada, em que eu já pego conhecimento dessa pesquisa básica e já trago para aplicação direta pelo público a qual ela se destina” (Sebastião).</p> <p>“Você tem a pesquisa das universidades, onde não necessariamente é muito focada nas demandas imediatas do meio rural. Às vezes, trabalha com a pesquisa mais básica” (Vera).</p>
<p>Pesquisa aplicada é o tipo de pesquisa do Incaper. Voltada à resolução de problemas das propriedades rurais e do público-alvo, feita para os agricultores.</p>	<p><b>“A pesquisa do Incaper, que se chama de pesquisa aplicada, (...) é uma pesquisa focada em trazer soluções, bem focadas para as demandas, para os problemas das propriedades”</b> (Vera).</p> <p><b>“(…) área do Incaper que tem como finalidade levar pesquisa aplicada ou até desenvolver pesquisa aplicada para o nosso público-alvo aí, que são os agricultores”</b> (Pedro).</p> <p><b>“(…) tem que ser ajustada para uma pesquisa aplicada e que atenda realmente o anseio do público assistido pela instituição”</b> (Sebastião).<sup>51</sup></p>
<p>Resultados e impacto da pesquisa aplicada. Associados a produtos emblemáticos do estado (mamão, café) e à imagem de excelência do Incaper.</p>	<p>“(…) um case de sucesso no Estado Espírito Santo, que é o cultivo do mamão (...) exportador para os Estados Unidos (...)” (Sebastião). “(...) não é à toa que o café nosso do Estado, hoje, já é mundialmente reconhecido, como o principal produtor” (Rosa).</p> <p>“Ela [pesquisa] tem muita entrega” (Sebastião); “Ela tem um papel importantíssimo no Estado” (Pedro); “(...) nosso Estado é muito forte [na pesquisa agropecuária]” (Rosa).</p>

Fonte: elaboração própria, 2025.

Essa clivagem bem demarcada entre pesquisa aplicada e pesquisa básica também foi encontrada por De Oliveira Chamon (2006, 2007). Em seus trabalhos, a autora verifica que tal separação estrutura-se nos tipos de problemas a serem resolvidos e na maneira de resolvê-los, concluindo por uma representação em que as duas formas de pesquisa são importantes, mas não são similares, têm objetivos diferentes e não dispõem dos mesmos meios.

Na representação aqui analisada, verificamos que uma das dimensões que a compõem estrutura-se em questões acadêmico-teóricas. A pesquisa básica é

<sup>51</sup> Grifo explicado mais à frente.

ancorada ao campo das universidades e à produção de conhecimentos teóricos que nem sempre atendem a demandas imediatas do meio rural. Há um distanciamento entre esse tipo de pesquisa e a sociedade, no caso a rural. Para a Vera, a pesquisa básica, feita nas universidades “(...) não necessariamente é muito focada nas demandas imediatas do meio rural”.

Já a pesquisa aplicada, por sua vez, apoiada predominantemente em uma dimensão técnica/operacional e institucional/direcionada, é ancorada como o tipo de pesquisa própria ao Incaper – constitutiva da identidade institucional –, e entendida como aquela voltada à resolução de problemas concretos e à geração de soluções diretamente úteis aos agricultores. Daí, destacamos a preocupação em atender um determinado público beneficiário, aqui, especificamente qualificado como “alvo”. Destaque para as falas de Vera, Pedro e Sebastião, transcritas no quadro 15 (célula do encontro da 3ª linha e com 2ª coluna, destacadas em negrito).

Sobre essas falas, interessante observar a interligação delas com as trajetórias acadêmicas e da pesquisa no Incaper de seus três detentores, com variações relevantes. Vera destaca sua trajetória na pesquisa quando do mestrado e doutorado e que já veio para o Incaper com o conhecimento para tal. Todavia, assevera ter aprendido a trabalhar com a pesquisa aplicada, uma pesquisa que proporciona, a seu ver, uma maior possibilidade de retorno por parte de extensionistas e produtores. Já Pedro nos afirma que não “mexeu” com pesquisa durante a graduação e que aprendeu a pesquisar no Incaper, o qual também despertou em si o interesse pela pós-graduação. Sebastião, por sua vez, disse que se envolveu com pesquisa durante o mestrado, mas afirmou não ter aprendido a fazê-la e nem a ter exercido no Incaper.

Ainda sobre esse conjunto de falas, evidenciamos um detalhe epistemológico e prático no discurso, que é relevante para compreendermos as representações sociais presentes nos relatos. Não se trata da realização da pesquisa “com os agricultores”, mas “para os agricultores”: “(...) desenvolver pesquisa aplicada para o nosso público-alvo aí” (Pedro). Essa escolha linguística expressa uma forma de representação que posiciona os agricultores não como sujeitos de conhecimento, mas como destinatários de um saber previamente elaborado, o que orienta tanto a construção da relação estabelecida quanto as práticas decorrentes dela.

Há uma forte aproximação dessa representação com aquilo que anunciamos páginas atrás como paradigma modernizador e com o que Caporal e Ramos (2006) identificam como “modernização conservadora” da agricultura, em que “(...) os

agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados” (p. 3).

Além disso, quando confrontada aos três modelos de desenvolvimento de pesquisa agrícola e de extensão brasileiros que foram elaborados por Souza (1995) (e que serão apresentados em mais detalhes mais à frente nesta tese), identificamos uma certa aproximação dessa representação com aquilo que Mendes (2015) sintetiza como a Escola Difusionista.

Tal Escola, ocorrida entre os anos de 1950 a 1960, entende a existência do “(...) Desenvolvimento do processo científico, usando conhecimento existente e novo, para a geração de tecnologia, no entanto sem considerar o conhecimento do agricultor” (Souza, 1995 citado por Mendes, 2015, p. 42). Em seu pressuposto o “(...) início da geração de tecnologia ocorre com a identificação do problema de pesquisa, seguindo-se as fases das pesquisas básica e aplicada, com vistas a atender a necessidade do adotante em potencial” (p. 42); seus agentes são as instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural; e suas principais limitações orbitam em sua abordagem, que é tecnicista e no baixo índice de adoção da tecnologia por parte dos agricultores.

Entendemos, portanto, que o cenário representativo analisado nesta seção tende a aproximar-se de uma perspectiva mais verticalizada e linear no que concerne à geração e à disponibilização/adoção do conhecimento tido como novo. Podendo, assim, ser estruturado:

(...) em um degrau superior, encontra-se o conhecimento científico, bem como o pesquisador; e, em um patamar inferior, os responsáveis por fazer com que o conhecimento gerado seja estendido aos setores produtivos ou apropriado por eles. Dentro desse conceito, a função da instituição de pesquisa restringe-se à produção do conhecimento pertinente e sua disponibilização para agentes multiplicadores. Em outras palavras, atua transferindo a tecnologia gerada para os agentes multiplicadores (extensionistas, lideranças de agricultores, agricultores de referência), que se esforçarão para que o setor produtivo se aproprie delas, na expectativa de que a adoção dessas tecnologias resulte em aumento de produção e produtividade, bem como em ganhos econômicos e oferta de alimentos à sociedade (Borsatto, Bergamasco e Bianchini, 2017, p. 14).

Sob o arcabouço da Escola Difusionista, a tecnologia gerada pela pesquisa é entregue aos extensionistas para que seja realizada a difusão para os agricultores, todavia, em grande medida, pode-se considerar que nenhum desses dois grupos participou do processo de geração da mesma.

Cabe à instituição de pesquisa a confecção de pacotes tecnológicos e a disponibilização dos mesmos na “prateleira” para os consumidores finais, isto é, extensão rural e/ou agricultores<sup>52,53</sup>. “O início e o fim do desenvolvimento da tecnologia ocorrem na instituição de pesquisa, [e geralmente] não partindo das necessidades dos agricultores” (Souza, 1995 citado por Mendes, 2015, p. 43, grifo nosso).

Ao mesmo tempo, sob as falas da Rosa e do Sebastião, há uma valorização significativa dos resultados da pesquisa aplicada que é desenvolvida pela instituição; tida como geradora de impactos socioeconômicos amplos e de notoriedade estadual e internacional – com destaque para o mamão, reconhecido como “case de sucesso”, e o café capixaba, produto emblemático da identidade agropecuária do Espírito Santo. Identificamos, com isso, outra dimensão da representação que separa pesquisa básica e pesquisa aplicada, neste caso, com viés econômico/produtivo e simbólico/identitário.

Nessa vertente, café e mamão são símbolos da representação que se constitui positiva em relação à pesquisa agropecuária capixaba, que é aplicada – e, portanto, não se trata de pesquisa básica – e geradora de grandes divisas econômicas.

### *Considerações de síntese*

As falas analisadas nesta seção e suas subseções mostram-nos que as representações sociais sobre a pesquisa agropecuária por parte do grupo de servidores entrevistados se ancoram em diferentes sentidos. De um lado, aparece vinculada ao universo científico, objetivada como descoberta, método e solução de problemas, capaz de responder às “dores” do público e promover desenvolvimento

---

<sup>52</sup> Nessa configuração, se entendida como apenas um processo de disseminação de resultados de pesquisa, Schlottfeldt (1991, p. 110) alerta que, na contemporaneidade, é preferível substituir o termo difusão “(...)” por uma função especializada de divulgação técnico-científica e de ‘marketing’ (...). ”

<sup>53</sup> A partir dos anos 1970, tal configuração ganhou em estrutura institucional, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), além de seus sistemas SCPA [**Sistema Cooperativo da Pesquisa Agropecuária**] e Sibrater, respectivamente. Enquanto a Embrapa organiza-se em centros nacionais, por produto; a Embrater, por sua vez, cria programas e instâncias especializadas no oferecimento de crédito orientado. Prontamente, com integrantes de tais sistemas federais, as instituições de pesquisa e extensão estaduais passam a reproduzir, sem maiores compromissos com o contexto local onde se inseriam, o mesmo desenho organizacional; facilitando, em muito, a absorção, por parte das muitas instituições envolvidas, a filosofia dos pacotes tecnológicos, no âmbito da revolução verde (Schlottfeldt, 1991, **inclusão nossa**).

em diferentes escalas – do rural ao social. Não foram captadas referências diretas ao Incaper.

De outro, uma segunda representação surge mais associada ao Incaper, diferenciada entre pesquisa básica e aplicada, sendo esta última representada como uma prática voltada diretamente para (e não com) os agricultores, objetivados como “público-alvo”.

Essa forma de ver a pesquisa ancora-se em um imaginário mais próximo ao modelo difusionista, em que os agricultores não aparecem como sujeitos de conhecimento, mas como receptores de pacotes tecnológicos elaborados previamente, em um contexto de modernização conservadora (Caporal e Ramos, 2006), no âmbito da escola Difusionista (Souza, 1995 citado por Mendes, 2015). Tal representação reforça uma certa concepção tecnicista e verticalizada das ações.

As representações sociais dos entrevistados sobre a pesquisa agropecuária demonstraram-nos uma certa ligação com o universo científico e com a prática aplicada do Incaper, mas tendem a se manter de certa forma ancoradas em modelos difusionistas e verticais.

Esse cenário pode nos ajudar a compreender a forma como os agricultores aparecem nessas narrativas, quer seja, possivelmente mais como destinatários e menos como sujeitos do processo. A partir disso, faz-se necessário avançarmos para outro núcleo representacional igualmente relevante: como os entrevistados compreendem o conceito de Ater. É disso que trataremos na próxima seção do capítulo.

### **3.3. Ater em disputa de sentidos: representações bipartidas entre assistência técnica e extensão rural**

Quando perguntamos aos entrevistados “para você, o que é Ater?”, tivemos uma diversidade de respostas que contribuem para um imaginário relativamente amplo sobre o tema, sem, exatamente, uma representação que seja fortemente dominante, quer seja, hegemônica. Todavia, com base em recortes de trechos das falas, pretendemos apontar clivagens constituidoras daquilo que identificamos como diferentes representações em relação ao conceito em questão.

A representação a ser analisada nesta seção revela uma compreensão marcadamente dual, em que o conceito é frequentemente dissociado entre assistência

técnica e extensão rural, percebidas como dimensões distintas, ainda que complementares. Essa diferenciação é discutida na literatura (Dereti, 2009; Borsatto; Bergamasco; Bianchini, 2017) e emerge também de forma repetida em falas analisadas, que identificam diferenças manifestas entre os dois componentes, tanto no modo de atuação quanto na finalidade das ações.

A Ater aparece, assim, como uma categoria composta, cuja natureza bifurcada expressa não apenas um modo de organização institucional, mas também um sistema simbólico de interpretação das práticas extensionistas, que podem traduzir experiências cotidianas e percepções sobre o próprio papel profissional no Incaper. Vamos às subseções.

#### *A assistência técnica como “apaga-fogo”: sentidos técnicos e produtivistas da Ater*

No quadro 16, esmiuçamos algumas das falas apreendidas em relação à assistência técnica em uma Ater bipartida.

Quadro 16 – Representações sociais sobre assistência técnica em uma Ater bipartida

<b>Descrição principal</b>	<b>Trechos representativos das falas</b>
A Ater é percebida como um conceito dividido em duas partes: assistência técnica e extensão rural.	“(…) eu divido ela no meio – AT e ER [Assistência Técnica e Extensão Rural]” (Antônio); “(…) tem uma diferença muito, muito grande entre o que é assistência técnica e o que é extensão rural” (Marlene); “(…) as duas coisas caminham juntas, mas não são a mesma coisa” (Manoel).
A assistência técnica é representada como ação pontual, imediata e produtivista, voltada ao aumento de rendimento e ao atendimento de demandas específicas.	“(…) aquele apaga-fogo, (…) em que o nosso cliente nos procura querendo uma resposta rápida” (Maria); “(…) seria essa parte mais produtiva mesmo, ligada à produção, ao ganho financeiro” (José); “(…) assistir uma cultura, [em que] eu só enxergo uma cultura” (Antônio).
A assistência técnica é também vista como atendimento individualizado, voltado “a nível de produtor”.	“A assistência técnica, vamos dizer assim [é] aquele atendimento mais específico, a visita” (Pedro).
Assistência técnica como atividade que pode ocorrer individualmente ou	“(…) a gente estar lá junto com o produtor rural (…) para uma assistência técnica mais direcionada, mais específica de uma área” (Manoel).

de forma coletiva, conforme a metodologia empregada.	
--	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

A assistência técnica é representada como uma ação pontual, imediata e reativa, voltada à resolução de problemas específicos e urgentes nos âmbitos fitotécnico e pecuário. Trata-se de uma prática caracterizada por intervenções rápidas e objetivas, associadas à ideia de eficiência e produtividade. Os entrevistados que dão voz a essa representação, objetivam-na como o “apaga-fogo”, uma atuação que responde às demandas de agricultores que buscam soluções rápidas para questões técnicas de cultivo ou de manejo.

Tal representação atribui à assistência técnica um caráter instrumental e técnico-operativo, centrado nos ganhos financeiro e de produtividade, assim como na otimização dos processos produtivos. Aproxima-se, por sua vez, do cenário em que a extensão rural brasileira surgiu, interpretado como uma assistência técnica orientada por uma perspectiva difusionista e produtivista, cujas consequências incluem a adoção de pacotes tecnológicos, o uso de práticas agropecuárias intensivas, a degradação ambiental e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no meio rural (Silva *et al.* 2017).

Sob o ponto de vista da literatura em relação à Ater, identificamos, portanto, tal representação como próxima do paradigma difusionista (Dereti, 2009), também chamado de modernizador conservador (Caporal, 2014; Diniz e Hespanhol, 2018; Fonseca, 1985) ou produtivista modernizador (Caporal e Ramos, 2006).

Especificamente em relação a um trecho da fala de Pedro no contexto aqui discutido, há uma objetificação da visita como um método importante à assistência técnica. Além de um método de caráter normalmente individualizado, Caporal e Ramos (2006) e Coelho (2014) o localizam – juntamente com unidades de observação e demonstrativa, dias de campo, dentre outros – no âmbito do esquema metodológico de uma Ater convencional, de caráter difusionista, que objetiva a persuasão dos agricultores rumo à adoção de uma certa tecnologia ou prática.

*A extensão rural na Ater bipartida: categoria englobante, aproximações com a Pnater e processos de aprendizagem no Incaper*

No quadro 17, esmiuçamos algumas das falas apreendidas em relação à extensão rural em uma Ater bipartida.

Quadro 17 – Representações sociais sobre extensão rural em uma Ater bipartida

<b>Descrição principal</b>	<b>Trechos representativos das falas</b>
A extensão rural é compreendida como algo mais amplo, contínuo e processual, que ultrapassa a dimensão técnica.	“(…) algo mais amplo, né?” (Pedro); “(…) é para além da assistência técnica” (Sebastião); “(…) a assistência técnica está dentro da extensão rural” (Marlene, Paulo).
A extensão rural é associada a práticas coletivas e metodologias grupais que estimulam a troca de saberes entre agricultores.	“Ela envolve metodologias grupais” (Pedro); “(…) propiciar um ambiente que um produtor dê uma troca com outros produtores (….) é uma forma de favorecer a geração de conhecimento entre eles” (Maria).
A extensão rural é representada como processo social que aborda temas amplos, como gênero, meio ambiente e qualidade de vida.	“(…) é um processo” (Pedro); “(…) essa parte que envolvesse mais o social, (….) em trabalhar essas questões de gênero... essa parte social, sabe?” (José).
A extensão rural é relacionada ao desenvolvimento socioeconômico familiar e comunitário, articulando dimensões produtivas e sociais.	“(…) tem que ser diferente (….) visando o desenvolvimento socioeconômico da família e (….) da comunidade rural” (Sebastião); “Extensão rural eu acho que é você ligar pontas” (Antônio).
A extensão rural é também vista como atividade voltada à capacitação e à organização de eventos formativos.	“(…) trabalho voltado para capacitação, para eventos, para o dia de campo, para dias especiais” (Manoel).
As falas dos entrevistados demonstram conhecimento parcial da Pnater, que orienta, mas não define integralmente suas práticas.	“Em profundidade, não conheço. Eu sei que existe a política. Já tive algumas palestras sobre a política” (Pedro); “(…) conheço um pouco (….) desde quando fiz o concurso (….)” (Manoel); “(…) conheço. Eu estudei muito para o nosso concurso” (Antônio).

Fonte: elaboração própria, 2025.

Nesta representação, identificamos uma proximidade relevante com o discurso político-institucional da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Aqui a extensão rural é concebida em contraste com a assistência técnica, configurando-se em maior amplitude, profundidade e dimensão social. É vista como

um processo contínuo, que vai além da simples transmissão de conhecimento técnico. Nas falas, identificamos a associação da ação extensionista à formação de grupos, à proposição de espaços que possibilitem a troca de conhecimentos entre os agricultores e à criação de espaços coletivos de aprendizagem, como cursos, excursões.

Pela Pnater e a partir das falas de Antônio, José, Manoel, Maria, Marlene, Paulo e Sebastião, o extensionista deve ser para além de um técnico que visa o aumento da produtividade e a geração do lucro. Essa perspectiva aproxima-se das formulações apresentadas por Caporal e Ramos (2006, p. 6), ao afirmarem que o técnico “(...) deve ser um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais”. Dessa forma, o extensionista deixa de ser um tradicional difusor de tecnologias para assumir o papel de mediador e facilitador de processos de desenvolvimento.

Percebemos, por conseguinte, que tais práticas são interpretadas como oportunidades de interação entre os atores sociais e de construção compartilhada do conhecimento. Tal percepção nos possibilita diferenciar a extensão de um atendimento meramente produtivo/assistencialista, permitindo-lhe assumir um papel formativo em uma vertente mais social do desenvolvimento.

Segundo Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017), essa dimensão educativa reflete o esforço de reconstruir a extensão como espaço de mediação entre o saber técnico e os saberes locais, demarcando um ponto de ruptura com o modelo difusionista e um reforço da proposta que a Pnater nos apresenta.

Com base na Pnater, Caporal e Ramos (2006) alertam que cabem aos extensionistas e suas instituições estar aptos a “(...) promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural” (p. 1). Nas falas de Sebastião “(...) tem que ser diferente (...) visando o desenvolvimento socioeconômico da família e (...) da comunidade rural”, a busca pelo desenvolvimento socioeconômico ficou evidente. Todavia, em todas as falas constituidoras desta representação não encontramos alguma referência à questão ambiental.

Mesmo que a distinção entre assistência e extensão seja amplamente reconhecida, verificamos que as falas dos entrevistados também revelam relações de sobreposição e hierarquia entre as duas dimensões. Há a compreensão – verbalmente expressa por Marlene e Paulo – da assistência técnica como parte integrante da extensão rural, sendo uma de suas “ferramentas”; o que nos indica, sob

o ponto de vista da TRS, uma visão englobante em que a extensão se projeta como categoria-mãe, abarcando a assistência técnica como um dos elementos constituidores de seu imaginário.

Tal representação confere à extensão um sentido ampliado de processo educativo e social, em contraste com a fragmentação e pontualidade da assistência técnica. No entanto, defendemos que a coexistência dessas duas compreensões – uma mais técnica e outra mais social – indica que o campo da Ater se constitui como um espaço de tensões e complementaridades. Ou seja, práticas e significados podem se sobrepor, ao passo que tornam-se representações criadas pelos entrevistados e suas subjetividades, mas que – conforme a TRS nos anuncia – ganham expressão no âmbito coletivo/institucional do Incaper.

Quanto a possíveis matérias-primas importantes à formação da representação em tela, recorreremos a respostas dadas a outras perguntas do roteiro de entrevistas. Começamos pelas respostas relacionadas à Pnater (quadro 18).

Vale justificar que decidimos por questionar os entrevistados quanto a essa política por entendermos que a Pnater – em nível nacional e dentre outras questões – redefine o papel do Estado na Ater, propondo uma ruptura normativa relevante e a reorientação da atuação de instituições como o Incaper. Ademais, ainda que marcada por contradições e entre o discurso normativo e a prática institucional, acreditamos que a Pnater é um vetor importante na formação e ressignificação de representações sociais.

Quadro 18 – Respostas relacionadas à Pnater

Entrevistado	Fala
Antônio	Conheço. Eu estudei muito para o nosso concurso. Caiu muito isso aí. Ela é bem trabalhada. (...) Essa política de você priorizar o agricultor familiar, essa nova abordagem, tudo isso aí, traz um novo olhar para a agricultura, com cuidado com o meio ambiente e tal.
José	A lei é escrita ali, nunca li.
Manoel	Eu conheço um pouco, não vou dizer que eu sou profunda conhecedora, mas conheço um pouco, desde quando fiz o concurso, e também ao longo dos anos, a gente vem para participar de algumas conversas, alguns debates (...).
Maria	Rapaz, já li há muito tempo, mas não saberia falar o que é, não.

Marlene	(...) eu conheço a política, “então lista para mim os princípios, a estratégia”, não vou saber te relatar.
Pedro	Em profundidade, não conheço. Eu sei que existe a política. Já tive algumas palestras sobre a política. Mas, assim, para te falar em detalhes, não saberia, não.
Sebastião	(...) é uma política estabelecida. Acho que os eixos postos são importantes, as bases postas (...) são muito bem consolidadas, tem definição de público, tem definição até da forma como deve ser feito, uma pegada mais dialógica.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Apenas dois dos sete entrevistados que contribuíram para a formação da representação analisada nesta subseção disseram/mostraram ter maior conhecimento sobre a política federal em relação à Ater. Destaque para referências em relação à priorização da agricultura familiar e ao cuidado com o meio ambiente; além de seu caráter mais dialógico – respectivamente presentes nas falas de Antônio e Sebastião – e com trechos próximos subscritos no artigo 3º da Pnater, mais especialmente seus incisos I, III, IV e V.

Em relação ao aprender da extensão rural, quando perguntados sobre os primeiros contatos com o termo e se aprenderam a trabalhar com isso no Incaper, temos as respostas dadas no quadro adiante.

Quadro 19 – Respostas em relação ao aprender da extensão rural (conjunto 1)

Entrev.	Primeiros contatos	Aprendizado no Incaper
Antônio	(...) eu comecei a ver extensão rural mesmo foi na faculdade. (...)	A primeira vez mais enfaticamente, foi no pré-serviço de 2005, quando nós fizemos aquele pré-serviço. Eu sempre me pautei muito no campo. Então, isso aí me ajudou muito. Porque eu olhava o que eu via bom no produtor e copiava. Eu sempre fui um técnico que eu olhava para o produtor. Isso aí me ajudou muito. Então, a extensão, essa possibilidade de você ver esses mundos, né?
José	Foi na disciplina de extensão rural que a gente tinha.	Eu aprendi um pouco, sim. Aprendi meio que na marra, mas não estudei, não. É a vivência de campo mesmo, entendeu? Eu gosto de conversar com o produtor, eu me sinto bem estando com ele.
Manoel	(...) desde a [faculdade], por ter trabalhado em vários projetos, já tinha uma veia um pouco para isso.	(...) eu aprendi muito no Incaper, (...) porque eu tive a oportunidade de pegar alguns colegas (...) que sempre esteve muito disponível para esse tipo de coisa, então eu tive a oportunidade de fazer viagens, participar de projetos com pesquisadores e com colegas extensionistas, que tinha muito essa coisa, dessa troca,

		de buscar informação dos resultados mais atuais da pesquisa, e o pesquisador de se dispor também a colaborar com o colega da extensão, então eu peguei essa transição de uns colegas mais antigos, e que tinha essa disponibilidade.
Maria	Foi na graduação ainda. A gente teve uma disciplina de extensão rural. A professora, não lembro o nome dela, mas ela conseguiu mudar bastante o paradigma de toda a turma. Ela mostrou que o conhecimento é muito difícil de ser transferido, não é uma coisa que você tira daqui e passa para a cabeça do produtor. Você tem que ter uma construção do conhecimento. Ela mostrava para a gente a metodologia que poderia agregar a essa construção do conhecimento, levava a gente ao campo para ter contato com o que extensionista da [nome da instituição de Ater estadual] da época fazia. A gente conseguia perceber que aquilo não era extensão rural ou que aquilo era uma assistência técnica que poderia ter uma outra abordagem para virar extensão rural.	Eu aperfeiçoei aqui, mas o meu primeiro contato profissional foi [em outra experiência profissional], e lá eles tinham uma abordagem de procurar fazer extensão rural, de separar da assistência técnica. Lá eles tinham um trabalho de microbacia, e focavam em uma pequena comunidade. A gente focava na parte ambiental, de necessidade daquela microbacia, daquela região, se comprometer a proteger as nascentes, a proteger os recursos hídricos, reserva legal. A gente procurava fazer eventos e capacitar os produtores nesse sentido. Lá a gente focava mais na parte ambiental da parte de extensão rural. No Incaper, a gente passou por treinamentos, no sentido de conhecer um pouco as metodologias que eu não tinha acesso lá, metodologias de extensão rural, metodologias de Ater grupal.
Marlene	(...) alguma disciplina na faculdade, alguma noção de extensão, mas foi muito, assim, eu não consegui internalizar muita coisa, sabe?	Quando nós entramos no concurso de 2005, eu considero que a gente teve uma boa capacitação inicial, tá? E, assim, o sentimento na época que eu tive de, de alguma forma, fazer parte daquilo e contribuir para o desenvolvimento rural, principalmente para o agricultor familiar, isso foi muito significativo para mim.
Paulo	Eu tive disciplinas, [nome da faculdade] prepara bastante. Mas, assim, uma disciplina que eu tive na graduação, na pós-graduação a gente não tem. A gente é muito pesquisa, viés de pesquisa, mas a parte de extensão, de Ater mesmo, a gente não tem quase nada, né? Os programas não têm essa visão de Ater, dentro dos programas. É mais de pesquisa mesmo. Lá na graduação eu tive contato, né? Eu tive acesso, eu tive essa disciplina, mas uma disciplina só. E depois eu fiz um estágio também, com o professor lá, que a gente ia também nas propriedades. Então, um pouco de Ater aí também, um pouquinho de experiência que eu tive com o Ater.	A maior parte do conhecimento que eu tenho da parte de extensão foi no Incaper que eu adquiri. Na academia é pouca coisa mesmo que a gente vê, né? Inicialmente nessa capacitação, né? Eu tive acesso até aos conceitos da Ater, né? Assistência técnica e extensão rural, métodos de extensão, são vários, né? E também depois, durante a convivência, (...) eu era muito envolvido com os dias de campo, colegas que vieram da extensão e estavam na pesquisa, que tinham essa visão de Ater que também me ajudaram a construir esse conhecimento de Ater que eu tenho hoje, né? E a convivência no dia-a-dia com os colegas da Ater, que a gente vai aprendendo também, né? Então, essa prática aí, no dia-a-dia, eu acho que consolidou o que eu tenho hoje de conceitos de Ater.
Pedro	A primeira, na escola [faculdade]. A gente teve a disciplina extensão rural na escola. A gente tinha um professor muito bom na época. Então, foi uma disciplina que eu gostei, aproveitei bastante da disciplina.	Extensão rural de verdade foi no Incaper. Antes eu fazia assistência técnica, entendeu? A gente quando entrou no pré-serviço do Incaper, a gente teve um treinamento muito bom. Na época a gente ficou, ao

		<p>todo deu dois meses no Calir<sup>54</sup> treinando. Então, assim, nós tivemos treinamento com as referências aí de extensão no Brasil inteiro, né? Então isso já deu uma base boa para a gente. Costabeber<sup>55</sup> na época, não sei se já ouviu falar nele, esses caras todos, na época, ministraram palestra lá para a gente, entendeu? Então, assim, foi uma experiência muito bacana. Então a gente saiu com uma base muito boa de Ater na época, né? E aí a prática do dia a dia vai te ensinando muita coisa, né?</p>
Sebastião	<p>Foi na faculdade. Disciplina. E como acadêmico muito voltado a uma questão mais para um campo tecnológico. Nessa grade, eu tive Sociologia Geral, houve uma mudança de grade, aí teve Antropologia, Sociologia do Brasil Agrário, e a Extensão Rural em si. Então foi composto por quatro disciplinas. Mas confesso para você, não só o acadêmico, mas também, acho que a academia também não dava a devida importância à área da Extensão Rural.</p>	<p>Aprendi a fazer extensão rural no Incaper. Tinha tido uma experiência de assistência técnica na revenda<sup>56</sup> e tal. (...) quando eu vim para o Incaper, no primeiro momento, eu pensava muito na assistência técnica. Só que depois, com o tempo, você vai sendo moldado. (...) vai se sensibilizando, vai vendo que não é impor uma ideia sua, mas uma proposta de trabalho que você apresenta aos agricultores. Você verifica que dá para dialogar com os agricultores e, dentro dessa proposta, você ir ajustando essa proposta à realidade daquele público.</p>

Fonte: elaboração própria, 2025.

A análise das falas nos mostra que o primeiro contato dos referidos entrevistados com a temática da extensão rural foi na faculdade. Maria e Pedro representam a disciplina cursada de forma positiva, com destaque para a qualidade dos professores. Pedro, inclusive, a adjetiva como “muito proveitosa”. Maria, por sua vez, entra em uma maior riqueza de detalhes, destacando que aconteceu uma mudança de paradigmas junto à turma, especificamente no que concerne à dificuldade de se transferir conhecimento, vez que “(...) você tem que ter uma construção do conhecimento”. Pela coerência entre as repostas, a disciplina de extensão rural cursada pelos dois durante a faculdade foi importante, sob o ponto de vista representacional, para a formação da representação analisada nesta subseção.

Esse cenário felizmente destoa daquilo que os estudos sobre o ensino da extensão rural no Brasil nos apontam. Não que não tenham havido alguns avanços.

<sup>54</sup> Sigla que significa Centro de Aperfeiçoamento de Líder Rural, local do Incaper com estrutura própria a receber grupos para fins de capacitação, localizado no município de Viana-ES.

<sup>55</sup> É uma das referências nos estudos sobre Extensão Rural e Agroecologia no Brasil. Engenheiro Agrônomo (1978), Mestre em Extensão Rural (1989) pela UFSM e Doutor em Agronomia pelo Programa de Agroecologia, Campesinato e História da Universidade de Córdoba, Espanha (1998). Foi Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR de setembro de 1978 a setembro de 2009, Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Foi Coordenador do Curso de Agronomia (2010-2012) e membro do Grupo de Pesquisa "Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural".

<sup>56</sup> Local (loja, empresa, comércio, etc.) de venda de insumos agropecuários.

Em seu relatório do estado da arte do ensino da extensão rural brasileira, Callou *et al.* (2008) relataram “(...) o esforço de romper com o velho e instaurar o novo (...) – seja na formação do perfil do profissional extensionista, seja na tentativa de aproximação do saber científico ao saber popular” (p. 105); os quais aqui, subentendem-se e materializam-se, em especial, nas falas da Maria.

Entretanto, a hegemonia estabelece-se para um ensino da extensão rural que é mantido, de certa forma, sob um viés produtivista, pautado mais na difusão tecnológica como prática principal e menos na problematização do tema (Callou *et al.*, 2008; Silva *et al.*, 2017).

Em complemento, para Callou *et al.* (2008), questões estruturantes importantes perduram: i) carga horária incipiente no conjunto da matriz curricular; ii) baixa importância atribuída pela disciplina a temas cruciais para a análise da realidade rural contemporânea; iii) além do fato de que na maioria dos cursos a disciplina é ofertada nos semestres derradeiros, funcionando mais como um ponto de chegada do que de partida na formação dos profissionais (pelo contrário, para o autor, a extensão rural deveria ser um fio condutor que propiciasse a articulação das diferentes disciplinas curriculares).

Essa conjuntura muito provavelmente fez parte da trajetória acadêmica de Antônio, José, Manoel, Marlene, Paulo e Sebastião. Em suas falas, apesar de terem tido o primeiro contato com a temática justamente na faculdade, notamos expressões que representam uma ideia de insuficiência (não completude) da formação acadêmica para se aprender o que é extensão rural, como por exemplo “eu comecei a ver” (Antônio), “tinha uma veia um pouco para isso” (Manoel), “alguma noção, (...) mas eu não consegui internalizar” (Marlene), “na academia é pouca coisa que a gente vê” (Paulo), “a academia também não dava a devida importância à área” (Sebastião).

Novamente recorremos aos processos que interferem na formação de representações sociais (Vala, 2003). Neste caso, destacamos a “pressão à inferência”. Tal processo tem muito a ver com o tempo em que temos para nos posicionarmos sobre determinado assunto. Quando esse tempo é relativamente curto, nos faltam as melhores condições para o estudo da temática em maior profundidade e sobra-nos ampararmo-nos em ideias já prontas, explicações conhecidas e/ou formas de pensar compartilhadas no grupo ao qual nos inserimos.

Entendemos que essa conjectura genérica se aproxima daquela que aqui descrevemos, resultante do cenário do ensino da Extensão Rural no Brasil. Além de

carga horária insuficiente, como explicitado, o momento em que a disciplina é estudada nas grades contribui para que uma série de ideias e formas de pensar já estejam prontas, majoritariamente ligadas a uma perspectiva difusionista, como mostram Callou (*et al.*, 2008) em seus resultados.

Para Oliveira (2026, informação verbal)<sup>57</sup>, todavia, o agravante principal não é, em si, o ensino de extensão rural, a disciplina em si, mas a própria lógica estruturante da formação nas ciências agrárias, a qual é historicamente orientada por uma matriz técnico-produtivista; nesse arranjo curricular, uma única disciplina na temática dificilmente tensionará, de forma relevante, uma racionalidade formativa que atravessa a formação nas graduações.

Essa limitação estrutural acaba, inclusive, por fragilizar a própria área/disciplina, que passa a ser vista como periférica ou complementar, quando, na verdade, deveria ocupar um lugar estratégico na formação; portanto, essa interpretação é problemática, pois desloca a crítica da estrutura curricular e epistemológica mais ampla para um componente específico, que, isoladamente, não tem força para reconfigurar o conjunto da formação (Oliveira, 2026, informação verbal)<sup>57</sup>.

Você considera que aprendeu a fazer extensão rural no Incaper? Quando a pergunta é essa, todos os entrevistados cujas falas constam no quadro 19 afirmaram ter aprendido sobre extensão rural no Incaper de forma relevante, mas por caminhos diferentes. Dividimos essas formas – por consequência os entrevistados – em três grupos.

Antônio e José afirmaram ter aprendido a fazer extensão sobretudo em decorrência do dia a dia com os “produtores”. Manoel e Paulo destacam a vivência com os colegas “da extensão”, “mais antigos”, “mais disponíveis”. Maria, além da importância que teve sua formação acadêmica, disse ter aprendido muito em seu trabalho anterior ao Incaper e, depois, ter se aperfeiçoado no referido instituto. Sebastião, por sua vez, admite a visão assistencialista que chegou ao Incaper (muito por causa do trabalho anterior na iniciativa privada), mas relata que com o tempo foi sendo “moldado” para uma perspectiva mais dialógica. Por fim, Marlene e Pedro destacaram que o grande diferencial para o aprender da extensão rural no Incaper foi

---

<sup>57</sup> Informação verbal fornecida pelo professor Marcelo Leles Romarco de Oliveira, durante sessão de orientação acadêmica, realizada de forma remota, em 03 fev. 2026.

a capacitação (pré-serviço) que tiveram quando da entrada em exercício, em 2005, a qual durou dois meses e contou com falas de estudiosos que eram referência na área. Antônio também destacou a importância para si – em parte – de tal capacitação.

As junções dessas matérias-primas representacionais demonstram a importância da quantidade e da qualidade de cada uma delas à formação das representações sociais. Mesmo que de formas diferentes, as quais ligamos ao processo de “dispersão da informação” anunciado por Vala (1993), é notável a relevância das experiências relatadas no que concerne ao aprendizado sobre Extensão Rural.

Sobre a “dispersão da informação”, além de existir muita informação circulando (nesse regresso ao passado dos entrevistados – quadro 19 –, fomos de uma palestra do Professor Costabeber – uma das muitas que aconteceram em uma capacitação inicial com dois meses de duração<sup>58</sup> – às experiências de trabalho em uma “revenda” agrícola, passando pelas trocas cotidianas com colegas de instituição), nem sempre essa informação é adequada ou suficiente para se entender bem uma determinada questão (muitas vezes tais informações podem estar presentes nos campos da confusão, da incompletude, da ambiguidade, etc.); além disso, nem todos os grupos sociais recebem as mesmas informações, uma vez que elas podem circular de forma desigual e, para mais, se tivermos um mesmo grau de (des)informação, pode ser que afete grupos de maneira diferente.

### *Considerações de síntese*

A análise das falas desta seção evidencia que a Ater, no imaginário dos entrevistados, constitui-se como um campo atravessado por disputas simbólicas, no qual coexistem representações distintas e, por vezes, tensionadas. A bipartição entre assistência técnica e extensão rural emerge como eixo estruturante dessa seção, revelando não apenas uma diferenciação conceitual, mas também uma forma de organizar, hierarquizar e dar sentido a determinadas práticas cotidianas no Incaper.

---

<sup>58</sup> A título de comparação, quando de minha entrada no Incaper, tivemos uma capacitação continuada com 5 módulos, cada um com carga horária em torno de 40 horas. Quando da entrada dos novos servidores do último concurso, em conversa com alguns deles, me foi relatado que tiveram uma capacitação inicial de uma semana, num total próximo de 40 horas.

Ainda que nenhuma dessas representações se imponha como absolutamente hegemônica, elas operam como matrizes interpretativas orientadoras.

A assistência técnica, objetivada como “apaga-fogo”, concentra sentidos associados à intervenção pontual, reativa e produtivista, fortemente ancorados no paradigma difusionista e modernizador.

Nessa representação, o foco recai sob a resolução imediata de problemas técnicos, a busca pela eficiência produtiva e o atendimento individualizado, reforçando uma concepção instrumental da Ater. Trata-se de uma forma de atuação que dialoga com a gênese histórica da extensão rural brasileira e com seus desdobramentos conservadores, reproduzindo práticas e metodologias centradas na transferência vertical de tecnologias e no convencimento dos agricultores para a adoção de pacotes tecnológicos.

Em contraposição, a extensão rural aparece como uma categoria mais ampla, processual e socialmente orientada, aproximando-se do discurso normativo e político-institucional da Pnater. As falas associadas a essa representação enfatizam metodologias coletivas, processos de aprendizagem coletiva, mediação de saberes e articulação entre dimensões produtivas e sociais do desenvolvimento rural. Sob a ótica da TRS, a extensão assume aqui um papel de categoria englobante, capaz de incorporar a assistência técnica como uma de suas ferramentas, deslocando-a de uma posição central e exclusiva para um lugar subordinado a um projeto mais amplo de intervenção educativa e social.

Entretanto, a coexistência dessas representações não se dá de forma harmônica ou linear. As falas revelam sobreposições, ambiguidades e hierarquizações que indicam a permanência de elementos do núcleo difusionista, mesmo quando discursos mais participativos são acionados.

Tal cenário sugere um campo representacional em transição, no qual sentidos tradicionais e participativos se articulam de maneira tensa, refletindo tanto a trajetória institucional do Incaper quanto os limites e possibilidades impostos pela formação acadêmica, pelas experiências profissionais e pelas condições concretas de trabalho dos entrevistados.

### 3.4. Ater como prática unificada: entre a difusão, o processo educativo e a missão institucional

Nesta subseção, entendemos que as representações sociais sobre a Ater revelam um universo de significados em que não há distinção entre assistência técnica e extensão rural, conformando-se como um campo semântico unificado, mas com significados e, portanto, representações diferentes.

#### *Ater unificada: centralidade do extensionista e difusão do conhecimento*

As falas analisadas nesta subseção expressam a ideia de que a Ater "é tudo uma coisa só", articulando práticas e sentidos que convergem para a concepção de uma atuação única e indissociável. Essa representação dissolve a dicotomia identificada na seção anterior e indica uma compreensão da Ater como um processo de mediação e intervenção contínua, fortemente centrado na figura do extensionista. É ele quem "leva", "transfere", "estende" e "liga" os agricultores à tecnologia, às políticas públicas e às inovações, o que, nesse caso, tende a evidenciar uma concepção tradicional do papel extensionista, herdada da escola difusionista/rogeriana (Rogers; Shoemaker, 1974). No quadro 20, esmiuçamos algumas das falas apreendidas.

Quadro 20 – Representações sociais sobre a Ater sem subdivisão entre assistência técnica e extensão rural (conjunto 1)

Descrição principal	Trechos representativos das falas
A Ater compreendida como meio de transferência de informações entre técnico e produtor.	"(...) uma forma de a gente estar conseguindo transferir informações para o produtor." (Terezinha)
A Ater vista como ligação entre o produtor e a tecnologia, aproximando o conhecimento científico do público rural.	"(...) ligação do produtor com a tecnologia (...) Talvez seja estender conhecimento acadêmico ao público rural." (João)
A Ater como assistência técnica ampla, que vai além da recomendação agrícola, abrangendo planejamento financeiro e familiar.	"(...) o técnico chegar e dar assistência ao produtor, seja lá desde uma simples recomendação de adubação, (...) mas às vezes um planejamento financeiro do produtor, um planejamento familiar." (Rosa)

A Ater é associada à difusão de tecnologia, reforçando o papel do extensionista como transmissor de inovações.	“Nós temos a ideia [objetivo] de difundir a tecnologia.” (Pedro)
--	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

Nesta representação, identificamos que a Ater é concebida como uma ponte entre o conhecimento científico e o “produtor rural”, um canal pelo qual o extensionista cumpre a função de transmissor de saberes técnicos. As falas nos evidenciam que o foco está no ato de levar algo, de “transferir informações”, “chegar e dar assistência” ou “difundir tecnologia”, conferindo à ação extensionista um caráter instrumental, voltado à circulação de informações e ao convencimento para adoção de práticas produtivas. Ou seja, nesta representação, Ater é sinônimo de difusão de tecnologia e de transferência de tecnologia.

O agricultor, nesse imaginário, aparece como receptor da ação, e o extensionista como agente portador do conhecimento legitimado pela ciência. Dito isso, entendemos que essa forma de representação se ancora na crença de que a transformação no campo depende da introdução de tecnologias e da capacidade técnica do agente de extensão. Tal perspectiva é historicamente central em formações institucionais em extensão rural<sup>59</sup>, entretanto, distancia-se de abordagens educativas e participativas como as defendidas por Freire (1983) e pela Pnater (Brasil, 2010).

Esse cenário é evidentemente pautado em uma educação bancária<sup>60</sup> (Freire 1982), em que cabe ao extensionista persuadir o agricultor a adotar determinada tecnologia que foi desenvolvida normalmente fora de seu contexto local; tratando-se da busca por um ilusório processo de domesticação, vez que o homem é um ser dotado de reflexão e criação (Silva *et al.*, 2017).

Quanto à trajetória acadêmica e ao aprendizado sobre extensão rural no Incaper dos servidores cujas falas constituíram a representação em tela, trazemos mais detalhes no quadro 21.

<sup>59</sup> Como nos mostram os resultados de Callou *et al.* (2008), discutidos na seção anterior.

<sup>60</sup> Conceito de Paulo Freire (1982) em que se trata de uma educação cujas relações são fundamentalmente “narradoras” e a realidade é tida “como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado” (p. 33); em que o educador é seu agente indiscutível, incumbido de “encher” os educandos com a sua narrativa, conduzindo-os à uma memorização mecânica do conteúdo e transformando-os, portanto, em “‘vasilhas’, recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador” (p. 33). Nesse contexto, a educação transforma-se em um ato de depositar, no qual os educandos tornam-se depositários e o educador, por sua vez, o depositante.

Quadro 21 – Respostas em relação ao aprender da extensão rural (conjunto 2)

Entrev.	Primeiros contatos	Aprendizado no Incaper
João	No [instituição de ensino], que eu passei a entender quem era o coleguinha da Emater que ia lá no sítio. Olha, para ser sincera, da faculdade eu consigo lembrar de metodologias que falava e tal, mas eu fui aprender extensão mesmo, acho, na prática aqui. (...) por mais que eu tenha passado bem na matéria, não ficou fixado com a importância que a extensão merece na nossa formação.	“Sim, porque foi onde eu vim pegar a extensão na prática. Aprendi no Incaper, mas bem na prática, porque quando eu entrei a primeira turma teve treinamento. Eu não tive treinamento, não. Só entrei. E aí eu tive que aprender com os colegas. Então, fui aprendendo supetão <sup>61</sup> mesmo, na marra”.
Rosa	Fiz sim, fiz uma disciplina na faculdade lá, sim, eu cheguei a fazer sim, teve uma disciplina obrigatória na época.	“Sim, aprendi muito, muito mais do que na faculdade. A convivência com os colegas de campo, né? Organizações de campo, dia especial, essas metodologias que tem ali (...)”.
Terezinha	(...) foi na faculdade, durante a graduação, porque a gente tinha um professor que era muito bom nessa área, (...) só ouvi ali na academia e depois nunca mais assim, até chegar no Incaper.	“(...) na faculdade é aquela questão mais de conceitos, conceituação e mais teórico, né? Acho que quando a gente está trabalhando na prática, também tem uns treinamentos no Incaper que foram importantes também. Acho que sim. Apesar de eu achar que a gente ainda faz menos Ater e mais assistência técnica, mas a gente conseguiu aprender”.

Fonte: elaboração própria, 2025.

A análise do quadro em tela mostra que os primeiros contatos com a extensão rural foram por meio da academia. João e Rosa defrontaram-se com o tema no colégio agrícola e na faculdade, respectivamente – embora João afirme que tenha cursado uma disciplina sobre, mais tarde, na graduação. Todavia, ambos não ressaltam ter sido algo mais aprofundado. Para João, pouca coisa ficou fixada; Rosa, por sua vez, afirma ter feito apenas uma disciplina com o tema, de caráter obrigatório. Terezinha, no entanto, representa que a disciplina sobre extensão cursada na faculdade como importante – apesar de mais focada em conceitos e, portanto, de caráter mais teórico –, qualificando como “muito bom” o professor que estava à frente da mesma.

Quando avançamos para as respostas à pergunta se aprenderam extensão rural no Incaper, João, Rosa e Terezinha ressaltaram ter aprendido na prática, sim,

<sup>61</sup> De supetão, coloquial: de repente, de súbito; imprevistamente (Michaelis, 2026).

mas com detalhes diferentes entre si. João considera que foi aprendendo “de supetão mesmo, na marra”; destaca que, quando tomou posse no Incaper, os treinamentos iniciais para os novos servidores já haviam acontecido<sup>62</sup>: “eu não tive treinamento. Só entrei”. Para Rosa foi por meio da convivência com os colegas, na participação/organização em/de eventos. E, por último, Terezinha ressalta a participação em alguns treinamentos, apesar de ressaltar que, ao seu ver, o Incaper faz mais assistência técnica e menos extensão rural.

Quanto à TRS, dentre os processos que contribuem para a formação de representações sociais elencados por Vala (1993), identificamos uma importância maior da “pressão à inferência” na construção da representação em tela. Todavia, em complemento à análise que fizemos quando da discussão da representação da “extensão rural em uma Ater bipartida”, a pressão à inferência aqui, além da condição estrutural do ensino acadêmico, tem a ver também com o contexto de entrada no Incaper, o qual caracterizou-se, quanto a aprender a fazer Ater, aprender na “marra, de supetão”.

*A Ater como missão e processo ampliado: entre permanências difusionistas e ressignificações em curso*

Sob outra perspectiva, entretanto, observamos a atribuição à Ater de um sentido mais processual e ampliado, ultrapassando a mera difusão de tecnologia, conforme apresentado no quadro 22, no qual destrinchamos algumas falas que compõem a representação citada.

Quadro 22 – Representações sociais sobre a Ater sem subdivisão entre assistência técnica e extensão rural (conjunto 2)

<b>Descrição principal</b>	<b>Trechos representativos das falas</b>
Ater representada como um processo contínuo, voltado à promoção do desenvolvimento econômico e social das famílias rurais.	“(…) um processo.” (Pedro)

<sup>62</sup> Desafio importante à gestão pública: como garantir capacitação inicial de servidores em um contexto de convocação para posse que vai acontecendo sob demanda, isto é, de forma espaçada. Acreditamos que a institucionalização de um cenário de capacitação/(re)capacitação continuada pode ser um caminho.

Ater representada como uma ação de extensão ampla, que vai além da tecnologia, articulando políticas públicas e dimensões sociais do desenvolvimento.	“(…) com ação de extensão, não só de tecnologia, muito mais que só tecnologia (…) é a extensão de políticas públicas.” (Sebastião)
Ater representada como instrumento para promover o desenvolvimento rural e econômico, incorporando técnicas em favor das famílias ligadas às propriedades rurais.	“(…) realmente promover o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais, das famílias ligadas às propriedades rurais, (…) como um todo, (…) Você incorpora as técnicas para promover o desenvolvimento rural, o desenvolvimento econômico.” (Vera)
Ater representada como uma missão, reforçando seu caráter ético e vocacional.	“(…) a Ater é uma missão.” (Pedro)

Fonte: elaboração própria, 2025.

Nessa vertente, verificamos que o termo é associado à ideia de "missão" e de "processo contínuo de desenvolvimento", englobando não apenas o “produtor”, mas também a família e a comunidade. Trechos nos revelam o propósito de "promover o desenvolvimento rural", de "extensão de políticas públicas" e de "atuar na transformação das condições socioeconômicas das famílias rurais".

Entendemos que tais elementos constituem uma representação de concepções contemporâneas da extensão como prática social e educativa, ainda que mantenha traços do imaginário tradicional centrado na figura do extensionista como condutor – um missionário – do processo. Ademais, a coexistência entre o ideal missionário e o viés difusionista expressa, portanto, uma ambiguidade característica das representações sociais em contextos institucionais que entendemos serem marcados por transições paradigmáticas.

Apesar dessa aparente abertura, inferimos que o sentido do movimento da tecnologia e da informação tende a permanecer unidirecional, quer seja, partindo do extensionista para o agricultor. O extensionista continua sendo o sujeito ativo que "leva", enquanto o agricultor ocupa o papel de destinatário da ação. Essa hierarquia simbólica tende a reforçar o caráter vertical das práticas extensionistas e pode revelar uma permanência do modelo difusionista dentro do imaginário de alguns dos servidores entrevistados nesta pesquisa.

Concordando com Oliveira; Gazolla; Schneider (2011) e Vieira Pinto (2005a, 2005b), defendemos que os agricultores – “alvos” de determinada tecnologia – não devem ser compreendidos como agentes passivos ou meros receptores de tecnologia,

uma vez que são capazes de resistir, adaptar e reinterpretar os conhecimentos técnicos de acordo com seus contextos locais. A ausência dessa reciprocidade nas falas de algumas entrevistas permite inferir que o paradigma da difusão ainda exerce influência sobre determinadas representações e práticas.

Em consonância com esse quadro, Schlottfeldt (1991) já alertava para as consequências da permanência desse sistema de difusão de tecnologias, cuja rigidez institucional condicionou a cultura organizacional de pesquisa e da Ater no país. Essa herança se traduz na lentidão (ou inércia) das reações às mudanças externas e na manutenção de uma postura tecnicista que, em grande medida, ainda estrutura o fazer extensionista (Schlottfeldt, 1991; Caporal e Ramos, 2006). O caso da operacionalização da Pnater concorda com tal argumento.

À luz da TRS, em acordo com Vala (1993) e seus argumentos sobre a dinâmica das representações, verificamos nesta representação indícios relacionados aos processos de “focalização representativa”, a qual nos explica que cada um de nós presta mais atenção em certos aspectos da realidade do que em outros, o que depende obviamente de diferentes questões (formação, profissão, interesses, valores, ideologias). Apesar da convergência na formação da representação em tela, pela variabilidade nas respostas dos entrevistados nesta subseção – com o uso de termos como processo, missão, políticas públicas, desenvolvimento econômico e social – reafirmamos a importância da focalização no dinamismo das representações.

Complementarmente, Altieri; Maser (1997) e Dias (2008) destacam que o modelo difusionista produziu impactos socioeconômicos e ambientais negativos, entre eles a manutenção da concentração fundiária, a adoção de modelos produtivos que fomentaram o êxodo rural e o aprofundamento das desigualdades no acesso às inovações. Entendemos que tais análises reforçam que a representação da Ater como um serviço essencial de “ligação entre” técnico e produtor, embora reconheça sua importância prática, mantém-se enraizada em uma racionalidade instrumental e modernizadora.

Ao que parece, como analisa Dias (2007), a persistência desse imaginário, não é apenas teórica, mas encontra-se incorporada nas competências e habilidades dos extensionistas formados para atuar dentro dessa lógica. Mesmo diante das transformações trazidas por políticas como a Pnater, há uma dificuldade em romper com o “saber-fazer difusionista”, que se tornou referência formativa e metodológica, além de núcleo central representativo. Críticas ao ensino da extensão rural (Callou et

*al.*, 2008; Caporal e Ramos, 2006; Caporal, 2003; Silva *et al.*, 2017) mas também às bases epistemológicas dos cursos (Oliveira, 2026, informação verbal) reafirmam esse cenário.

Alves; Santana; Contini (2016) argumentam que, nos dias atuais, a extensão rural ainda é vista basicamente como um elo da cadeia de inovação agropecuária, que conecta a pesquisa e a adoção de tecnologias, o que nos confirma a persistência de um imaginário técnico que associa a inovação ao oferecimento e repasse de pacotes tecnológicos, especialmente entre o que chamam de “pequenos produtores”.

### *Considerações de síntese*

A subseção analisada evidencia que, quando a Ater é representada como “tudo uma coisa só”, a distinção formal entre assistência técnica e extensão rural perde centralidade e dá lugar a um campo semântico unificado, porém internamente heterogêneo. Nessa configuração, a unidade não significa homogeneidade: ela funciona como um enquadramento geral que organiza sentidos distintos sobre o que se faz, para quem se faz e como se faz Ater, revelando a coexistência de representações que variam entre um polo mais difusionista e um polo mais ampliado e processual.

No primeiro conjunto de falas, a Ater unificada aparece fortemente ancorada na lógica da transferência: “transferir informações”, “estender conhecimento acadêmico”, “chegar e dar assistência”, “difundir tecnologia”. O extensionista assume centralidade como sujeito portador do saber legitimado, enquanto o agricultor tende a ser figurado como destinatário da ação, reforçando uma hierarquia simbólica típica do modelo rogeriano/difusionista. Nesse horizonte, Ater se aproxima de sinônimos práticos – difusão e transferência tecnológica – e se distancia de abordagens dialógicas e participativas, abrindo espaço para a leitura crítica via educação bancária e domesticação do outro, tal como problematizado por Freire (1983) e por análises críticas da extensão convencional.

A trajetória formativa dos entrevistados que sustentam essa representação ajuda a explicar sua estabilização: o contato inicial com a extensão na academia aparece, em geral, como insuficiente ou pouco “fixado”, e o aprendizado no Incaper é descrito como predominantemente prático, muitas vezes “de supetão”, por convivência com colegas e rotinas institucionais. À luz da TRS, sobressai aqui a

pressão à inferência: diante da urgência do fazer cotidiano e de um ingresso institucional sem mediações formativas consistentes (como no caso da ausência de treinamento inicial), tende-se a recorrer a esquemas já disponíveis e socialmente compartilhados – entre eles, o repertório difusionista que historicamente estrutura ações extensionistas.

No segundo conjunto, contudo, a Ater unificada é ressignificada como processo contínuo, missão e prática orientada ao desenvolvimento econômico e social das famílias, com menções a políticas públicas e dimensões mais amplas do rural. Essa ampliação sugere deslocamentos representacionais importantes, ainda que convivam com permanências: o ideal “missionário” pode atualizar tanto um compromisso ético quanto uma forma sutil de reafirmar a centralidade do extensionista como condutor do processo. Assim, mesmo quando a Ater é concebida como desenvolvimento e mediação, o movimento do conhecimento tende a permanecer imaginado como predominantemente unidirecional, o que limita a reciprocidade e a coautoria atribuídas aos agricultores.

O quadro 23 nos apresenta uma síntese das representações sociais identificadas e analisadas nesta seção.

Quadro 23 – Síntese das representações da Ater como prática unificada

<b>Eixo</b>	<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>	<b>Elementos analíticos</b>
Ater como prática unificada	Não há dicotomia entre assistência técnica e extensão rural; ambas são “uma coisa só”.	“(…) não vejo essa dicotomia assistência técnica e extensão rural, acho que é tudo uma coisa só” (Paulo).	Núcleo representacional ancorado na integração das práticas; recusa da subdivisão conceitual.
Ater como difusão de tecnologia	Extensionista como elo que “leva”, “estende”, “transfere” algo ao agricultor; ênfase em informação e tecnologia.	“(…) transferir informações para o produtor” (Terezinha); “(…) ligação do produtor com a tecnologia” (João); “Nós temos a ideia de difundir a tecnologia” (Pedro).	Ancoragem na Escola Difusionista; objetivação do extensionista como ponte entre ciência e agricultores; visão hierárquica e unilateral.
Ater como processo/ação ampliada	Não só tecnológica, mas ligada a políticas públicas, desenvolvimento econômico e social.	“(…) é um processo” (Pedro); “(…) extensão de políticas públicas” (Sebastião); “(…) promover o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais” (Vera).	Representação mais ampla e processual; aproxima-se de noções de missão e transformação social.
Ater como missão/engaj	Extensionista visto como “missionário”, responsável por levar	“(…) nós, extensionistas, somos meio que missionários” (Pedro);	Objetivação do extensionista como mediador essencial,

amento extensionista	tecnologia e apoiar agricultores em diferentes ritmos de adesão.	“Temos que ter didática, paciência” (Pedro).	com forte carga simbólica de responsabilidade social e pedagógica.
Limitações da representação o difusionista	Atores vistos como receptores passivos; forte hierarquia técnico-científica.	“Se não tivesse a gente (...) o produtor não tem acesso, isso não chega para ele” (João).	Reforça desigualdade ontológica; distanciamento de perspectivas dialógicas (Freire, 1983).

Fonte: elaboração própria, 2025.

Em síntese, a Ater sem subdivisões configura um arranjo representacional paradoxal: unifica o termo, mas mantém em disputa seus sentidos internos, oscilando entre a reprodução do núcleo difusionista e a incorporação de referências contemporâneas (processo, missão, políticas públicas, desenvolvimento).

Essa oscilação é compatível com contextos institucionais de transição paradigmática, nos quais práticas e linguagens tradicionais persistem ao lado de tentativas de ampliação do escopo da Ater. Na dinâmica das representações, a focalização ajuda a explicar a variabilidade das ênfases (tecnologia, família, políticas, missão), ao passo que a herança organizacional e formativa contribui para a continuidade do paradigma difusionista como referência forte para interpretar e realizar a Ater.

Contudo, as falas também nos apontam clivagens e deslocamentos, os quais entendemos como indícios de uma resignificação em curso, em que alguns dos entrevistados reconhecem seu papel de mediador para o desenvolvimento (também social). Tal movimento sugere que, mesmo dentro de um núcleo central difusionista, novas representações começam a se articular em sua periferia, buscando conciliar o rigor técnico com o compromisso educativo e social da extensão pública.

Quando perguntamos se “extensionista tem condições de fazer pesquisa” (Apêndice 01), o que verificamos é uma certa unanimidade entre os entrevistados rumo à representação de que sim, extensionista tem condições de fazer pesquisa no Incaper – mas, em alguns dos conteúdos de falas analisados, encontramos algumas ressalvas.

Dito isso, inferimos que há um certo desvio em relação aos moldes verticalizados até aqui destacados, uma vez que no imaginário construído fica evidente a possibilidade de extensionistas participarem – também – da realização de pesquisas agropecuárias no Instituto.

Essa representação da Ater como prática unificada, ora marcada pelo difusionismo e ora ressignificada como processo e missão, abre espaço para refletirmos sobre a posição dos extensionistas dentro da instituição. Nesse ponto, almejamos compreender de que forma os entrevistados, ao mesmo tempo que difundem tecnologias, também reivindicam participação na construção do conhecimento. É justamente essa passagem, que aproxima a extensão da pesquisa, que nos conduz à próxima seção e à análise da possibilidade dos extensionistas do CRDR Caparaó se afirmarem (ou não) como atores da pesquisa agropecuária incaperiana.

### 3.5. Extensionistas como pesquisadores: integração de papéis e fronteiras institucionais

A partir das respostas coletadas, identificamos inicialmente uma representação sobre a capacidade do extensionista em realizar pesquisa no Incaper. As falas são assertivas e marcadas por convicção, conforme apresentadas no quadro 24.

Quadro 24 – Representações sociais sobre a capacidade dos extensionistas em realizar pesquisa

Descrição principal	Trechos representativos das falas
Crença na capacidade dos extensionistas de realizar pesquisa, demonstrando confiança e legitimidade nas práticas desenvolvidas no campo da extensão.	<p>“Sem dúvida, eu defendo que pode sim!” (Maria)</p> <p>“Total, eu acho que é total, mas eu acho que a gente tem que aproveitar o perfil de cada um” (Manoel)</p>
Afirmações diretas, convictas e assertivas quanto à competência dos extensionistas para realizar pesquisa.	<p>“Tem, porque eu acho que depende da competência mais acadêmica do que do cargo.” (Ana);</p> <p>“Com certeza. Quem está no campo é a gente, quem está vendo a necessidade de aplicação daquilo.” (João)</p> <p>“Tem, total” (Paulo)</p> <p>“Tem, muitos tem!” (Vera)</p>
Reconhece-se a existência de provas e exemplos concretos de trabalhos de pesquisa conduzidos por extensionistas, evidenciando sua capacidade técnica e prática.	<p>“Eu acho que sim. A gente tem provas disso. Exemplos de bons trabalhos de pesquisa feitos por (...) extensionistas.” (Luzia);</p> <p>“Eu acho que os colegas agentes de extensão têm plena condição, porque a gente tem inúmeras provas atualmente disso, né?” (Marlene)</p>

Fonte: elaboração própria, 2025 (2024).

A unanimidade discursiva dessas falas, expressa pela linguagem enfática e afirmativa, traduz uma representação coletiva de valorização do próprio grupo profissional, que se constrói no campo simbólico da TRS (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001). Nesse sentido, entendemos que o “poder fazer pesquisa” é menos uma constatação técnica e mais uma afirmação identitária, que ancora a imagem do extensionista em um papel de relevância científica e institucional.

Quanto à sustentação dessa representação, inferimos que ela se estrutura em duas linhas argumentativas. A primeira relaciona-se à posição espacial e relacional do extensionista frente aos agricultores, enquanto a segunda vincula-se ao domínio técnico e ao acúmulo de competências adquiridas na prática profissional.

Na primeira vertente, os entrevistados posicionam a proximidade com o campo e com o público beneficiário como diferenciais que legitimam os extensionistas para a pesquisa: “(...) a gente está no primeiro local de alcance do produtor rural e a gente tem acesso à propriedade dele com mais facilidade” (Maria). Essa localização privilegiada é interpretada como uma vantagem epistemológica – um lugar de observação cotidiana das demandas, dos problemas e das transformações do rural.

Ao mesmo tempo, interpretamos que ela materializa uma forma de ancoragem social da pesquisa, em que o saber surge da realidade local e da convivência com o agricultor, não apenas dos laboratórios. Eis um ponto talvez subliminar, mas relevante, dessa representação. Ao nosso ver, a valorização do saber prático e do estar próximo à propriedade do “produtor” tende a se aproximar de uma lógica em que os problemas de pesquisa partem da realidade dos agricultores. Por ora não temos mais elementos em relação em como se dá a sequência desse processo, mas o seu ponto de partida destoa da representação hegemônica sobre o se fazer pesquisa discutida em seções anteriores.

Ademais, percebemos que os entrevistados traduzem essa proximidade em termos de visão prática e experiência cotidiana. “(...) a gente consegue ter uma visão mais próxima do produtor, de entender melhor as suas dificuldades, entender melhor os seus anseios” (Luzia); “Quem está no campo é a gente, quem está vendo a necessidade de aplicação daquilo. O nosso olhar é prático. Muitas vezes, o pesquisador não tem essa visão tão prática de estar todo dia no campo” (João).

Essas falas permitem-nos compreender que a representação de “fazer pesquisa” está ancorada não em um método científico formal, mas em uma forma de olhar o real – um olhar legitimado por uma presença um tanto quanto mais contínua e

marcada pelo envolvimento direto com a realidade rural. Aqui, entendemos ocorrer um processo de objetivação (Moscovici, 1978), em que a ideia abstrata de competência científica é transformada em algo concreto – a “visão prática” –, símbolo – ao que nos parece – de uma certa legitimidade extensionista.

Nessa perspectiva, por consequência, o extensionista é representado como um mediador privilegiado entre os agricultores e os pesquisadores, alguém capaz de traduzir as demandas do campo em perguntas de pesquisa, “pontecendo” o conhecimento formal com o saber empírico. Esse papel de mediação constitui o núcleo simbólico da representação: os extensionistas não apenas observam a realidade, mas a interpretam e a transformam em objeto de investigação. Verificamos ainda ancoragem na experiência cotidiana e objetivação da “visão prática” como diferencial epistemológico.

Conforme Jodelet (2001), tal dinâmica de mediação evidencia o modo como as representações sociais organizam o pensamento prático e orientam a ação, permitindo que um grupo social – neste caso, os extensionistas – produza sentido sobre sua função dentro da instituição. Assim, compreendemos que essa representação, centrada na proximidade e na praticidade, acontece tanto como uma fonte de reconhecimento, quanto como um mecanismo de distinção em relação aos pesquisadores, representados aqui como mais distantes do cotidiano rural.

Por fim, essa diferenciação simbólica não se restringe à descrição do cotidiano, mas expressa uma forma de autoafirmação profissional. Ao destacar que “muitas vezes o pesquisador não tem essa visão tão prática” (João), extensionistas são inseridos em uma fronteira simbólica que revaloriza a prática como fonte de saber legítimo.

Ademais, a fronteira em análise atua, na linguagem de Moscovici (2003), como um processo de “ancoragem competitiva”, em que grupos profissionais se posicionam uns diante dos outros no campo institucional da ciência. Dessa maneira, ao afirmar sua capacidade prática e seu lugar no território, verificamos não apenas a reivindicação de extensionistas a pesquisarem, mas também um reposicionamento do próprio sentido de “pesquisa agropecuária” – quer seja, de um domínio exclusivamente técnico-científico para um espaço também prático e cotidiano. Tal representação ancora-se, portanto, na identidade extensionista como sujeito legítimo para fazer pesquisa no Instituto.

No quadro 25, apresentamos uma síntese desta representação até agora discutida, assim como das outras representações sociais identificadas e analisadas nesta seção.

Quadro 25 – Síntese das representações sobre extensionistas na pesquisa

<b>Eixo</b>	<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>
Afirmção plena da possibilidade	Extensionistas podem sim realizar pesquisa, sustentado por exemplos e convicção.	“Sem dúvida, eu defendo que pode sim!” (Maria); “Com certeza” (João); “A gente tem inúmeras provas atualmente disso” (Marlene).
Argumento da proximidade prática	Extensionista tem maior acesso físico e simbólico às propriedades e visão prática dos problemas.	“(…) estamos no primeiro local de alcance do produtor” (Maria); “Nosso olhar é prático (….) pesquisador não tem essa visão tão prática” (João).
Argumento da competência acumulada	A condição de pesquisar está na competência e não no cargo; extensão legitimada pelo saber acumulado.	“(…) depende da competência mais acadêmica do que do cargo” (Ana); “(…) a gente tem muitos extensionistas com muito conhecimento” (Terezinha).
Possibilidade com ressalvas – perfil acadêmico	Pesquisa depende do perfil do extensionista, especialmente sua titulação (mestrado/doutorado).	“(…) vai no perfil de cada profissional” (José); “(…) deve ser estimulado a fazer mestrado, doutorado” (Vera).
Possibilidade com ressalvas – limitações institucionais	A pesquisa conflita com tempo e funções do cargo de extensionista.	“(…) não vejo ele com muito tempo para se dedicar a outra atividade” (Sebastião); “(…) não conseguimos atender todo mundo com o corpo técnico que tem” (Tereza).
Participação em pesquisa, mas não coordenação	Extensionistas podem integrar projetos de pesquisa, mas não liderá-los.	“(…) se inserir dentro de um projeto de pesquisa” (Sebastião); “(…) ajudar numa pesquisa é bom (….) puxar uma pesquisa, vejo com dificuldade” (Tereza).
Pesquisa aplicada e localizada	Extensão pode realizar pesquisa prática, municipalizada, voltada a demandas específicas.	“(…) pesquisa aplicada (….) que tem aplicação prática” (Terezinha); “(…) pesquisa com foco municipalizado” (Tereza).
Extensionista-pesquisador participativo	Pesquisa construída junto a agricultores e pesquisadores, de forma coletiva.	“(…) acredito muito nessa condição do extensionista-pesquisador, não só do pesquisador-extensionista” (Luzia).
Memória institucional	Extensão e pesquisa já foram um único cargo no Incaper.	“(…) deveria ser igual era no início, que deveria ser um cargo só” (Elza).

Fonte: elaboração própria, 2025.

A segunda linha argumentativa ancora-se na competência acumulada e no saber técnico-científico como fundamentos que legitimam o fazer pesquisa pelos extensionistas. Dentro dessa perspectiva, o que define a capacidade de pesquisar não é o cargo ou o vínculo institucional, mas o domínio do conhecimento. “(…) depende da competência mais acadêmica do que do cargo” (Ana); “(…) acho que tem condição

[de fazer pesquisa] sim, porque a gente tem muitos extensionistas aí com muito conhecimento” (Terezinha).

Esse argumento desloca o eixo de legitimação da pesquisa: em vez de uma autoridade formal, é o acúmulo de saber e experiência que define quem pode e deve realizar pesquisa. Na leitura de Moscovici (1978), trata-se de um processo de ancoragem meritocrática, no qual o grupo redefine as fronteiras simbólicas da competência científica. O saber técnico, anteriormente subordinado à hierarquia institucional, é reclassificado como critério legítimo para a atuação investigativa.

Observamos também que, nessa representação, há um movimento de ressignificação da identidade extensionista. A figura do extensionista deixa de ser exclusivamente prática e passa a incorporar traços do pesquisador, configurando o que poderíamos chamar de uma identidade híbrida – o “extensionista-pesquisador”.

Essa representação é sustentada pela ideia de que a competência é produto da trajetória formativa e da vivência de campo, e não apenas de credenciais formais. Assim, o fazer científico é apropriado e reinterpretado no universo das práticas extensionistas, conforme o que Jodelet (2001) descreve como “processos de apropriação simbólica”, pelos quais grupos transformam conceitos científicos em categorias de uso cotidiano. Nesse caso, a competência científica é objetivada como um critério válido para se fazer pesquisa, anterior ao cargo; com isso, identificamos certo tensionamento entre extensão e pesquisa, decorrente da ressignificação da identidade extensionista.

Outra representação, contudo, introduz ressalvas importantes quanto à possibilidade de o extensionista realizar pesquisa. As falas que seguem marcam um deslocamento discursivo: “Aí eu acho que vai no perfil de cada profissional, (...) colegas que estão na extensão e têm um título de doutor, de mestre” (José); “(...) tem que aproveitar o perfil de cada um, porque não adianta, como diz o ditado popular, não adianta ficar empurrando o jegue ladeira acima” (Manoel); “(...) pode fazer pesquisa sim, desde que realmente esteja preparado para isso. (...) sou favorável que o extensionista deve avançar no seu conhecimento, ou seja, deve ser estimulado a fazer mestrado, doutorado (...)” (Vera).

Tais falas articulam uma representação de que o fazer pesquisa está condicionado à formação acadêmica e ao perfil individual, e não apenas à vontade ou à experiência de campo. A pesquisa é vista aqui, portanto, como uma prática que

exige qualificação específica, domínio metodológico e um certo aprofundamento intelectual.

Quando relacionamos essa visão às informações sobre o grupo entrevistado – em que todos os treze extensionistas possuem algum tipo de pós-graduação (quatro especialistas, sete mestres, dois doutores<sup>63</sup>) –, percebemos que essa representação tem base empírica sólida.

Há, entre as extensionistas, uma clara valorização do capital educacional como marcador de competência, o que remete ao conceito de objetivação (Moscovici, 1978): os títulos acadêmicos – mestrado, doutorado – tornam-se objetos simbólicos que materializam a legitimidade para pesquisar. Essa objetivação transforma o diploma em signo de reconhecimento, convertendo a trajetória acadêmica em critério para transitar entre os campos da extensão e da pesquisa. Ao mesmo tempo, entendemos que tal representação reproduz um ideal de cientificidade ancorado na formação formal, o que acaba por tensionar a distinção entre o saber prático – valorizado na primeira representação discutida nesta seção – e o saber acadêmico/científico.

Ainda que a titulação e o perfil individual sejam vistos como facilitadores, surgem limitações estruturais e institucionais que restringem a prática da pesquisa pelos extensionistas. Os dados coletados nos apontam obstáculos relacionados à carga de trabalho, à gestão do tempo e às condições de infraestrutura: “O processo de pesquisa, ele exige muito trabalho, muita disponibilização de tempo, e, às vezes, o extensionista não vai ter tempo para isso” (Pedro). De forma ainda mais detalhada, por exemplo, Sebastião afirma:

“(...) quando o extensionista faz a proposta de pesquisa<sup>64</sup> e... Eu acho que ela conflita com a atividade de extensão rural. Eu acho que a atividade de extensão rural, se o extensionista se propor fazer extensão rural, eu não vejo ele com muito tempo para se dedicar a outra atividade. Se ele conseguisse, tem que ter uma capacidade de gerenciamento do tempo absurda. Seria salutar se ele conseguisse reservar 30% do seu tempo a essa pesquisa. Não acho que isso deve ser excludente, não. A minha preocupação é essa, desse envolvimento sobrepor a ação para a qual ele foi contratado, a ação finalística dele, de fato.”

---

<sup>63</sup> Mais detalhes no quadro 10.

<sup>64</sup> Por meio da Portaria nº 002-R, de 04 de fevereiro de 2020, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG/ES), criou-se o Banco de Projetos de Pesquisa com foco na avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da adoção de tecnologias e do acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. O texto estabelece que servidores efetivos da referida secretaria e seus órgãos subordinados (Ceasa-ES, Idaf, Iema e Incaper), com titulação mínima de mestre, podem coordenar projetos de pesquisa – inclusive extensionistas –, viabilizando sua atuação formal em atividades de investigação científica vinculadas Incaper.

Esses depoimentos evidenciam que o “fazer pesquisa” é compreendido/objetivado como uma atividade complementar, possível, mas subordinada à função principal da Ater. Entendemos que a representação do extensionista como pesquisador encontra, portanto, um limite imposto pelo próprio desenho institucional do Incaper e pelas diferentes atribuições entre os cargos.

Como destacam Schlottfeldt (1991) e Dias (2007), as instituições de extensão no Brasil historicamente reproduzem modelos administrativos rígidos, que dificultam a integração entre pesquisa e extensão, reforçando a divisão funcional dos cargos. Essa clivagem estrutural se traduz nas representações dos entrevistados, que internalizam o discurso da prioridade institucional, ao mesmo tempo em que buscam flexibilizá-lo pela via da competência e do engajamento pessoal.

Por fim, observamos que algumas falas associam as restrições à escassez de recursos humanos e financeiros, o que torna inviável a dedicação simultânea à pesquisa e à extensão.

“Não vejo impedimento, mas eu vejo que ele [extensionista] deveria ocupar a maior parte do tempo dele com extensão. Acaba que nós, Instituto, não conseguimos atender todo mundo com o corpo técnico que tem. Então, assim, a pesquisa é importante [o extensionista] fazer alguma coisa, mas acho que o foco que eu penso é a extensão” (Tereza).

Essa limitação é ampliada por considerações de gestão:

“Mas daí a gente recai, talvez, um pouco na questão da gestão institucional e do que se a gente tem de equipamento humano pra isso, tá? Quando a gente recai em algumas realidades, né, de escritório local, que a gente tem poucos técnicos. (...) A atribuição dele dentro do contexto estrutural da instituição é possível ou é prioritária, né, dentro daquele contexto que ele está atuando? (...) cabe muita análise de caso a caso, (...) tem que fazer uma análise bem gerencial, colocar na balança as condições que a gente tem de recursos humanos, daqueles municípios, daquele regional” (Marlene).

Essas falas nos revelam o peso das condições objetivas sobre o campo das representações. A pesquisa aparece como uma possibilidade legítima, mas condicionada – limitada pelo tempo, pelos recursos e pela estrutura administrativa. Na linguagem da TRS, inferimos que essa contradição evidencia um campo representacional polifásico, em que coexistem elementos de valorização e de limitação. A identidade extensionista é preservada como prioritária, enquanto a figura do pesquisador é incorporada apenas de modo parcial, subordinada às demandas e às carências institucionais.

Apesar das limitações destacadas, identificamos também representações que apontam caminhos possíveis de conciliar a extensão e a pesquisa de forma mais

integrada. Alguns entrevistados sugerem que o extensionista pode e deve participar de projetos de pesquisa, mas com papéis específicos, menos centrados na coordenação e mais voltados à colaboração. “(...) se inserir dentro de um projeto de pesquisa” (Sebastião); “(...) o extensionista ajudar numa pesquisa é bom. É outro que coordena. Aí ele se atualiza, isso aí é bom. Agora, ele puxar uma pesquisa, eu já vejo com um pouco mais de dificuldade” (Tereza).

Essas falas delineiam um modelo de cooperação interprofissional, em que o extensionista atua como elo operacional entre o pesquisador e o agricultor. Tal representação reforça o papel de mediação já identificado anteriormente, mas agora em um contexto colaborativo formalizado, que reconhece a divisão de competências sem romper a interdependência entre os atores.

“(...) você faz parte da equipe dele, mas no momento talvez você não tenha condição de conduzir um projeto de pesquisa, tá? (...) A sua função essencial é extensão rural, mas por outro lado, a gente não pode deixar de atender, você identificou uma necessidade de pesquisa, vamos então levar, né, para área da pesquisa, ver qual colega lá, pesquisador, pode encampar com você, junto nessa proposta aí, compõe com ele, né, a equipe, mas ele conduz projetos, sabe?” (Marlene).

Nesse caso, diagnosticamos uma representação social da pesquisa como (parcialmente) compartilhada, que não anula a centralidade da pesquisa, mas que incorpora o extensionista como sujeito participante na produção do conhecimento. Essa representação nos revela uma tentativa de romper com a hierarquia tradicional entre “quem pensa” e “quem executa”, sem, contudo, eliminar completamente a assimetria de funções. Interpretamos que o extensionista tem, portanto, uma função auxiliar, o que acaba ainda por reforçar a hierarquia funcional entre pesquisador e extensionista.

Em termos da TRS, percebemos aqui um processo de ressignificação simbólica, em que os significados atribuídos ao “fazer pesquisa” são de certa forma ajustados às condições concretas da instituição. O extensionista não é mais visto apenas como receptor de orientações, mas como participante – pelo menos parcialmente – e legítimo do processo investigativo.

Outra vertente complementar dessa representação associa a viabilidade da pesquisa à sua escala e aplicabilidade local. A pesquisa realizada por extensionistas é representada como algo que deve ser prático, localmente situado e voltado à resolução de problemas imediatos. “(...) pesquisa aplicada, que é aquela que você realmente vê a necessidade na ponta e tem uma aplicação prática” (Terezinha). Essa

perspectiva reafirma o valor do conhecimento empírico e resgata a função extensionista como ponte entre a ciência e a vida cotidiana. Tereza nos reforça essa ideia ao afirmar:

“(...) se eu me ver no escritório local hoje, com a demanda que tem um escritório local, o nosso papel de desenvolvedor daquele município talvez tenha que ser uma pesquisa com foco um pouco diferente daquilo que a gente faz na universidade. Talvez a pesquisa aplicada com alguma coisa mais municipalizada.”

Assim, apontamos que a pesquisa deixa de ser vista como produção abstrata e torna-se uma ferramenta de intervenção localizada, integrando-se – em tese – organicamente à prática da extensão. Aqui verificamos um tensionamento entre essa representação – que ancora o extensionista como pesquisador a uma pesquisa aplicada, localizada – com a representação de que a pesquisa do Incaper feita por pesquisadores é justamente a pesquisa aplicada, não a pesquisa básica (seção 3.2). Em ambas as representações, todavia, verificamos uma legitimação da pesquisa quando localizada e aplicada; além de uma articulação entre extensão e ciência e pesquisa e ciência voltadas à resolução de problemas concretos e localmente situados.

Identificamos ainda representações que reconhecem a importância dos projetos de pesquisa como instrumentos de fortalecimento institucional. Esses projetos são vistos pela Rosa como fontes alternativas de recursos e de autonomia para os escritórios locais. “(...) não tem diária, não tem combustível, não tem isso, não tem aquilo, estou sozinho no escritório, não tem bolsista, isso às vezes é contornado por um projeto”.

Aqui, a pesquisa é objetivada como meio de superação das carências estruturais, não apenas como prática científica. Dito isso, essa dimensão pragmática confere à pesquisa um sentido estratégico, articulado à sobrevivência institucional e à capacidade de execução das ações de Ater. Ao mesmo tempo, nos denota uma internalização das lógicas gerenciais, em que a participação em projetos se converte em recurso/demandas político-administrativas. O caso relatado pelo autor desta tese como de coordenador de projeto de pesquisa, reafirma tal representação.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> A submissão e aprovação do projeto de pesquisa em que fui coordenador veio ao encontro da representação descrita no parágrafo em questão, tivemos recursos para aquisição de mais e de melhores equipamentos para o a realização do projeto, além de uma maior liberdade financeira para pensar ações (capacitações, organização e participações de/em eventos) também com foco maior na pesquisa, mas que acabavam contribuindo com a atividades de Ater.

Por outro lado, encontramos uma representação que se distancia dos limites institucionais e propõe uma visão participativa e dialógica da pesquisa, que deve envolver extensionistas e agricultores no mesmo processo de construção do conhecimento.

“(...) quando você [extensionista] leva, ou você participa de um processo de pesquisa e oportuniza esse agricultor também a fazer parte dessa construção, eu acho que o resultado é muito melhor. Acredito muito nessa condição do extensionista-pesquisador, não só do pesquisador-extensionista” (Luzia).

Essa fala da entrevistada Luzia inaugura uma inflexão epistemológica importante: o conhecimento deixa de ser transferido e passa a ser construído. Trata-se de uma ancoragem próxima à concepção freireana de extensão, em que a aprendizagem é dialógica e horizontal (Freire, 1983). Nessa representação, o extensionista-pesquisador emerge como sujeito político e pedagógico, que aprende com o agricultor e o reconhece como parceiro epistêmico. Portanto, esse deslocamento rompe com a lógica difusionista e aproxima-se de concepções participativas do fazer pesquisa (Dereti, 2009; Diesel, Dias e Neumann, 2022).

Por fim, identificamos uma representação ancorada na memória institucional do Incaper. Advinda da fala da entrevistada Elza – que recupera o período em que pesquisa e extensão eram desempenhadas sob o mesmo cargo. “(...) não dá para viver separado. Eu acho que, na verdade, deveria ser igual era no início, que deveria ser um cargo só, (...) deveria haver essa interligação entre todos” (Elza).

Essa evocação do passado funciona, segundo a TRS, como um processo de ancoragem histórica, que busca restaurar uma identidade institucional perdida e, por consequência, o antigo cargo de “Agente de Desenvolvimento Rural” do Incaper simboliza um tempo – na visão saudosista da Elza – em que as fronteiras entre pesquisa e extensão eram mais fluidas e interdependentes.

Ao rememorar essa época, a entrevistada expressa um desejo de reintegração entre os campos, reinterpretando a separação atual como uma ruptura. Essa representação histórica reafirma o sentido de totalidade da Ater e da pesquisa, uma união entre o fazer técnico e o fazer científico em torno de um mesmo propósito institucional.

### *Considerações de síntese*

Sintetizamos que as representações sociais sobre a possibilidade de o extensionista realizar pesquisa no Incaper se distribuem em diferentes universos de sentido.

De um lado, emergem representações que ancoram essa possibilidade na proximidade prática com os agricultores e na competência acumulada, objetivando a identidade extensionista como legitimamente apta à pesquisa. De outro, surgem ressalvas que vinculam essa prática ao perfil acadêmico e às limitações institucionais, preservando a centralidade da Ater e restringindo a pesquisa a escopos aplicados ou funções auxiliares em projetos.

Ainda assim, destacam-se representações inovadoras que legitimam a figura do extensionista-pesquisador, em articulação com agricultores e pesquisadores, bem como a memória de um cargo unificado no Incaper, que reforça uma identidade híbrida. Esses movimentos revelam o dinamismo das representações sociais: ao mesmo tempo em que estabilizam fronteiras entre extensão e pesquisa, também abrem brechas para ressignificações, tensionando uma conformação hierárquica e vertical, em nossa amostra, de certa forma ainda dominante.

A identidade híbrida de extensionista-pesquisador, ainda que não hegemônica, pode revelar um imaginário em disputa sobre a divisão de papéis no Instituto. Nesse mesmo contexto, cabe perguntar: e os pesquisadores, têm condições de fazer extensão no Incaper? Essa questão, a partir da qual acreditamos surgirem novas representações, ancoragens e objetificações, é o foco de nossa análise na seção que se segue.

### **3.6. Pesquisadores na extensão: aproximações, resistências e hibridizações de papéis**

Começamos esta análise a partir da resposta dada pela Elza à pergunta “pesquisador tem condições de fazer extensão?”. Sua fala nos oferece um ponto de partida relevante:

“Eu acho que tem. A gente tem alguns pesquisadores que fazem [extensão], que eles vão, (...) isso deveria acontecer com mais frequência. Isso deveria ser uma coisa oficial. E não que o pesquisador resolveu ir lá fazer. Deveria ser uma coisa... Não sei, talvez uma vez por semana, uma vez por mês, não sei quanto. Ele deveria ter algum momento de extensão rural, de vivência ali na região”.

Essa declaração abre espaço para discutirmos o modo como os entrevistados percebem o lugar do pesquisador dentro das práticas extensionistas, bem como as condições simbólicas e institucionais que sustentam essa possibilidade.

Assim como a Elza defende que o extensionista deve realizar pesquisa, ela também sustenta que o pesquisador deve participar da extensão, sugerindo que essa vivência contribui para ampliar o olhar sob os profissionais da pesquisa.

Em sua visão, o contato direto com os agricultores gera aprendizados que transcendem o espaço experimental, permitindo uma leitura mais complexa da realidade rural: “Até para eles entenderem as dificuldades dos agricultores. Essa representação ancora-se em uma noção de complementaridade e reciprocidade entre saberes, podendo aproximar-se das concepções freireanas de diálogo entre o conhecimento técnico e o saber popular.

A partir dessa leitura, compreendemos que tal representação se estrutura simbolicamente na experiência de campo compartilhada. No plano das ancoragens, há uma valorização da vivência e da empatia como princípios fundantes da ação extensionista. Já nas objetificações, a figura do pesquisador “em campo” é transformada em imagem concreta de integração e aprendizado mútuo. Assim, a representação propõe uma redefinição simbólica da prática institucional do Incaper, na qual a pesquisa e a extensão aparecem como dimensões complementares de um mesmo processo mais construtivo do conhecimento.

Entretanto, nem todos os entrevistados compartilham desse entendimento, há expressões com visões mais críticas e céticas. “É muito complicado” (Sebastião) e “Eu acho mais difícil, um pouco mais complicado” (Terezinha), são respostas que sinalizam resistência à ideia de o pesquisador atuar na Ater. A justificativa recai sobre a ausência de “vivência prática com o produtor” e sobre dificuldades de comunicação.

Sebastião, por exemplo, observa: “(...) o pesquisador tem lá a sua proposta de trabalho, mas a forma como isso deve ser comunicada ao agricultor, como deve chegar ao agricultor? Eu fico preocupado dela vir de uma forma muito impositiva. Eu acho que eles não têm essa sensibilidade de diálogo”. Esse ponto de vista reforça a percepção de que a comunicação é um eixo distintivo entre as duas categorias profissionais.

José aprofunda essa distinção ao afirmar que muitos pesquisadores “não têm essa vivência de estar ali com o produtor, o jeito dele, que ele entende as coisas”. Tal fala evidencia uma hierarquia simbólica do conhecimento, em que o pesquisador é

representado como detentor do saber técnico, porém com uma forma dialogar distante àquela dos agricultores.

Sobre a comunicação em processos de extensão, Freire (1983) sustenta que os sujeitos devem se expressar por meio de um mesmo sistema de signos linguísticos, ou seja, “(...) a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito” (Freire, 1983, s. p.). Independentemente dos atores – se pesquisadores ou extensionistas – em diálogo com agricultores, tais argumentos freireianos reforçam o quão desafiador é o processo de extensão e, por sua vez, os processos de comunicação entre o sujeito-extensionista ou sujeito-pesquisador – de formações científico-tecnológicas – e o sujeito agricultor – de formação popular-prática. Nas opiniões aqui capitadas, o quadro significativo de extensionistas tem mais pontos comuns àquele dos agricultores, quando comparado ao quadro significativo de pesquisadores.

Nesse contexto, a ancoragem ocorre na comparação com o trabalho do extensionista, percebido como aquele que “baixa até o nível do produtor”, enquanto a objetificação se dá na imagem do pesquisador isolado em seu universo científico. Essa dualidade ecoa os modelos difusionistas tradicionais, discutidos por Dereti (2009) e Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017), em que a comunicação é unidirecional e o conhecimento científico ocupa o topo de uma pirâmide simbólica.

A representação hegemônica desta seção, contudo, é a de que o pesquisador pode sim fazer extensão – ainda que com ressalvas. Essa posição, majoritária entre os entrevistados, reconhece a potencialidade do pesquisador atuar na Ater, desde que esteja disposto a aprender e adaptar-se ao contexto. Aqui, a TRS nos ajuda a compreender como os elementos centrais da representação – a vivência, o perfil relacional e a linguagem – se articulam como clivagens que diferenciam o “poder fazer” do “saber fazer” extensão.

A primeira ressalva apontada é a necessidade de formação e prática. “Porque ninguém nasce sabendo ser extensionista. Ele [pesquisador] tem que ter a vivência. E a vivência só tem com a prática. Eu acho que extensão se aprende” (Ana). Essa fala reflete a noção de que a extensão rural é um processo formativo contínuo, aprendido no cotidiano e não apenas na academia. Os entrevistados reforçam que a maioria aprendeu “na marra”, ou seja, pela prática empírica, sem capacitação institucional estruturada. “Quando eu entrei, não tive formação. Já entrei trabalhando

(...). De uma forma bem aleatória. Não teve um programa de formação” (Elza)<sup>66</sup>. Essa ausência de formação formal, em nosso entendimento, reflete uma lacuna institucional e, ao mesmo tempo, legitima a prática como espaço de aprendizado.

A segunda ressalva refere-se ao perfil do extensionista. O trabalho extensionista exige “correlação com o agricultor” e “intimidade” nas relações (Luzia). A falta dessa sensibilidade é o que diferencia o pesquisador, cuja postura é percebida como “fria” e distante. Essa representação, portanto, ancora-se no vínculo interpessoal como requisito para a prática extensionista, e objetiva o pesquisador como sujeito tecnicista, incapaz de criar laços afetivos e comunicacionais com os agricultores.

Um terceiro grupo de falas ainda reforça que a dificuldade não está no conteúdo do conhecimento científico, mas em sua tradução. “Falar com o produtor exige a gente se postar diferente, de forma mais simples” (João). “O pesquisador chega no campo querendo explicar piolho em cobra (...) tem que falar de forma mais objetiva” (Tereza). A comunicação surge, portanto, como elemento estruturante da representação, em que o pesquisador é visto como quem domina o conteúdo, mas não a linguagem apropriada para o diálogo com o público beneficiário do Incaper. Essa clivagem revela novamente uma matriz difusionista, na qual o extensionista ocupa o papel de tradutor entre o saber técnico e o saber popular.

As falas seguintes reforçam essa distinção: “Comunicação é falar e ser compreendido (...) Se eu falar tudo certo e ele não estiver entendendo, não adiantou” (João). Essa percepção demonstra que a representação social do fazer extensionista está fortemente associada à capacidade de comunicação eficaz, entendida aqui como competência relacional. Nas categorias de Moscovici (1978), poderíamos dizer que o sentido da “extensão” é objetivado no ato comunicativo e ancorado na prática cotidiana de interação com os agricultores.

Um quarto conjunto de elementos refere-se à integração metodológica entre pesquisa e extensão. Nele, identificamos que o pesquisador pode realizar atividades extensionistas “quando ele faz um dia de campo, uma demonstração de método” (Pedro). Ainda assim, afirmam que “não deve ser isso o foco principal do pesquisador, o foco dele é a pesquisa” (Rosa). Essa representação traduz a tentativa de delimitar

---

<sup>66</sup> Mais detalhes nos quadros 19 e 21.

fronteiras funcionais, preservando a identidade de cada campo. Para Diesel, Dias e Neumann (2022), essa distinção é histórica e reflete a estrutura institucional brasileira, que sempre separou quem “produz o conhecimento” de quem o “difunde”.

Há também um contraponto: a representação de que o pesquisador teria maior aptidão para prestar assistência técnica, mas não para realizar extensão propriamente dita. “O colega da pesquisa talvez tenha mais condição de prestar assistência técnica (...) A extensão rural, talvez, eu já não tenho certeza” (Marlene). Essa distinção conceitual reafirma a representação de uma extensão mais ampla, voltada a processos coletivos, sociais e educativos – ancorada exclusivamente a ações extensionistas, em contraposição à assistência técnica pontual e instrumental – podendo estar atrelada, no caso, também a ações desenvolvidas por pesquisadores.

Além do mais, essa variante representativa encontra-se intimamente ligada à representação de uma extensão rural englobante da assistência técnica e exigente em “(...) uma rotina de proximidade, continuidade ali de atendimento ou de vivência, né, com o agricultor” (Marlene). Dito isso, de qualquer forma, o pesquisador atuará na assistência técnica, mas desde que “(...) em parceria com os colegas que estão nos escritórios locais” (Marlene).

Portanto, é importante que o pesquisador se aproxime do “produtor” por meio de parcerias e atividades conjuntas com os escritórios locais. “Quanto mais ele estiver perto do produtor, mais ele pode mudar o tipo de solução que ele está pensando” (Geraldo). Esse tipo de fala ancora-se em uma ideia de aprendizagem mútua e objetiva-se na imagem do pesquisador presente no campo, experimentando e observando diretamente a realidade em questão, o que pode enriquecer sua própria prática investigativa.

Por fim, identificamos representações que apontam para formas de integração institucional mais equilibradas. Algumas sugerem que o pesquisador inclua atividades de caráter extensionista em seus projetos de pesquisa: “Talvez uma forma de aproximar seria o pesquisador, no projeto de pesquisa dele, ter uma ação aplicada no dia de campo” (Tereza). Outras defendem coordenações conjuntas de projetos de Ater, nas quais extensionistas e pesquisadores atuem em parceria (Paulo).

Nessas falas, a TRS se manifesta pela reconfiguração simbólica da cooperação, em que o trabalho coletivo é objetivado em imagens concretas de “projetos compartilhados” e “duas cabeças que pensam melhor que uma” (Vera). Tais representações nos revelam uma visão integrada de produção de conhecimento, em

que pesquisa e Ater se articulam por meio de práticas colaborativas. A aproximação entre extensionistas e pesquisadores aparece como uma estratégia tanto epistemológica quanto política, capaz de fortalecer a missão pública<sup>67</sup> do Incaper e de revalorizar o caráter social da ciência.

Todavia, cabe a ressalva de que, no conteúdo de falas analisado, não podemos afirmar se tais práticas, na visão dos entrevistados, também podem englobar agricultores. Admitimos que questionamentos a respeito dessa perspectiva não foram englobados em nosso roteiro de entrevistas e, oportunamente, indicamos a necessidade de tais indagações em trabalhos futuros no âmbito desta temática.

No quadro 26, apresentamos uma síntese das representações sociais identificadas e analisadas nesta seção.

Quadro 26 – Síntese das representações sobre pesquisadores na extensão

<b>Eixo</b>	<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>	<b>Elementos analíticos</b>
Integração plena entre pesquisa e extensão	Pesquisador deve vivenciar o campo e participar da extensão regularmente.	“Ele deveria ter algum momento de vivência na região” (Elza).	Representação que unifica pesquisa e extensão como práticas indissociáveis; ancoragem na vivência e no diálogo com agricultores.
Ceticismo quanto à atuação extensionista	Pesquisador carece de vivência e sensibilidade comunicacional.	“Eles não têm essa sensibilidade de diálogo” (Sebastião); “Não têm essa vivência com o produtor” (José).	Representação difusionista; objetificação do pesquisador como distante e hierarquicamente superior.
Aprendizado pela prática	Extensão se aprende com a vivência e não com formação formal.	“Extensão se aprende” (Ana); “Aprendi na marra” (José).	Representação ancorada na experiência empírica; ausência de formação formal reforça o saber da prática.
Perfil extensionista	Êxito na extensão depende da empatia e da “intimidade” com o agricultor.	“Ter essa correlação com o produtor” (Luzia).	Extensão vista como prática de vínculo; objetificação do pesquisador como “frio” e distante.
Comunicação acessível	Pesquisador precisa adaptar sua linguagem para falar com agricultores.	“Tem que falar de forma mais simples” (João); “Com didática boa” (Tereza).	Extensão ancorada na tradução do saber técnico; reforço da hierarquia de conhecimentos.
Limites funcionais	Pesquisador pode fazer extensão, mas o foco deve continuar sendo a pesquisa.	“O foco dele é a pesquisa” (Pedro).	Representação de fronteiras profissionais; preservação das identidades institucionais.

<sup>67</sup> Vale lembrar que no texto oficial de sua missão, o Incaper prevê “promover soluções (...) por meio de ações integradas e pesquisa e Ater (...)” (Incaper, 2023b, n.p.).

Assistência técnica pontual	Pesquisador pode realizar assistência técnica, não extensão contínua.	“Pode prestar assistência técnica, mas não extensão rural” (Marlene).	Extensão vista como processo mais amplo; pesquisa limitada a ações pontuais.
Integração colaborativa	Pesquisador e extensionista podem atuar juntos em projetos de Ater.	“Duas cabeças pensam melhor que uma” (Vera).	Representação de cooperação intersetorial; pesquisa e extensão como práticas complementares.

Fonte: elaboração própria, 2025.

### *Considerações de síntese*

As falas analisadas evidenciam uma pluralidade de representações sociais acerca da possibilidade de pesquisadores realizarem extensão no Incaper. Se, de um lado, identificamos vozes que defendem a integração entre extensão e pesquisa como práticas indissociáveis, legitimando a vivência do pesquisador junto aos agricultores como forma de aproximar teoria, técnica e prática, de outro, surgem ressalvas que problematizam a ausência de experiência de campo, de perfil relacional e da capacidade comunicativa desses profissionais.

Essas clivagens estruturam representações que ancoram o trabalho extensionista na vivência prática e no diálogo direto com os agricultores, enquanto objetificam o pesquisador como distante, técnico e muitas vezes limitado na comunicação. Ainda assim, nos é evidente a prevalência da representação hegemônica de que pesquisadores podem sim atuar na extensão, desde que haja preparo, integração com extensionistas e adequação às dinâmicas locais, seja por meio de dias de campo, assistência técnica pontual ou projetos conjuntos.

O imaginário coletivo revela tanto tensões quanto possibilidades de complementaridade entre as duas funções, antecipando o debate sobre a própria organização institucional do Incaper e os impactos de uma integração mais orgânica entre Ater e pesquisa.

Em suma, concluímos que as representações analisadas nesta seção estabilizam uma hierarquia simbólica entre extensionistas e pesquisadores. Mas, por outro lado, abrem brechas para ressignificações que reforçam uma possível complementaridade entre os dois cargos incaperianos, a qual pode vir a mudar inclusive a conformação mais vertical e histórica desses serviços.

#### **4. DA DIFUSÃO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: RESSIGNIFICAÇÕES, TENSÕES E PRÁTICAS EMERGENTES**

Este capítulo tem como objetivo analisar as representações sociais de nosso grupo entrevistados acerca dos processos de difusão e transferência de tecnologia, tais como se configuram nas práticas de pesquisa e de Ater, articulando os discursos empíricos com as formulações teóricas que sustentam essas categorias.

Ancorados na TRS, buscamos compreender como os sentidos atribuídos pelos entrevistados a essas práticas técnico-científicas expressam diferentes modos de conceber o papel institucional da extensão e da pesquisa agropecuária, evidenciando permanências, tensões e deslocamentos entre paradigmas difusionistas e participativos. Ao longo do capítulo, procuramos mostrar de que maneira essas representações não apenas descrevem práticas, mas orientam, justificam e estabilizam modos de agir, contribuindo para a manutenção ou para a transformação de rotinas institucionais.

Na primeira seção, discutimos as concepções presentes nas falas dos entrevistados a respeito das expressões “difusão” e “transferência de tecnologia”, explorando suas origens teóricas, seus usos institucionais e seus desdobramentos no cotidiano da instituição. A análise evidencia que, embora alguns entrevistados proponham diferenciações conceituais entre os termos, persiste um núcleo representacional fortemente ancorado no paradigma difusionista, que associa a ação extensionista à comunicação unidirecional de conhecimentos e à objetificação do extensionista como “ponte” entre pesquisa e agricultor.

Apoiados em autores como Dereti (2009), Castro (2005) e Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012), discutimos como a difusão é frequentemente objetivada em práticas como visitas, demonstrações de método, dias de campo e treinamentos, enquanto a transferência tende a ser representada como processo de adoção da tecnologia pelo agricultor, ainda com ênfase limitada na autonomia dos sujeitos. Ao mesmo tempo, mostramos que o material empírico deixa entrever nuances e ressignificações que anunciam formas emergentes de mediação, diálogo e coprodução de soluções.

Na segunda seção, voltamo-nos às representações sobre a pesquisa, examinando as possibilidades de superação da lógica difusionista no campo da pesquisa agropecuária. Destacamos a emergência de significados que associam a

transferência de tecnologia à pesquisa-ação, à construção coletiva do conhecimento e a práticas mais dialógicas e localmente situadas.

A partir de autores como Dereti (2009), Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017) e Diesel, Dias e Neumann (2022), mostramos como o conceito de transferência se desloca da ideia de “entrega” de resultados científicos para uma perspectiva mais voltada ao construtivismo<sup>68</sup>, incorporando dimensões educativas, sociais, participativas e locais.

As entrevistas analisadas nos revelam tanto extensionistas que reivindicam participar da formulação e da condução da pesquisa, quanto agricultores que passam a ser reconhecidos como sujeitos ativos do processo. Sob a ótica da TRS, interpretamos esse movimento como um processo de reancoragem do conceito de pesquisa, que deixa de se referir exclusivamente ao laboratório e passa a se objetivar em ações locais, por meio de diagnósticos, validações e experimentações participativas.

Na terceira seção, examinamos as representações sociais sobre a Ater, com foco nas imagens que a aproximam de um processo educativo, contínuo e coletivo, em sintonia com os princípios da Pnater. Identificamos a coexistência de dois universos simbólicos: de um lado, uma matriz ainda marcada pelo paradigma difusionista e pela centralidade do extensionista como transmissor de pacotes tecnológicos; de outro, um universo construtivista, no qual a Ater é compreendida como processo social, interinstitucional e localmente enraizado, orientado à formação, à autonomia e à participação dos sujeitos.

Dialogando com Souza (1995), Mendes (2015) e Marques (2023), revisitamos as escolas Difusionista, Sistêmica e Participativa, analisando como suas influências se atualizam no imaginário institucional do Incaper. A leitura pela TRS permite compreender essa passagem como um processo de transformação simbólica em

---

<sup>68</sup> Entendemos o construtivismo com base em Coelho (2014, p. 101-102), a partir de “uma tradição epistemológica sobre o conhecimento a qual concebe o ato de conhecer como um processo em construção. (...) entende-se que a aprendizagem se dá pela atividade, pela ação do ser humano em sua interação com outros e com o ambiente. Nesse processo não ocorre apenas assimilação de novos conhecimentos, mas transformação dos conhecimentos já incorporados pela prática, que implica constante alteração nos esquemas de pensamento, habilidades, significados ou até valores. (...) em processos sociais de interação educativa entre adultos, a ação do aprendiz diante da ação desafiadora posta pelo educador viabiliza a (re)construção ou apropriação dos saberes, tanto pelo educando, quanto pelo educador. Essa concepção de aprendizagem motiva o questionamento dos métodos e técnicas de trabalho presentes nas práticas de orientação técnica no espaço agrário”.

curso, no qual o extensionista deixa de ser o único mediador do desenvolvimento para tornar-se parte de um sistema dinâmico de interações e aprendizagens mútuas.

Na quarta seção, analisamos as representações sociais sobre o êxito e o insucesso da transferência de tecnologia, tomando-os não como polos opostos, mas como dimensões complementares de um mesmo processo simbólico. A partir das falas dos entrevistados, identificamos que o sucesso da TT é ancorado em categorias como confiança, aplicabilidade e adequação das tecnologias ao contexto local, presença dos servidores nesse contexto e continuidade do acompanhamento.

O insucesso, por sua vez, é representado por meio de imagens de distanciamento entre laboratório e roça, falta de diálogo interno na instituição, fragmentação entre pesquisa e Ater, barreiras culturais e limitações estruturais. À luz da TRS, mostramos como êxito e fracasso se organizam em torno das mesmas categorias centrais – vínculo, comunicação, sentido e legitimidade –, variando conforme esses elementos se realizam ou se rompem na prática. Também evidenciamos representações emergentes que vinculam o êxito a processos participativos de construção de conhecimento, indicando deslocamentos simbólicos em direção a uma TT concebida como processo educativo e coletivo.

Por fim, na quinta seção, discutimos as representações sociais em torno do próprio termo “transferência de tecnologia”, explorando sentidos, tensões e deslocamentos representacionais associados à sua eventual substituição ou ressignificação.

Com base nas entrevistas, identificamos três tendências principais: i) críticas ao termo “transferência”, por ser percebido como hierárquico, autoritário e pouco compatível com práticas participativas; ii) defesa de sua permanência, em virtude de sua força institucional, comunicacional e identitária; e iii) proposição de novos vocábulos – como “construção de conhecimento”, “compartilhamento de saberes” e “mediação tecnológica” – que buscam traduzir práticas mais horizontais e dialógicas.

À luz da TRS, interpretamos essa dinâmica como um processo de tensão entre um núcleo central ainda difusionista, no qual o termo TT se mantém como categoria nativa e símbolo organizacional, e zonas periféricas inovadoras, nas quais se ensaiam novas formas de nomear e praticar a relação entre ciência, tecnologia e territórios. Ao final, sugerimos que mais do que uma disputa terminológica, trata-se de um indício de mudança paradigmática: a passagem gradual de uma lógica de comunicação vertical

para uma lógica de mediação social do conhecimento, na qual “transferir” tende a significar mediar, negociar e construir sentidos compartilhados.

#### **4.1. Difusão e transferência de tecnologia nas representações sociais: permanências e deslocamentos de sentido**

Em um contexto variado de interpretações sobre a relação conceitual entre difusão de tecnologia e transferência de tecnologia, trazemos aqui algumas de suas interpretações teóricas. De início, sobre a relação desses dois conceitos entre si, Dereti (2009, p. 32) nos elucida que:

A denominação “Transferência de Tecnologia” é uma apropriação conceitual de outros setores que dependem de inovação ou cujo produto é a inovação “per se”, caso da indústria de tecnologia da informação. O conceito de “Difusão de Tecnologia”, por sua vez, está profundamente vinculado à criação e ao desenvolvimento da extensão rural no Brasil. A substituição do termo, porém, não é casual e deve-se às mudanças ocorridas na dinâmica interna do setor primário e em suas relações com outros setores da economia. Esta nova dinâmica sugere em sua complexidade que o processo de introdução das tecnologias incorpore práticas distintas daquelas adotadas na difusão de tecnologia, que é complementar e está contida no processo de transferência; jamais será sinônimo.

Castro (2005), analisando a principal empresa pública brasileira de pesquisa agropecuária, a Embrapa, destaca que sua operacionalização do conceito de difusão de tecnologia se restringe a um processo de comunicação, de mão única; o que aproxima-se de forma relevante do paradigma difusionista Rogeriano. Em mais detalhes, trata-se da:

(...) “comunicação” para os diferentes “públicos-alvos” de determinadas novidades tecnológicas, e pelos canais mais adequados, possíveis, de comunicação. É uma atividade que tem como principal objetivo informar que existem novidades tecnológicas que podem contribuir com o aumento da eficiência e/ou eficácia dos meios de produção que estão sendo utilizados pelos agricultores naquele momento. Dentre os canais de comunicação mais utilizados (...), voltados diretamente para os produtores rurais, pode-se citar os dias de campo, as divulgações pelo rádio e televisão, transmissões via satélite, videoconferências, Internet, publicações informativas em linguagem apropriada aos produtores, feiras, treinamentos, etc. (Castro, 2005, p. 69).

Na perspectiva da TRS, esse modelo de difusão de tecnologia, que se ancora na objetificação do extensionista como difusor e do agricultor como receptor passivo, corresponde ao núcleo central de uma representação difusionista da Ater. Encontramos, por exemplo, nas falas do Pedro elementos correlatos a esse imaginário social, evidenciando a ancoragem desse discurso técnico-científico em práticas

cotidianas: “(...) difundir, por exemplo, eu vou difundir a poda. Eu vou ali, vou dar palestra sobre poda, vou fazer uma entrevista sobre poda. Eu estou difundindo”.

Nesse caso, a ação extensionista é reduzida ao ato de comunicar seguindo um fluxo de informação unidirecional, tornando-se expressão clara de um sistema representacional em que o conhecimento circula em via única, reforçando o paradigma difusionista no universo simbólico em análise.

Para Peixoto (2017) e Rivera *et al.* (2001), o modelo de extensão verticalizada e uniforme – chamado pelos referidos autores como tradicional e característico da extensão pública em geral – padece da ampla constatação de que está muito distante das exigências dos agricultores do tempo atual; inclusive, em muitas situações, tornou-se irrelevante e foi superado pela atuação de ONG’s e pela extensão comercial privada.

Sobre esse universo representacional pautado no paradigma difusionista, ao analisarmos as falas de outros entrevistados, inferimos que algumas delas ancoram a transferência de tecnologia em um lugar parecido ao analisado aqui em relação à difusão. Ou seja, sem uma diferenciação mais evidente entre as duas expressões. Transferência de tecnologia “(...) é tirar da prateleira, como a gente dizia lá na universidade, tirar da prateleira, pegar aquilo que já foi gerado e levar para quem precisa. É o nosso papel de ponte” (Tereza). Na mesma direção, Manoel reforça a ideia de transferência como fluxo contínuo e de via única:

“(...) você faz [transferência de tecnologia] nesse sentido o tempo todo, quando você vai lá nessas visitas, você está transferindo essa tecnologia que você conhece ou que você domina, ou que você tem alguém para indicar que domine, e você tem a transferência de tecnologia oficializada, de forma organizada, de forma que você coloque esses pensamentos, ou o que foi testado, o que você tem, de forma organizada, ou numa matéria, ou numa reportagem, ou num livro, ou num artigo”.

Sob o olhar da TRS, essas falas evidenciam a ancoragem da transferência de tecnologia em esquemas representacionais herdados da difusão, operando pela naturalização – por exemplo – da metáfora da “ponte”. Nesse processo, mudam-se os termos – de difusão para transferência –, mas os agricultores permanecem como destinatários finais de um conhecimento previamente consolidado pela pesquisa, reafirmando a centralidade do paradigma difusionista no imaginário social analisado.

Admitir, entretanto, a sinonímia entre difusão e transferência de tecnologia – conforme aponta o trabalho de campo de Dereti (2009) junto à Embrapa – pode nos

conduzir a uma séria distorção, pois segundo o autor possuem natureza distinta, mesmo que ainda sejam complementares.

Enquanto a difusão desloca-se em direção a um simples processo de comunicação, isto é, de informação; a transferência de tecnologia assume um lugar mais além, estruturando-se como um processo em que a ciência e a tecnologia difundem-se pela atividade humana. Todavia, ela só se materializa, de fato, quando inserida em um contexto em que determinado conhecimento racional e sistemático, que é desenvolvido por algum grupo ou instituição, passa a ser incluído por outras instituições ou grupos, efetivamente, em uma forma específica de fazer coisas (Castro, 2005; Rocha, Machado, De Oliveira Filho, 2012). Portanto, a “(...) ideia de transferir amplia o escopo da difusão” (Dereti, 2009, p. 33).

O complemento da fala do Pedro em relação ao que entende por transferência de tecnologia demarca muito bem tal distinção conceitual:

A gente tem que tomar muito cuidado para não confundir com a difusão. (...) A transferência é eu fazer com que o agricultor realmente adote aquela tecnologia. (...) Então, por exemplo, quando estou fazendo uma demonstração de método, ali eu entendo que estou transferindo a tecnologia. Onde eu estou levando o agricultor lá para o campo, eu vou mostrar ele como fazer, por exemplo, uma poda programada de ciclo ali na prática. Eu vou colocar o agricultor para ele poder fazer. Eu vou fazer, depois ele vai fazer, ele vai mostrar que aprendeu a fazer. Aí eu acredito que estou fazendo o processo de transferência de tecnologia.

A difusão de tecnologia aqui, portanto, é representada como processo de comunicação e circulação de informações “(...) então você tem esse processo também que não é bem transferência, é mais a comunicação” (Paulo), a transferência, por sua vez, é ancorada em práticas extensionistas concretas, objetivando-se no “aprender fazendo” e na adoção efetiva da tecnologia pelo agricultor.

Essa diferenciação cumpre funções de orientação, por exemplo, quando o extensionista orienta determinada implantação de tecnologia; de justificação, ao reforçar a centralidade de seu papel como transmissor; e identitária, ao marcar sua atuação como mediador ativo no processo. Assim, a transferência é socialmente representada como um processo que só se concretiza quando a tecnologia é incorporada a determinada prática agrícola pelo agricultor.

Expandindo sua significação, trazemos um elemento econômico à transferência de tecnologia. Coelho (2014) elucida que em tempos modernos o termo tecnologia apresenta-se intimamente ligado às ideias da indústria, propriedade

privada e lucro. Para além, Castro (2005) interpretando Sabato (1978), diz que tal termo não se trata somente de:

(...) um conjunto de atividades fundamentalmente educativas pela transmissão de conhecimento, da ciência básica à aplicada, de uma disciplina a outra, e a difusão generalizada do conhecimento científico e técnico, como também por um conjunto de atividades fundamentalmente econômicas através da utilização precisa de uma determinada tecnologia pela estrutura produtiva na produção e na comercialização de bens ou serviços. (...) no primeiro caso, o que se transfere é o valor de uso de determinado conhecimento, ao passo que no segundo caso, se transfere o valor de troca (Sabato, 1978 citado por Castro, 2005, p. 67).

Reafirmando o valor de troca dos processos de transferência de tecnologia e ainda demonstrando que neles estão contidos processos de difusão, Gibson e Rogers (citado por Rogers, 1995) atribuem-lhes três níveis (como se fossem etapas) relevantes. São eles: o conhecimento, o uso e a comercialização da tecnologia<sup>69</sup>. Pela interpretação de Castro (2005, p. 67-68):

O conhecimento possibilita ao receptor da inovação tecnológica perceber, por meio dos diferentes meios de difusão, as mensagens referentes à nova idéia. No segundo nível, o uso, o receptor coloca a tecnologia em uso na sua organização, o que é muito mais complexo que apenas conhecer a tecnologia. No último nível, a comercialização, o receptor da tecnologia a utiliza na fabricação de produtos com valor de troca no mercado.

Quanto ao nível de “uso da tecnologia”, entendido por nós como sendo a etapa de incorporação, Castro (2005) alerta para a sua não unanimidade. Sem, entretanto, problematizar questões transversais mais profundas e não menos importantes sobre o que representa determinada tecnologia em relação à vida e ao contexto social de quem tem que tomar a decisão em adotá-la ou não; o autor, alinhado a Rogers (1995), entende que essa não adoção tecnológica relaciona-se exclusivamente ao poder de percepção – por parte dos receptores – das vantagens e/ou desvantagens competitivas da então inovação tecnológica em questão. “Muitos agricultores são resistentes em incorporar novas tecnologias a um sistema produtivo que está dando bons resultados” (p. 70).

Consideramos que tal análise sobre a adoção/incorporação das tecnologias nem de longe se resume às vantagens e desvantagens das mesmas a serem

---

<sup>69</sup> Sem a intenção de aprofundar em detalhes quanto aos processos de comercialização de tecnologia, mas apenas trazendo alguns elementos sobre, nas palavras de Castro (2005, p. 69), “o termo ‘transferência de tecnologia’ tem uma forte relação com contratos, com negócios tecnológicos, (...) esta relação se materializa nos contratos de cooperação técnica, de licenciamento, prestação de serviços técnicos, que protegem os direitos de propriedade dos institutos de pesquisa”.

difundidas/transferidas. Caporal e Ramos (2006) advertem que não raro ouve-se – de agentes de Ater, pesquisadores, professores – que os agricultores são “resistentes à incorporação de tecnologias”; todavia, jogam luz à superficialidade dessa constatação, na medida em que não nos damos conta de que esse posicionamento dos agricultores representa, na verdade, um ato de resistência a uma tentativa de “domesticação”.

Entra na mira de questionamentos também a eficiência das metodologias extensionistas a que Caporal e Ramos (2006) chamam de convencionais, as quais objetivam – majoritariamente – a persuasão e a transferência de tecnologias; ignorando que agricultores – assim como pesquisadores, extensionistas e demais atores envolvidos – são seres pensantes que tomam “decisões em função de experiências e racionalidades próprias” (p. 11).

Portanto, conforme afirmado por Pereira e Del Peloso (2017) quando discutimos a tecnologia como uma representação social, a adoção de tecnologias por parte dos agricultores não se reduz a decisões apenas de caráter tecnológico; mas como também, é influenciada por variados elementos – sociais, culturais, organizativos – os quais obrigatoriamente devem ser levados em conta. Exemplos:

(...) pela forma como cada agricultor maneja sua unidade produtiva, pelo tipo de agricultura que realiza, pela sua confiança no extensionista, pela dimensão histórico-cultural por ele vivenciada e pela sua condição socioeconômica, entre outros fatores (Caporal e Ramos, 2006, p. 11).

Como uma materialização dessa interpretação sobre a transferência de tecnologia, situando-a no contexto de um processo maior no âmbito de empresas de pesquisa como a Embrapa, Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012) elencam quatro fases constituintes daquilo que entendem como “deslocamento de tecnologia”.

Segundo esses autores, primeiramente temos a fase de “geração de tecnologia” que tem como sub processos a pesquisa básica, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento de protótipos e a finalização/validação da tecnologia. A segunda fase refere-se à “disponibilização”, subdividida em método de transferência, logística de acesso e proteção intelectual. Como terceira fase, tem-se a “adoção”, em que são feitas avaliações do uso da tecnologia ou do estado da arte com base no ponto de vista do cliente. Por fim, tem-se a fase de “resultados”, em que é feita a avaliação das consequências do uso – impacto social, econômico, ambiental e desenvolvimento local.

Ainda conforme os referidos autores, no âmbito da Embrapa e suas áreas organizacionais, a primeira fase integra a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), as outras três, por sua vez, correspondem aos sub processos que compõem a transferência de tecnologia em si, neste caso, para além de um processo, pode ser entendida como o nome de uma das áreas organizacionais da referida empresa.

Verificamos que esse modelo institucional da Embrapa em algum momento serviu como base para a operacionalidade da Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento do Incaper, uma vez que a Embrapa era “um dos poucos locais aqui das instituições que [também] tem esse setor” (Geraldo).

A ideia, portanto, seria “(...) pegar o negócio duro aqui, quadrado, (...) e tentar levar isso para os agricultores de um jeito que eles consigam entender (...), pegar aquelas palavras, daqueles conceitos, e falar assim, olha, é isso aqui que eles estão propondo, faz sentido para você?” (Geraldo). Tal trecho evidencia a construção de uma fronteira simbólica entre um “nós”, associado ao papel de mediação da tecnologia e do conhecimento, e um “eles”, relacionado aos sujeitos produtores desses saberes.

Identificamos, então, esse cenário como uma outra representação do que vem a ser a transferência de tecnologia no Incaper. Sob o olhar da TRS, o modelo institucional da Embrapa influenciou a configuração da GTTC, orientando sua prática a partir da tradução de conteúdos técnicos em linguagens acessíveis aos agricultores.

Nesse processo, a transferência é representada como mediação comunicativa, em que vemos a tentativa de i) ancorar termos e conceitos científicos ao universo prático do agricultor e ii) objetivá-los em formas compreensíveis de aplicação. Nesse ponto, a transferência é socialmente construída como um processo de aproximação entre a lógica científica e o cotidiano da agricultura, objetivando uma efetiva adoção da tecnologia ou do conhecimento que se almeja transferir.

Quanto ao universo metodológico e procedimental, segundo Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012), o que se mais utiliza como métodos em processos de transferência de tecnologia conforme o desenho da Embrapa – seja por empresas governamentais, seja por aquelas do setor privado –, são: capacitação continuada (treino e visita), incubação de empresa, unidade de observação com desenvolvimento participativo do produto, contratos de integração entre produtores e indústria, dentre outras; e, como procedimentos ou ferramentas de transferência: contrato de licenciamento, curso, dia de campo, feira, pacote tecnológico, seminário, unidade

demonstrativa, unidade de referência tecnológica, visita técnica, vitrine, workshop, entre outros.

Encontramos, nas falas analisadas, uma relevante aproximação entre os métodos e ferramentas mencionados pelos entrevistados e aqueles elencados por Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012), quando tratam das formas pelas quais a transferência de tecnologia ocorre na prática extensionista. Os autores destacam que tais processos se materializam por meio de atividades que articulam demonstração, observação e participação, como visitas técnicas, dias de campo, cursos, treinamentos e palestras. As respostas de entrevistados convergem fortemente com essa caracterização; o quadro 27 contém algumas delas.

Quadro 27 – Métodos e ferramentas de transferência de tecnologia segundo entrevistados

Entrevistado	Fala em destaque
José	“Eu faço muito particularmente na forma de visita. Faço algumas vezes demonstração de método, principalmente no café, principalmente com a poda. Na pecuária, eu já fiz muito com a cana e ureia. E já fiz muito também dia de campo”.
Rosa	“(…) dias de campo, dia especial, reuniões técnicas”.
Paulo	“(…) durante os treinamentos, nas palestras, no dia a dia, quando a gente vai a campo também fazer um diagnóstico e chega lá, e ele [agricultor] não quer só o diagnóstico, ele quer alguma orientação”.
Maria	“(…) acredito que a principal forma são os eventos grupais que a gente faz quando associa mais de um deles. A gente consegue fazer excursão para levar os produtores para unidade técnica, ou tecnologia, a gente pode fazer dias de campo, ter um primeiro contato. A gente faz reuniões, cursos, essas metodologias grupais eu acredito que seria uma forma de fazer a transferência de tecnologia”.
Pedro	“Eu vejo hoje, demonstração de método, quando a gente faz demonstração de método, eu acredito que nós estamos fazendo realmente transferência de tecnologia. O dia de campo também eu vejo que é uma metodologia, que também é transferência de tecnologia. A implantação de unidade demonstrativa, de unidade de referência, para mim também é um processo de transferência de tecnologia”.
Rosa	“O que eu vejo hoje, que eu vivenciei, é através de dias de campo, dia especial, reuniões técnicas (…)”.

Fonte: elaboração própria (2025).

Esses trechos revelam uma representação social da transferência de tecnologia fortemente associada à prática cotidiana da extensão rural. Nela, a transferência se ancora em ações concretas e reconhecidas historicamente no repertório metodológico da Ater, como visitas, demonstrações e capacitações (Caporal e Ramos, 2006; Coelho, 2014; Silva *et al.*, 2017). Tais ações, segundo Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012), não se limitam à transmissão de um conteúdo técnico, mas podem se configurar em espaços de interação entre extensionista e agricultor e entre agricultores. Na linguagem da TRS, trata-se de processos de objetivação, em que a tecnologia é simbolicamente materializada no ato de demonstrar, visitar, ensinar e treinar.

Dereti (2009) ainda propõe que muitos dos processos tidos como difusionistas, no sentido atribuído a Rogers (1995) – seja na pesquisa, seja na extensão rural ou em processos de integração entre ambas<sup>70</sup> –, abdicaram de apenas comunicar uma determinada inovação para se apropriarem de ferramentas e metodologias do âmbito da transferência de tecnologia propriamente dita, a exemplo de unidades de referências tecnológicas, unidades demonstrativas, unidades de observação, dentre outras.

A título de exemplo, conforme as falas de dois entrevistados: “A implantação de unidade demonstrativa, de unidade de referência, para mim também é um processo de transferência de tecnologia” (Pedro); “(...) as unidades de observação (...) propostas em algumas situações, é um processo de transferência de tecnologia, em que tem o envolvimento do pesquisador, do extensionista, acho que esses dois atores” (Sebastião).

Quanto às metodologias utilizadas, também verificamos proximidades dos exemplos objetivados nas falas de José, Rosa, Paulo, Pedro e Sebastião com aquelas

---

<sup>70</sup> Sobre uma primeira iniciativa formal e oficial preocupada com a integração entre pesquisa e extensão no país, durante a década de 1960: “(...) havia uma falta de entrosamento entre pesquisadores e extensionistas que levava à pesquisa de inovações pouco conectadas com a real necessidade dos produtores, e a deficiências na disseminação das inovações criadas. O diagnóstico de situação levou à assinatura, em 20 de junho de 1966, de um protocolo de um Programa Articulação Pesquisa-Extensão, entre o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA) e a Abcar, para a criação, em cada instituto de pesquisa, de um centro de informação e a alocação de um extensionista especialista em comunicação. O Programa teve resultados tímidos e, enfrentando diversas dificuldades operacionais, prosseguiu até a extinção do DPEA no ano seguinte” (Peixoto, 2008, p. 23)

adotadas pelas primeiras instituições brasileiras (oficialmente) de Ater. Em seus primórdios – idos dos anos 1940 –, as Ater's desenvolviam seus trabalhos baseadas na realização de visitas, reuniões, cursos, unidades de observação e demonstrativa, palestras, excursões, realização de feiras, dentre outros (Caporal e Ramos, 2006; Silva *et al.*, 2017)<sup>71</sup>.

Para Caporal e Ramos (2006), essas ferramentas integram o aparato metodológico de uma “extensão rural de caráter difusionista” (que é tida pelos referidos autores como sinônimo de “Ater convencional”); esse aparato teve como base o enfoque behaviorista, em que “(...) para cada ação há uma reação, o homem pode ser domesticado, dando respostas condicionadas a estímulos e, dessa forma, readaptando o seu ser no mundo” (p. 11)

Sob a análise de Paulo Freire (1983), a ação desse modelo objetiva a persuasão dos agricultores no sentido de adotarem determinada tecnologia ou prática, por meio daquilo que o educador conceituou como uma “educação bancária” (Freire, 1982). Segundo Caporal e Ramos (2006), esse tipo de educação historicamente não obteve muito êxito, dado que são constituintes da natureza do homem – seja ele agricultor, extensionista ou pesquisador – tanto a reflexão quanto a faculdade de criação.

Por outro lado, na busca pela expansão de significados e de uma certa autonomia mínima por parte de quem é o receptor do processo, apoiados em Solo e Rogers (1972), Baranson (1980) e Barbieri (1990), Zhao e Reisman (1991), o trabalho de Mendes e Bouainain (2013) e também os escritos de Rocha, Machado e De Oliveira Filho (2012) nos trazem outros entendimentos sobre o que viria a ser o processo de transferência de tecnologia.

Segundo eles, para que uma tecnologia realmente seja transferida, de início, é necessário que haja a sua movimentação de um lugar para outro, em seguida, é imprescindível que quem a recebe consiga adaptar/desenvolver sua tecnologia própria, com base naquela que foi concedida.

Isto é, em um processo de transferência, a capacidade técnica de reprodução da tecnologia transferida é o que o difere de um mero processo de operacionalização;

---

<sup>71</sup> Até mesmo antes, as proximidades metodológicas continuam. Quando dos Institutos Imperiais (como apresentados em seção anterior desta tese), constava em seus estatutos a realização de exposições, concursos (Peixoto, 2008).

quando apenas se aprende a usar a tecnologia e não há a incorporação do conhecimento, o percurso não vai além de um processo de difusão.

Nas falas analisadas, nesta seção não encontramos nenhuma menção explícita à autonomia dos agricultores em transformar a tecnologia transferida. Entretanto, conforme visto na seção 2.4, identificamos uma representação sobre tecnologia como uma possibilidade de emancipação dos agricultores em relação à indústria. De todo modo, essa representação situa-se periféricamente em relação referencial central nas representações sociais construídas em torno tanto dos processos de difusão quanto de transferência de tecnologia no âmbito da Ater e da pesquisa agropecuária. No quadro 28, apresentamos uma síntese das representações sociais identificadas e analisadas nesta seção.

Quadro 28 – Representações sociais sobre a difusão e a transferência de tecnologia

<b>Eixo</b>	<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>	<b>Elementos analíticos</b>
Difusão como comunicação unidirecional	Ato de comunicar novidades tecnológicas em fluxo de mão única.	“(…) difundir, por exemplo, eu vou difundir a poda. Eu vou ali, vou dar palestra sobre poda” (Pedro).	Ancoragem na figura do extensionista como difusor; objetificação em palestras, dias de campo, entrevistas.
Transferência equiparada à difusão	Termos usados como sinônimos, mantendo ideia de fluxo linear.	“(…) tirar da prateleira, pegar o que já foi gerado e levar para quem precisa” (Tereza); “(…) quando você vai lá nessas visitas, você está transferindo essa tecnologia” (Manoel).	Ancoragem no imaginário difusionista; objetificação na metáfora da 'ponte'.
Transferência como adoção efetiva	Só se caracteriza quando há aprendizado prático e incorporação da tecnologia.	“(…) a transferência é eu fazer com que o agricultor realmente adote aquela tecnologia (...) eu vou fazer, depois ele vai fazer” (Pedro).	Objetificação no 'aprender fazendo'; função de orientação e justificação do extensionista como mediador.
Transferência como mediação comunicativa	GTTC traduz conhecimento técnico em linguagem acessível aos agricultores.	“(…) pegar o negócio duro aqui (...) e tentar levar isso para os agricultores de um jeito que consigam entender” (Geraldo).	Representação institucional; ancoragem no modelo da Embrapa; objetificação na figura do tradutor.
Métodos e ferramentas de TT	Práticas extensionistas concretas: visitas, dias de campo, unidades demonstrativas.	“Faço (...) visita, demonstração de método, dias de campo” (José); “Unidade de referência (...) processo de transferência” (Sebastião).	Representações ancoradas em metodologias de campo; objetificações em eventos e unidades práticas.

Fonte: elaboração própria, 2025

### *Considerações de síntese*

As representações sociais identificadas e analisadas nesta seção indicam, em grande medida, a predominância de um núcleo central difusionista, no qual tanto a difusão quanto a transferência parecem estar ancoradas em práticas de comunicação unidirecional e na objetificação do extensionista como mediador técnico.

Embora apareçam diferenciações conceituais – sobretudo quando a transferência é representada como adoção efetiva ou como processo institucional mais complexo – prevalece a ideia de agricultores como destinatários finais de pacotes tecnológicos.

Como escrito, na perspectiva da TRS, observa-se que essas representações organizam-se em torno da metáfora da “ponte”, naturalizando a hierarquia entre ciência e prática agrícola. Ainda que alguns elementos apontem para a ampliação da noção de transferência – incluindo dimensões econômicas, institucionais e metodológicas –, observa-se que, em grande parte, permanece limitada a ancoragem em processos participativos que reconheçam a autonomia dos agricultores, o que sugere a continuidade da influência do imaginário difusionista no campo da Ater e da pesquisa agropecuária segundo os entrevistados.

Para além desse cenário, contudo, emergem representações alternativas que reivindicam práticas mais horizontais, baseadas no diálogo e na participação. É justamente sobre essas ressignificações que nos debruçamos na seção seguinte.

#### **4.2. A pesquisa em transição: do paradigma difusionista às abordagens participativas e localmente situadas**

Aprofundando a tentativa de expansão do conceito de transferência de tecnologia – e marcando maior distanciamento de uma perspectiva tecnicista, típica da difusão rogeriana – retomamos Dereti (2009), para quem “transferir tecnologias envolve, além das variáveis técnicas e econômicas, a conjunção dos fatores sociais, ambientais, o diagnóstico da situação anterior e dos impactos posteriores à adoção das mesmas” (p. 33).

O autor acrescenta um critério decisivo de agência: a tecnologia só pode ser considerada transferida “quando aquele que a incorporou é capaz de modificá-la, adaptando-a, incrementando-a segundo sua necessidade, ou é capaz de identificar e canalizar uma nova demanda de pesquisa impulsionando a sucessão tecnológica” (p.

33). Desloca-se, assim, a ênfase da entrega para uma apropriação que é capaz de transformar, condição que ressignifica tanto o que se transfere quanto quem transfere e quem adota.

Por parte de quem adota, talvez aqui possamos suspeitar de um certo movimento rumo ao que Vieira Pinto (2005a) e Kleba (2006) problematizam em relação à dialética da transferência de tecnologia: após uma possível queda do “maravilhamento” pela tecnologia, esta ao invés de um elemento de dominação, acaba por ser entendida como uma arma de libertação. Os adotantes, por meio de suas racionalidades, acionam os processos anunciados por Dereti (2009), rumo a um contexto de maior autonomia.

No mesmo movimento, Dereti (2009) conceitua a TT como “conjunto de ações articuladas” voltadas à incorporação de recursos instrumentais para aumentos de produção e produtividade, articulando dimensões econômicas, sociais e ambientais, desde o diagnóstico prévio até a análise de impactos. Por demandar planejamento metodológico, ferramental adequado e um contexto de capacitação para a incorporação produtiva, o autor também admite a formalização por contratos entre as partes. Essa institucionalização cria compromissos bilaterais e facilita a mensuração de resultados. Contudo, ao privilegiar métricas e produtos, pode reinscrever relações verticalizadas e um viés estritamente econômico, caso não incorpore dispositivos robustos de participação, avaliação social e localmente situada.

Em chave crítica a esse risco, Dereti (2009) aproxima a TT da pesquisa-ação, negando leituras tecnicistas/economicistas e defendendo um enfoque sistêmico e dialógico. Em sintonia, Simon (2007, p. 547) define a pesquisa-ação como “sistema de expressão ou de escuta, inserida no movimento ou na prática social, captando os discursos e expressões”, o que implica integrar atores, saberes e escalas, e desautorizar o sentido de “transferência” como ato unilateral. Na linguagem da TRS, trata-se de ancorar a tecnologia no cotidiano e objetivá-la em práticas construtivas – diagnósticos participativos<sup>72</sup>, validações em unidades de produção, aprendizagem local – que dão forma concreta ao conhecimento em construção.

---

<sup>72</sup> Com base em Chambers (1994 citado por Caporal e Ramos, 2006) destacamos a evolução do uso dos Diagnóstico Rural Rápido (DRR) e do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), a qual sugere uma nova expressão, “aprendizagem e ação participativa” (Participatory Learning and Action (PLA), evitando um certo “reduccionismo” intrínseco às palavras “diagnóstico” e “rural”, uma vez que não se trata de um método usado somente no rural e nem apenas para fins de avaliação.

As entrevistas reforçam esse deslocamento. Identificamos que Antônio e Luzia recordam a “época da caixinha” (Antônio), na qual os serviços capixabas de pesquisa e de Ater ficavam em instituições separadas, o que gerava uma representação sobre a pesquisa como “fria”, centrada em hipóteses e distante das demandas reais – ideias verificadas em falas da Luzia.

Todavia, ao retomarmos as falas da própria Luzia e também do Antônio e do Geraldo, revela-se uma representação alternativa na qual emerge um “nós” – extensionistas e agricultores familiares – que reivindica participar da construção do conhecimento, em contraposição a um “eles” associado à institucionalidade distante inerente aos pesquisadores. Nessa representação, verificamos que a pesquisa “só tem validade (...) se for construída junto com o produtor” (Antônio) e quando puder “(...) ser feita lá na ponta” (Luzia), deslocando o *locus* do laboratório para o contexto local e redefinindo o papel do agricultor de receptor a sujeito.

Nesse ponto, trazemos uma experiência de pesquisa participativa no âmbito do regional Caparaó, a qual acreditamos contribuir diretamente com a construção dessa representação alternativa. Trata-se do projeto de pesquisa “Avaliação Técnico-Científica e Econômica do Cafeeiro em Sistema Arborizado”, do qual participaram alguns de nossos entrevistados<sup>73</sup> e que rendeu publicações.

Uma delas, inclusive foi publicada no Congresso Brasileiro de Agroecologia (2024), sob o título “Avaliação participativa da sustentabilidade de lavouras cafeeiras em sistemas agroflorestais no Sul do Espírito Santo: resultados parciais” (Meira *et al.*, 2024). Sua metodologia foi de caráter participativo, com a realização de: oficinas com agricultores, técnicos, extensionistas, bolsistas e pesquisadores para a construção de indicadores e verificadores de sustentabilidade; caminhada transversal; e reunião para partilha das impressões, troca das experiências, realização de sugestões e construção de consensos acerca das avaliações dos sistemas.

Para Nodari e Guerra (2015), o desenvolvimento de pesquisas participativas nos permite um entendimento mais amplo dos agroecossistemas, ao passo que é capaz de fornecer ferramentas de avaliação e de promoção de contextos mais sustentáveis, apoiando-se, destacadamente, em “indicadores amigáveis aos agricultores” (p. 202).

---

<sup>73</sup> Inclusive, o autor desta tese também fez parte desse projeto, entre 2023-2024.

Esse reposicionamento alarga, igualmente, os fins da pesquisa. Para o Geraldo, o Incaper ainda mede muito o impacto financeiro, mas esse efeito “desdobra em outras coisas”: trabalho, juventude rural, sucessão, vida comunitária, etc. Ao incorporar essas dimensões, há uma certa transformação da função pública da pesquisa e um redesenho de seus indicadores de relevância<sup>74</sup>. À luz da TRS, vemos um processo de reancoragem: da produtividade isolada para uma matriz de impactos socioambientais, com objetificações que incluem pesquisas de cunho ambiental, agroecológicas, participação da juventude e mulheres, dentre outras. Eis aqui uma proximidade das representações com a Pnater.

As leituras de Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017) ajudam a mediar a passagem do difusionismo para horizontes mais horizontalizados. Em tempos de incerteza institucional (como as discussões sobre Anater, a efetividade da Pnater e a precarização dos órgãos de pesquisa e Ater públicos), os autores propõem substituir “difusão/transferência” por compartilhamento, termo que implica participação de atores diversos na geração e uso de novos conhecimentos, sobretudo quando a adequação tecnológica depende da construção coletiva de soluções.

Em linha semelhante, a Embrapa (2023) tem adotado “intercâmbio de conhecimento” e “construção coletiva do conhecimento” para designar processos interativos e dialógicos de adaptação local – isto é, tradução situada entre saberes tradicionais/populares e conhecimento científico. Pode não se tratar de mera semântica: pode ser uma mudança epistemológica que integra a tecnologia a valores, histórias e interrelações locais<sup>75</sup>.

Esse quadro não elimina tensões. Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017) descrevem um paradoxo institucional: estruturas centrais continuam valorizando estratégias verticalizadas de entrega, enquanto unidades descentralizadas multiplicam estratégias locais de compartilhamento e até de construção com agricultores. Do ponto de vista da TRS, o núcleo central das rotinas organizacionais permanece difusionista, mas os sistemas periféricos já experimentam hibridações. A mediação relevante, aqui, é institucionalizar o que as periferias fazem bem (processos de construção do conhecimento, diagnósticos<sup>76</sup> e validação participativa<sup>77</sup>, gestão

---

<sup>74</sup> Sobre experiências com a utilização com outros indicadores no Incaper, sugerimos os documentos anuais do “Balanço Social do Incaper” (Espírito Santo, 2013-2018).

<sup>75</sup> Discutiremos um pouco mais sobre mudanças/ressignificação nos termos na seção 4.5.

<sup>76</sup> Conforme orientado por Chambers (1994 citado por Caporal e Ramos, 2006).

<sup>77</sup> Por exemplo, conforme feito em Meira *et al.* (2024).

compartilhada), evitando que experiências promissoras fiquem confinadas à escala do projeto.

No debate sobre customização da extensão, Diesel, Dias e Neumann (2022) distinguem posturas conservadoras – que preservam a prescrição e tratam tecnologia como mercadoria mediadora da integração a mercados – de posturas progressistas, ancoradas em ideários emancipatórios/solidários (Sachs, 2020) e no chamado “novo profissionalismo”<sup>78</sup>, que demanda capacidades críticas para ler intencionalidades políticas e disputar sentidos da tecnologia.

Essa distinção ajuda a explicar o motivo pelo qual as representações participativas emergem, mas não se consolidam automaticamente: falta a mediação formativa e institucional que converta orientação normativa em rotinas, indicadores e critérios de qualidade participativa. Falta matéria-prima para maiores deslocamentos na representação hegemônica e modificação de seu núcleo central.

Ao mesmo tempo, exemplos históricos ilustram os limites dos modelos lineares. Schlottfeldt (1991, p. 103) nota que pacotes tecnológicos “substituem” sistemas inteiros, minimizando diagnóstico e dispensando a validação com agricultores em suas propriedades. O resultado é um afastamento do campo e perda de inteligibilidade sobre a lógica produtiva dos agricultores. No polo oposto, Caporal e Costabeber (2004) analisam a investigação-ação participante<sup>79</sup> na Emater-RS como intervenção educativa e transformadora, orientada pela agroecologia, que visa soluções compatíveis com agroecossistemas e sistemas culturais específicos.

Em relação ao encontro da agroecologia com a pesquisa científica, Nodari e Guerra (2015) defendem que a esta seja desenvolvida com base em uma diversidade de estratégias que concebam a investigação empírica e que levem em conta as dimensões ecológicas, experienciais, sociais e culturais de fenômenos e práticas, com destaque para a agroecologia.

No campo político, a Pnater (Brasil, 2010) reforça esse caminho ao propor, no art. 4º, XI, a integração Ater-pesquisa, e, segundo Diniz e Hespanhol (2018), instituir

---

<sup>78</sup> O novo profissionalismo na extensão rural reivindica uma renovação de paradigmas dos referenciais normativos da extensão rural, em que ao extensionista cabeira a função de “facilitador” com base em uma abordagem “participativa” (Pretty *et al.*, 1995, citados por Diesel, Dias e Neumann (2022).

<sup>79</sup> Conjunto de metodologias que permitem o desenvolvimento de práticas sociais por meio da qual os atores sociais do processo constroem e sistematizam conhecimentos que contribuam para uma ação consciente sobre a realidade, objetivando chegar a um modelo de desenvolvimento que seja socialmente igualitário e sustentável sob o ponto de vista ambiental (Caporal, 1998).

bases teórico-metodológicas voltadas à sustentabilidade e ao empoderamento de grupos historicamente alijados.

Dias (2007), porém, alerta para o descompasso entre o programa e a execução em escala continental: “novas roupagens, velhos discursos” reaparecem quando as representações não mudam. Aqui, a mediação crucial envolve governança, orçamento e métricas: sem indução institucional (metas de participação qualificada, indicadores de impacto social, apoio a processos coletivos), a mudança representacional não se converte em mudança organizacional/institucional.

Do ponto de vista epistemológico, as entrevistas citadas nesta seção se articulam com Dereti (2009, p. 39): em pesquisa participativa, a TT deixa de significar “ação linear” e passa a vigorar rumo à construção coletiva do saber.

Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017) reforçam que o fluxo não deve ser “via de mão única”; os saberes dos agricultores precisam ser recolhidos, analisados e capitalizados, e os agricultores devem analisar restrições, aprovar e propor soluções e escolher opções. Quando “formular problemas” e “conduzir a pesquisa” ocorrem com os maiores interessados, a própria geração do conhecimento já é momento de apropriação (Borsatto, Bergamasco e Bianchini, 2017).

Em tempos de dúvidas sobre a efetividade institucional e de disputa entre lógicas conservadoras e progressistas na extensão, as representações que analisamos constituem um repertório de mediações para o Incaper. Em termos práticos: (i) métodos participativos (diagnóstico, priorização, experimentação construída junto); (ii) governança híbrida (pesquisa–Ater–sociedade, com papéis, pactos e contratos cooperativos, e não apenas instrumentais); (iii) métricas que valorizem impactos sociais, geracionais e localmente situados; (iv) formação continuada orientada ao “novo profissionalismo” (Diesel, Dias e Neumann, 2022), com ênfase em escuta, tradução, mediação e negociação.

Por fim, assumimos com Marques (2023) que não há receitas prontas: romper vetores unidirecionais é um trabalho longo, que requer registrar, descrever e analisar processos – inclusive descontinuidades – como parte da aprendizagem institucional.

Se a pesquisa passa a ser formulada com agricultores e a Ater se realinha como processo educativo e emancipador, “compartilhamento”, “intercâmbio” e “construção coletiva” deixam de ser apenas léxico e tornam-se princípios organizadores. Esse é o horizonte onde as representações sociais aqui analisadas podem operar como

matéria-prima de transformação: primeiro no imaginário de servidores; depois, nos modos de fazer da própria instituição.

### *Considerações de síntese*

Nesta seção identificamos representações que dialogam com uma expansão do conceito de transferência de tecnologia e, a reboque, da forma de se fazer pesquisa. A partir de Dereti (2009), em que é central a noção de apropriação transformadora da tecnologia, junto com uma reapropriação da mesma passado seu maravilhamento (Viera Pinto, 2005a; Kleba, 2006) por parte e quem a adotara, trazemos um reposicionamento da representação da tecnologia envolvendo dimensões técnicas, sociais, ambientais, econômicas.

Com base nesse contexto e a partir das falas de entrevistados, verificamos a pesquisa-ação como uma estratégia epistemológica e metodológica capaz de romper com a lógica unilateral da difusão/transferência de tecnologia.

Verificamos, portanto, a emergência de uma representação alternativa baseada no “nós” – extensionistas e agricultores e pesquisadores – em oposição à representação hegemônica verticalizada, conforme discutida no capítulo anterior. O agricultor é visto como sujeito do conhecimento e o *locus* da pesquisa é deslocada para o contexto local – reverbera “o fazer com”.

Como materialização de um viés participativo, embebido ao que Diesel, Dias e Neumann (2022) atribuem a um novo profissionalismo, identificamos a experiência de pesquisa-ação no âmbito do CRDR Caparaó como a objetivação da representação, e um espaço próprio para o deslocamento do núcleo central difusionista. Verificamos ainda a reancoragem dos critérios e relevância para pesquisa pública, rumo a perspectivas para além do econômico e de uma certa aproximação a princípios da Pnater.

Permanecem, todavia, tensões entre um núcleo difusionsita e práticas periféricas voltadas para a adoção de métodos participativos, valorização dos saberes dos agricultores e ações localmente situadas (a exemplo do projeto de pesquisa) e gestão do Incaper expandida para mais atores, métricas ampliadas e diversificadas e uma formação crítica ao Difusionismo, à tecnologia e, por conseguinte, à pesquisa (por parte da literatura a que recorreremos). Mesmo que periféricas, reconhecemos o

potencial das representações desta seção para operarem como matéria-prima de transformação institucional, do plano simbólico, ao organizacional.

#### **4.3. Ater participativa e local: entre a Pnater, as práticas educativas e a construção de saberes**

No campo da Ater, identificamos uma representação que se aproxima de uma perspectiva construtivista e educativa, em consonância com a Pnater e com fundamentos de uma extensão voltada a uma perspectiva de desenvolvimento mais ampla.

Essa representação, de acordo com diretrizes da Pnater (Brasil, 2010), revela-nos um olhar ampliado sobre o rural: não se restringe a uma cultura agrícola ou a um problema técnico específico; entende a Ater como processo social, contínuo e coletivo, orientado à formação e à autonomia dos sujeitos. Em outras palavras, trata-se de compreender a Ater não apenas como prestação de serviço técnico, mas como processo educativo que se faz localmente situado, com as pessoas e instituições que o compõem.

Em resumo, para Caporal e Ramos (2006, p. 1), trata-se do “(...) enfretamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas. Essa perspectiva traçada nos últimos parágrafos é explicitada em falas que funcionam como âncoras simbólicas dessa visão, constantes no quadro 29.

Quadro 29 – Falas estruturantes de representações participativas da Ater

<b>Entrevistado</b>	<b>Fala em destaque</b>
Sebastião	“(...) processo de educação não formal”.
Elza	“(...) questão quase de um trabalho educacional, né? De formação e de acompanhamento dos agricultores, das comunidades, (...) como um todo. Não individualmente, mas uma coisa mais coletiva”.
Geraldo	“(...) é muito educativo e tem que ser contínuo. “(...) é esse olhar mais amplo, não é o olhar só daquele problema específico, daquela planta”.
Antônio	

	“(...) se você quiser conhecer um extensionista (...) põe ele três anos na região, depois você tira ele de lá. Se o pessoal seguir ele, você pode mandar ele embora, porque ele não serve. Ele criou seguidores, ele não contribuiu para a emancipação”.
--	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

À luz da TRS, vemos, aqui, um movimento de ancoragem da Ater no campo educativo e de objetivação em práticas de formação, acompanhamento e leitura de contextos que ultrapassam a “assistência ao caso”, recolocando a extensão na chave do aprender fazendo e do aprender com, em um contexto emancipatório. Novamente nas palavras de Caporal e Ramos (2006, p. 1), estamos tratando de uma nova Ater, a qual:

(...) requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa.

Nessa configuração, desaparece a imagem tradicional do extensionista como principal promotor do desenvolvimento – a exemplo da fala do João: “Se não tivesse a gente (...) o produtor não tem acesso, isso não chega para ele” – e emerge um trabalho coletivo e interinstitucional, que ultrapassa a relação dual extensionista/agricultor e incorpora mais atores, instituições e dimensões do contexto local. Como nos sintetiza o Geraldo:

“Não cabe (...) ser um trabalho que eu vou fazer dois anos, (...) vou dar a orientação para ele e depois ele vai sozinho, (...) mas e a comunidade do entorno e as outras coisas que podem estar envolvidas nisso? Imagino muito o trabalho da Ater (...) envolvendo mais agentes ali, que não só a relação extensionista/agricultor, tem que envolver outros agentes ali”.

Essa fala nos permite uma mediação conceitual importante: compreender a Ater como sistema dinâmico de interações, no qual responsabilidades e aprendizagens são compartilhadas. O foco se desloca, portanto, da recomendação pontual para uma teia de relações onde o processo de Ater pode acontecer (escolas, associações, cooperativas, sindicatos, secretarias municipais, universidades, movimentos sociais, etc.). Significa, portanto, deslocar-se de uma perspectiva linear e cartesiana, frequentemente insuficiente e até equivocada, para outra, de caráter multidirecional e sistêmico, com maior possibilidade de responder às especificidades de cada realidade. (Caporal e Ramos, 2006).

Há, portanto, um rompimento relevante à prática histórica da Ater no Brasil, a qual, como discutido nesta tese, desde seus primórdios, baseou-se na teoria da difusão de inovações, levando extensionistas a direcionar seu trabalho para a difusão/transferência de tecnologia, visando uma modernização conservadora da agricultura (Caporal e Ramos, 2006).

Retomando Marques (2023), as transformações técnicas propostas pela Ater interferem na vida social, assim como a vida social retroage sobre os próprios serviços de Ater. Quando Geraldo recorda que “(...) outras coisas [assuntos, agentes, recursos, etc.] podem estar envolvidas nisso”, vemos a Ater ancorada numa agenda ampliada (trabalho, juventude, sucessão, cuidado ambiental, gestão local) que exige metodologias mais dialógicas e interativas<sup>80</sup>. Identificamos tal cenário como uma direção mais próxima à Pnater, em seus princípios, destacadamente a seu inciso III do artigo 3º que prevê a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (Brasil, 2010).

Ao confrontarmos essa representação com as discutidas no item 3.3, observamos dois universos que se articulam em torno de um mesmo núcleo central da Ater. De um lado, o universo mais recorrente, ainda ancorado na figura do extensionista e com traços difusionistas (transferência linear de tecnologia; práticas unidirecionais; medida de êxito centrada na adoção e aumento de produtividade). De outro, um universo construtivista, no qual a Ater é processo educativo, contínuo e coletivo, voltado à emancipação e à produção conjunta de soluções.

A existência mútua dessas visões nos revela modos de ancoragem distintos e também sistemas periféricos em disputa. Enquanto alguns elementos objetificam o extensionista como agente central e emissor, outros deslocam o foco para a interação e a construção com agricultores, outros atores sociais, outras instituições.

Para contextualizar histórica e teoricamente essas representações, retomamos as “escolas” de desenvolvimento propostas por Souza (1995) e interpretadas por Mendes (2015). Numa escala temporal, a primeira delas (que já foi citada nesta tese), a Escola Difusionista (hegemônica até os anos 1970) baseia-se na transferência linear, que a pesquisa produz, a extensão difunde, o agricultor adota – supondo a

---

<sup>80</sup> Para saber mais sobre esse tipo de metodologias, indicamos Coelho (2014), parte II.

superioridade do saber técnico sobre o local e sustentando hierarquias de conhecimento.

A Escola Sistêmica, por sua vez, surge como tentativa de integração entre pesquisa e extensão, priorizando “uma estrutura integradora entre pesquisa e extensão, fazendo com que os pesquisadores estivessem familiarizados com a realidade dos extensionistas, treinando-os na aplicação de novas tecnologias” (Souza, 1995, citado por Mendes, 2015, p. 42). Apesar do avanço, tal escola manteve e mantém a linearidade e verticalidade herdadas da escola anterior, isto é, pesquisa produz, extensão transfere e agricultor aplica.

Em contrapartida, a Escola Participativa, surgida nos idos dos anos 1980, emerge como uma reação às limitações dos modelos anteriores. Nela, a relação entre pesquisa, extensão e agricultores assume caráter de construção de conhecimento, superando a difusão unilateral. Em tese, o agricultor passa de objeto a sujeito da pesquisa (Mendes, 2015), numa perspectiva próxima àquela que reconhecemos nas entrevistas: a pesquisa e a Ater “junto com o produtor” – ecoando as falas de Antônio, Luzia e Geraldo. Trata-se, portanto, de uma escola ancorada em princípios freireanos – diálogo, problematização, construção coletiva – nos quais o saber técnico e o saber popular devem se encontrar na realidade.

Sob outras palavras, mas em uma mesma linha de fundamentação, aproxima-se igualmente do enfoque a que Caporal (2006) qualifica como “institucional participativo” em que retira-se dos governos e das instituições de extensão (e pesquisa, quando for o caso) o controle absoluto sobre as decisões; tal enfoque demanda, portanto, uma mudança relevante, fundamentada na participação efetiva tanto dos beneficiários quanto dos demais atores sociais envolvidos nos processos de gestão e planejamento, bem como na transformação dos critérios e instrumentos utilizados para avaliar o êxito de planos, programas e políticas públicas, assim como dos serviços ofertados.

A consolidação desse paradigma/enfoque, contudo, não se faz sem mediações. Mendes (2015), apoiando-se em Chambers (1993), elenca recomendações que permanecem atuais: i) ao agricultor, é preciso garantir oportunidade e métodos de análise e decisão sobre tecnologias; ii) a pesquisadores e extensionistas, cabe adotar novas atitudes (escuta, tradução, negociação) que assegurem o direito de escolha informada dos agricultores; iii) às instituições, cumpre reorientar estruturas (tempo,

orçamento, indicadores, governança) para dar suporte efetivo a métodos participativos. São mediações de ordem metodológica, formativa e organizacional<sup>81</sup>.

Sob o ponto de vista organizacional, são fortes as críticas em relação a desenhos das instituições de Ater. Primeiro em relação à conformação *top-down*, uma vez que “quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, tanto menos eficaz será a função educacional da extensão e tanto maior será sua utilização como veículo da política estatal” (Watts, 1987, p. 31).

Em segundo lugar, aflora uma questão estrutural – modelar –, a qual também deve ser mudada: o formato “piramidal”, “(...) em cujo topo estão os especialistas que se consideram os donos do saber e que são os mentores das diretrizes de projetos e orientações tecnológicas que devem ser executadas pelos agentes de campo” (Caporal, 2006, p. 9), parece não incompatível com uma perspectiva participativa.

### *Considerações de síntese*

A representação analisada nesta seção sinaliza um deslocamento relevante no campo da Ater, aproximando-se de uma perspectiva construtivista, educativa e participativa, em consonância com os princípios da Pnater. Diferentemente das leituras tecnicistas e instrumentais, a Ater passa a ser compreendida como processo social contínuo, coletivo e localmente situado, orientado à formação, à autonomia e à emancipação dos sujeitos.

Trata-se, portanto, de um alargamento do conceito, que rompe com a redução da Ater à prestação de serviços técnicos e a reposiciona como prática educativa e política no interior dos processos de desenvolvimento rural.

À luz da TRS, esse deslocamento se expressa por um movimento de ancoragem da Ater no campo educativo e de objetivação em práticas de formação, acompanhamento e leitura ampliada dos contextos locais. As falas destacadas no quadro 29 funcionam como âncoras simbólicas dessa representação, ao enfatizarem

---

<sup>81</sup> Ainda segundo Mendes (2015, p. 46), cada escola apresenta limitações e potencialidades. A Difusionista respondeu por avanços tecnológicos, mas mostrou-se restrita a sistemas padronizados e pouco responsiva à complexidade/diversidade da agricultura e seus atores sociais. A Sistêmica e a Participativa, por sua vez, ampliam a capacidade de gerar soluções contextualizadas, porém enfrentam desafios: a primeira tende a sobrevalorizar a dimensão produtiva em detrimento da social; a segunda enfrenta dificuldades para garantir métodos de cooperação contínua que sustentem práticas participativas em escala.

continuidade, coletividade, formação e emancipação, ao mesmo tempo em que tensionam a figura do extensionista como centro do processo.

O critério proposto por Antônio – de que o êxito da extensão se mede pela autonomia construída, e não pela fidelização de “seguidores” – sintetiza de forma contundente essa ruptura simbólica com o imaginário difusionista tradicional.

Nesse arranjo, a Ater deixa de ser concebida como uma relação dual e hierárquica entre extensionista e agricultor e passa a ser entendida como um sistema dinâmico de interações. O foco se desloca da recomendação pontual para uma teia de relações que envolve mais atores, instituições e escalas – escolas, associações, cooperativas, universidades, secretarias municipais, movimentos sociais.

Tal perspectiva rompe com a linearidade cartesiana que historicamente marcou a extensão rural brasileira e introduz uma lógica multidirecional e sistêmica, mais apta a responder à complexidade das realidades rurais contemporâneas.

Quando confrontada com as representações discutidas anteriormente, essa leitura construtivista revela a coexistência de universos simbólicos distintos que orbitam um mesmo núcleo central da Ater. De um lado, persistem sentidos ancorados na centralidade do extensionista, na transferência linear de tecnologia e na mensuração do êxito por indicadores produtivistas; de outro, emergem representações que objetivam a Ater como processo educativo, coletivo e emancipatório.

Essa coexistência evidencia sistemas periféricos em disputa e confirma que a transição paradigmática não se dá por substituição abrupta, mas por sobreposições, tensões e reacomodações graduais de sentidos.

Por fim, a consolidação dessa perspectiva participativa mostra-se dependente de mediações formativas, metodológicas e organizacionais. As críticas aos modelos institucionais *top-down* e às estruturas piramidais reforçam que não basta alterar discursos ou diretrizes normativas: é necessário reorientar tempos, orçamentos, indicadores, formas de gestão e critérios de avaliação das ações.

Nesse horizonte, a Ater construtivista delineada nesta seção não se apresenta como um modelo acabado, mas como um campo de possibilidades em disputa, cuja efetivação requer indução institucional e aprendizagem organizacional contínua, sob pena de permanecer restrita ao plano periférico das representações e das experiências isoladas.

#### 4.4. As representações sociais sobre o êxito e o insucesso da transferência de tecnologia

As representações sociais de nossos entrevistados sobre o êxito e o insucesso da transferência de tecnologia nos revelam um campo simbólico no qual o sucesso e o fracasso não se apresentam como polos opostos, mas como expressões complementares de um mesmo processo social e institucional.

À luz da TRS, percebemos que ambos os termos – êxito e insucesso – ao logo das análises feitas nos dados primários gerados nesta pesquisa, traduzem diferentes modos de significar as práticas de pesquisa e de Ater, as relações com os agricultores e as dinâmicas internas incaperianas. O quadro 30 traz um resumo das representações analisadas nesta seção.

Quadro 30 – Síntese das principais representações sobre êxito e sucesso na TT

<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>	<b>Elementos analíticos</b>
Sucesso da TT depende da credibilidade e do vínculo entre servidor e agricultor.	“A transferência dá certo quando o produtor acredita na gente e a tecnologia faz sentido pra ele” (Sebastião).	Confiança como elemento central do sistema representacional; ancoragem na relação interpessoal; legitimação simbólica do saber técnico.
Êxito associado à aplicabilidade, adequação ao contexto local e resultados percebidos no cotidiano.	“Quando o produtor vê resultado rápido e dentro daquilo que ele precisa, ele adota e recomenda” (Vera).	Objetivação do sucesso em resultados concretos; validação social da tecnologia no uso cotidiano.
Êxito vinculado ao acompanhamento contínuo, à proximidade e ao estar junto.	“A gente vê resultado quando acompanha, quando está junto. Se deixar sozinho, o produtor desanima” (Sebastião).	Objetivação da mediação na presença física; oposição simbólica presença/ausência.
Fracasso associado à desarticulação entre pesquisa e extensão.	“O produtor chega perguntando sobre algo que o Incaper lançou e a gente nem sabe do que se trata” (Terezinha).	Objetivação da ruptura comunicacional; imagem simbólica da desconexão institucional.
TT bem-sucedida quando a tecnologia é construída junto com os agricultores.	“Quando a gente constrói junto, o resultado é mais sólido e se espalha mais rápido” (João).	Representação emergente; deslocamento do repasse para o processo construtivo.
Fracasso explicado pela resistência cultural dos agricultores.	“Sempre fiz assim e deu certo” (João).	Representação estabilizadora ancorada no imaginário difusionista.

Fonte: elaboração própria (2026).

De maneira geral, identificamos que o sucesso da TT é aqui ancorado em dimensões simbólicas ligadas à confiança, à aplicabilidade do conhecimento e à presença dos servidores em campo, próximos ao público beneficiário. Ao que

verificamos, a transferência “dá certo” quando existe credibilidade na relação entre o servidor e o agricultor e quando o conhecimento técnico se converte em algo socialmente reconhecido e validado.

Conforme Sebastião, “A transferência dá certo quando o produtor acredita na gente e a tecnologia faz sentido pra ele”. Entendemos que essa ideia de “fazer sentido” nos expressa uma representação que ultrapassa o domínio técnico, ou seja, o sucesso não está apenas no uso da tecnologia, mas na relação entre os pares e sua capacidade de ser incorporada como prática cotidiana, apropriada e reconfigurada pelos sujeitos.

À luz da TRS, a confiança dos agricultores nos servidores envolvidos na TT atua como um elemento central do sistema representacional, funcionando como eixo de estabilidade e legitimidade. Quando o vínculo é construído com base nisso, o saber técnico adquire sentido social. A confiança, portanto, é organizadora simbólica tanto das representações de êxito quanto das de insucesso, isto é, ela é o solo comum sobre o qual se erguem os significados da TT.

Outro aspecto que identificamos como recorrente nas falas dos entrevistados tem a ver com a aplicabilidade e a adequação das tecnologias. Em relação ao êxito, identificamos que o mesmo é associado àquelas soluções que se mostram úteis, viáveis e ajustadas às condições do contexto local e dos agricultores. “Quando o produtor vê resultado rápido e dentro daquilo que ele precisa, ele adota e recomenda” (Vera). Essa perspectiva traduz a objetivação do sucesso da TT como a tecnologia que faz sentido, aquela que é validada no cotidiano e é percebida como solução concreta.

Por outro lado, o insucesso da TT é explicado pela inadequação das tecnologias, isto é, i) quando o que é proposto não dialoga com a realidade local, ii) quando o risco de aplicabilidade é alto ou iii) quando o conhecimento chega “pronto” e descontextualizado. Nesses casos, por conseguinte, verificamos que a representação da TT se converte em uma imagem de distanciamento entre o laboratório e a roça, entre o ideal institucional e o vivido no campo.

A presença dos servidores no território e o acompanhamento contínuo dos agricultores também aparecem como marcadores importantes das representações de sucesso em relação à TT. De acordo com a nossa análise, o êxito depende de “estar junto”, “voltar depois”, “acompanhar o processo”, ou seja, conforme nos anuncia o Sebastião: “A gente vê resultado quando acompanha, quando está junto. Se deixar

sozinho, o produtor desanima”. Essa imagem de presença materializa o ideal de mediação e de compromisso, e faz oposição à ausência, a qual, por sua vez, foi associada aos casos de insucesso.

Ademais, averiguamos que quando a TT se limita a eventos pontuais – como dias de campo, palestras ou demonstrações de método – sem um retorno do pesquisador ou extensionista ao contexto local, ela tende a ser vista como incompleta. Por consequência, essa oposição entre “estar junto” e “deixar sozinho”, entendemos refletir o modo como os entrevistados representam o valor de ações no âmbito dos processos de TT. Em suma, a presença dá sentido à prática; a ausência a deslegitima.

Outro aspecto que encontramos nos dados coletados quanto ao não êxito dos processos de TT incaperianos diz respeito à falta de comunicação entre servidores e de integração institucional. Verificamos que algumas falas expressam frustração com a desarticulação entre setores da pesquisa e da extensão, apontando-nos que em determinadas situações o conhecimento produzido não encontra canais de compartilhamento efetivos dentro da própria instituição.

O trecho recortado da fala da Terezinha nos demonstra isso, uma vez que “O produtor chega perguntando sobre algo que o Incaper lançou e a gente nem sabe do que se trata”. Analisamos que tal relato objetiva-se como um cenário em que a comunicação se interrompeu, caracterizando-se, sob o olhar da TRS como uma imagem que traduz simbolicamente a desconexão entre pesquisa, Ater e o contexto de local de atuação.

Por outro lado, advertimos que quando há diálogo de qualidade, conhecimento construído mutuamente e fluxos de informações devidamente realizáveis, parece-nos que o processo é representado aqui como exitoso. Quando há fragmentação e distanciamento entre os atores, a TT é representada como fracasso. Portanto, o sucesso e o insucesso, nesse caso, entendemos serem estruturados como efeitos opostos de um mesmo processo comunicacional.

Também emergem nas falas analisadas representações que vinculam o êxito da transferência de tecnologia a processos construtivos de conhecimento e à aprendizagem coletiva. Mantendo uma certa coerência representacional que foi analisada em outras seções desta tese, os resultados de TT têm mais êxito quando a tecnologia é construída de forma participativa, junto com os agricultores. “Quando a gente constrói junto, o resultado é mais sólido e se espalha mais rápido” (João).

Nessa visão, a TT deixa de ser compreendida como simples repasse e passa a ser concebida como processo construtivo. O êxito é visto como a participação dos sujeitos, e não apenas como adoção de uma técnica. À luz da TRS, interpretamos que essa concepção corresponde a uma representação emergente, isto é, situada nas zonas periféricas do sistema representacional correlato à TT, mas que nos anuncia um deslocamento simbólico importante, tendo como base processos de construção e participação dos diferentes atores, no contexto local.

Em contraste, averiguamos que o insucesso de processos de TT também pode ser explicado por barreiras culturais. O relato do João nos indica a existência de uma certa resistência de agricultores em relação à apresentação de determinada tecnologia, “(...) sempre fiz assim e deu certo” e, portanto, não vêm motivo para mudar”. Analisamos que essa representação é ancorada em uma imagem do agricultor como sujeito resistente, herdada do modelo difusionista clássico.

Com base na TRS, argumentamos que embora essa explicação funcione como justificativa simbólica – oferecendo ao servidor uma narrativa de controle frente ao fracasso –, ela tende a ocultar outros fatores estruturais, como as limitações institucionais, econômicas e políticas que também interferem na adoção de tecnologias, além do próprio juízo de valor que podemos fazer sobre cada uma das tecnologias a serem transferidas.

Aos olhos vieirianos, o maravilhamento pela tecnologia não foi construído nessas situações. Estamos tratando, portanto, de uma representação estabilizadora, a qual, além de proteger o senso de coerência dos entrevistados, nos revela a necessidade de revisar as representações dominantes em relação aos serviços de Ater e Pesquisa, assim como à concepção do termo tecnologia.

Por fim, uma parcela dos discursos associa o êxito e o insucesso à visibilidade e reconhecimento institucional. Quando as ações geram repercussão positiva – em eventos, parcerias ou na mídia –, são vistas como bem-sucedidas; quando permanecem invisíveis ou isoladas, representam fracasso. A TT, nesse sentido, pode ser alocada como um espelho identitário do próprio Incaper, projetando sua imagem pública e reafirmando o pertencimento das servidoras e servidores à instituição. Essa dimensão simbólica reforça o papel da TT não apenas como prática institucionalmente técnica, mas como expressão de uma memória institucional compartilhada junto à sociedade.

### *Considerações de síntese*

A análise integrada dessas representações permite compreender que o sucesso e o insucesso da transferência de tecnologia não são fenômenos opostos, mas complementares. Ambos se articulam – praticamente – em torno das mesmas categorias simbólicas – confiança, aplicabilidade, diálogo, presença e legitimidade –, variando obviamente na forma como essas dimensões se manifestam no cotidiano. O êxito é representado quando há sentido, vínculo, comunicação e coerência entre técnica e a realidade local; o fracasso, por sua vez, tem a ver com quando esses elementos se rompem ou não se realizam.

À luz da TRS, afirmamos que aqui o núcleo central dessas representações ainda é ocupado pela ideia de eficiência técnica e pela metáfora da “ponte” – com extensionistas como mediadores entre pesquisa e agricultor.

Contudo, às margens da representação principal emergem novas significações, em que a TT passa a ser concebida como processo educativo e participativo, voltado à construção de saberes. Essas representações emergentes, embora aqui também minoritárias, podem apontar para uma transição simbólica em curso no CRDR Caparaó: de uma lógica de difusão/transferência para uma lógica de mediação, diálogo e construção do conhecimento.

Em síntese, o êxito e o insucesso são dimensões complementares de um mesmo processo simbólico, que reflete tanto as continuidades quanto as rupturas na cultura institucional dos serviços de Ater e de pesquisa agropecuária. Reconhecer suas representações é compreender que o verdadeiro desafio da TT não está apenas em transferir tecnologias, mas em reconstruir permanentemente os sentidos de transferir, de modo a integrar ciência, contexto local, participação e toda uma diversidade de atores sociais e instituições.

#### **4.5. Ressignificando o termo “transferência de tecnologia”: sentidos, tensões e deslocamentos representacionais**

As respostas que obtivemos à indagação sobre uma possível substituição do termo “transferência de tecnologia” apontam-nos um campo de tensões simbólicas e discursivas no âmbito do conjunto de entrevistadas. Um panorama geral dos dados primários (quadro 31) nos revela que as maneiras pelas quais extensionistas e

pesquisadores atribuem significado a esse termo geram distintas formas de ancoragem e objetivação.

Quadro 31 – Resignificações do termo "transferência de tecnologia"

<b>Representações identificadas</b>	<b>Exemplos de falas</b>	<b>Elementos analíticos</b>
Termo "transferência" criticado por seu caráter vertical e autoritário.	"Transferir parece que é pegar algo pronto e entregar, e o que a gente faz é diferente, é construir junto" (João); "A palavra transferência já vem carregada de hierarquia" (Elza).	Ruptura de ancoragem no paradigma difusionista; crítica epistemológica e simbólica à comunicação unidirecional.
Preservação do termo por razões institucionais e pragmáticas.	"Mesmo que não seja o termo ideal, todo mundo entende" (Terezinha); "No relatório, o termo que se usa é transferência" (Sebastião).	Ancoragem institucional; o termo funciona como símbolo organizacional estabilizador e legitimador.
Proposição de novos termos mais dialógicos e participativos.	"Prefiro pensar em construção ou troca de tecnologia" (Elza); "A gente não transfere nada, a gente compartilha experiências" (Sebastião).	Objetivação de novos sentidos em verbos relacionais; representações periféricas inovadoras.

Fonte: elaboração própria (2026).

De um lado encontramos a preservação de uma linguagem institucional bem estabelecida; do outro, vemos o aparecimento de novos significados que são mais dialógicos e participativos. Assim, apontamos três tendências representativas principais.

A primeira e mais numerosa delas critica o termo "transferência", considerando-o de certa forma autoritário. A segunda tendência reúne entrevistadas que, por motivos pragmáticos e institucionais, defendem a permanência do termo. Já a terceira, que corresponde à minoria, consiste naquelas que sugerem trocas de conceitos, indicando uma mudança de paradigma que pode estar acontecendo no âmbito do CRDR Caparaó.

Entre as críticas, destaca-se a ideia de que o termo "transferência" traduz uma relação vertical e pouco participativa, em que a palavra carrega uma herança de comunicação unidirecional, aqui por nós distinguida como tipicamente alocada em práticas/relações tecnicistas associadas à modernização agrícola difusionista. A

seguir, alguns trechos de falas que ilustram tal representação: “Transferir parece que é pegar algo pronto e entregar, e o que a gente faz é diferente, é construir junto” (João); “A palavra transferência já vem carregada de hierarquia, como se um soubesse tudo e o outro nada” (Elza).

Com base na TRS, podemos interpretar esse movimento como uma ruptura de ancoragem: quando o sistema simbólico que anteriormente assegurava uma certa estabilidade da prática – no caso, o paradigma da difusão/transmissão – já não consegue mais lidar com a complexidade da experiência vivida. A objeção ao termo não é, portanto, apenas linguística, mas também epistemológica; ou seja, dele emerge uma mudança no modo como os entrevistados representam o processo de produção e “transmissão” de tecnologias.

Por outro lado, outras representações preservam o termo “transferência de tecnologia”, cientes de seu poder institucional e comunicacional. Embora admitam se tratar de uma expressão com suas limitações, entendem objetivamente que ela facilita o entendimento com gestores, formuladores de políticas públicas e o público beneficiário dos serviços. Na sequência, recortamos alguns trechos de falas: “Mesmo que não seja o termo ideal, todo mundo entende o que significa, e mudar às vezes confunde mais do que ajuda” (Terezinha); “A gente até fala em construção de conhecimento, mas no relatório, na hora de escrever o projeto, o termo que se usa é transferência” (Sebastião).

Essas declarações sugerem uma ancoragem institucional, se tratando de um fenômeno em que uma representação continua a existir devido à sua capacidade de proporcionar estabilidade, identidade e legitimidade a um grupo. Acreditamos que para esses participantes da pesquisa, o termo “transferência” cumpre a função de símbolo organizacional estabilizador, mesmo que – parte – do conteúdo prático de suas ações possa ter se transformado e que admitam que o termo pode não ser dos melhores.

Um terceiro grupo, quando indagados, sugerem novos termos e palavras alternativas à TT. As mais citadas foram “construção de conhecimento”, “compartilhamento de saberes”, “mediação tecnológica”. A princípio, entendemos que essas expressões buscam caracterizar práticas mais participativas, horizontais e menos verticalizadas, em que o conhecimento tende a ser construído a partir de processos de aprendizagens mais coletivos. Eis alguns recortes de falas que articulam elementos formadores dessa representação: “Eu não gosto da palavra transferência

porque parece que o agricultor é passivo. Prefiro pensar em construção ou troca de tecnologia” (Elza), “A gente não transfere nada, a gente compartilha experiências” (Sebastião).

Essas falas nos mostram um processo de objetivação simbólica de novos sentidos, no qual o verbo “transferir” dá lugar a imagens mais relacionais, como “trocar”, “dialogar”, “construir” e “compartilhar”. Na perspectiva da TRS, estamos lidando com representações periféricas inovadoras, as quais coexistem com um núcleo central difusionista, que mantém a centralidade do termo transferência de tecnologia, mas que anunciam uma reconfiguração das representações hegemônicas.

Alguns autores também propõem novas expressões coerentes com uma nova TT, as quais ao mesmo tempo que fazem a crítica aos pacotes tecnológicos do Difusionismo, incorporam perspectivas de métodos participativos (Caporal e Ramos, 2006; Mattos *et al.*, 2006).

O uso da expressão “disponibilização de tecnologias” ao invés de “transferência de tecnologias” não se trata somente de uma questão semântica, mas da tentativa de se atribuir um novo significado entre os atores envolvidos – diga-se agricultores-experimentadores, extensionistas e pesquisadores, dentre outros – e a chegada de novas tecnologias; na questão aqui posta, caberá ao agricultor a possibilidade de dispor de determinadas tecnologias e poder enveredar rumo àquela(s) que for(em) mais adequada(s) a seu contexto socioeconômico/cultural e que seja(m) harmônica com as condições peculiares dos agroecossistemas que estejam manejando” (Caporal e Ramos, 2006; Mattos *et al.*, 2006).

Nesse caso, o extensionista, e também o pesquisador, (por que não?) deixa de ser um “experto” em transferir tecnologias para atuar como um facilitador que trabalha com os agricultores, contribuindo para o aprender, o desenvolver e o problematizar as muitas tecnologias (Caporal, 2006; Coelho, 2014). Nesse sentido, assim como a Professora France (2014) nos orienta sobre uma ciência (com)partilhada, ela também nos recomenda uma “problematização (com)partilhada”, em que devem “(...) ser consideradas as possibilidades ambientais e as condições históricas”<sup>82</sup> de cada tecnologia (Coelho, 2014, p. 115).

---

<sup>82</sup> Tais condições dizem respeito não só “(...) a recursos financeiros, mas a condições de uso do solo e da água, do plantel de animais, das reservas florestais, dos recursos de trabalho e dos conhecimentos disponíveis, tanto do profissional quanto dos grupos sociais com os quais ele trabalha” (Coelho, 2014, p. 115).

Quanto ao que nos diz a TRS, é ao longo das margens do sistema representacional que novas representações são construídas. Para além, entendemos que quando o vocabulário novo começa a desafiar o antigo, prevemos a possibilidade de reabertura do campo simbólico da representação a novos elementos, conseqüentemente, novas clivagens.

Entretanto, mesmo com essas alterações representacionais, o termo “transferência de tecnologia” ainda cumpre um papel importante como marca identitária no imaginário da amostra de servidores entrevistados. Ele pode nos servir como uma ligação entre a história do Incaper e a sua atuação atual. O fato de o termo TT se manter deve-se – além de ser uma categoria nativa incaperiana – a uma certa legitimidade pública/coletiva e também de sua associação com a literaturas científica e técnica.

Até mesmo entre falas que o criticam, a referida expressão tem certo viés político e funcional, como um signo de reconhecimento externo. Isto é, a “transferência de tecnologia” ainda funciona como uma memória institucional condensada, que mantém a coesão simbólica do grupo e assegura continuidade à sua imagem perante os diferentes contextos a que se insere.

Vale ressaltar que essa dualidade que identificamos, portanto, entre permanência e transformação da representação é característica nos processos de reelaboração simbólica anunciados por Moscovici (2012). Por consequência, ressaltamos que o termo “transferência” ainda continua a ocupar o núcleo central da representação – diga-se, graças à sua estabilidade representacional –; mas, pela análise das falas, é importante destacar que suas zonas periféricas já contam com elementos que o deslocam para novos campos de significação.

O que antes era sinônimo de transmitir passa agora a significar dialogar, compartilhar e construir junto. O vocabulário, portanto, não apenas reflete, mas produz novas práticas, uma vez que, ao denominar de maneira diferente o que realizam, os entrevistados elaboram mais um elemento que tende a contribuir para o deslocamento do núcleo central da representação e, por conseguinte, de mudar em certa medida a forma de fazer.

*Considerações de síntese*

As representações sociais sobre o termo “transferência de tecnologia” nos mostram – mesmo que minoritariamente – um processo em curso de reelaboração semântica e institucional.

As representações de extensionistas com atuação na microrregião do Caparaó e pesquisadores transitam entre o vocabulário herdado – associado à tradição e a uma categoria nativa – e um conjunto de novas expressões que procuram traduzir práticas mais participativas e localizadas. Dito de outra forma, entendemos que o termo ainda permanece no centro como referência organizacional, mas – como já dito – é tensionado por representações periféricas que podem transformá-lo.

Mais do que uma questão terminológica, esse debate sobre mudança de termo e por consequência no universo representacional em volta da TT incaperiana pode nos expressar também uma mudança paradigmática. Diga-se, dentre outras possibilidades, a transição de uma lógica de comunicação vertical para uma lógica de mediação social do conhecimento.

Assim, o desafio colocado aos entrevistados não é apenas o de substituir uma expressão, mas o de transformar a própria racionalidade que a sustenta. A “transferência”, dentro do contexto institucional estudado nesta tese, tem indicativos iniciais representativos para passar a significar um processo de construção de sentidos compartilhados, em que a tecnologia pode ser mediada, problematizada (Coelho, 2014), negociada e reconstruída (2005a, 2005b), a partir do nível local.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção posta nesta investigação surge do entendimento de que as práticas técnicas e científicas não se reduzem a meras operações instrumentais. Pelo contrário, são atravessadas a todo tempo por significados, valores, simbologias e identidades construídas socialmente. A TRS, portanto, nessa seara, nos possibilitou adentrar o universo simbólico de ações incaperianas, evidenciando de que maneira os sujeitos constroem significados sobre suas ações e conforme os serviços e processos analisados.

Nosso objetivo foi, portanto, por meio da TRS, identificar e analisar as representações sociais de extensionistas atuantes no Centro Regional de Desenvolvimento Rural (CRDR) do Caparaó e de pesquisadores, acerca dos serviços de Ater, da pesquisa agropecuária e dos processos de transferência de tecnologia.

Durante a pesquisa, tornou-se evidente que o conjunto de servidores/os entrevistados representa um espaço onde se cruzam diferentes tempos, paradigmas e formas de entendimento. Por um lado, traz consigo a herança da Emater, da Emcapa e da tradição difusionista, que se caracteriza pela relação direta e hierárquica entre pesquisa, extensão e difusão tecnológica. Por outro lado, está inserido em um cenário que dialoga com a atualidade, formado por disputas simbólicas e epistemológicas em torno do papel da ciência, da tecnologia e dos serviços de Ater e pesquisa.

Nesse entrecruzamento, extensionistas e pesquisadores constroem suas representações, que aqui se expressaram tanto em permanências históricas quanto em movimentos de resignificação. As muitas falas analisadas, mesmo diante de certas questões institucionais, demonstram um esforço por parte de servidores no que concerne uma certa análise e reinterpretação do próprio trabalho e suas finalidades. A Ater, a pesquisa, a difusão e transferência de tecnologias e o próprio termo tecnologia destacaram-se, desta forma, como categorias vivas, em certa medida com processos de reformulação de suas representações sociais.

A Teoria das Representações Sociais mostrou-se um referencial particularmente rico para compreender essas dinâmicas. Ao conceber o conhecimento como um fenômeno social, nos possibilitou entender que as representações não são meras opiniões individuais, mas estruturas de sentido que orientam práticas, organizam relações e legitimam discursos.

Importante ressaltar que não buscamos avaliar indivíduos isolados, mas sim campos representacionais que são compartilhados socialmente e historicamente produzidos, mas também institucionalmente sedimentados e cotidianamente atualizados. Enfatizamos ainda que a TRS nos permitiu avançar para além da descrição de opiniões, buscando revelar núcleos de sentido, suas zonas periféricas e algumas contradições institucionais.

Com base no conteúdo das falas de um conjunto de servidores – parte deles atuantes no Centro Regional de Desenvolvimento Rural Caparaó –, as representações sobre a Ater, pesquisa e transferência de tecnologia nos revelaram um mosaico de significações, o qual entendemos como um reflexo de tensões entre o técnico e o científico, o empírico e o normativo, o difusionista e o participativo. Tais representações atuam como matrizes simbólicas, as quais nos ajudam a explicar tanto as resistências à mudança quanto as aberturas a novas formas de agir e pensar a pergunta problema desta pesquisa.

Em maior amplitude, apontamos a existência de um núcleo central difusionista, o qual é historicamente hegemônico, mas com a emergência de representações periféricas de cunho participativo, educativo e localmente situado. Tal coexistência acreditamos não se tratar de mero atraso institucional, mas da expressão i) das próprias histórias da Ater e da pesquisa agropecuária brasileiras; ii) das formas de admissão e das formações/capacitações dos quadros técnicos; iii) assim como das lacunas/potencialidades das políticas públicas.

Verificamos que o termo tecnologia vai da representação de um processo neutro a um campo simbólico e político, aparecendo ora como produto da ciência, ora como instrumento neutro, ora como mercadoria e, minoritariamente como processo social e relacional.

No diálogo que fizemos com Vieira Pinto (2005a, 2006b), concluímos que, nas representações analisadas, o “maravilhamento” pela tecnologia não desapareceu, mas foi reelaborado, convivendo com certas práticas mais críticas ao termo, sobretudo a seus impactos ambientais. Ademais, também identificamos que a “tecnologia” não se trata de apenas um meio – visando, por exemplo, a modernização agrícola –, mas como um operador simbólico das ações dos entrevistados.

Verificamos uma ambivalência importante, em que a pesquisa é representada como atividade especializada, distante e legitimada pela ciência clássica (Santos, 2008) e, sob outra perspectiva, como prática que ganha sentido quando dialoga com

a extensão e com agricultores. Hegemonicamente, todavia, a integração pesquisa-Ater nos parece delimitada por fronteiras simbólicas entre “quem pesquisa”, “quem difunde/transfere” e “quem recebe”.

Em relação à representação sobre pesquisa agropecuária, sob uma primeira perspectiva, não vinculada em nenhum momento ao Incaper, aparece próxima ao universo científico, objetivada como descoberta, método e solução de problemas, capaz de responder às “dores” do público e promover desenvolvimento em diferentes escalas – do rural ao social.

Uma segunda representação sobre a pesquisa surge mais associada ao Incaper. Ela é distinguida entre pesquisa básica e aplicada, sendo esta última representada como uma prática voltada diretamente para (e não com) os agricultores, objetivados como “público-alvo”. Tal representação reforça uma concepção difusionista e verticalizada das ações, na medida em que os agricultores não aparecem como sujeitos de conhecimento, mas como receptores de pacotes tecnológicos elaborados previamente, em um contexto de modernização conservadora (Caporal e Ramos, 2006), no âmbito da escola Difusionista (Souza, 1995 citado por Mendes, 2015).

Analisamos ainda uma terceira representação sobre a pesquisa, que é alternativa a essa representação hegemônica verticalizada e que se baseou no “nós” – extensionistas e agricultores e pesquisadores. O agricultor foi visto como sujeito do conhecimento e o *locus* da pesquisa foi deslocada para o contexto local – reverberou, portanto um “fazer com”. Tal representação emerge das falas/experiência local relacionadas à pesquisa-ação, a qual, a rigor entendemos como uma estratégia epistemológica e metodológica capaz de romper com a lógica unilateral da difusão/transferência de tecnologia.

Identificamos, portanto, a experiência de pesquisa-ação no âmbito do CRDR Caparaó como a objetivação dessa representação, e um espaço próprio para o deslocamento do núcleo central difusionista. Verificamos ainda a reancoragem dos critérios e relevância para pesquisa pública, rumo a perspectivas para além do econômico e de uma certa aproximação a princípios da Pnater.

Quanto à Ater, chegamos a um campo amplo e atravessado por disputas simbólicas, no qual coexistem representações distintas e, por vezes, tensionadas.

Dentre as principais representações analisadas, primeiro destacamos a bipartição entre assistência técnica e extensão rural. Sendo aquela objetivada como

“apaga-fogo”, concentrada em sentidos associados à intervenção pontual, reativa e produtivista, fortemente ancorados no paradigma difusionista e modernizador. Trata-se, portanto, de uma forma de atuação que dialoga com a gênese histórica da extensão rural brasileira e com seus desdobramentos conservadores, reproduzindo práticas e metodologias centradas na transferência vertical de tecnologias e na persuasão dos agricultores para a adoção de pacotes tecnológicos.

Em contraposição, a extensão rural aparece como uma categoria mais ampla, processual e socialmente orientada, aproximando-se do discurso normativo e político-institucional da Pnater. As falas associadas a essa representação enfatizaram metodologias coletivas, mediação de saberes e articulação entre dimensões produtivas e sociais do desenvolvimento rural. Sob a ótica da TRS, a extensão assume aqui um papel de categoria englobante, capaz de incorporar a assistência técnica como uma de suas ferramentas, deslocando-a de uma posição central e exclusiva para um lugar subordinado a um projeto mais amplo de intervenção educativa e social.

Entretanto, a coexistência dessas representações não se deu de forma harmônica ou linear, indicando a permanência de elementos do núcleo difusionista, mesmo quando discursos mais participativos sobressaíram.

Entendemos que esse cenário nos sugere um campo representacional em transição, no qual sentidos tradicionais e participativos se articulam de maneira tensa, refletindo tanto as trajetórias da Ater brasileira e institucional do Incaper, quanto os limites e possibilidades impostos pela formação acadêmica, pelas experiências profissionais e pelas condições concretas de trabalho dos entrevistados.

Uma segunda representação principal sobre a Ater, a representa sem subdivisões, mas configurando um arranjo representacional paradoxal: unifica o termo, mas mantém em disputa seus sentidos internos, oscilando entre a reprodução do núcleo difusionista e a incorporação de referências contemporâneas: com o aparecimento nas falas de determinados termos, destacamos: processo, missão, políticas públicas, desenvolvimento.

Essa oscilação é compatível com contextos institucionais de transição paradigmática, nos quais práticas e linguagens tradicionais persistem ao lado de tentativas de ampliação do escopo da Ater. À luz da TRS, a focalização (Vala, 1993), ajuda a explicar a variabilidade das ênfases, enquanto que a herança organizacional e formativa contribui para a continuidade do paradigma difusionista como referência forte para interpretar e realizar a Ater.

Contudo, as falas também nos apontam clivagens e deslocamentos, os quais entendemos como indícios de uma ressignificação em curso, em que alguns dos entrevistados reconhecem seu papel de mediador para o desenvolvimento (também social). Tal movimento sugere que, mesmo dentro de um núcleo central difusionista, novas representações começam a se articular em sua periferia, buscando conciliar o rigor técnico com o compromisso educativo e social da extensão pública, apontado, a rigor, pela Pnater.

É nesse contexto que identificamos e analisamos uma outra representação sobre a Ater, aproximando-se de uma perspectiva construtivista, educativa e participativa, em consonância mais direta com os princípios da Pnater. Diferentemente das leituras tecnicistas e instrumentais, a Ater passa a ser compreendida como processo social contínuo, coletivo e localmente situado, orientado à formação, à autonomia e à emancipação dos sujeitos.

Trata-se, portanto, de um alargamento do conceito, que rompe com a redução da Ater à prestação de serviços técnicos e a reposiciona como prática educativa e política no interior dos processos de desenvolvimento rural.

À luz da TRS, esse deslocamento se expressou por um movimento de ancoragem da Ater no campo educativo e de objetivação em práticas de formação, acompanhamento e leitura ampliada dos contextos locais. A Ater deixa de ser concebida como uma relação dual e hierárquica entre extensionista e agricultor e passa a ser entendida como um sistema dinâmico de interações. O foco se desloca da recomendação pontual para um emaranhado de interações, atores, instituições e escalas.

Essa perspectiva rompe, então, com a linearidade cartesiana que historicamente marcou a extensão rural brasileira e introduz uma lógica multidirecional e sistêmica, acreditamos mais apta a responder à complexidade das realidades rurais contemporâneas. Sua consolidação mostra-se dependente de mediações formativas, metodológicas e organizacionais. As críticas aos modelos institucionais *top-down* e às estruturas piramidais reforçam que não basta alterar discursos ou diretrizes normativas: é necessário reorientar tempos, orçamentos, indicadores, desenho organizacional, formas de gestão e critérios de avaliação das ações.

A transferência de tecnologia, por sua vez, tratou-se também de um conceito em disputa. Ela é, simultaneamente, uma unidade administrativa, um processo

transversal e uma categoria (nativa) polissêmica. Pelo que percebemos, a ausência de uma definição institucional evidente amplia a autonomia prática.

A exemplo da Embrapa, em estudo robusto feito por Borsatto, Bergamasco e Bianchini (2017), verificamos a existência de um núcleo central ainda ocupado pela ideia de eficiência técnica e pela metáfora da “ponte” – com extensionistas como mediadores entre pesquisa e agricultor; mas, em suas zonas periféricas emergem novas significações, em que a TT passa a ser concebida como processo educativo e participativo, voltado à construção de saberes.

Essas representações emergentes, embora aqui também minoritárias, podem apontar para uma transição simbólica em curso no CRDR Caparaó: de uma lógica de difusão/transferência para uma lógica de mediação, diálogo e construção do conhecimento.

Quando perguntamos sobre o que deu ou não deu certo em processos de TT, êxito e o insucesso mostraram-se dimensões complementares do mesmo processo simbólico. Reconhecer suas representações é compreender que um desafio importante da TT incaperiana pode não estar apenas em transferir tecnologias, mas em reconstruir permanentemente os sentidos de transferir, de modo a integrar ciência, o contexto local, a participação ampliada e toda uma diversidade de atores sociais e instituições.

As representações sociais sobre o termo “transferência de tecnologia” nos mostram – mesmo que minoritariamente – um processo em curso de reelaboração semântica e institucional. Em relação ao termo em si, concluímos que há a relevância de um vocabulário herdado – associado à tradição e a uma categoria nativa –, mas ao mesmo tempo um conjunto de novas expressões que procuram traduzir práticas mais participativas e localizadas.

Entretanto, o desafio colocado aos entrevistados não é apenas o de substituir uma expressão, mas o de transformar a própria racionalidade que a sustenta. A “transferência”, dentro do contexto institucional estudado nesta tese, tem indicativos iniciais representativos para passar a significar um processo de construção de sentidos compartilhados, em que a tecnologia pode ser mediada, problematizada (Coelho, 2014), negociada e reconstruída (Viera Pinto, 2005a, 2005b), a partir do nível local.

Como um panorama a título de generalidade e transversal a todos os termos cujas representações almejamos aqui identificar e analisar, verificamos tensões entre

um núcleo difusionista e práticas periféricas voltadas para perspectivas mais dialógicas e participativas (Coelho, 2014; Freire, 1983). Mesmo que periféricas, reconhecemos o potencial dessas práticas para operarem como matéria-prima de transformação institucional, do plano simbólico, ao organizacional.

Ademais, arriscamos inferir que os resultados desta tese podem ser configurados como um paralelo à história da Ater no Brasil, todavia, antes sob uma perspectiva representacional do que cronológica. Aquilo que na história da Ater aparece como etapas ao longo do tempo, em nosso estudo de caso aparece como camadas simbólicas simultâneas.

O núcleo central a que concluímos trata-se de algo semelhante àquele estruturante da Ater desde as Acar's, Abcar, Embrater – quer seja, ancorado no paradigma rogeriano e no produtivismo modernizador. Apesar da Pnater, ele não desaparece e nem é eliminado por novos discursos, apenas deixa de ser exclusivo. Portanto, tentamos mostrar na tese que esse núcleo se encontra em funcionamento vivo, não apenas como uma herança histórica.

Respaladas as devidas proporções, as representações da Ater com processo educativo, da tecnologia como uma construção coletiva e da TT como uma certa mediação podem colocar-se como equivalentes simbólicos da “nova Ater”, da “Pnater”, de um “novo profissionalismo”, dentre outros termos acadêmico-institucionais. Na tese, vale destacar, alocadas nas periferias representacionais, relacionadas a experiências locais, dependentes de trajetórias mais individualizadas e de arranjos específicos.

Ressaltamos que a TRS nos mostrou como determinadas ações são justificadas simbolicamente e, para além, como mudanças institucionais exigem também deslocamentos representacionais. Além disso, defendemos que políticas públicas normalmente falham quando ignoram os universos simbólicos dos atores envolvidos. Assim sendo, apontamos a importância de espaços internos de reflexão/capacitação (continuada) dos servidores. A depender de como tais espaços sejam operacionalizados, considerar a possibilidade de alinhamentos simbólicos entre pesquisa, Ater e TT pode não ser algo deveras utópico.

Dentre os limites deste estudo, reconhecemos seu recorte restrito, focado sobretudo em apenas um dos dez Centros Regionais de Desenvolvimento Rural incaperianos, além de não considerar as muitas outras unidades/instâncias que compõem a Instituição. Reconhecemos também o foco exagerado em servidores e a

ausência direta das vozes de outro grupo de atores sociais importantíssimo para qualquer investigação no âmbito da Ater e pesquisa agropecuária públicas – neste caso, os agricultores familiares.

Em derradeiro, como proposições de pesquisas futuras dentro do guarda-chuva temático aqui explorado, sugerimos a inclusão dos agricultores como sujeitos (pensadores/realizadores) da pesquisa e uma expansão longitudinal da análise das representações no âmbito do Incaper.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. **Représentations sociales**: aspects théoriques. In: ABRIC, Jean-Claude (org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- ALBAGLI, S. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, Jul./Dez. 2001.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A Guerrilha Esquecida**: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil, 2014.
- ALVES, Eliseu Roberto de Andrade; SANTANA, Carlos Augusto Mattos; CONTINI, Elísio. **Extensão rural**: seu problema não é a comunicação. 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Regiões Hidrográficas Brasileiras**. Brasília: ANA, 2015.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 157-176, 2007.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, Nov. 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASTOS, J. A. Educação Tecnológica: conceitos, características e perspectivas. **Revista de Tecnologia e Interação**, p.32, 1998. Coletânea educação e tecnologia.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63.
- BAUER, Martin W. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 229-257.
- BAUMGARTEN, M. Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social. (2008b) In: **Parcerias Estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 26, p. 101-123, junho de 2008.

BAUMGARTEN, M. Tecnologias sociais e inovação social. In: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BORGES DE LIMA, Túlio Luís; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Dinâmica dos sistemas agrários no Caparaó capixaba. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, e40011730071, 2022.

BORGES DE LIMA, Túlio Luís. Pronunciamento na 32ª sessão ordinária de 2023 da Câmara Municipal de Lúna – **Demonstração de Resultados**. YouTube, dez. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uoOLvbQCn74&list=PLhiQ1MQfya78e5QzIAIOuZemXBCJ5pfHa>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BORSATTO, Ricardo Serra; BERGAMASCO, SMP; BIANCHINI, Valter. Transferência de tecnologia ou compartilhamento de conhecimentos. **Desvendando o papel da Embrapa no desenvolvimento rural**. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

BRANDÃO, F. C. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas - PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. 2001. 171f. Dissertação (Mestrado de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2013–2015**. Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Realizar a inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 25 jan. 2026.

CABECINHAS, Rosa. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia** (Ribeirão Preto), 14(28), 125–137, 2004.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes et al. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Extensão Rural**, n. 16, p. 84-116, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 517 f. Tese (Doutorado em Agroecología, Campesinado e História) – ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma nova ATER pública. **Extensão Rural**, n. 10, p. 1-20, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural** – contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. 166p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M. da; OLIVEIRA, M.A.C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, 2014. p. 19-48.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, setembro de, 2006.

CARNEIRO, Maria José. " Rural" como categoria de pensamento. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 2, n. 1, 2008.

CARVALHO, Jairo Dias. Tecnologia, política e filosofia em Álvaro Vieira Pinto. **Pensando-Revista de Filosofia**, v. 8, n. 15, p. 21-30, 2017.

CASTRO, Alberto William Viana de Castro. Análise comparativa dos modelos de geração, difusão e transferência de tecnologia dos institutos públicos de pesquisa e institutos de pesquisa mistos, no agronegócio florestal da região sul. 2005.

CASTRO, César Nunes de. Pesquisa agropecuária pública brasileira: histórico e perspectivas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, vol. 15, jul.-dez., 2016.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo**. 2. ed. Suprema Gráfica, 2014. 188p.

CORRÊA, R. F. (2010). **Tecnologia e Sociedade: Análise de Tecnologias Sociais no Brasil Contemporâneo**. 1, 149.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

DE OLIVEIRA CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Representação social da pesquisa e da atividade científica: um estudo com doutorandos. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 12, p. 37-46, 2007.

DE OLIVEIRA CHAMON, Edna Maria Querido. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 21-33, 2006.

DERETI, Rogério Morcelles. Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 19, 2009.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

DE SOUZA SILVA, José. A inovação da inovação na pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 2, p. 635-649, 2011.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

DIAS, R; NOVAES, H. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. DAGNINO, R. (org.) Campinas: Unicamp, 2009.

DIESEL, Vivian *et al.* Visões sobre desenvolvimento e extensão rural. **XI JORNADAS NACIONALES DE EXTENSION RURAL. III JORNADAS DE EXTENSION DEL MERCOSUR**. Universidad Nacional de La Plata. Argentina, 2002.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná e NEUMANN, Pedro Selvino. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C, SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2015. Pp 107-128.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e14800-e14800, 2022.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, 2018.

DUARTE, Daniel do Nascimento. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural –INCAPER**. 2012. 188 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

ECHEVERRÍA, J. **Introdução à metodologia da ciência**. Coimbra: almedina, 2003.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo: cobertura florestal por bacia hidrográfica**. Vitória: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), 2016.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). **Balço social**. Vitória: Incaper, 2013–2018. Disponível em: <<https://biblioteca.incaper.es.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 1.005, de 1º de abril de 2022**. Altera a Lei Complementar nº 633, de 10 de agosto de 2012, para reestruturar a carreira de Analista do Executivo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 1º abr. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 1.036, de 30 de março de 2023**. Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 697, de 29 de maio de 2013, que reorganiza os cargos e as respectivas carreiras dos servidores efetivos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 30 mar. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 697, de 29 de maio de 2013**. Reorganiza os cargos e as respectivas carreiras dos servidores efetivos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 29 maio 2013.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Organograma do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão rural. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 05 de abril de 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **PEDEAG 4**: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba 2023–2032. Volume 4: Diagnóstico Ambiental. Vitória: SEAG, 2023.

EMBRAPA. **Transferência de tecnologia e intercâmbio de conhecimento**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 31 out. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 194/2000. Dispõe sobre a transformação da Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMCAPER em Autarquia e dá outras providências. 2000. Disponível em: [Erro! A referência de hiperlink não é válida.](#). Acesso em 28 mar 2023.

ESPÍRITO SANTO. Incaper faz primeira convocação de aprovados em concurso público. **Portal Inteligente ES.GOV**, Vitória, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/incaper-faz-primeira-convocacao-de-aprovados-em-concurso-publico>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)**. Edital de Concurso Público nº 001/2022. Vitória: Diário

Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/>. Acesso em: 14 dez 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG)**. *Portaria nº 002-R, de 04 de fevereiro de 2020*. Institui banco de projetos de pesquisa voltados para avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados a partir da adoção de tecnologias e do acesso às políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura, pecuária, abastecimento, aquicultura e pesca. *Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo*, Vitória, ES, 5 fev. 2020. Seção Executivo. p. 35-36.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Tereza Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostra em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 169-186, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, Alan Ferreira de. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: uma abordagem relacional. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. Representações Sociais do Trabalho Artesanal: Estudo de Caso de uma Associação de Artesãos em Viçosa, Minas Gerais – Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, nº.1, p. 43-66, jul./dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOLLO, Alexandre Magno Lopes. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)**: um estudo sobre fóruns, arenas e coalizões em uma política pública. 2022.

GOLLO, Alexandre M. L.; MEDEIROS, Jenifer C.; ROMARCO DE OLIVEIRA, Marcelo L. Políticas públicas de extensão rural: das origens do difusionismo à PNATER. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia (org.). **Extensão rural: trajetórias e desafios**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 139-176.

GOMES, Geovane Ferreira; SOUSA, Cidoval Morais de; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Tecnologia e sociedade: Álvaro Vieira Pinto e a filosofia do desenvolvimento social. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 129-144, 2017.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2021.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 191-228.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. **Pronaf: resultados e desafios**. Brasília: IICA/MDA, 2000.

GUIMARÃES, Gabriel Pinto et al. Avaliação da qualidade do solo e de cafeeiros em propriedade familiar do Território do Caparaó-ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(3): 236-246 (2013). ISSN: 1980-9735.

HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha Hoffmann. Representações sociais: delineamentos de uma categoria analítica. **Em Tese**, v. 1, n. 2, p. 92-106, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html>. Acesso em: 15 dez. 2025.

IBGE. **IBGE Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 mai 2022.

INCAPER. **Planejamento Estratégico do Incaper**. Vitória, ES: Incaper, 2012. \_\_\_\_\_ . **História**. 2023a. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em 28 mar 2023.

\_\_\_\_\_. **Missão, Visão e Valores**. 2023b. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/missao-visao-e-valores>. Acesso em 28 mar 2023.

\_\_\_\_\_. **Organograma**. 2023c. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/organo-grama>. Acesso em 21 mar 2023.

\_\_\_\_\_. **Unidades**. 2023d. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/unidades>. Acesso em 03 jun 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão 2020**. Vitória: Incaper, 2021. (Documentos n. 281). Disponível em: <https://incaper.es.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **IJSN no Censo: saiba quais os nomes mais populares no Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 6 nov. 2025. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/noticias/ijsn-no-censo-saiba-quais-os-nomes-mais-populares-no-espírito-santo>. Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS). **Guia para elaboração de estudos de caso.** (2009)

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos.** 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 297-322.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 62-85.

KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergencia**, v. 13, n. 42, p. 73-93, 2006.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência.** Editora 34, 1993.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Estrutura normativa e implementação de políticas públicas. In: **Avaliação de políticas públicas.** MADEIRA, Ligia Mori (Org.). Porto Alegre: UFRGS Editora; 2014, 1ª Edição, p. 50-63.

LIMA, Túlio Luís Borges; TOLEDO, Carla; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. A Lei de ATER e seus princípios: uma reflexão a partir de um escritório local do INCAPER. **Revista Espacios**, v. 38, p. 5, 2017.

LOPES, Renato de Carvalho. **A ação extensionista frente aos desafios da Ater digital: uma análise sobre a Emater-DF.** 2021.

MARQUES, Flávia Charão. Múltiplos atores e o potencial do conhecimento: repensando a relação pesquisa e extensão no desenvolvimento rural. Bracagioli Neto, Alberto, Charão-Marques, Flávia (org.). **Extensão rural: trajetórias e desafios** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. Cap. 6, p. 177-207, 2023.

MATTOS, Luciano *et al.* **Marco referencial em agroecologia.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A abordagem estrutural das representações sociais. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 14/15, p. 17–37, 1º e 2º sem. 2002.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling *et al.* Avaliação participativa da sustentabilidade de lavouras cafeeiras em sistemas agroflorestais no sul do Espírito Santo: resultados parciais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

MENDES, Cássia Isabel Costa. Transferência de tecnologia da EMBRAPA: rumo à inovação. **Universidade Estadual de Campinas**, 2015.

MENDES, Cássia Isabel Costa; BUAINAIN, Antônio Márcio. Transferência de tecnologia agrícola: relato de algumas experiências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com parceria público-privada. In: **Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em Anais de Congresso (ALICE)**. In: Congresso Latino-Iberoamericano da Gestão de Tecnologia. 2013.

MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes; LIMA, Claudia Maria de. A teoria das representações sociais nos estudos sobre representações de professores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 549-576, 2009.

MICHAELIS. Pesquisa. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/supetao/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MICHAELIS. Supetão. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/supetao/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 89-112.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 7-16.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º Sem. 1996.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 183-207, 2015.

NÚÑEZ, J. **La ciencia y la tecnología como procesos sociales. Lo que la educación científica no debería olvidar**. (2000).

OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 1, p. 17-49, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Aparecida de. **As Representações Sociais de Tecnologistas e Pesquisadores sobre a Atividade de Pesquisa**. 2013.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. 2008.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e financiamento. **Agenda Legislativa para o Desenvolvimento Nacional**, v. 1, 2017.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil e no mundo: qual o papel da ater pública?**. 2022.

PEREIRA, Pedro Antônio Arraes; DEL PELOSO, Maria José; GOIÂNIA–GOIÁS, Emater. NOVO MODELO DE EXTENSÃO RURAL PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS INOVADORAS. **Comissão Organizadora**, p. 310, 2017.

PREMEBIDA, A. **As biotecnologias e a politização da vida**. 2008. 283f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 777-796, 2009.

RIVERA, William M.; QAMAR, M. Kalim; VAN CROWDER, L. **Agricultural and Rural Extension Worldwide**: Options for Institutional Reform in the Developing Countries. Disponível em: <https://www.innodev.org/sites/default/files/Agricultural%20rural%20extension%20worl>

[dwide\\_options%20for%20institutional%20reforms%20in%20developing%20countries.pdf](#). Acesso em: 18 jan. 2026.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro Rocha; MACHADO, Magali dos Santos; De Oliveira Filho, Eduardo Cyrino. Integração Produto-Cliente: uma proposta de interação entre a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a Transferência de Tecnologia (TT). **Documentos**, 2012.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: Da instalação da corte portuguesa ao início da República. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 21-38, 1987.

ROGERS, Everet. M. e SHOEMAKER, F. Floyd. **La comunicacion de innovaciones**. México: Herrero Hermanos, 1974.

ROGERS, Everett M. **Diffusion of Innovations: modifications of a model for telecommunications**. 1995.

RUTKOWSKI, J. Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento Social e Solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SEAMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo 2007 – 2008 / 2012 – 2015**. Cariacica – ES: IEMA, 2018.

SÁBATO, Jorge. **El comercio de tecnología**. 1972.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

SÁ, Celso Pereira de; Arruda, Angela. O estudo das representações sociais no Brasil (The study of-the social representations in Brazil). **Revista de Ciências Humanas**, 0(2), 11–31, 2000.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geographia Nacional. **Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo**. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, E. M. B. (2013). Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)* **Revista De La Solcha**, 3(1), 117-143.

SÁ-SILVA, Jacson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, n. I, Jul. 2009.

SCHLOTTFELDT, Carlos Bicalho. Difusão de tecnologia e extensão rural na EMBRAPA: reflexões conceituais e práticas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 1/3, p. 98-112, 1991.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, p. 128-133, 2000.

SILVA, Alessandra Maria da; PONCIANO, Nirlado José; CEZAR, Lilian Ságio; SOUZA, Paulo Marcelo de. **Gênero, políticas públicas e extensão rural: uma análise a partir das representações de extensionistas rurais da microrregião Rio Doce, Espírito Santo**. In: **CONGRESSO DA SOBER, 55., 2017**, Santa Maria, RS. Anais... Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SILVA, Gildemarks Costa. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, p. 839-857, 2013.

SILVA, Sílvio Éder Dias da; CAMARGO, Brigido Vizeu; PADILHA, Maria Itayra. A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, p. 947-951, 2011.

SILVA, S. P.; SCHNEIDER, S. Territórios da Cidadania: limites e possibilidades de uma abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 689-706, 2014.

SIMON, Álvaro Afonso. A Pesquisa-Ação: O extensionista como sujeito-objeto. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

SPAVIER FERREIRA, Makhalsey. **Nº de servidores do Incaper para pesquisa de Doutorado**. Mensagem enviada para: Túlio Luís Borges de Lima. Vitória, 23 out. 2025. (mak@incaper.es.gov.br). [mensagem eletrônica].

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2ª edição, p. 117-145.

THOMAS, H. Tecnologías para la inclusión: El desafío de la adecuación socio-técnica. **Simpósio - Tecnologías Sociais, Divulgação de C&T e Inovação na América Latina**. 4ª Reunião Ciência, Tecnologia e Sociedade. [Anotações pessoais] Porto Alegre, 2008.

THOMAZINI, André; AZEVEDO, Humberto Carlos Almeida; MENDONÇA, Eduardo Sá. Perdas de solo, água e nutrientes em sistemas conservacionistas e convencionais de café no sul do estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 150-159, 2012.

VALA, Jorge. Representações sociais\_ para uma psicologia social do pensamento social in: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (Eds.). **Psicologia Social**, p. 352-384, 1993.

VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. 1994.

VERASZTO, Estéfano Vizconde *et al.* Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma. com**, n. 8, p. 19-46, 2009.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0209, maio/ago. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**, vol. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

\_\_\_\_\_. **O Conceito de Tecnologia**, vol. 2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

WATTS, L. H. Estructura Organizativa de la Extensión Agrícola. In: SWANSON, B. E. (Comp.) **La extensión agrícola**: manual de consulta. Roma: FAO, 1987. p. 23-45.

**APÊNDICE 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: \_\_\_\_\_

Data de entrada no Incaper: \_\_\_\_\_

Cargo no Incaper: \_\_\_\_\_

Data, hora e local da entrevista: \_\_\_\_\_

1. Conte um pouco da sua formação acadêmica.
2. Antes de chegar ao Incaper, você teve outras experiências profissionais? Quais?
  - 2.1. Conte um pouco da sua trajetória no Incaper.
  - 2.2. Imaginava trabalhar com Ater ou pesquisa públicas?
  - 2.3. Por que você veio para o Incaper?
3. Ao seu ver, qual é o público prioritário com o qual você trabalha? Como você chama esse público?
4. Para você, o que é Ater?
5. Qual foi a primeira vez que você ouviu falar em extensão rural?
6. Você estudou extensão rural durante sua formação acadêmica? Conte um pouco.
7. O que é extensão rural para você?
8. Para você, o que é pesquisa agropecuária?
9. Você trabalhou com pesquisa durante sua formação acadêmica? Conte um pouco.
10. Qual a sua opinião sobre o Incaper ter juntado pesquisa com Ater em um órgão só?
11. Ao seu ver, extensionista tem condições de fazer pesquisa? Por que? Como?
12. Ao seu ver, pesquisador tem condições de fazer extensão? Por que? Como?

13. Você estudou/aprendeu o fazer extensão rural no Incaper? Como?
14. Você estudou/aprendeu o fazer pesquisa no Incaper? Como?
15. Conhece a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)? Qual a sua opinião sobre ela?
16. Você recebeu alguma capacitação relativa à Pnater durante seu trabalho no Incaper?
17. O que você entende por “tecnologia”?
18. Você já ouvir falar em transferência de tecnologia no âmbito do Incaper? Onde?
  - 18.1. O que você entende por “transferência de tecnologia”?
19. Você considera que trabalha com transferência de tecnologia? Por que?
20. Ao seu ver, quem realiza ou faz parte dos processos de transferência de tecnologia do Incaper?
21. Você se considera um transmissor de tecnologia? Quais as principais formas de transferência de tecnologia você considera fazer?
22. Como você imagina que se dá um processo de transferência no Incaper?
  - 22.1. Quais características você lhe atribui?
  - 22.2. Como você analisa os seus resultados?
23. Quais as principais questões a serem enfrentadas pela transferência de tecnologia no Incaper?
24. Ao seu ver, de onde vem a referência para a forma como se dá a transferência de tecnologia no Incaper?
25. Na sua visão, quais os objetivos principais da transferência de tecnologia?
  - 25.1. E qual(ais) é(são) seu(s) beneficiário(s) principal(ais)?
26. Ao seu ver, quais são os pontos principais de um processo de transferência de tecnologia do Incaper?
27. O que você destaca como positivo e como negativo nos processos de transferência de tecnologia do Incaper?

28. Quais são os principais temas/assuntos a serem foco dos processos de transferência de tecnologia? Ao seu ver, como são ou devem ser definidos?
29. Você considera o termo “transferência de tecnologia” adequado? Se não, o substituiria por algum outro termo? Qual e por que?
30. O que você entende por desenvolvimento rural?

## APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Servidores e Servidoras do Incaper)

1ª via – do participante da pesquisa / 2ª via – do pesquisador

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER) – ES SOBRE O(S) PROCESSO(S) DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NOS SERVIÇOS DE ATER NA REGIÃO DO CAPARAÓ”, a ser realizada pelo doutorando em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Túlio Luís Borges de Lima, sob a orientação do Professor Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

1. OBJETIVO: realizar um estudo no âmbito do Incaper, buscando aprofundar em determinados aspectos de sua história, assim como identificar e analisar suas representações sociais no que se refere ao(s) processo(s) de transferência de tecnologia (TT) em seus serviços de pesquisa e assistência técnica (Ater), com foco principal nos serviços de Ater, no âmbito do Centro Regional de Desenvolvimento Rural Caparaó.

2. JUSTIFICATIVA: dentre as justificativas do projeto, apontam a importância em se desenvolver uma tese tendo como objeto de pesquisa o Incaper, assim como a Microrregião do Caparaó; a relevância em dar foco aos processos de TT nos serviços de Ater e ao universo conceitual do termo tecnologia; além da possibilidade de ouvir os servidores do Instituto.

3. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em conceder entrevista de forma presencial ou via plataforma digital, combinada previamente e adequada a (ao) entrevistada (o), com duração mínima de 40 minutos ou conforme seu interesse e disponibilidade. A entrevista será gravada em áudio e/ou vídeo para fins de transcrição e análise dos dados pelos pesquisadores e sem o uso posterior de imagem ou áudio. Sua participação é voluntária. Seu nome será mantido em sigilo, assegurado assim a sua privacidade e, se desejar, será informado dos resultados dessa pesquisa.

4. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar no decorrer da entrevista estranhamento, ou constrangimento. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento, uma vez que sua recusa ou desistência não acarretará em nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores e/ou a universidade que representam. Para minimizar os riscos da pesquisa, o sigilo sobre sua identidade será tratado com todo rigor para que não haja risco de exposição dos seus dados e que não ocorra comprometimento econômico, jurídico ou social. Os dados coletados serão analisados e poderão ser publicados. Esta divulgação não ameaçará o sigilo das informações, uma vez que ocorrerá, predominantemente, de forma agregada, ou recorrerá a nomes fictícios. A realização da entrevista também não trará risco a sua instituição, uma vez que tais dados serão sigilosos. Reiteramos que os riscos mínimos de vazamento de informações serão prevenidos com o tratamento e guarda dos mesmos sob regulamentações relativas (Resolução CNS nº 466/2012), além da guarda cuidadosa de todos os arquivos pelo pesquisador em mídias próprias e privadas. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: contribuição para a produção de conhecimentos sobre o Incaper, contribuindo para o fortalecimento do instituto, no sentido de possibilitar um olhar interno da instituição, em

processos caros a sua missão de promover soluções tecnológicas e sociais por meio de ações integradas de pesquisa e Ater. Os pesquisadores se comprometem a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

5. GARANTIA DE SIGILO: os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos. Ainda, comprometem-se a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob suas guardas e responsabilidades, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

6. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

7. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação. Fica garantida indenização em casos de danos, desde comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

8. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste TCLE e a outra ficará com os pesquisadores. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última delas será assinada por você e pelo pesquisador. Os pesquisadores lhe garantem livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Este documento foi escrito seguindo o que é exigido pela Resolução 466, do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos, órgão do Ministério da Saúde, que controla as pesquisas com seres humanos no Brasil. Além disso, se ainda surgirem dúvidas de natureza ética, poderá buscar esclarecimentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (CEP-UFV), Universidade Federal de Viçosa; Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - 36570-900 Viçosa/MG. Telefone: (31) 3612 2316. E-mail: cep@ufv.br. Site: www.cep.ufv.br.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER) – ES SOBRE O(S) PROCESSO(S) DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NOS SERVIÇOS DE ATER NA REGIÃO DO CAPARAÓ de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste TCLE e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

<p>Marcelo Leles Romarco de Oliveira (orientador)</p> <p>Endereço: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG</p>	<p>Túlio Luís Borges de Lima (pesquisador)</p> <p>Endereço: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG</p>
---	--

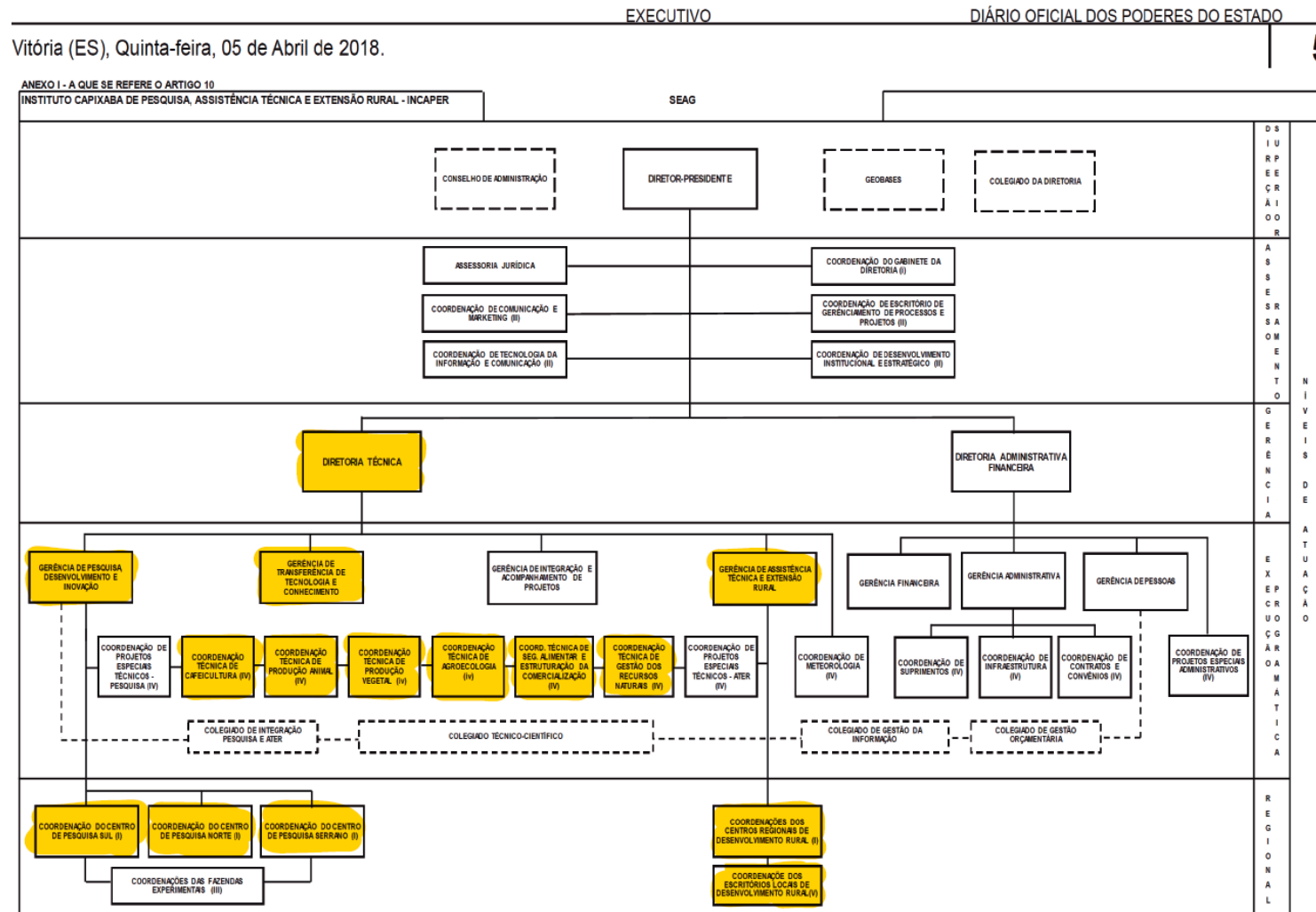
Telefone: (31) 3612 4327 E-mail: marcelo.romarco@ufv.br	Telefone: (28) 9 9920 7412 E-mail: tulio.lima@ufv.br
--	---

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinaturas (colhidas à vista do participante da entrevista e em duas vias)

_____ Assinatura do participante da pesquisa Contato:	_____ Assinatura do pesquisador
---	------------------------------------

**ANEXO 01 – ORGANOGRAMA DO INCAPER COM MARCAÇÃO (EM AMARELO) DAS UNIDADES OUVIDAS.**



Fonte: Espírito Santo (2018).